

NÃO DEIXE NINGUÉM PARA TRÁS



UMA CONSTRUÇÃO FEITA DE MUITAS MÃOS.

DEDICATÓRIA

Os autores desta coletânea de artigos dedicam a vários profissionais que fazem a gestão municipal ser efetiva, numa constante articulação e esforços compartilhados que resultam na efetividade das ações sustentáveis:

Ana Paula Caporal: A profissional fomentadora que em 2016 trouxe junto a sua equipe a agenda 2030 para a cidade de Birigui, através dos programas de gestão da iniciativa privada que tem como pilar estratégico a internalização das práticas globais na governança corporativa através do pacto global. Ana, a você os aplausos por ser uma pessoa que faz um mundo melhor.

Marian Fatima Nakad: A secretaria da municipalidade que sempre se engaja na contribuição e disponibilidade de equipe para operacionalizar a agenda global.

Aline Antônio: pela sua preciosa contribuição nos eventos, nas organizações, articulações e sempre estar disponível no apoio da equipe.

Luiz Carlos Vitoretti e Sérgio Roberto Stabile: Diretores da ITB Equipamentos Elétricos, pelo pioneirismo, comprometimento, liderança da agenda no Município, e sobretudo, por desenvolver comunidades locais, cadeia de valor e empresas de outros setores.

Renato Ramires: Um profissional exemplar na articulação necessária para a agenda global ter sua expansão em Birigui. A equipe SINBI: Silvia Mestriner, Elines e Fernanda, a gratidão pelo comprometimento e seriedade para o desenvolvimento sustentável.

Samir Nakad e Valdir Mestriner: Ambos, profissionais de excelência e de contribuição para Birigui ser cidade acolhedora, de enfrentamento, de produção científica e de legado para várias municipalidades.

Marciano Felipe: Pela contribuição a equipe gestora como coordenadores de engajamento nas primícias da implantação. A atuação foi essencial para que todas as secretarias da municipalidade pudessem ter o conhecimento necessário para desenvolver as ações.

Eduardo, Nayara Stabile (secretaria de educação); Gabriela (secretaria de meio ambiente); Melba, Caio (secretaria de saúde); Kátia Melo (secretaria de assistência social); Marcos Albano (secretaria de serviços públicos,, água e esgoto); Charlene (CPFL); Eduardo (Promotoria Pública de Birigui); Claudia Slaves (ambulatório de saúde mental) Rosicler (RH Prefeitura) e Márcia (CREAS): a contribuição e esforços compartilhados na coleta de dados

tem enriquecido de informações precisas, coesas, fidedignas e de extrema importância para o alicerce desta construção e ajustes de metas em todas as secretarias de Birigui.

Tadeu Saravalli: Pela condução dos trabalhos anterior a esta comissão municipal, pelo legado deixado ao Município na gestão em que liderou. A semente dos ODS's tem sido germinada com a contribuição de pessoas notáveis, e você foi aquele que teve a ousadia de estar a frente do projeto em suas primícias.

Ana Silvia Sartori/Viera Seabra Ferreira: Pela parceria da diagramação, fundamental para que a leitura do material seja convidativa a reflexão necessária a mudança e quebra de paradigmas.



A praça da vida

O espaço do cidadão,
também é o espaço de reflexão,
na praça da vida, se faz caminhada,
e se senta para apreciar e pensar
na vida para a ação.

Combater a fome, a exclusão, valorizar
a mulher e a qualidade da educação.
Refletir sobre o social, o ambiental,
a economia, a saúde e a inovação.

São os 17 ODS's da ONU, que valorizam
a vida em toda a sua dimensão!
E necessitam de parcerias para
a sua implementação!

A praça da vida é espaço de reflexão
e ação para sustentar a vida presente
e a futura geração.

Profa Andréia de Alcântara Cerizza

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO – AS MÚLTIPLAS INTERFACES DA AGENDA 2030 EM PROPORCIONAR DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CAPITULO 01 – A INTERNALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 EM BIRIGUI COM A PARCERIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICIPIOS.

ANÁLISE DE IMPACTO DA INCORPORAÇÃO DOS ODS NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI COM BASE NA MANDALA ODS CNM

CASE BIRIGUI: UM CENÁRIO DE AJUSTES COM INTERFACE AOS ODS/ONU COM AÇÕES INOVADORAS E ENGAJAMENTO DE OUTRAS PARTES INTERESSADAS.

CAPITULO 02 – OS REFERENCIAIS TEÓRICOS E AS MÚLTIPLAS INTERAÇÕES DA AGENDA 2030 NO CONTEXTO MUNICIPAL.

ODS 01 e 10: A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA PERSPECTIVA DA REDUÇÃO DA POBREZA E DESIGULDADE SOCIAL

ODS 02: AGROFLORESTA URBANA: COMBATE A FOME, GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM PROMOÇÃO DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.

ODS 3 – ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM ESTAR PARA TODAS AS PESSOAS, EM TODAS AS IDADES.

ODS 04 - A TERRITORIALIZAÇÃO DO ODS 04 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI - SP

ODS 05 - IGUALDADE DE GÊNERO

ODS 06 - ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO – URBANO\RURAL E SUAS RELAÇÕES. AS RELAÇÕES ENTRE MEIO URBANO E RURAL PARA A MANUTENÇÃO DE ÁGUA TRATADA EM 100% DO MUNICÍPIO.

ODS 7 - ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL – GARANTIR ACESSO À ENERGIA BARATA, CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL E RENOVÁVEL PARA TODOS

ODS 8: TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ODS 11 – A TRAJETÓRIA DE BIRIGUI NA CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA 2030

ODS 12 – CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

ODS 13 - AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA – ADOTAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SEUS IMPACTOS

ODS 14 – ÁGUAS DE BIRIGUI – A PRESERVAÇÃO QUE TRANSPÕE OS LIMITES TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO.

ODS 15 - VIDA TERRESTRE – O DESAFIO DE RECUPERAR ÁREAS VERDES URBANAS. A IMPORTÂNCIA DE PARCERIAS PARA A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS.

ODS 16 – PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO A JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS.

**ODS 17 – FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E
REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL.**

PREFACE

When I was elected mayor of Birigui, my entire campaign was based on a slogan: Birigui more human. I believe the fundamental right, advocated in article 5 of the Federal Constitution of 1988, brings the feeling of effectiveness in the perspective of dignity, plurality, respect for differences and in the constant search for citizenship as a constitutional pillar.

As head of the municipal executive power, when idealizing this project with the executive committee of the SDGs, I had the objective of partnerships. The SDG 17 brings this opportunity to implement the 2030 Agenda, and in my management I made a commitment to prioritize the SDGs as a sustainability strategy, applying international management practices.

When I started this work, I realized that the responsibility for incorporating the 2030 Agenda in the administrative acts of the City Hall should start from my attitudes. Therefore, I gave continuous support to be the signatory of the Global Pact and signed a municipal decree to formalize the work of the municipal executive committee.

In accordance with the requirements of the National Confederation of Municipalities (CNM), I appointed an effective civil servant as president of the executive committee, assessing the technical competence and knowledge of the Agenda, incorporating the program's management team and other professionals who gather the profile of engaging, raising awareness, analyzing indicators, carrying out diagnosis and prioritizing actions, adjusting interventions and goals that comply with UN proposals.

The intervention of the Municipality of Birigui seeks to meet the international conditions of management, standardization according to ISO (International Organization for Standardization), PDCA cycle (Plan, Do, Check, Act), matrix of priorities, Mandala ODS CNM. The management team has the mission of bringing the culture of the SDGs to the entire population of Birigui, to all the connections that make up the public administration, and mainly: the practice of internal sustainability, in public bids, in the community, in the region and in the country.

I want to point out that as the head of the executive branch, all the secretariats of the city must adopt the 5 Ps proposed by the Agenda. My management is based on people and determined to end poverty and hunger, ensuring that all human beings can fulfill their potential in dignity and equality, living in a peaceful, fair and inclusive society, with

prosperity, on a sustainable planet. To reach out these 5 Ps, I set as a goal the management team that makes the necessary partnerships in support of the 2030 Agenda.

I want to invite all readers, representatives of all the powers of the republic, in all spheres, companies, civil society, NGOs and our Northwest region to join the Agenda. Be the difference. Draw up concrete strategies so that together we can achieve the 17 Sustainable Development Goals and contribute to a legacy in building a better world.

Birigui began its journey and our commitment is to engage other municipalities to join us. The 2030 Agenda is challenging, contemporary, bringing public management a commitment to transparency, environmental preservation and the pursuit of local development.

Birigui, São Paulo, December of 2020.

Cristiano Salmeirão – Mayor

INTRODUCTION - THE MULTIPLE INTERFACES OF THE 2030 AGENDA TO PROVIDE SUSTAINABLE DEVELOPMENT

This compilation of articles and analysis of the 17 SDGs of the United Nations aims to highlight all governance strategies in the municipal public management of Birigui – SP, regarding the internalization of the 2030 Agenda.

When referring to the SDGs, their origins in the Millennium Development Goals (MDGs) are mentioned, resulting from a sequence of multilateral summits, whose interface had the social character, life preservation and strategies to fight hunger.

It had 8 objectives to be achieved between 2000 to 2015: Eradicate extreme poverty and hunger; Achieve universal primary education; Promote gender equality and empower women; Reduce child mortality; Improve maternal health; Combat HIV/AIDS, malaria and other diseases; Ensure environmental sustainability; Develop a global partnership for development.

Still in the historical context, an important legacy conference for the pattern of development was in 1992, the United Nations Conference on Environment and Development, held in Rio de Janeiro, producing as a result the Rio Declaration on the Environment, and the adoption of the 21 Agenda, being the pioneer global landmark of intentions for the strategic realization in the promotion of development, however in a sustainable way and that incorporates human beings and the environment in these actions.

In 2014, the Open Working Group on the SDGs was created for the elaboration of the goals (OWG-SDG), with the participation of 70 countries and built with several stakeholders, thus expanding the strategic discussion of what guidelines made up the 21st century.

In 2015, the signatory countries of the United Nations signed the document: *The Future we want*, based on intergovernmental actions, as a result of Rio + 20.

The 2030 Agenda began its planning in September 2015, after the meetings in New York, and the publication of the document *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development* that focuses on the eradication of poverty on a global basis. It is a cooperative action plan, with robust, challenging strategies, listed in 17 Sustainable Development Goals, 169 targets and 231 indicators.

The Global Agenda is an integrative strategy that seeks voluntary signatories and makes its management practices and interfaces with the strategic pillars: Institutional, Social, Environmental and Economic, divided into interventional dimensions that focus in the consolidation of human rights, preservation or minimization of environmental impacts,

integrity in public/private management, probity, and ethics in the zeal for resources arising from agreements between federative entities. It seeks economic, local, and sustainable development and the establishment of partnerships that aim at the same intervention focus, stimulated by the 5 Ps methodology, which consists of:



When integrating MDGs with SDGs, several work fronts are agreed to achieve the proposed goals:

Global Compact: Corporate strategy, aimed at promoting sustainability practices in companies. It has targets that interface with the public authorities, in all federative spheres. This is a voluntary membership, which provides guidelines for the consolidation of citizenship and sustainable growth.

In order to operationalize the pillars of the global compact, companies can do them through standardization of ISO norms or corporate management recommendations, among them: NBR ISO 9001 (Brazilian norm based on ISO about quality); 14001 (environmental) 450001 (occupational health and safety); 14021 and 14024 which deals with environmental labeling; 19600 compliance programs; 16001 of social responsibility; 31010 risk management, among many others that provide certifications and compliance management, meeting the 2030 Agenda through the PDCA cycle methodology or best management practices and lessons learned.

Sustainable cities: Strategy focused on 12 thematic axes and aligned with the 17 SDGs, on the pillars of sustainable public administration: Institutional, Economic, Social, Cultural and Environmental. The *Cities Program* offers a set of tools for public management to guide actions that incorporate the 2030 Agenda, a monitoring and training panel for municipalities.

CNM (National Confederation of Municipalities): as a representative body of the municipalities, CNM provides tools that assist the municipal manager in making decisions, through the Mandala ODS that measures indicators in strategic dimensions. It has a technical team that supports municipal management teams in the necessary adjustments to make the Global Agenda operational.

In view of all the above, the 2030 Agenda is an important link that brings together governments, companies, the third sector, civil society, syndicates, and all those who wish to build a sustainable world, in many hands. When internalizing the Agenda in a signatory, the culture created of individuality is surpassed by collective levels.

Signing the agenda requires action. The word action permeates all SDGs. When it stands out, the action undergoes change, the breaking of structural paradigms. When a sexist company changes its behavior to a gender equality environment, placing women and men in decision-making positions, with equal salaries, it can be said that the mission is partially accomplished.

Several practical actions within the agenda can be carried out in the organizational field. One result is to reduce waste and dispose it properly through CADRI (*Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental*). The tons that are not be disposed inappropriately reflect the environmental need for goals related to SDGs 02, 06, 12, 13, 14 and 15. So many others can be mentioned: compliance program, reporting channels, combating sexual harassment and abuse of power, treatment of pollution at acceptable levels, use of clean energy, water reuse, prevention of soil contamination, health and safety compliance.

In public management, the SDGs are reflected in the implementation of public policies that meet the demands and desires of the citizen. Offering access to levels of complexity in health in a comprehensive manner meets the SDG 03, while having accessible schools with high learning performance meets the SDG 04.

Several points can be adjusted in environmental policies, selective collection, implantation of agroforestry, licensing of dumps, promotion of recyclable material collectors' cooperatives, continuing education, specific laws of sustainable management and urban preservation, recovery of degraded areas, planting of native trees and recovery of water sources.

The examples of internalization of the agenda to meet the SDG 08 reflect the manager's commitment to non-commitment of personnel expenses above what is allowed by law, and to seek partnerships with private initiative to offer co-responsibility services.

Of course, it is not up to this introduction to list all the actions that the Municipality can carry out, since it will be discussed in this construction that, from its conception, sought to follow the global methodology: leaving no one behind, first, bringing together the various social actors who are committed, both in the municipality and elsewhere, to the realization of sustainability where people, the environment, the economy and institutions are built under the logic of association and the effectiveness of belonging.

CHAPTER 1 - THE INTERNALIZATION OF THE 2030 AGENDA IN BIRIGUI WITH THE PARTNERSHIP OF THE NATIONAL CONFEDERATION OF MUNICIPALITIES (CNM)

ANALYSIS OF THE IMPACT OF THE INCORPORATION OF SDGs IN THE MUNICIPALITY OF BIRIGUI BASED ON MANDALA ODS CNM

The Sustainable Development Goals (SDGs) were experienced in an extremely bold and pragmatic way by the Municipality of Birigui, located in the northwest region of the State of São Paulo, highlighting the specific results achieved by the population in its different segments.

This action allowed a degree of maturity related to the form of diagnosis, perception and definition of management mechanisms, which can be studied as a national and international reference for assessing the impacts of the SDGs within the framework of the reality of Brazilian municipalities.

The first action taken for this type of organization was the clear and objective definition of working with specific thematic groups in the development of their solutions, with the construction of a management committee for the elaboration of projects, assuming the logic of organization of careers structured according to the strategic pillars of the 2030 Agenda.

However, during the actions, we realized that it is very important that the Municipality first be able to define its own work agenda, which is not international, but is national. This agenda needs to solve the population's problems, and only from that the SDGs can be placed as an additional tool and express what they can achieve.

When creating a parallel agenda for discussing the SDGs, you can take action to build data and indicators that often cannot be perceived by the local population, and what is not perceived, is not considered to be relevant and does not add value. This ends up generating a disregard for both the results of the actions of those who perform the process and those who experience them.

For this, after the first analysis of the pages of written content, materials, data, and information, the second action was carried out: a weighted analysis based on subsidies from the National Confederation of Municipalities and the Mandala ODS, which was the basis of initial data for the creation of indicators that could allow a measurement of the structures of the Municipalities, and in parallel to this, a bold action to validate the relevance and application of the goals.

CNM has been working to develop the SDGs. At the World Congress of the World Organization of United Cities and Local Governments (UCLG), held in November 2019 in South Africa, it made a commitment to the UCLG, the Articulation of Territorial Networks of the United Nations Development Programme (ART UNPD), the Council of European Municipalities and Regions (CEMR) and the City Hall of Barcelona, to make a big leap in validating the quality of the implementation of the *Mandala ODS* (<http://ods.cnm.org.br>). Despite the tool bringing extremely specific and positive results, we needed to answer the following questions:

- How the 17 Goals and the 169 targets were being implemented within the reality of the Municipalities;
- Which of the targets and actions would be municipal competence, shared competence or exclusive competence of another Entity of the federation or other sectors of society; and
- How these actions would work.

Faced with this challenge, we needed to return to Brazil and find a Municipality that was willing to put its reality into a deep diagnosis, an x-ray of all the advances and problems, so that we could create not the ideal solution, but a methodology that could perceive and explain a form of operation in relation to the SDGs.

The result of this action together with Birigui was able to create the initial indicators and the first forms that will be used in what we can call the evolution of Mandala ODS for 2.0 version. This new version will use the aggregation of national data, updating the database according to the period of each of the indicators, for example the Census every 10 years, the annual indicators, the monthly or quarterly reports that are presented within the city hall management.

We will also incorporate small worksheets for the achievement of the action plans that include the reality of the Municipality as an objective criteria to be addressed, which are available in Attachment 2 of this document.

Birigui's action helped us to realize that we first need to work with local agendas, with the resolution of real and specific problems of a determined population, group or social activity and, once this step is over, document the result of completing the steps locally and we will do a correlation of how this achieves the global target.

But, how could this be done? For the implementation in a simple way, we provide in attachment 1 a table that brings together in a linear way the characteristics of each of the 17 goals and 169 targets, as a result of the logical scrutiny of Birigui's and CNM's technical team, gathering the analysis in 3 possible dimensions:

1. Green dimension: set of actions that have been developed that contribute to the target if they are carried out or replicated by other people, with other characteristics, and that can give a similar, equivalent or better result in relation to the target;
2. Yellow dimension: set of actions that were not full or sufficient, but add up to the target and allow an effective development;
3. Red dimension: set of actions that are a prerequisite that have not been implemented, that were lacking or that are conditions that hinder the development and achievement of the target.

This analysis is important because it does not indicate that each Municipality will be able to objectively achieve all the 17 SDGs and its 169 targets, and it does not even need to be done in this way, but it served, *a priori*, to define which targets are not part of the exclusive competence of the Municipalities, identifying targets that are the responsibility of the states and the Union.

This applies to CNM for national and state articulation for the definition of national policies that can respond to the structuring and organization of this type of public policy, because only then they will be achieved. Since the Municipality in its individuality and essence does not have the competence, capacity or structure to do it, and for this reason alone it would already have been worth all the work.

In addition, by separating the actions that effectively have an impact on the reality of local populations and what cannot be resolved, we are able to have a convergence of understanding of the actions in a more structured way from the point of view of the municipal public administration.

With that, we started to generate tools, instruments and methodologies, only available in paper forms so far, but will gradually grow towards the electronic structuring of database systems that solve the real problems of that population served in the segment that is being worked on by the target, and that can give answers to what is being measured.

Another extremely important aspect is the identification not only of what is measured, nor of how it is measured, nor of what it is measured for, but of what is done with what is measured. Unfortunately, people after taking the measures do not have a concrete result of that analysis or operationalization as an instrument of decision and management of public policy. So, we will create simple mechanisms that allow a measurement of the process management for its specific improvement.

For example, if you had a service desk with a feedback section that says that your service is not being good, and if national or global reports were made about it, you will have reports saying that the service is not being good. But, if at the end of each week, you take exactly those items that are not good and implement concrete actions within the local reality and go down weekly, for example, from 10 to 8, then 5, then 4, you are generating a result in the structuring and quality of the service.

If we turn this example into serving the population in a hospital, unblocking a manhole or providing public transport for a child with a disability, and solving the step by step of organizing this process, the Municipality improves. The data is less important than the transformation that this data can generate.

We have realized that obtaining the SDGs data criteria often fails to effectively transform the local reality. All actions need to be focused on solving the municipalities own problems and defining an internal agenda. This agenda must be associated with the construction and consolidation of real problems, and must be based on public policies, application of resources, knowledge, and techniques.

For this reason, we at CNM inverted all actions and we no longer have a parallel international agenda that talks about the SDGs. From now on, Birigui helped us to see that the agenda is unique, a national agenda. The themes of the SDGs need to be in each of the documents, public policies and actions, with the result of what has effectively improved or worsened in the quality of the population or the action being perceived as an objective criterion for improving the process itself, and then the generation of global data and indicators.

CNM is grateful to all who were with us on this foray and in the analysis of these more than 400 pages. Here you will find texts with different levels of maturity and problem solving, but for each of them there is an important aspect that you can learn and apply within the structure of your Municipality. Mainly, you can learn from the experience of those who have already done it and know what works, what goes wrong and what can be improved, because this is the way of building the SDGs in another level.

We are exactly in the middle of the Goals and Targets journey of the 2030 Agenda and the simple fact that we bring each of the Brazilian Municipalities to solve their own local agenda to, from then on, dare to think about international perspectives and the way they are correlate in solving their own problems, it can be the difference between the success and failure of the Agenda.

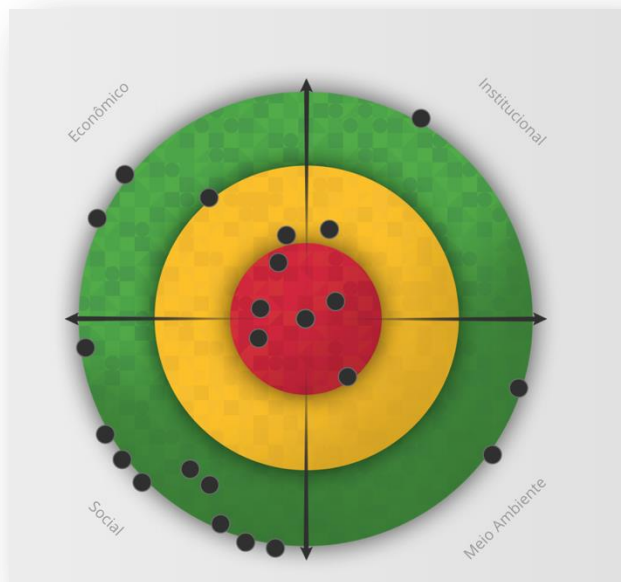
Mandala ODS CNM



CNM launched the *Mandala ODS* in 2017 to provide tools in relation to the follow-up and monitoring of the 2030 Agenda. The tool makes available to municipal public managers and society 28 indicators from 5,568 Municipalities, displayed in a “radar” type graph, showing the degree of municipal development in 4 dimensions: economic, social, environmental and institutional.

The municipalities were divided into 6 distinct groups for the purpose of analysis and comparison, and with this, it allows the diagnosis, monitoring and evaluation of the indicators and their relation with the 2030 Agenda. The selected indicators are collected from official sources or from the entity's own research and respect criteria such as update periodicity not exceeding two years. In addition, it is possible to generate reports by indicator and dimension, define local targets with the simulator and monitor the evolution of the data.

Access the Mandala ODS CNM in:
<http://ods.cnm.org.br/mandala-municipal>.



BIRIGUI CASE: A SETTING SCENARIO WITH INTERFACE TO SDGs/UN WITH INNOVATIVE ACTIONS AND ENGAGEMENT OF OTHER INTERESTED PARTIES.

CONTEXT OF THE MUNICIPALITY

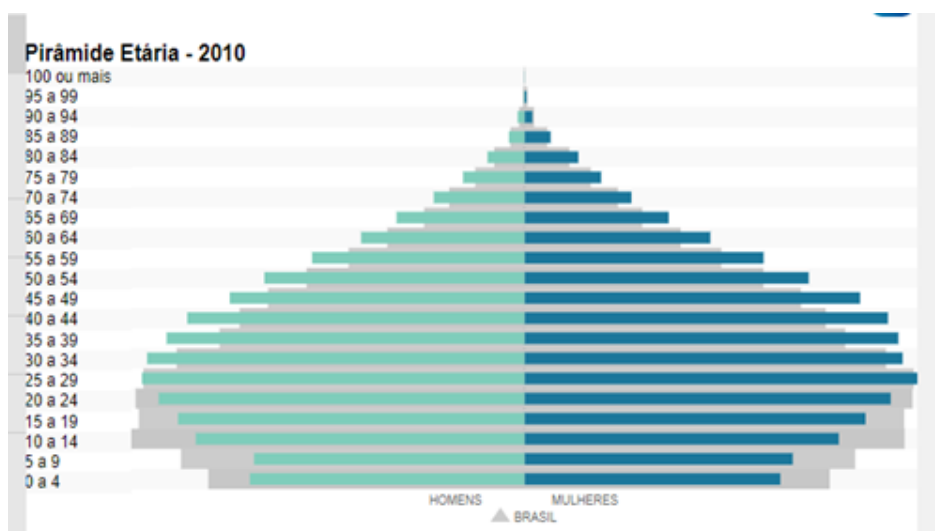
Birigui is located in the Northwest region of the State of São Paulo, 524 km from the capital, with a territorial extension of 530,030 km (source: IBGE – Brazilian Institute of Geography and Statistics) and an altitude of 400 meters; the predominant climate is dry tropical. The municipality is located in the state of São Paulo, in the northwest region. Its population, according to IBGE (2019), was 123,638 inhabitants. The male population is 53,075, while the female population is 55,653 inhabitants (CENSO/2010).

The city is bounded by the rivers: Tietê, Ribeirão Baixotes, Ribeirão Baguaçu, Córrego Biriguizinho, Córrego Veadinho, Córrego Grande, Córrego Tabapuã, Córrego do Imbé, Córrego Barro Preto and Córrego Água Branca. It is subdivided by SP - 300 (Rodovia Marechal Rondon, Rodovia Gabriel Melhado - SP 461 and Rodovia Teotônio Vilela), which connects the municipality to different regions and states. There are also other important routes, notably the Novoeste Railway and the Tietê - Paraná Waterway, facilitating cargo transportation, mainly to Mercosul.

The municipality has approximately 123,638 inhabitants, estimated for 2020, with a demographic density of 204.79 inhabitants/km² (source: IBGE);

The proportion of employed persons in relation to the total population was 31.3%.

Age range of the Biriguiense population:



The municipal HDI (Human Development Index) is 0.780 (Source: IBGE 2010); infant mortality 14.67 deaths per thousand live births; Urbanization rate of 97%; 97.6% of sanitary depletion; 94.8% afforestation of public roads; 12.9% urbanization of public roads; schooling rate from 06 to 14 years old is 98%; SUS Health establishments: 19 (11 Basic Health Units; 01 Emergency Room; 01 Hospital, 01 Mental Health Center, 01 Women's Health Center; 01 Specialties Center; 01 Intermunicipal Health Consortium); 01 Kennel.

It has private health establishments/health insurance/non-profit; 162 Medical Clinics; 1 Hospital; 02 EC (emergency care); 06 Diagnostic imaging clinics; 01 Home Service; 02 *ILPI* (Long Term Care Facility for the Elderly); 02 Vaccination Clinic; 181 Dental clinics; 41 Physiotherapy Clinics; 07 Dental Prosthesis Clinics; 47 Clinics (psychology, nutrition, phonoaudiology, acupuncture); 17 Veterinary Clinics; 08 Laboratories for clinical analysis and technical analysis of water.

Birigui also has 01 Municipal School of Early Childhood Education, 16 Municipal Schools, 12 Early Childhood Education Centers, 06 Early Childhood Education Centers and 14 State Schools, 11 Private Early Childhood, Elementary and Secondary Schools, 01 *ETE* (State Technical School) , 01 *ETF* (Federal Technical School) and 03 University Centers (Fateb, Uniesp and Methodist College), 01 *Sesi* - Elementary school Dances, Sports, Theaters and Recreations, 01 *Senai* - Industrial technical school; 23 Physical Activity Academies; 69 Hairdressers, Aesthetics and others; 01 Resocialization Center; 01 Reception center for residents without fixed residence; 03 Funerals; 33 Artisanal Wells; 01 Water Treatment Station; 01 Sanitary Landfill; 03 Cemeteries; 03 Social Clubs; 493 Food Establishments; 22 Opticians' establishments; 59 Drugstores, Manipulation Pharmacies and Medication Dispensaries; 05 Medication Distributors and 07 Retail Stores of Medical Materials.

In 2019, the Municipality of Birigui formalized a new technical team to internalize the 2030 Agenda, through the Decree 6472 of November 14th 2019, whose institutional mission, based on the legacy carried out by the predecessor team, is to link with CNM (National Confederation of Municipalities) and *TCESP* (Court of Auditors of SP state) as a strategy for other consolidations relevant to the targets.

The PDCA cycle was inserted as a management strategy, which consists of a tool based on 4 important pillars: Plan, do, check and act, and the interface with international management systems guidelines was also incorporated: NBR ISO 9001 (quality); NBR ISO 14001 (environment); NBR ISO 45001 (occupational health and safety); NBR 10719 (Information and documentation); NBR 16001 (Social responsibility), NBR ISO 20400 (sustainable purchases); NBR ISO 19600 (compliance).

Since then, the Municipality started to incorporate instruments made available by the institutions, such as: the Mandala ODS CNM, the management graphics that parameterize colors classified in three areas, represented by colors: red (below the parameter), yellow (median), green (above the parameter) and the *Ieg-m* (Municipal management effectiveness index) that make it possible to diagnose, monitor and evaluate the performance of the municipal administration in terms of the scope of the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals.

Based on these instrumentalities, the Municipality incorporated the SDGs diagnosis, under the aegis of the list of directions and technical guidelines made available by CNM in its library, allowing the technical basis in the degree of development of the Municipality according to 4 dimensions: economic, social, environmental, and institutional.

CNM, through its technical team, guides municipalities that choose to incorporate the practice of the 2030 Agenda following a schedule of interventions, through stages, being classified as:



It should be noted that the entire agenda has an integrative character, so actions permeate all departments in Birigui, requiring direction at the strategic level by the municipal manager. It is up to the Mayor to propose to his team which goals should be operational and check, as stated in the PDCA, the effectiveness of the actions, critically analyzing and, if necessary, correcting non-conformities.

PDCA CYCLE – PLANNING

When starting the actions, a work plan was elaborated by the program's management team, composed of: President and vice president, Coordination of engagement, diagnosis, reports and indicators, being approved by the Municipal Mayor, entitled PC 01/2020. This planning strategy seeks in its essence to bring the entire intervention scope, in a structural character, guides targets, agreements, and establishes specific competences and makes the interface with partners, necessary to consolidate the global agenda.

To meet the SDG program, the Municipality of Birigui has a formal interventionist guideline, whose gene seeks to meet the UN's recommendations, listing in a matrix of objective, priority materialities, through the GUT matrix (gravity, urgency and tendency), under formal planning for the year 2020 and contemplated in budget management instruments: *PPA (Plano Plurianual*. Free translation: Multiannual Plan), *LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias*. Free translation: Budget guidelines law) and *LOA (Lei orçamentária anual*. Free translation: Annual budget law).

PREFACIO

Cuando fui electo alcalde de Birigui, toda mi campaña se basó en un lema: Birigui más humano. Creo que el derecho fundamental, defendido en el artículo 5 de la Constitución Federal de 1988, trae el sentimiento de efectividad en la perspectiva de la dignidad, la pluralidad, el respeto a las diferencias y la búsqueda constante de la ciudadanía como pilar constitucional.

Yo, como líder del poder ejecutivo municipal, al idealizar este proyecto con el comité ejecutivo de los ODS, tenía el objetivo de las parcerías. El ODS 17 trae esta oportunidad para implementar la Agenda 2030, y en mi gestión me comprometí a priorizar los ODS como estrategia de sostenibilidad, aplicando prácticas de gestión internacional.

Cuando inicié este trabajo, me di cuenta de que la responsabilidad de incorporar la Agenda 2030 en los actos administrativos de la Alcaldía debe partir de mis actitudes. Por eso, le di continuidad de apoyo continuo para ser firmante del Pacto Global y creé un decreto municipal para formalizar el trabajo de la comisión ejecutiva municipal.

En cumplimiento de los requerimientos de la Confederación Nacional de Municipios (CNM), nombré a un funcionario efectivo como presidente del comité ejecutivo, evaluando la competencia técnica y conocimiento de la Agenda, incorporando el equipo de gestión del programa, otros profesionales que tienen el perfil de involucrar, sensibilizar, analizar indicadores, realizar diagnósticos y priorizar acciones, ajustando intervenciones y metas que cumplan con las propuestas de la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

La intervención de la Municipalidad de Birigui busca cumplir con las condiciones internacionales de gestión, estandarización en normas de la Organización Internacional de Estandarización (ISO), ciclo PHVA (Planificar, Hacer, Verificar y Actuar), matriz de prioridades, Mandala ODS CNM. El equipo de gestión tiene la misión de llevar la cultura de los ODS a toda la población de Birigui, a todos los que componen la administración pública, principalmente: la práctica de la sostenibilidad interna, en licitaciones, en la comunidad, en la región y en el país.

Quiero señalar que, como líder del Poder Ejecutivo, todas las secretarías deben adoptar las 5 P's propuestas por la Agenda. Mi gestión se basa en las personas y está determinada a acabar con la pobreza y el hambre, asegurando que todos los seres humanos puedan desarrollar su potencial en dignidad e igualdad, viviendo en una sociedad pacífica, justa e inclusiva, con prosperidad, en un planeta sostenible. Para alcanzar estas 5 P's, coloqué

como meta a el equipo directivo que realice las parcerías necesarias en apoyo de la Agenda 2030.

Quiero invitar a todos los lectores, representantes de todos los poderes de la república, en todas las esferas, empresas, sociedad civil, ONG y nuestra región Noroeste a sumarse a la Agenda. Sea usted la diferencia. Elabore estrategias concretas para que juntos podamos alcanzar los 17 Objetivos del Desarrollo Sostenible y contribuir a un legado en la construcción de un mundo mejor.

Birigui inició su trayectoria y nuestro compromiso es involucrar a otros municipios para que se unan a nosotros. La Agenda 2030 es desafiante, contemporánea, y aporta a la gestión pública un compromiso con la transparencia, la preservación del medio ambiente y la búsqueda del desarrollo local.

Birigui, São Paulo, diciembre de 2020.

Cristiano Salmeirão – Alcalde

INTRODUCCIÓN - LAS MÚLTIPLES INTERFACES DE LA AGENDA 2030 EN PROPORCIONAR DESARROLLO SOSTENIBLE

Eliel Robson Lemes Ribeiro - Presidencia Municipal ODS - Birigui SP

Esta recopilación de artículos y análisis dirigidos a los 17 ODS de las Naciones Unidas tiene como objetivo resaltar todas las estrategias de gobernanza en la gestión pública municipal de Birigui - SP en cuanto a la internalización de la Agenda 2030.

Al referirse a los ODS, se hace mención a su origen en los Objetivos del Milenio, resultado de una secuencia de cumbres multilaterales, que tenían como interfaz el carácter social, preservación de la vida y estrategias para combatir el hambre.

Tenía 8 objetivos a alcanzar en el período comprendido entre los años 2000 y 2015: Erradicar la pobreza extrema y el hambre; Lograr educación primaria universal; Promover equidad de género y empoderar a las mujeres; Disminuir la mortalidad infantil; Mejorar la salud materna; Combatir el VIH/SIDA, la malaria y otras enfermedades; Garantizar la sostenibilidad del medio ambiente; Desarrollar una parceria mundial para el desarrollo.

Aún en el contexto histórico, una importante conferencia de legado para el padrón de desarrollo fue en 1992, la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo, celebrada en Río de Janeiro, que dio como resultado la Declaración de Río sobre el Medio Ambiente, y la adopción de la Agenda 21, siendo el marco mundial pionero de intenciones para la concreción estratégica de la promoción del desarrollo, pero de manera sustentable y que incorpore al ser humano y al medio ambiente en estas acciones.

En el año de 2014 se creó el Grupo de Trabajo Abierto para la elaboración de los ODS (GTA-ODS), con la participación de 70 países, y se construyó con varios actores, ampliando así la discusión estratégica de qué lineamientos componen el siglo XXI.

Se destaca que, en el año de 2015, resultado de Río + 20, los países signatarios de las Naciones Unidas firman el documento: *El Futuro que queremos*, basado en acciones intergubernamentales.

La Agenda 2030 comenzó a planificarse en septiembre de 2015, luego de las reuniones en Nueva York, y la publicación del documento *Transformando Nuestro Mundo: La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible* que se centra en la erradicación de la pobreza a nivel mundial. Es un plan de acción cooperativo, con estrategias sólidas, desafiantes, enumeradas en 17 objetivos de desarrollo sostenible, 169 metas y 231 indicadores.

La Agenda global es una estrategia integradora, que busca signatarios voluntarios y hace que sus prácticas de gestión interactúen con los pilares estratégicos: Institucional,

Social, Ambiental y Económico, dividida en dimensiones de intervención que se enfocan en la consolidación de los derechos humanos, preservación o minimización de impactos ambientales, integridad en la gestión público-privada, probidad y ética en el celo por los recursos que surgen de los acuerdos entre las entidades federativas, la búsqueda del desarrollo económico/local sostenible y el establecimiento de parcerías que apunten a un mismo enfoque de intervención, estimulado por la metodología de las 5 Ps, que consiste:



Al integrar los ODM con los ODS, varios frentes de trabajo son pactados para garantizar las metas propuestas, siendo:

Pacto Global: estrategia corporativa, orientada a promover prácticas de sostenibilidad en las empresas. Tiene metas que interactúan con las autoridades públicas, en todas las esferas federativas. Es una membresía voluntaria, que brinda pautas para la consolidación de la ciudadanía y el crecimiento sostenible.

Para operativizar los pilares del Pacto Global, las empresas pueden hacerlo mediante la estandarización de normas ISO o recomendaciones de gestión corporativa, entre ellas: NBR ISO 9001 - Norma brasileña basada en la ISO de calidad; 14001 (ambiental) 450001 (salud y seguridad ocupacional); 14021 y 14024 que se ocupan del etiquetado ambiental; 19600 programas de *compliance*; 16001 de responsabilidad social; 31010 gestión de riesgos, entre muchas otras que proporcionan certificaciones y gestión de conformidades, cumpliendo con la Agenda 2030 a través de la metodología del ciclo PHVA o las mejores prácticas de gestión y lecciones aprendidas.

Ciudades sostenibles: Estrategia enfocada en 12 ejes temáticos y alineada con los 17 ODS en los pilares de la administración pública sostenible: Institucional, Económico, Social, Cultural y Ambiental. El *Programa Ciudades* ofrece un conjunto de herramientas de gestión pública para orientar acciones que incorporen la Agenda 2030, panel de monitoreo y capacitación a los municipios.

CNM (Confederación Nacional de Municipios): La CNM, como órgano representativo de los municipios, brinda herramientas que apoyan al gestor municipal en la toma de decisiones, a través de la Mandala ODS que mide indicadores en dimensiones estratégicas. Cuenta con un equipo técnico que apoya a los equipos de gestión municipal en los ajustes necesarios para la operacionalización de la Agenda Global.

Por todo lo expuesto, la Agenda 2030 es un enlace importante que une a gobiernos, empresas, tercer sector, sociedad civil, sindicatos y todos aquellos que desean construir un mundo sostenible, en muchas manos. Al interiorizar la Agenda en un signatario, la cultura creada de la individualidad supera los niveles colectivos.

Firmar la Agenda requiere acción. La palabra acción permea todos los ODS. Cuando se destaca la acción, se somete al cambio, se rompen los paradigmas estructurales. Cuando una empresa machista cambia su comportamiento hacia un ambiente de igualdad de género, colocando mujeres y hombres en puestos de toma de decisiones, con salarios iguales, se puede decir que la misión se cumple parcialmente.

Varias acciones prácticas dentro de la Agenda pueden llevarse a cabo en el campo organizacional. Uno de los resultados es reducir los desechos y eliminarlos adecuadamente a través del CADRI (*certificado de movimentação de resíduos de interesse ambiental*). Las toneladas que dejan de ser descartadas de forma inadecuada traducen la oportunidad ambiental de las metas relacionadas con los ODS 02, 06, 12, 13, 14 y 15. Se pueden mencionar tantas otras: programa de *compliance*, canales de denuncia, combate al acoso sexual y abuso de poder, tratamiento de la polución en niveles aceptables, uso de energía limpia, reutilización del agua, prevención de la contaminación del suelo, cumplimiento de la salud y seguridad.

En la gestión pública, los ODS se reflejan en la efectividad de políticas públicas que atiendan las demandas y deseos del ciudadano. Ofrecer acceso a niveles de complejidad en salud de manera integral cumple con el ODS 03, mientras que tener escuelas accesibles con alto rendimiento en el aprendizaje cumple con las metas del ODS 04.

Se pueden ajustar varios puntos en políticas ambientales, recolección selectiva, implantación de agroflorestas, licenciamiento de botaderos, promoción de cooperativas de

recolectores de materiales reciclables, educación continua, leyes específicas de manejo sustentable y preservación urbana, recuperación de áreas degradadas, plantación de árboles nativos y recuperación de manantiales.

Los ejemplos de internalización de la Agenda para cumplir con el ODS 08 se traducen en el compromiso del gestor con el no compromiso de gasto con el personal por encima de lo permitido por ley y, al mismo tiempo, buscar parcerías con iniciativa privada para ofrecer servicios de corresponsabilidad.

Por supuesto, no le cabe a esta introducción enumerar todas las acciones que puede realizar el Municipio, se discutirá ante esta construcción que, desde su concepción, buscó seguir la metodología global: no dejar a nadie atrás, antes, reunir a los diversos actores sociales que están comprometidos, tanto en el municipio como en otros lugares, a la realización de una sustentabilidad donde las personas, el medio ambiente, la economía y las instituciones se construyan bajo la lógica de la asociación y la efectividad de la pertenencia.

CAPÍTULO 01 - INTERNALIZACIÓN DE LA AGENDA 2030 EN BIRIGUI CON LA PARCERIA DE LA CONFEDERACIÓN NACIONAL DE MUNICIPIOS (CNM). ANÁLISIS DE IMPACTO DE LA INCORPORACIÓN DE LOS ODS EN EL MUNICIPIO DE BIRIGUI CON BASE EN LA MANDALA ODS CNM

Los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) fueron vividos de una manera sumamente atrevida y pragmática por el Municipio de Birigui, ubicado en la región noroeste del Estado de São Paulo, destacando los resultados específicos alcanzados por la población en sus diferentes segmentos.

Esta acción permitió un grado de madurez en la forma de diagnóstico, percepción y definición de los mecanismos de gestión, que puede ser estudiado como un referente nacional e internacional para evaluar los impactos de los ODS en el marco de la realidad de los Municipios brasileños.

La primera acción realizada para este tipo de organización fue la definición clara y objetiva de trabajar con grupos temáticos específicos en el desarrollo de sus soluciones, con la construcción de un comité de gestión para la elaboración de proyectos, asumiendo la lógica de organización de carreras estructuradas de acuerdo con los pilares estratégicos de la Agenda 2030.

Sin embargo, en el transcurso de las acciones, nos dimos cuenta de que es muy importante que la Municipalidad primero pueda definir su propia Agenda de trabajo, que no es internacional, sino nacional. Esta Agenda necesita resolver los problemas de la población,

y solo a partir de eso se pueden colocar los ODS como una herramienta adicional y expresar lo que pueden lograr.

Al crear una Agenda paralela para discutir los ODS, usted puede tomar acciones para generar datos e indicadores que a menudo no pueden ser percibidos por la población local, y lo que no se percibe, no se considera relevante y no es un valor agregado. Esto termina generando un desprecio tanto por los resultados de las acciones de quienes realizan el proceso como de quienes lo experimentan.

Para ello, luego del primer análisis de las páginas de contenido escrito, materiales, datos, información, se realizó la segunda acción, un análisis ponderado en base a los subsidios de la Confederación Nacional de Municipios (CNM) y la Mandala ODS, que fue la base de datos iniciales para la creación de indicadores que permitan medir las estructuras de los Municipios y, en paralelo, una acción audaz de validación de la pertinencia y aplicación de las metas.

La CNM ha estado trabajando para el desarrollo de los ODS. En el Congreso Mundial de la Organización Mundial de Ciudades y Gobiernos Locales Unidos (CGLU), celebrado en noviembre de 2019 en Sudáfrica, se comprometió con CGLU la Articulación de Redes Territoriales del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (ART Pnud), el Consejo de Municipios y Regiones de Europa (CMRE) y la alcaldía de Barcelona, para dar un gran salto en la validación de la calidad de la implementación de la Mandala ODS (<http://ods.cnm.org.br>). A pesar de que la herramienta arrojó resultados extremadamente específicos y positivos, necesitábamos responder las siguientes preguntas:

- Cómo se estaban implementando los 17 Objetivos y 169 metas dentro de la realidad de los Municipios;
- Cuáles de los objetivos y acciones serían competencia municipal, competencia compartida o competencia exclusiva de otro Ente de la federación u otros sectores de la sociedad; y
- Cómo funcionarían estas acciones.

Ante este desafío, necesitábamos regresar a Brasil y encontrar un Municipio que estuviera dispuesto a poner su realidad en un diagnóstico exhaustivo, una radiografía de todos los avances y problemas, para que pudiéramos crear no la solución ideal, sino una metodología que pudiera percibir y explicar una forma de operación en relación con los ODS.

El resultado de esta acción junto con Birigui fue capaz de crear los indicadores iniciales y los primeros formularios que se utilizarán en lo que podemos llamar la evolución de la Mandala ODS para la versión 2.0. Esta nueva versión utilizará la agregación de datos

nacionales, con la actualización de la base de datos según el período de cada uno de los indicadores, por ejemplo, el Censo cada 10 años, los indicadores anuales, los informes mensuales o trimestrales que se presentan dentro gestión de la Alcaldía. También incorporaremos pequeñas fichas de trabajo para la realización de planes de acción que incluyan la realidad del Municipio como criterio objetivo a trabajar, las cuales se encuentran disponibles en el Anexo 2 de este documento.

La acción de Birigui nos ayudó a darnos cuenta de que primero necesitamos trabajar con agendas locales, con la resolución de problemas reales y específicos de una población, grupo o actividad social específica y, una vez finalizado este paso, documentar el resultado de completar los pasos a nivel local y hacemos una correlación de cómo esto alcanza la meta global.

Pero, ¿cómo podría hacerse esto? Para su implementación de manera sencilla, proporcionamos en el Anexo 1 una tabla que congrega de manera lineal las características de cada uno de los 17 objetivos y 169 metas, fruto del escrutinio lógico del equipo técnico de Birigui y CNM, reuniendo el análisis en 3 posibles dimensiones:

1. Dimensión verde: conjunto de acciones que se han desarrollado que contribuyen a la meta si son realizadas o replicadas por otras personas, con otras características, y que pueden dar un resultado similar, equivalente o mejor en relación a la meta;
2. Dimensión amarilla: conjunto de acciones que no fueron completas ni suficientes, pero que se suman al objetivo y permiten un desarrollo efectivo;
3. Dimensión roja: conjunto de acciones que son un prerequisite que no se han implementado, que faltaban o que son condiciones que dificultan el desarrollo y logro de la meta.

Este análisis es importante porque no indica que cada Municipio será capaz de lograr objetivamente los 17 ODS y sus 169 metas, y ni siquiera es necesario hacerlo de esta manera, pero sirvió, a priori, para definir qué metas no forman parte de la competencia exclusiva de los Municipios, identificando metas que son responsabilidad de los estados y de la Unión.

Esto se aplica a la CNM para la articulación nacional y estadual para la definición de políticas nacionales que sean capaces de responder a la estructuración y organización de este tipo de políticas públicas, pues solo así serán alcanzadas. Ya que el Municipio en su individualidad y esencia no tiene la competencia, capacidad o estructura para hacerlo, y solo por eso ya hubiera valido la pena todo el trabajo.

Además, al separar las acciones que efectivamente inciden en la realidad de las poblaciones locales y las que no se pueden resolver, logramos una convergencia de

entendimiento de las acciones de una manera más estructurada desde el punto de vista de la administración pública municipal.

Con eso, comenzamos a generar herramientas, instrumentos y metodologías, por ahora solo disponibles en papel, pero que irán creciendo paulatina y progresivamente hacia la estructuración electrónica de sistemas de bases de datos que resuelvan los problemas reales de esa población atendida en el segmento que la meta está trabajando, y que pueda dar respuestas a lo que se está midiendo.

Otro aspecto sumamente importante es la identificación no solo de lo que se mide, ni de cómo se mide, ni de para qué se mide, sino de lo que se hace con lo que se mide. Lamentablemente, las personas luego de hacer la medición no tienen un resultado concreto del análisis u operacionalización como instrumento de decisión y gestión de la política pública. Entonces, vamos a crear mecanismos simples que permitan una medición de la gestión del proceso para su mejora específica.

Por ejemplo, si usted tuviera un espacio de atendimento con un sector de *feedback* que dice que su servicio no está siendo muy bueno, y si se hicieron informes nacionales o globales al respecto, tendrá informes que dicen que el servicio no está siendo bueno. Pero, si al final de cada semana tomas exactamente aquellos ítems que no son buenos y tomas acciones concretas dentro de la realidad local y bajas semanalmente, por ejemplo, de 10 a 8, luego 5, luego 4, estás generando un resultado en la estructuración y calidad del servicio.

Si convertimos este ejemplo en atender a la población en un hospital, desbloquear una alcantarilla o proporcionar transporte público a un niño con discapacidad, y solucionar el paso a paso de organizar este proceso, el Municipio mejora. Los datos son menos importantes que la transformación que estos datos pueden generar.

Nos hemos dado cuenta de que la obtención de los criterios de datos de los ODS a menudo no logra transformar de manera efectiva la realidad local. Todas las acciones deben estar enfocadas a resolver los problemas propios de la ciudad y definir una agenda interna. Esta agenda debe estar asociada a la construcción y consolidación de problemas reales, y debe basarse en políticas públicas, aplicación de recursos, conocimientos y técnicas.

Por eso, en CNM invertimos todas las acciones y ya no tenemos una agenda internacional paralela que habla de los ODS. De ahora en adelante, Birigui nos ayudó a ver que la agenda es única, una agenda nacional. Los temas de los ODS deben estar en cada uno de los documentos, políticas públicas y acciones, con el resultado de que lo que efectivamente ha mejorado o empeorado en la calidad de la población o la acción se perciba

como un criterio objetivo para mejorar el proceso en sí, y luego la generación de datos e indicadores globales.

La CNM está muy agradecida a todos los que estuvieron con nosotros en esta incursión y en el análisis de estas más de 400 páginas. Aquí encontrarás textos con diferentes niveles de madurez y resolución de problemas, pero para cada uno de ellos hay un aspecto importante que puedes aprender y aplicar dentro de la estructura de tu Municipio. Principalmente se puede aprender de la experiencia de quienes ya lo han hecho y saber qué funciona, qué sale mal y qué se puede mejorar, porque esta es la forma de construir los ODS en otro nivel.

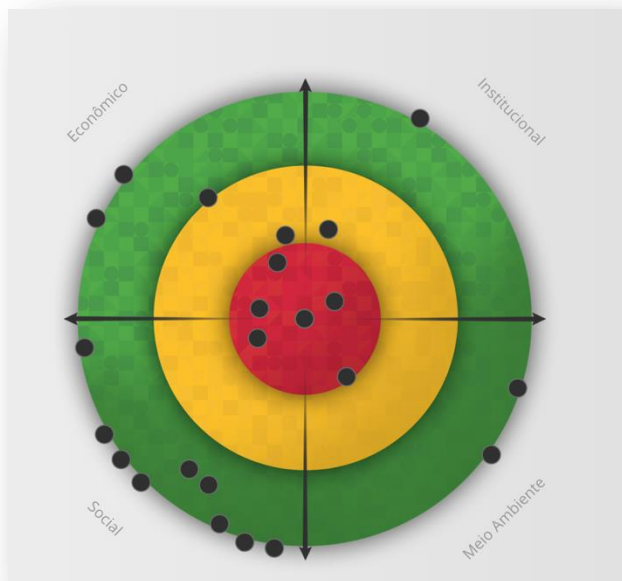
Estamos exactamente en el medio del camino de los Objetivos y Metas de la Agenda 2030 y el simple hecho de traer a cada uno de los Municipios brasileños para resolver su propia agenda local para, a partir de entonces, atreverse a pensar en las perspectivas internacionales y en la forma cómo se correlacionan en la solución de sus propios problemas, puede ser la diferencia entre el éxito y el fracaso de la Agenda.

Mandala ODS CNM



La CNM lanzó la Mandala ODS en 2017 para brindar herramientas en relación al seguimiento y monitoreo de la Agenda 2030. La herramienta pone a disposición de los gestores públicos municipales y la sociedad 28 indicadores de 5.568 Municipios, enseñados en un gráfico tipo “radar”, mostrando el grado de desarrollo municipal en 4 dimensiones: económica, social, ambiental e institucional.

Los Municipios fueron divididos en 6 grupos con el propósito de permitir el análisis y comparación, y con ello, el diagnóstico, seguimiento y evaluación de los indicadores y su relación con la Agenda 2030. Los indicadores seleccionados son recolectados de fuentes oficiales o de investigación propia de la entidad y respetan criterios como la periodicidad de actualización no superior a dos años.



Además, es posible generar informes por indicador y dimensión, definir metas locales con el simulador y monitorear la evolución de los datos.

Acceda a la Mandala ODS CNM en:

<http://ods.cnm.org.br/mandala-municipal>.

CASO BIRIGUI: UN ESCENARIO DE AJUSTES CON INTERFAZ A LOS ODS/ONU CON ACCIONES INNOVADORAS Y COMPROMISO DE OTROS GRUPOS DE INTERÉS.

CONTEXTO DEL MUNICIPIO

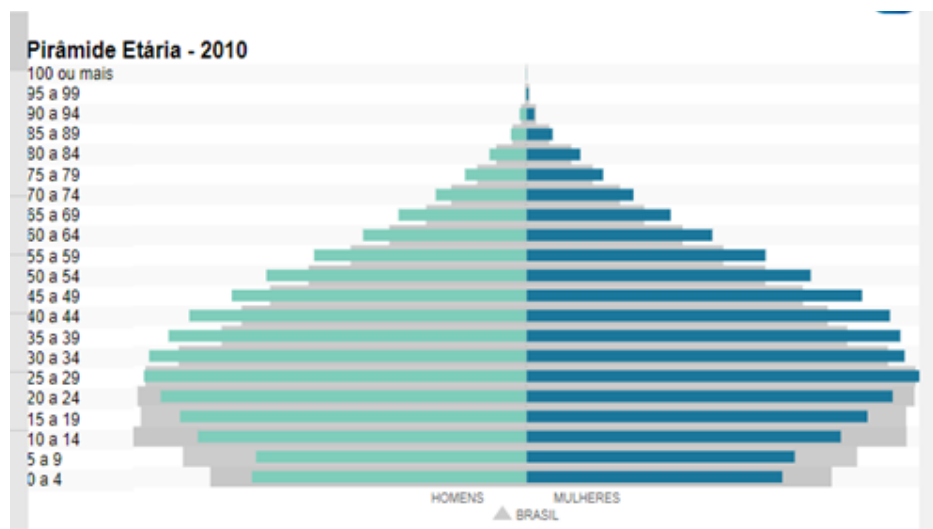
Birigui se ubica en la región Noroeste del Estado de São Paulo, a 524 km de la capital, con una extensión territorial de 530.030 km (fuente: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia y Estadística) y una altitud de 400 metros; el clima predominante es tropical seco. El municipio está ubicado en el estado de São Paulo, en el noroeste de São Paulo. Su población, según estimaciones IBGE 2019, era de 123.638 habitantes. La población masculina es de 53.075 habitantes, mientras que la femenina es de 55.653 habitantes (CENSO/2010).

La ciudad está delimitada por los ríos: Tietê, Ribeirão Baixotes, Ribeirão Baguaçu, Córrego Biriguizinho, Córrego Veadinho, Córrego Grande, Córrego Tabapuã, Córrego do Imbé, Córrego Barro Preto y Córrego Água Branca. Está subdividido por la rodovía SP - 300 (Rodovia Marechal Rondon, Rodovia Gabriel Melhado - SP 461 y Rodovia Teotônio Vilela), que conecta el municipio con diferentes regiones y estados. También existen otras rutas importantes, en particular el Ferrocarril Novoeste y la Hidrovía Tietê - Paraná, que facilitan el transporte de carga, principalmente al Mercosur.

El municipio tiene aproximadamente 123.638 habitantes, estimados para 2020, con una densidad demográfica de 204,79 habitantes/km² (fuente: IBGE);

La proporción de personas ocupadas en relación con la población total era de 31,3%.

Grupo de edad de la población Biriguiense:



El IDH (Índice de Desarrollo Humano) municipal es de 0,780 (Fuente: IBGE 2010); mortalidad infantil 14,67 muertes por mil nacidos vivos; Tasa de urbanización del 97%; 97,6% de las aguas residuales sanitarias; 94,8% forestación de vías públicas; 12,9% urbanización de vías públicas; la tasa de escolaridad de 06 a 14 años es del 98%; Establecimientos de Salud del SUS: 19 (11 Unidades Básicas de Salud; 01 Urgencia; 01 Hospital, 01 Centro de Salud Mental, 01 Centro de Salud de la Mujer; 01 Centro de Especialidades; 01 Consorcio Intermunicipal de Salud); 01 perrera.

Tiene establecimientos de salud privados/seguro médico/ sin fines de lucro; 162 clínicas médicas; 1 Hospital; 02 PA (atención de emergencia); 06 Clínicas de diagnóstico por imágenes; 01 Servicio a Domicilio; 02 ILPI (Centro de atención a largo plazo para ancianos); 02 Clínica de vacunación; 181 clínicas dentales; 41 clínicas de fisioterapia; 07 Clínicas de Prótesis Dentales; 47 clínicas (psicología, nutrición, fonoaudiología, acupuntura); 17 Clínicas Veterinarias; 08 Laboratorios de análisis clínico y análisis técnico de agua.

Birigui también tiene 01 Escuela Municipal de Educación Infantil, 16 Escuelas Municipales, 12 Centros de Educación Infantil, 06 Centros de Educación Infantil y 14 Escuelas Públicas, 11 Escuelas Privadas de Educación Infantil, Primaria y Secundaria, 01 ETE (Escuela Técnica Estadual) , 01 ETF (Escuela Técnica Federal) y 03 Centros Universitarios (Fateb, Uniesp y Methodist College), 01 Sesi - Escuela Primaria Danzas, Deportes, Teatros y Recreaciones, 01 Senai - Escuela técnica industrial; 23 academias de actividad física; 69 Peluquerías, Estética y afines; 01 Centro de Resocialización; 01 Centro de acogida para residentes sin residencia fija; 03 Funerarias; 33 Pozos Artesianos; 01 Estación de Tratamiento de Agua; 01 Relleno Sanitario; 03 cementerios; 03 Clubes sociales; 493 Establecimientos Alimentarios; 22 Establecimientos de ópticos; 59 Droguerías, Farmacias de

Manipulación y Dispensarios de Medicamentos; 05 Distribuidores de Medicamentos y 07 Tiendas de Material Médico.

Para internalizar la Agenda 2030, en 2019, la Municipalidad de Birigui, formalizó un nuevo equipo técnico, a través del Decreto 6472 del 14/11/2019, cuya misión institucional, con base en el legado realizado por el equipo antecesor, hacer la vinculación con la CNM (Confederación Nacional de Municipios) y el TCESP (Tribunal de Contas de SP) como estrategia para otras consolidaciones pertinentes a las metas.

Fue inserido como estrategia de gestión el ciclo PHVA, que consiste en una herramienta basada en 4 pilares importantes: Planificar, hacer, verificar y actuar, y también se incorporó la interfaz con directrices de sistemas de gestión internacionales: NBR ISO 9001 (calidad); NBR ISO 14001 (medio ambiente); NBR ISO 45001 (salud y seguridad ocupacional); NBR 10719 (Información y documentación); NBR 16001 (responsabilidad social), NBR ISO 20400 (compras sostenibles); NBR ISO 19600 (*compliance*).

Desde entonces, la Municipalidad comenzó a incorporar instrumentos puestos a disposición por las instituciones, tales como: La Mandala ODS CNM, los gráficos de gestión que parametrizan colores clasificados en tres áreas, representadas por colores: rojo (debajo del parámetro), amarillo (mediana), verde (por encima del parámetro) y el Ieg-m (índice de efectividad de la gestión municipal) que permiten diagnosticar, monitorear y evaluar el desempeño de la administración municipal en términos del alcance de la Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible.

A partir de estas instrumentalidades, el Municipio incorporó el diagnóstico de los ODS, bajo el auspicio del rol de direccionamiento y directrices disponibles por la CNM en su biblioteca, permitiendo la base técnica en el grado de desarrollo del Municipio según 4 dimensiones: económica, social, ambiental e institucional.

La CNM direcciona, a través de su equipo técnico, que los municipios que opten por incorporar la práctica de la Agenda 2030 puedan seguir un cronograma de intervenciones, por etapas, siendo así clasificadas:



Cabe destacar que toda la Agenda tiene un carácter integrador, por lo que las acciones permean todas las secretarías de Birigui, siendo necesario un direccionamiento a nivel estratégico por parte del gestor municipal. Corresponde al Alcalde proponer a su equipo qué metas deben ser operativas y comprobar, como se indica en el PHVA, la efectividad de las acciones, analizando críticamente y, en su caso, subsanando las no conformidades.

CICLO PHVA - PLANIFICACIÓN

Al inicio de las acciones, se elaboró un plan de trabajo por parte del equipo directivo del programa, integrado por: Presidente y Vicepresidente, Coordinadores de Compromiso, Diagnóstico, Informes e Indicadores, siendo aprobado por la Alcaldía Municipal, titulado PC 01/2020. Esta estrategia de planificación busca en su esencia acercar todo el alcance de la intervención, en carácter estructural, orienta metas, pactos, establece competencias específicas e interfaces con socios, necesarias para la consolidación de la Agenda global.

Para atender el programa ODS, la Alcaldía de Birigui cuenta con una directriz intervencionista formal, cuya base busca cumplir con las recomendaciones de la ONU, enumerando en una matriz de materialidades objetivas, prioritarias, a través de la matriz GUT (Gravedad, Urgencia y Tendencia), bajo planificación formal para el año 2020 y contempladas en instrumentos de gestión presupuestaria: PPA (Plan plurianual). LDO (Ley de directrices presupuestarias) y LOA (Ley presupuestaria anual).

PREFÁCIO

Ao ser eleito prefeito de Birigui, toda a minha campanha foi embasada em um slogan: Birigui mais humana. Acredito que o direito fundamental, preconizado no artigo 5º da CF 1988, traz o sentimento de efetivação na perspectiva da dignidade, da pluralidade, do respeito às diferenças e na busca constante da cidadania como pilar constitucional.

Eu, enquanto chefe do poder executivo municipal, ao idealizar este projeto junto a comissão executiva dos ODS's, tive como objetivo as parcerias. O ODS nº 17 traz este ensejo de efetivação da agenda 2030, e na minha gestão fiz o compromisso de priorizar os ODS's como estratégia de sustentabilidade, aplicando as práticas de gestão internacional.

Ao iniciar este trabalho, percebi que a responsabilidade da incorporação da agenda 2030 nos atos administrativos da Prefeitura deveria partir das atitudes minhas. Por isso, dei a continuidade de apoio contínuo para ser do signatário do pacto global, criei um decreto municipal para formalizar o trabalho da comissão executiva municipal.

Atendendo aos requisitos da Confederação Nacional dos Municípios, fiz a nomeação de um servidor efetivo como presidente da comissão executiva, avaliando a competência técnica e conhecimento da agenda, incorporando a equipe gestora do programa, outros profissionais que reúnam o perfil de engajar, sensibilizar, analisar indicadores, realizar diagnóstico e priorizar as ações, ajustando intervenções e metas que cumprem as propostas da ONU.

A intervenção da Prefeitura de Birigui busca atender as condicionantes internacionais de gestão, padronização em normas ISO, ciclo PDCA, matriz de prioridades, mandala de desempenho do CNM. A equipe gestora tem a missão de levar a cultura dos ODS's a toda a população de Birigui, a todos os elos que compõem a administração pública, e principalmente: a prática da sustentabilidade interna, nas licitações, na comunidade, na região e no País.

Quero destacar que enquanto chefe do poder executivo, todas as secretarias da prefeitura devem adotar os 5 P's propostos pela agenda. Minha gestão está pautada em pessoas, e determinada a acabar com a pobreza e fome, garantindo que todos os seres humanos possam realizar seu potencial em dignidade e igualdade, convivendo em uma sociedade pacífica, justa e inclusiva, com prosperidade, em um planeta sustentável. Para alcançar estes 5 P's, coloquei como meta a equipe gestora que realize as parcerias necessárias em prol da agenda 2030.

Quero convidar a todos os leitores, representantes de todos os poderes da república, em todas as esferas, as empresas, a sociedade civil, as ONG's e a nossa região Noroeste a adesão à agenda. Seja você o diferencial. Elabore estratégias concretas para juntos, conseguirmos cumprir os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável e contribuir para um legado na construção de um mundo melhor.

Birigui iniciou sua trajetória e nosso compromisso é engajar outros municípios a aderirem conosco. A agenda 2030 é desafiadora, contemporânea, traz a gestão pública o comprometimento da transparência, da preservação ambiental e da busca do desenvolvimento local.

Birigui, SP, dezembro de 2020.

Cristiano Salmeirão - Prefeito

INTRODUÇÃO - AS MÚLTIPLAS INTERFACES DA AGENDA 2030 EM PROPORCIONAR DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eliei Robson Lemes Ribeiro – Presidência ODS Municipal – Birigui SP

Esta coletânea de artigos e de análises voltadas aos 17 ODS's das Nações Unidas tem como objetivo destacar todas as estratégias de governança na gestão pública municipal de Birigui – SP no tocante a internalização da agenda 2030.

Ao referir-se aos ODS's, menciona-se suas origens nos Objetivos do Milênio, resultante de uma sequência de cúpulas multilaterais, que tinha como interface o cunho social, de preservação da vida e estratégias de combate à fome.

Possuía 8 objetivos a serem alcançados no período compreendido entre os anos 2000 a 2015: Erradicar a pobreza extrema e a fome; Alcançar o ensino primário universal; Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Ainda no contexto histórico, uma importante conferência de legado para o padrão de desenvolvimento foi em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, acontecida no Rio de Janeiro, produzindo como resultado a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, e a adoção da agenda 21, sendo o marco global pioneiro de intenções para a efetivação estratégica de promoção de desenvolvimento, porém de forma sustentável e que incorpora os seres humanos e o meio ambiente nestas ações.

No ano de 2014, foi criado o Grupo de Trabalho Aberto para a elaboração dos ODS (GTA-ODS), contou com a participação de 70 países, e foram construídos com vários *stakeholders*, ampliando assim a discussão estratégica de quais norteamentos compunham o século XXI.

Destaca-se no ano de 2015, resultante da Rio+20, os países signatários das Nações Unidas assinam o documento: O Futuro que queremos, tendo como bases ações intergovernamentais,

A agenda 2030 teve seu início de planejamento em setembro de 2015, após as reuniões em Nova York, e publicação do documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” que tem como foco a erradicação de pobreza em âmbito global. Trata-se de um plano de ação cooperativo, com estratégias robustas, desafiadoras, elencadas em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, 169 metas e 231 indicadores.

A agenda global é uma estratégia integradora, que busca signatários voluntários, que faz de suas práticas de gestão a interfaces com os pilares estratégicos: Institucional, Social, Ambiental e Econômico, dividido em dimensões interventivas que foquem a consolidação dos direitos humanos, preservação ou minimização de impactos ambientais, integridade na gestão pública/privada, probidade e ética no zelo pelos recursos oriundos das pactuações entre os entes federativos, busca do desenvolvimento econômico/local sustentável e a efetivação de parcerias que objetivem o mesmo foco interventivo, estimulado pela metodologia dos 5 P's, que consiste:



Ao fazer a integralização dos OM's com os ODS's, várias frentes de trabalho são pactuadas para atingir as metas propostas, sendo:

Pacto Global: Estratégia corporativa, voltada ao fomento das práticas em sustentabilidade nas empresas. Possui metas que fazem interface com o poder público, em todas as esferas federativas. Trata-se de adesão voluntária, que fornece diretrizes para a consolidação da cidadania e do crescimento sustentável.

Para operacionalizar os pilares do pacto global, as empresas podem fazê-los através de padronização de normas ISO ou recomendações de gestão corporativa, entre elas: NBR ISO 9001 (qualidade); 14001 (ambiental) 450001 (saúde e segurança ocupacional); 14021 e 14024 que trata de rotulagem ambiental; 19600 programas de compliance; 16001 de responsabilidade social; 31010 de gestão de riscos, entre muitas outras que proporciona certificações e gestão de conformidades, atendendo a agenda 2030 através da metodologia do ciclo PDCA ou de melhores práticas de gestão e lições aprendidas.

Cidades sustentáveis: Estratégia focada em 12 eixos temáticos e alinhados aos 17 ODS's, nos pilares da administração pública sustentável: Institucional, Econômica, Social, Cultural e Ambiental. O programa cidades oferece um conjunto de ferramentas para a gestão

pública pautar ações que incorpore a agenda 2030, painel de monitoramento e capacitação aos municípios.

CNM (confederação nacional dos municípios): A confederação nacional, por ser um órgão representativo dos municípios, disponibilizam ferramentas que auxiliam ao gestor municipal a tomada de decisões, através da mandala de desempenho que mensura indicadores em dimensões estratégicas. Possui equipe técnica que apoiam equipes gestoras municipais em ajustes necessários para a operacionalização da agenda global.

Diante de todo o exposto, a agenda 2030 trata-se de um importante elo que congrega mundialmente governos, empresas, terceiro setor, sociedade civil, sindicatos e todos aqueles que almejam construir um mundo sustentável, a muitas mãos. Quando internaliza a agenda em um signatário, a cultura criada de individualidade supera-se a patamares coletivos.

Ser signatário da agenda requer ação. a palavra ação permeia todos os ODS's. Quando se destaca a ação submete-se a mudança, a quebra de paradigmas estruturais. Quando uma empresa machista muda seu comportamento para uma ambiência de igualdade de gênero, colocando em seu quadro mulheres em homens em cargos de decisão, com salários iguais, pode-se dizer que a missão está parcialmente cumprida.

Várias ações práticas dentro da agenda podem ser realizadas em campo organizacional. Um dos resultados é reduzir resíduos e destiná-los adequadamente através de CADRI. As toneladas que deixam de ser descartados de forma inadequada traduz o ensejo ambiental das metas relacionadas aos ODS's 02, 06, 12, 13, 14 e 15. Tantas outras podem ser citadas: programa de compliance, canais de denúncias, combate ao assédio sexual e abuso de poder, tratamento da poluição em níveis aceitáveis, uso de energia limpa, reuso de água, prevenção de contaminação do solo, conformidade em saúde e segurança.

Na gestão pública os ODS's traduz-se na efetivação de políticas públicas que atendam as demandas e anseios do cidadão. Ofertar acesso aos níveis de complexidade em saúde de forma integral atende o ODS 03, enquanto ter escolas acessíveis e de alto desempenho de aprendizado cumpre as metas do ODS 04

Vários pontos podem ser ajustados em políticas ambientais, coleta seletiva, implantação de agroflorestas, licenciamento de lixões, fomento às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, educação continuada, leis específicas de manejo sustentável e preservação urbana, recuperação de áreas degradadas, plantio de árvores nativas, recuperação de nascentes.

Os exemplos de internalização da agenda para atender o ODS 08, traduz no comprometimento do gestor do não comprometimento do gasto em pessoal acima do

permitido por lei, e paralelo buscar parcerias com iniciativa privada para oferta de serviços corresponsabilizações.

Claro, que não cabe a esta introdução, elencar todas as ações que o Município pode realizar, visto que discorrer-se-á diante desta construção, que desde a sua concepção, buscou seguir a metodologia global: não deixar ninguém para trás, antes, congrega diversos atores sociais que engajam-se, tanto no município, quanto em outras partes, a efetivação de uma sustentabilidade onde pessoas, meio ambiente, economia e instituições se constroem sob a lógica da parceria e da efetividade do pertencimento.

CAPITULO 01 – A INTERNALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 EM BIRIGUI COM A PARCERIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICIPIOS.

ANÁLISE DE IMPACTO DA INCORPORAÇÃO DOS ODS NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI COM BASE NA MANDALA ODS CNM

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram vivenciados de uma forma extremamente ousada e pragmática pelo Município de Birigui, localizado na região noroeste do Estado de São Paulo, trazendo luz aos resultados específicos alcançados pela população em seus diferentes segmentos.

Esta ação permitiu um grau de maturidade em relação a forma de diagnóstico, percepção e definição de mecanismos de gestão, que pode ser estudado como uma referência nacional e internacional de avaliação dos impactos dos ODS dentro da estrutura da realidade dos Municípios brasileiros.

A primeira ação tomada para esse tipo de organização foi a definição clara e objetiva de atuar com grupos temáticos específicos no desenvolvimento das suas soluções, com a construção de um comitê gestor para a elaboração de projetos, pressupondo a lógica de organização das carreiras estruturadas de acordo com os pilares estratégicos da Agenda 2030.

No entanto, no decorrer das ações nós pudemos perceber que é muito importante que o Município primeiro consiga definir a sua própria agenda de trabalho, que não seja internacional, mas que seja nacional. Esta agenda precisa resolver os problemas da população, e somente a partir disso os ODS podem ser colocados como uma ferramenta adicional e expressar aquilo que podem alcançar.

Ao se criar uma agenda paralela de discussão dos ODS, você pode ter uma ação de construção de dados e indicadores que muitas vezes não conseguem ser percebidos pela

população local, e aquilo que não é percebido, não é tido como relevante e não é agregado valor. Isso acaba gerando uma desconsideração tanto dos resultados das ações de quem executa o processo, quanto de quem as vivencia.

Para isso, depois da primeira análise das páginas de conteúdo escrito, de materiais, de dados, de informações, foi realizada a segunda ação, uma análise ponderada com base em subsídios da Confederação Nacional de Municípios e da Mandala ODS, que foi a base de dados inicial para a criação de indicadores que pudessem permitir uma mensuração das estruturas dos Municípios, e paralelamente a isso, uma ação ousada de validação da relevância e aplicação das metas.

A CNM vem trabalhando para o desenvolvimento dos ODS. No Congresso Mundial da Organização Mundial Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), realizado em novembro de 2019 na África do Sul, assumiu compromisso junto a CGLU, a Articulação de Redes Territoriais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ART Pnud), o Conselho dos Municípios e das Regiões da Europa (CEMR) e a Prefeitura de Barcelona, para fazer um grande salto de validação da qualidade da implementação da Mandala ODS (<http://ods.cnm.org.br>). Apesar da ferramenta trazer resultados extremamente específicos e positivos, precisávamos responder as seguintes perguntas:

- Como os 17 Objetivos e as 169 metas estavam sendo implementados dentro da realidade dos Municípios;
- Quais das metas e ações seriam competência municipal, competência compartilhada ou competência exclusiva de outro Ente da federação ou de outros setores da sociedade; e
- Como essas ações funcionariam.

Diante deste desafio, precisávamos voltar ao Brasil e encontrar um Município que estivesse disposto a colocar a sua realidade para um diagnóstico profundo, um raio-x de todos os avanços e problemas, para que pudéssemos criar não a solução ideal, mas uma metodologia que pudesse perceber e explicitar uma forma de operação em relação aos ODS.

O resultado desta ação em conjunto com Birigui conseguiu criar os indicadores iniciais e os primeiros formulários que serão utilizados ao que podemos chamar de evolução da Mandala ODS para a versão 2.0. Esta nova versão utilizará a agregação dos dados nacionais, com a atualização de base de dados de acordo com o período de cada um dos indicadores, por exemplo o Censo a cada 10 anos, os indicadores anuais, os relatórios mensais ou trimestrais que são apresentados dentro da gestão da prefeitura. Também incorporaremos pequenas planilhas para a realização de planos de ação que façam a inclusão

da realidade do Município como um critério objetivo a ser trabalhado, que estão disponíveis no anexo 2 deste documento.

A ação de Birigui serviu para que pudéssemos perceber que precisamos primeiro trabalhar com as agendas locais, com a resolução dos problemas reais e específicos de uma determinada população, grupo ou atividade social e, vencida essa etapa, documentar o resultado do cumprimento das etapas localmente e fazermos uma correlação de como isso atinge a meta global.

Mas, como isso poderia ser feito? Para a implementação de maneira simples, disponibilizamos no anexo 1 uma tabela que congrega de forma linear as características de cada um dos 17 objetivos e das 169 metas, como resultado do escrutínio lógico da equipe técnica de Birigui e da CNM, reunindo a análise em 3 dimensões possíveis:

1. Dimensão verde: conjunto de ações que foram desenvolvidas que contribuem para a meta se forem realizadas ou replicadas por outras pessoas, com outras características, e que podem dar um resultado semelhante, equivalente ou melhor em relação à meta;
2. Dimensão amarela: conjunto de ações que não foram plenas ou suficientes, mas somam para a meta e permitem um desenvolvimento efetivo;
3. Dimensão vermelha: conjunto de ações que são um pré-requisito que não foram implementadas, que faltaram ou que são condições que atrapalham o desenvolvimento e alcance da meta.

Esta análise é importante porque não indica que cada Município conseguirá atingir de maneira objetiva todos os 17 ODS e suas 169 metas, e nem é preciso que seja feito desta forma, mas serviu, *a priori*, para definir quais metas não fazem parte da competência exclusiva dos Municípios, identificando metas que são competências dos estados e da União.

Isto vale à CNM para articulação nacional e estadual para a definição de políticas nacionais que consigam dar resposta para a estruturação e organização desse tipo de política pública, pois somente assim elas serão atingidas. Já que o Município na sua individualidade e essência não tem competência, capacidade ou estruturação para fazer, e só por isso já teria valido todo o trabalho.

Além disso, ao separarmos as ações que efetivamente geram um impacto para a realidade das populações locais e aquilo que não pode ser resolvido, conseguimos ter uma convergência de entendimento das ações de forma mais estruturada do ponto de vista da administração pública municipal.

Com isso, começamos a gerar ferramentas, instrumentos e metodologias, por ora ainda disponibilizados apenas em formulários em papel, mas que vão crescer paulatinamente e progressivamente para a estruturação eletrônica de sistemas de base de dados que resolvam os problemas reais daquela população atendida no segmento que está sendo trabalhado pela meta, e que possa dar respostas àquilo que está sendo medido.

Outro aspecto extremamente importante é a identificação não só do que se mede, nem do como se mede, nem do para que se mede, mas do que se faz com o que se mede. Infelizmente, as pessoas após realizarem as medidas não tem um resultado concreto daquela análise ou operacionalização como um instrumento de decisão e de gestão da política pública. Então, vamos criar mecanismos simples que permitam uma mensuração da gestão do processo para a sua melhoria específica.

Por exemplo, se você tivesse um balcão de atendimento com um setor de *feedback* que diz que o seu atendimento não está sendo muito bom, e se com isso fossem feitos relatórios nacionais ou globais sobre isso, você vai ter relatórios dizendo que o atendimento não está sendo bom. Mas, se ao final de cada semana, você pegar justamente aqueles itens que não estão bons e tomar ações concretas dentro da realidade local e ir baixando semanalmente, por exemplo, de 10 para 8, depois 5, depois 4, você está gerando um resultado na estruturação e qualidade do serviço.

Se nós transformamos esse exemplo no atendimento a população em um hospital, no desentupimento de um bueiro ou no fornecimento de transporte público para uma criança que seja portadora de necessidades especiais, e resolvermos o passo a passo da organização deste processo, o Município melhora. O dado é menos importante do que a transformação que esse dado pode gerar.

Nós temos percebido que a obtenção dos critérios de dados dos ODS muitas vezes não consegue efetivamente transformar a realidade local. Todas as ações precisam ser focadas para a resolução dos próprios problemas do Município e na definição de uma agenda interna. Esta agenda deve ser associada à construção e a consolidação de problemas reais, e precisa ser baseada em políticas públicas, aplicação de recursos, conhecimentos e técnicas.

Por isso, nós da CNM invertemos todas as ações e não temos mais uma agenda internacional paralela que fala a respeito dos ODS. A partir de agora, Birigui nos ajudou a enxergar que a agenda é única, uma agenda nacional. Os temas dos ODS precisam estar em cada um dos documentos, das políticas públicas e das ações, com o resultado daquilo que efetivamente melhorou ou que piorou na qualidade da população ou da ação sendo percebida

como um critério objetivo de melhora do próprio processo, e depois a geração de dados e indicadores globais.

A CNM agradece demais a todos os que estiveram conosco nessa incursão e na análise destas mais de 400 páginas. Aqui serão encontrados textos de diferentes níveis de maturidade e de resolução de problemas, mas pra cada um deles existe um aspecto importante que você pode aprender e aplicar dentro da estrutura do seu Município. Principalmente, você pode aprender com a experiência de quem já fez e saber o que dá certo, o que dá errado e o que pode ser melhorado, porque essa é a forma de construção dos ODS num outro patamar.

Estamos exatamente no meio da jornada dos Objetivos e das metas da Agenda 2030 e o simples fato de trazermos cada um dos Municípios brasileiros a resolver a sua própria agenda local para, a partir daí, ousar em pensar nas perspectivas internacionais e na forma como elas se correlacionam na resolução dos próprios problemas, pode ser a diferença entre o sucesso e o fracasso da Agenda.

Mandala ODS CNM



A CNM lançou a Mandala ODS em 2017 para prover ferramentas em relação ao acompanhamento e monitoramento da Agenda 2030. A ferramenta disponibiliza aos gestores públicos municipais e à sociedade 28 indicadores dos 5.568 Municípios, dispostos em gráfico do tipo “radar”, mostrando o grau de desenvolvimento municipal em 4 dimensões: econômica, social, ambiental e institucional.

Os Municípios foram divididos em 6 grupos distintos a fins de análise e comparação, e com isso, possibilita o diagnóstico, monitoramento e avaliação dos indicadores e sua relação com a Agenda 2030. Os indicadores selecionados são coletados de fontes oficiais ou de pesquisa própria da entidade e respeitam critérios como o da periodicidade de atualização não superior a dois anos.

Além disso, é possível gerar relatórios por indicador e dimensão, definir metas locais com o simulador e acompanhar a evolução dos dados.

Acesse a Mandala ODS CNM em:

<http://ods.cnm.org.br/mandala-municipal>.



CASE BIRIGUI: UM CENÁRIO DE AJUSTES COM INTERFACE AOS ODS/ONU COM AÇÕES INOVADORAS E ENGAJAMENTO DE OUTRAS PARTES INTERESSADAS.

CONTEXTO DO MUNICÍPIO

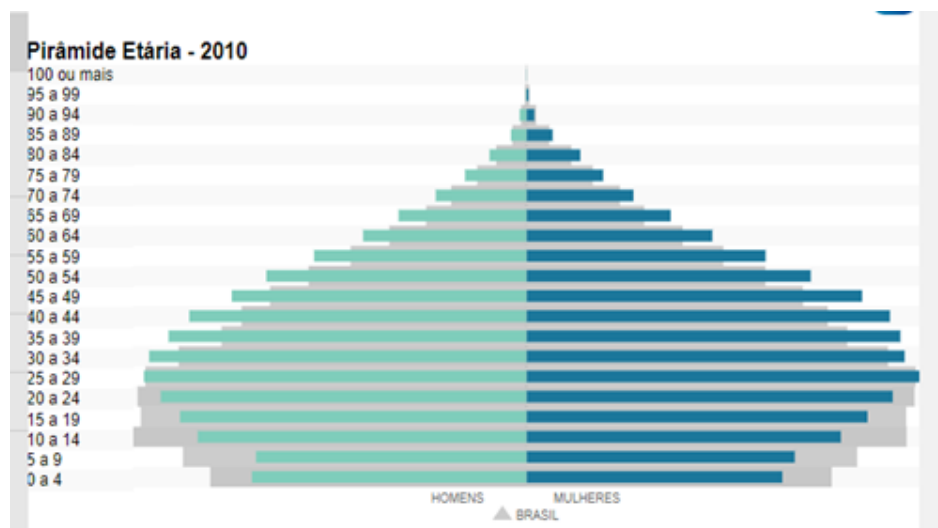
Birigui está localizada na região Noroeste do Estado de São Paulo, distante 524 Km da capital, com uma extensão territorial de 530,030 km (fonte: IBGE) e altitude de 400 metros; o clima predominante é tropical seco. O município fica situado no estado de São Paulo, localizado no Noroeste paulista. Sua população, conforme estimativas do Instituto de Geografia e Estatística (2019), era de 123.638 habitantes. A população masculina é de 53.075, enquanto a população feminina é de 55.653 habitantes (CENSO/2010).

A cidade é delimitada pelos rios: Tietê, Ribeirão Baixotes, Ribeirão Baguaçu, Córrego Biriguizinho, Córrego Veadinho, Córrego Grande, Córrego Tabapuã, Córrego do Imbé, Córrego Barro Preto e Córrego Água Branca. É subdividido pela SP – 300 (Rodovia Marechal Rondon, Rodovia Gabriel Melhado- SP 461 e Rodovia Teotônio Vilela), que liga o município às diversas regiões e estados. Existem também outras importantes vias, destacando-se a Ferrovia Novoeste e a Hidrovia Tietê – Paraná, facilitando o transporte de cargas, principalmente para o Mercosul.

O município tem aproximadamente 123.638 habitantes, estimativa para o ano 2020, com uma densidade demográfica de 204,79 hab/km² (fonte: IBGE);

A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 31.3%.

Faixa etária da população biriguiense:



O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) municipal é de 0,780 (Fonte: IBGE 2010); mortalidade Infantil 14,67 óbitos por mil nascidos vivos; taxa de Urbanização de 97%; 97,6% de esgotamento Sanitário; 94,8% de arborização de vias públicas; 12,9% de urbanização de vias públicas; taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade é de 98%; estabelecimentos de Saúde do SUS: 19 (11 Unidades Básicas de Saúde; 01 Pronto Socorro; 01 Hospital, 01 Centro de Saúde Mental, 01 Centro de Saúde da Mulher; 01 Centro de Especialidades; 01 Consórcio Intermunicipal de Saúde); 01 Canil.

Possui Estabelecimentos de Saúde Privados/ Convênios/ Sem fins Lucrativos; 162 Clínicas Médicas; 1 Hospital; 02 PA (pronto atendimento); 06 Clínicas de diagnóstico por Imagem; 01 Serviço Domiciliar; 02 ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idoso); 02 Clínica de Vacinação; 181 Clínicas odontológicas; 41 Clínicas de Fisioterapia; 07 Clínicas de Próteses Dentárias; 47 Clínicas (psicologia, nutrição, fonoaudiologia, acupuntura); 17 Clínicas Veterinárias; 08 Laboratórios de análises clínicas e análises técnicas da água.

Birigui conta ainda com 01 Escola Municipal de Ensino Infantil, 16 Escolas Municipais, 12 Centros de Educação Infantil, 06 Centros de Educação Infantil Conveniados e 14 Escolas Estaduais, 11 Escolas Particulares de Ensino Infantil, Fundamental e Médio, 01 ETE (Escola Técnica Estadual), 01 ETF (Escola Técnica Federal) e 03 Centros Universitários (Fateb, Uniesp e Faculdade Metodista), 01 Sesi – Escola de ensino fundamental Danças, Esportes, Teatros e Recreações, 01 Senai – Escola técnica industrial; 23 Academias de Atividade Física; 69 Cabeleireiros, Estéticas e Congêneres; 01 Centro de Ressocialização; 01 Centro de acolhimento para moradores sem residência fixa; 03 Funerárias; 33 Poços Artesianos; 01 Estação de Tratamento de Água; 01 Aterro Sanitário; 03 Cemitérios; 03 Clubes Sociais; 493 Estabelecimentos Alimentícios; 22 Estabelecimentos de Óticas; 59

Drogarias, Farmácias de Manipulação e Dispensários de Medicamentos; 05 Distribuidores de Medicamentos e 07 Estabelecimentos Varejista de Materiais Médicos.

Para a internalizar a agenda 2030, em 2019, o Município de Birigui, formalizou uma nova equipe técnica, através do decreto 6472 de 14/11/2019, que tem como missão institucional, baseado no legado realizado pela equipe antecessora, fazer a vinculação com o CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e ao TCESP (Tribunal de Contas de SP) como estratégia de outras consolidações pertinentes às metas.

Foi inserido como estratégia de gestão o ciclo PDCA que consiste em uma ferramenta baseada em 4 pilares importantes: Planejar, executar, checar e agir, sendo ainda incorporado a interface com diretrizes de sistemas de gestão internacionais: NBR ISO 9001 (qualidade); NBR ISO 14001 (meio ambiente); NBR ISO 45001 (saúde e segurança ocupacional); NBR 10719 (Informação e documentação); NBR 16001 (Responsabilidade social), NBR ISO 20400 (compras sustentáveis); NBR ISO 19600 (compliance).

Desde então, o Município passou a incorporar instrumentos disponibilizados pelas instituições, tais como: A mandala de desempenho, os gráficos de gestão que parametrizam cores classificadas em três áreas, representadas por cores: vermelho, (abaixo do parâmetro) amarelo, (mediano), verde (acima do parâmetro) e o Ieg-m (Índice de efetividade da gestão municipal) que possibilitam diagnosticar, monitorar e avaliar o desempenho da administração municipal quanto ao nível do alcance da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A partir destas instrumentalidades, o Município incorporou o diagnóstico ODS's, sob a égide do rol de direcionamentos e diretrizes técnicas disponibilizadas pelo CNM em sua biblioteca, permitindo o embasando-se técnico no grau de desenvolvimento do Município de acordo com 4 dimensões: econômica, social, ambiental e institucional.

O CNM direciona através de sua equipe técnica, que municípios que optem por incorporar a prática da agenda 2030, podem seguir um cronograma de intervenções, através de etapas, sendo assim classificadas:



Cabe destacar que toda a agenda tem caráter integradora, logo as ações permeiam todas as secretarias de Birigui, sendo necessário o direcionamento em nível estratégico do gestor municipal. Cabe ao Prefeito propor a sua equipe quais metas deverão ser operacionais e checar, conforme postula o PDCA, a efetividade das ações, analisando criticamente e caso necessário, corrigir não conformidades.

CICLO PDCA - PLANEJAMENTO

Ao iniciar as ações, foi elaborado um plano de trabalho pela equipe gestora do programa, composta por: Presidente e vice Presidente, Coordenações de engajamento, diagnóstico, reportes e indicadores, sendo aprovado pelo Prefeito municipal, intitulado PC 01/2020. Esta estratégia de planejamento busca em sua essência trazer todo o escopo interventivo, em caráter estrutural, norteia metas, pactuações, estabelece competências específicas e faz a interface com parceiros, necessários a consolidação da agenda global.

Para atender o programa ODS, a Prefeitura Municipal de Birigui tem uma diretriz formal interventiva, cuja gene busca atender as preconizações da ONU, elencando numa matriz de materialidades objetivas, prioritárias, através da matriz GUT, sob planejamento formal para o ano de 2020 e contemplados nos instrumentos de gestão orçamentária: PPA, LDO e LOA.

PROGRAMA: A INCORPORAÇÃO DOS ODS'S NA PREFEITURA DE BIRIGUI

UNIDADE EXECUTORA

Razão social	Prefeitura Municipal de Birigui
Endereço	Praça James Mellor, s/n
CNPJ	46.151.718/0001-80
Responsável legal	Cristiano Salmeirão
Setor	Chefe do poder executivo de Birigui
Telefone	55 (18) 3643 6000

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Nome	A incorporação dos ODS's na Prefeitura de Birigui
Início Previsto	Janeiro 2020
Término Previsto	Contínuo
Objetivo	Integrar os 17 Objetivos do desenvolvimento Sustentável como estratégia de contribuição a agenda 2030 das Nações Unidas.

Comissão Executiva Presidente	Eliel Robson Lemes Ribeiro
Comissão Executiva Vice Presidente	Renato José das Neves Cortez
Comissão de engajamento	Maria Alessandra Cenko Hansen
Comissão de Indicadores	Marcos Aurélio Barbosa
Comissão de diagnostico ODS	Andressa Gonçalves Bibiano Caretta
Comissão de Report	Jessica Fernanda Basseto Corte

COMPETÊNCIAS DA INSTÂNCIA DE VALIDAÇÃO

O Chefe do Poder Executivo Municipal deve assegurar:

A disponibilidade de recursos essenciais para estabelecer, programar, manter e melhorar o sistema de gestão da estratégia ODS. Os recursos abrangem recursos humanos, qualificações específicas, tecnologia, recursos de infraestrutura e recursos financeiros.

As funções, responsabilidades e autoridades devem ser definidas, documentadas e comunicadas, a fim de facilitar uma gestão eficaz dos ODS, através de decretos públicos inerentes a função do Chefe do poder Executivo Municipal.

O Chefe do Poder executivo Municipal deve nomear representante(s) específico(s) que, independentemente de outras atribuições, deve(m) ter funções, responsabilidades e autoridade definidas para:

Assegurar que os requisitos do sistema de gestão dos ODS's sejam estabelecidos, implementados e mantidos de acordo com as diretrizes da ONU;

Junto a comissão executiva aprovar a política de gestão sustentável, compras sustentáveis, compliance, responsabilidade social, meio ambiente, saúde e segurança do servidor, da Prefeitura de Birigui;

Deliberar atos administrativos demandados ao funcionamento da estrutura de governança dos ODS;

Deliberar a viabilidade de parcerias setoriais e de representatividade social para a implantação dos 17 ODS's;

Dar posse aos integrantes das comissões: executivo, de diagnóstico, de engajamento, de indicadores e de Report;

Estabelecer metas SMART a serem alcançadas nas dimensões dos ODS's;

Sensibilizar os executores do programa quanto ao seu planejamento, execução, medição e Report de acordo a metodologia do PDCA;

Aprovar a matriz de prioridades dos ODS's oriundos da matriz GUT, que impactam diretamente o desempenho da gestão municipal;

Convocar audiências públicas de prestação de contas à população via câmara de vereadores;

Convocar a conferência anual dos ODS's e estipular o norteamento das ações através do conselho municipal dos ODS's;

Aprovar documentos pertinentes aos ODS's quanto à sua adequação, antes de sua emissão;

Analisar, atualizar, se necessário, e reprovar documentos;

Analisar o sistema de gestão dos ODS's, em intervalos planejados, para assegurar sua contínua pertinência, adequação e eficácia. Essa análise deve incluir a avaliação de oportunidades para melhoria e necessidade de mudanças no sistema de gestão, incluindo política, objetivos e metas SMART.

As saídas da análise pela instância de validação devem incluir quaisquer decisões e ações relacionadas às necessidades de recursos e possíveis mudanças na política da gestão sustentável, nos objetivos e metas e em outros elementos do sistema do desempenho municipal.

Estas saídas da análise devem ser consistentes com o compromisso de melhoria contínua, através do ciclo PDCA.

COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Presidente e Vice Presidente da comissão executiva dos ODS's devem assegurar:

A assertividade na escolha dos representantes das comissões diretivas, que tenham o potencial de direcionar as condicionantes e demandas oriundas dos impactos identificados pela Prefeitura de Birigui, através de diagnóstico ODS;

Sejam competentes com base em formação apropriada, treinamento ou experiência; prover treinamento as comissões diretivas, ou tomar alguma ação para atender a essas necessidades, devendo manter os registros para evidenciar;

Identificar e planejar operações e atividades que estão associadas aos impactos significativos das questões dos ODS's, de forma a assegurar que sejam executadas sob condições especificadas, por intermédio de:

Estabelecimento, implementação e manutenção de procedimentos documentados, pois a ausência destes puder levar a desvios em relação à política, objetivos e metas dos ODS's;

Definição de critérios operacionais no(s) procedimento(s);

Estabelecimento, implementação e manutenção de procedimentos para responder às situações de crise ou quaisquer situações especiais, bem como a análise periódica, e, quando necessário, a revisão destes procedimentos, em particular após a ocorrência destas.

Estabelecer, programar e manter procedimento(s) para fazer com que as secretarias e que estejam conscientes:

Da importância de estar em conformidade com a política da gestão sustentável da Prefeitura de Birigui, assim como seus procedimentos e requisitos do sistema de gestão dos ODS's;

Dos impactos reais ou potenciais associados com o trabalho e dos benefícios sociais, ambientais e econômicos resultantes da melhoria do desempenho da gestão municipal;

Planejar a implantação dos ODS's junto às comissões de engajamento diagnóstico, indicadores e Report;

Promover ações de educação continuada nas dimensões e pilares estratégicos das Nações Unidas, tanto na perspectiva pedagógica, quanto na de gestão;

Planejar as reuniões com as comissões diretivas, elaborando a pauta de reuniões, materiais educativos, lista de participantes;

Definir relatores nas reuniões, podendo deixar a escolha a critério do grupo.

- Estabelecer dinâmicas de acolhimento e escuta qualificada;
- Estabelecer os critérios do diagnóstico ODS em todos os serviços ofertados pelo Município, em consonância as 169 metas globais;
- Analisar os indicadores e estabelecer a matriz de prioridades para as problemáticas locais, objetivando minimizá-las;
- Priorizar as demandas emergentes através de matriz GUT (gravidade, urgência e tendência), para classificá-las em prioridades e estabelecer plano de ação de curto, médio e longo prazo;
- Assegurar que as alterações e a situação da revisão atual dos documentos sejam identificadas;
- Assegurar que as versões pertinentes de documentos aplicáveis estejam disponíveis nos locais de uso;
- Assegurar que os documentos permaneçam legíveis e prontamente identificáveis;
- Assegurar que os documentos de origem externa sejam identificados e que sua distribuição seja controlada;
- Evitar o uso não intencional de documentos obsoletos e aplicar identificação adequada nos casos em que forem retidos por qualquer propósito;
- Realizar auditorias do sistema de gestão dos ODS's, das avaliações sobre a conformidade legal e demais avaliações;
- Comunicação com as partes interessadas, incluindo sugestões e reclamações;
- Resultados dos processos de identificação e engajamento das partes interessadas;
- Situação dos processos de tratamento de conflitos ou desavenças;
- Desempenho da gestão ODS's da Prefeitura de Birigui;
- Extensão na qual foram atendidos os objetivos e metas;
- Situação das ações corretivas e preventivas;
- Acompanhamento das ações oriundas de análises anteriores pela instância de validação;
- Recomendações para melhoria;
- Confeccionar a Comunicação de Progresso anual e colocar sob submissão da instância de validação, para posterior disponibilidade as partes interessadas a ao pacto global.

COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE ENGAJAMENTO

O responsável pela comissão de engajamento dos ODS's deve:

Mapear todos os pontos focais e servidores nas secretarias que compõem a gestão, para educação continuada, matricialmente, sensibilização e incorporação dos ODS em suas práticas.

Identificar as necessidades de treinamento associadas com seus impactos, temas e questões dos 17 ODS's.

Realizar planejamento de inserção das temáticas em todas as secretarias da Prefeitura Municipal, focando a educação continuada em âmbito comunitário, institucional e educacional, em todas as faixas etárias;

Fomentar ações de Direitos Humanos, no ambiente interno, com a cadeia de fornecedores e população, focando o repúdio à discriminação, eliminação de mão de obra infantil, assédio de qualquer natureza e impactos relevantes de violações que possam ocorrer não somente no ambiente interno, mas em toda a cadeia de fornecedores, de acordo com a NBR ISO 16001. Sugere-se a inserção de condicionantes nas licitações e contratações do setor privado com a Prefeitura de Birigui.

Fomentar informações relacionadas à legislação trabalhista e monitorar fornecedores, quanto a não ocorrência de violações inerentes ao trabalho, focando o crescimento de forma decente e legal.

Fomentar educação continuada em áreas correlatas na legislação aplicável ao meio ambiente, fomentar e monitorar fornecedores no cumprimento do PGRS (plano gerenciamento de resíduos sólidos), orientar sobre inventários de emissões de GEE (gases de efeito estufa), condicionantes da NBR ISO 14001 e ao ciclo de vida de acordo a NBR ISO 14067, quando aplicável.

Promover ações e workshops de acordo a NBR ISO 19600 (compliance), zelando pela probidade da administração pública, através de instrumentos preconizados no sistema de gestão, monitorando fornecedores e fomentando-os a adequação da lei anticorrupção 12.846/2013.

Elaborar e promover a educação continuada com instrumentos inerentes, a cadeia de fornecedores para adequações nas áreas de Direitos Humanos, Trabalhistas, Meio Ambiente, Compliance, Responsabilidade Social, e sob diretrizes formais da NBR ISO 20400.

Promover ações de educação continuada contra atos inseguros, incidentes, acidentes e lesões ocupacionais, proporcionando saúde e bem estar aos colaboradores, atendendo as condicionantes da OHSAS 18001.

Fomentar o papel social da Prefeitura de Birigui, com foco no cidadão, com ações de responsabilidade social, atuando como corresponsável no desenvolvimento da comunidade,

através de ações de educação continuada com ações pontuais e sistêmicas conforme postulado nas diretrizes da NBR ISO 16001.

Estimular o voluntariado com os servidores como estratégia de estímulo a mudança de realidade social a grupos ou comunidades que estão sob alta vulnerabilidade social no Município de Birigui, atendidos pelos equipamentos da rede socioassistencial.

Promover a educação continuada na tríade: comunidade, servidor e familiares, bem como nos fornecedores, com temáticas de saúde, empoderamento feminino, igualdade de gênero, combate à violência doméstica e a discriminação, assistência social, educação, lazer e cultura.

COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE DIAGNÓSTICO

Elaborar o diagnóstico dos ODS, levantando dados, tabulando-os e colocando à disposição das comissões diretivas;

Realizar a tabulação de dados e a análise e cruzamento das informações, para a devida implantação técnica, formal e eficiente de novos serviços, se necessário;

Realizar o monitoramento dos dados coletados para análise crítica e propositura de melhorias continua com a metodologia de gestão ciclo PDCA.

Realizar o diagnóstico de desempenho municipal, nas dimensões: institucional; ambiental; social e econômica;

A dimensão institucional é composta por indicadores de desenvolvimento humano municipal, a população total; a receita líquida por habitante; o percentual de pessoas vivendo em extrema pobreza, e está no escopo do ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

A dimensão econômica é composta por indicadores de PIB municipal per capita, remuneração média de empregos, números de empregos formais e ocupações na RAIS, acesso à internet rápida, evolução dos estabelecimentos empresariais e empresas exportadoras no município de Birigui, e está no escopo dos ODS 08 (emprego digno e crescimento econômico), 09 (indústria, inovação e infraestrutura), 10 (redução das desigualdades) e 12 (produção e consumo responsáveis).

A dimensão social é composta pelos indicadores de proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza, taxa de mortalidade infantil, baixo peso ao nascer, índice de acesso a água, índice de aprendizado adequado, taxa de abandono escolar, índice de mortes por abuso de álcool e drogas e taxa de homicídio por 100 mil habitantes, e está no escopo dos ODS 01 (erradicação da pobreza), 02 (fome zero e agricultura sustentável), 03 (saúde e bem estar), 04

(educação de qualidade), 05 (igualdade de gênero), 07 (energia acessível e limpa), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes).

A dimensão ambiental é composta pelos indicadores de índices de perdas na distribuição de água urbana, de atendimento com esgotamento sanitário, de esgoto, cobertura de coleta de resíduos domiciliares urbanos e participação em políticas de conservação ambiental, estando no escopo dos ODS's 06 (água potável e saneamento), 13 (ações globais contra a mudança do clima), 14 (vida na água) e 15 (vida terrestre).

Realizar análise FOFA (pontos fortes/fracos/ameaças e oportunidades nas 4 dimensões dos ODS's.

Junto a comissão executiva, submeter planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo para a adequação das ações em âmbito dos ODS's.

COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE INDICADORES

Aportar e ter sob sua guarda o Plano Plurianual (PPA); LOA (Lei orçamentária anual);

Manter a gestão dos indicadores e índices de desempenho municipal, atualizando sempre que houver melhoria dos mesmos;

Estabelecer novos indicadores de melhoria de gestão municipal e coloca-los sob apreciação da instância de validação para aprovação e posterior submissão aos conselheiros dos ODS;

Manter os indicadores ODS atualizados no portal da transparência municipal e o desempenho apresentado.

COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE REPORT

Realizar a comunicação interna entre os vários níveis e funções da Prefeitura de Birigui;

Receber documentação e responder às comunicações pertinentes das partes interessadas externas;

Divulgação periódica de ações voltadas à consolidação dos ODS's,

Divulgar as políticas, princípios e compromissos;

Elaborar estratégias de comunicação com diversos públicos através de ferramentas inerentes a cada faixa etária, e disponibilizar as ferramentas ao comitê de engajamento.

COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ODS'S

Deliberar sobre todos os assuntos pertinentes a implantação e manutenção dos ODS;

Participação com controle social da definição da matriz de prioridades;

Participação com controle social na matriz GUT das prioridades e demandas emergentes.

Esta etapa de planejamento é essencial para os alicerces de consolidação da estratégia, visto que permeia todo o arcabouço legal, formalizado através de decretos municipais.

Com o objetivo de basear as intervenções em indicadores e dados, analisados por equipe técnica e validados pelo gestor municipal, o diagnóstico foi a ferramenta que proporcionou um panorama holístico e global de todas as estratégias municipais de atendimento às necessidades da população e a primeira reunião ordinária para a implantação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que dá início a operacionalização do decreto 5.768/2017, de 14 de fevereiro de 2017.

O trabalho de diagnóstico foi elaborado com reuniões sistêmicas de equipe técnica em cooperação mutua entre a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e Birigui.

CICLO PDCA -EXECUÇÃO

As ações de execução foram pautadas em fomentos, estratégias, assim descritas:

O prefeito Cristiano Salmeirão deu a posse a Comissão Executiva: Eliel Robson Lemes Ribeiro e Renato José das Neves Cortez, que terão por competência criar a estratégia de implantação e implementação em todas as secretarias do município.

Foi criada uma instância de validação representada pelo chefe do Executivo, sob gestão da Comissão Executiva, lotada na Secretaria Municipal de Gabinete, além da criação de comissões que serão de responsabilidades de servidores da Prefeitura de Birigui.

O prefeito Cristiano Salmeirão destacou que a estratégia da agenda 2030 é vital para a administração pública contemporânea e que traz diferenciais para o município, elevando-a a níveis de gestão em excelência.



Todas as intervenções e estratégias da gestão devem estar sob a égide de políticas internas, assim dispostas:

POLÍTICA DE GESTÃO ODS

A Política de gestão ODS's da Prefeitura Municipal de Birigui está consonante ao cumprimento dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, têm como foco as 169 metas da agenda 2030 e a estratégia de fomentar ações que consolidam rumo a excelência, os pilares do programa de gestão das ODS: Institucional, Social, Econômico e Ambiental.

Para o desenvolvimento da gestão ODS's, foi definido pelo Chefe do Poder executivo, o escopo das intervenções, delimitado a matriz de prioridades resultante do diagnóstico ODS do Município, e faz interface com todas as secretarias da administração pública.

A Política dos ODS está fundamentada nos seguintes princípios:

Fomentar as ações de Direitos Humanos, no ambiente interno, com todos os servidores e agentes públicos, focando o repúdio à discriminação, eliminação de mão de obra infantil, assédio de qualquer natureza e impactos relevantes de violações que possam ocorrer não somente no ambiente interno, mas em toda a cadeia de fornecedores, de acordo a NBR ISO 16001.

Cumprir o papel institucional da Prefeitura Municipal, sendo o gene das intervenções a oferta de serviços que garantam a dignidade do cidadão, atuando como corresponsável no desenvolvimento da comunidade de acordo as diretrizes da NBR ISO 16001.

Monitorar a cadeia de fornecedores e quaisquer elos de relacionamento com a Prefeitura de Birigui, quanto a não ocorrência de violações inerentes ao trabalho, focando o crescimento de forma decente e legal.

Cumprir a legislação aplicável ao meio ambiente, fomentar e monitorar a cadeia de fornecedores no cumprimento, gerenciar o PGRS (plano gerenciamento de resíduos sólidos), realizar e mitigar emissões de GEE (gases de efeito estufa) e atender as condicionantes da NBR ISO 14001.

Cumprir a NBR ISO 19600 (compliance), zelando pela probidade da administração, através de instrumentos preconizados no sistema de gestão, monitorando fornecedores e fomentando-os a adequação da lei anticorrupção 12.846/2013.

Monitorar com instrumentos inerentes, a cadeia de parceiros para adequações nas áreas de Direitos Humanos, Trabalhistas, Meio Ambiente, Compliance, Responsabilidade Social, de acordo a NBR ISO 20400.

Mitigar atos inseguros, incidentes, acidentes e lesões ocupacionais, proporcionando saúde e bem estar aos agentes públicos, atendendo às condicionantes da OHSAS 18001.

Estimular o voluntariado com os agentes públicos como estratégia de estímulo a mudança de realidade social a grupos ou comunidades que estão sob alta vulnerabilidade social no Município de Birigui, dos hospitais regionais que atendam alta complexidade (oncologia) e outros equipamentos da rede socioassistencial, conforme lei nº 9608 de 18/02/1998.

Promover a educação continuada na tríade: comunidade, agentes públicos e familiares, bem como nos parceiros, com temáticas de saúde, empoderamento feminino, igualdade de gênero, combate à violência doméstica e a discriminação, assistência social, educação, lazer e cultura.

Reportar os progressos da gestão ODS's, a cada ação efetivada, para todos os stakeholders, e cada período anual de janeiro a dezembro do ano corrente, submeter o COP (Comunicação de Progresso) as Nações Unidas, em nível avançado.

POLÍTICA DE COMPLIANCE

O propósito desta Política é descrever e explicar as proibições contra suborno e corrupção em toda a prestação de serviços públicos da Prefeitura Municipal de Birigui.

Os requisitos de Compliance da Prefeitura de Birigui observa em suas diretrizes o escopo das documentações que compõem o sistema de gestão, sob escopo da norma de gestão NBR ISO 19600.

Este conjunto de ações traz em seu ensejo o compromisso formal de padrões dos princípios da administração pública municipal, pautados na integridade, legalidade e transparência.

Por meio deste, a Prefeitura de Birigui dispõe-se em auxiliar, mediante direcionamento documental, a identificação de possíveis ocorrências de riscos e sua mitigação, conforme já contemplado no Sistema de Compliance e nas suas documentações formais que compõem.

A Prefeitura de Birigui tem a oferta de seus serviços pautados sob a égide da honestidade e integridade. Ambas as terminologias são vitais para o cumprimento desta Política, que busca manter a reputação do poder público no patamar da ética.

Sendo assim, não há nenhuma tolerância com atos de corrupção praticados por qualquer elo que se relacionem com a Administração Pública Municipal.

CANAIS DE DENÚNCIAS:

A Prefeitura Municipal disponibiliza os seguintes canais formais de denúncia:

E-mail: ods@birigui.sp.gov.br /Telefone 18 3643 6000: sendo usado o FOR CL 01 – Formulário de denúncias.

Toda denúncia tem o direito do contraditório e está assegurado direito de defesa ao denunciado, conforme consta no artigo citado na CF 1988, Art. 5º.

Caso necessário, está disponibilizado o formulário de denúncia, a Política de Direitos Humanos e o Código de Ética e de Conduta, que também podem ser acessados no site: www.birigui.sp.gov.br

A Prefeitura Municipal possui instâncias responsáveis pelo acolhimento destas denúncias, e após a triagem, direciona-se para apreciação ao Comitê de Compliance, para aplicação legal de ações mitigatórias.

FUNDAMENTAÇÕES DA POLÍTICA DE COMPLIANCE

Lei Federal número 8.429/1992 – Trata-se da improbidade administrativa e atos lesivos contra a administração pública Lei Federal número 9.613/1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos.

Lei Federal número 12.529/2011 - que tem como finalidade estruturar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

Lei federal número 8.666/1993 – regulamentando o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei Federal número 12.846/2013 – lei anticorrupção destacando a corresponsabilização de pessoa jurídica envolvidas em fraudes contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Decreto 8.420/2015 - Regulamenta a Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Corruption of Foreign Public Officials Act - Lei sobre práticas de corrupção de Agente Público do Canadá.

FCPA – Foreign Corrupt Practices Act - Lei sobre práticas de corrupção no exterior dos Estados Unidos da América.

Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) – Ratificada pelo Brasil em 30/11/2000.

Convenção Interamericana contra Corrupção (Convenção da OEA) – Ratificada pelo Brasil em 07/10/2002.

Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção da ONU) – Ratificada pelo Brasil em 31/01/2006.

NBR ISO 27001-2006: traz em seu escopo requisitos para gerenciamento e segurança da informação, permitindo estabelecer, realizar implementações operacionais, monitoramento e direcionar análise crítica sobre o capital intelectual.

NBR ISO 19600-2014: Programa de conformidade de gestão de governança corporativa com foco em transparência, integridade e honestidade. Traz em seu ensejo a melhoria contínua do Sistema de Compliance baseada no ciclo PDCA (identificar, definir, avaliar e reportar)

NBR ISO 26000: Diretrizes norteadoras que abrange a responsabilidade social. São determinadas pela responsabilidade, transparência, comportamento ético, consideração pelas partes interessadas, legalidade, respeito às normas internacionais e direitos humanos.

NBR ISO 31000 – Normatiza a gestão de riscos, com características de análises prévias de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (SWOT), e o direcionamento sistêmico da gravidade, urgência e tendência (GUT) de compliance.

NBR 37001-2006 – Norma que define a gestão antissuborno por meio de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis, através dos seus requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os riscos de suborno.

Aplicação:

Esta política aplica-se às partes interessadas que mantém relacionamento com administração pública Municipal:

Agentes públicos: Grupos de pessoas que estão classificadas nos níveis estratégicos da administração, com vínculo estatutário ou celetista e que realiza os atos públicos em nome da Prefeitura de Birigui.

Estagiários – de acordo a Lei 11.788/2008.

Aprendizes – de acordo a Lei 10.097/2000.

Terceiros – Parceiros que se utilizam da administração pública para realização de funções correlatas e específicas, interno ou externo.

Fornecedores e prestadores de serviços – Parceiros, que mediante contrato formal, fornece matéria-prima e insumos, nacional ou importado ou presta serviços pontuais ou consultoria para a Administração Pública Municipal.

População atendida: Pessoa física, moradores do Município que se utilizam dos serviços públicos setoriais e/ou inter-setoriais.

Sindicato da categoria (SISEP) – Organização para fins de elaboração e cumprimentos de acordos coletivos voltados à categoria de servidores.

Instituições públicas – Órgãos de Assistência Social, Educação, Saúde, Administração, Cultura, Lazer, que desenvolvam ações sócio assistenciais com foco em desenvolvimento da comunidade.

Fica estabelecido que sejam caracterizados atos lesivos contra a administração pública:

Prometer vantagem indevida, fraudes em licitações, enriquecimento ilícito, solicitar facilitações em expedição de alvarás, licenças, autorizações, patrocínios, doações, brindes, viagens e acolhimento:

Em atos decisórios ou tratativas estratégicas para finalização de contratos de compras, vendas ou negociações com poder público e setor privado, fica estabelecido que seja proibido quaisquer ofertas de brindes, objetivando a lisura do processo.

Em conformidade com o Código de Ética e Conduta da Prefeitura de Birigui, os agentes públicos, estatutários e celetistas não podem dar ou aceitar presentes e afins do público com o qual se relacionam, seja do setor público ou privado, excetuando-se brindes simbólicos claramente identificados e sem valor comercial.

De acordo com o Código de Ética e de Conduta da Prefeitura de Birigui, entende-se por brindes todo item de valor modesto distribuído.

A oferta e recebimento de brindes serão regidos pelos seguintes critérios:

O brinde não terá o objetivo de influenciar uma ação;

O brinde não representará uma troca de favores;

O brinde não terá o objetivo de obter vantagem;

Assegure-se que a entrega do brinde não gerará qualquer tipo de tratamento preferencial e tampouco a impressão de que gerará tratamento preferencial;

Certifique-se que as circunstâncias e a época da entrega do brinde não desqualificam o ato correto, criando uma aparência de tentativa de obter vantagem;

Os Brindes que não atendam os critérios previstos nesta Política e a oferta de outros benefícios poderá ser entendida como uma oferta de vantagem indevida, coibida pela Lei Anticorrupção brasileira ou outras legislações aplicáveis.

Vantagem indevida significa qualquer benefício ou bem (tangível ou intangível) que tenha valor ou que possa gerar um benefício ou vantagem comercial ao receptor, tais como dinheiro, presentes, viagens, refeições de valores excessivos, ingressos, entretenimento, hospitalidade, patrocínios, empréstimos, doações, informações privilegiadas, promessa ou oferta de emprego, entre outros itens.

Contratação de terceiros, fornecedores, prestadores de serviços: Determina-se, que após o início da vigência desta política anticorrupção, a Prefeitura de Birigui formalizar seus acordos comerciais mediante requisitos nas licitações com cláusulas que especificam este tema.

A Prefeitura de Birigui poderá ser necessária, realizar auditorias in loco nos fornecedores que participam de certames, visando comprovar a existência de programas de Compliance e cumprimento do Código de Ética e de Conduta da Administração Pública.

Processo de aquisição de materiais: Durante o processo de cotações, em três diferentes fornecedores, para os itens que possibilitem tal ação, as informações de preço, prazo e peculiaridades do setor são confidenciais, logo, o conchavo do fornecedor com representante da área competente será objeto de apreciação do Comitê de Compliance da Prefeitura de Birigui, que determinará, mediante posicionamento técnico e legal, as ações mitigatória aplicáveis.

Manutenção de registros contábeis e trabalhistas: Devem ser observadas a clareza, objetividade, acuracidade, consonância às legislações aplicáveis e confiabilidade.

Treinamentos: Fica a coordenação de engajamento dos ODS's, responsável pela aplicação de treinamentos, articulações, coordenações, elaboração de material educativo, capacitações quanto ao programa de Compliance da Prefeitura de Birigui, sempre observando os princípios do Código de Ética e de Conduta, as leis que normatizam e a gestão das normas regulamentadoras acerca desta temática.

Compliance: Sistema de integridade, que congrega instrumentos técnicos da Prefeitura Municipal tais como: Código de Ética, protocolos, procedimentos e políticas internas que tratam sobre o tema.

Fraude: Considerada como atos praticados por aqueles que mantêm relacionamento com a Prefeitura de Birigui para obter vantagem indevida.

Corrupção, suborno e propina: Atos praticados contra a administração pública ou privado, passivo (praticada pelo agente público) ou ativo (praticada por particular contra a administração pública), mediante pagamento em espécie, para obter vantagem indevida.

Também são considerados atos corruptos: oferecer presentes, atividades de entretenimento sexuais, ou quaisquer outros benefícios que possam induzir pessoas ao desvio da conduta ética e honestidade, conforme preconizado no Código de Ética e de Conduta da Prefeitura de Birigui.

Tráfico de influência: Caracteriza-se em induzir agentes públicos à prática de obter para o particular, vantagens incompatíveis ao interesse da administração pública.

Coisa de valor: fica caracterizado nesta política como coisa de valor: oferta de valores em espécie, presentes, financiamento de viagens, entretenimento sexual, bolsas de estudo parcial ou total, patrocínios que não estejam sobre o escopo de instituições que atendam interesses sociais, a funcionários públicos ou privados, que estejam em fase de negociação de contratos ou atos de ofício.

POLÍTICA DE COMPRAS SUSTENTÁVEIS

A Política de Compras Sustentáveis da Prefeitura de Birigui tem como objetivo promover a adoção de critérios de sustentabilidade social e ambiental, associados aos econômicos e financeiro, no processo de aquisição de bens, insumos, matéria prima, e contratação de serviços.

Como dimensão estratégica, estimula a adoção de práticas sustentáveis entre seus fornecedores e subfornecedores, ampliando assim os benefícios a toda a sociedade.

A Política de compras sustentáveis da Prefeitura de Birigui é direcionada pelos seguintes princípios:

Accountability: mensuração de impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente.

Transparência: Encorajar os fornecedores a serem transparentes, como base estratégica, o diálogo e colaboração das partes interessadas.

Comportamento ético: A Prefeitura de Birigui mantém seu comportamento ético e fomentam os fornecedores a adesão de cumprimento dos mesmos princípios, norteados pelo código de ética e de conduta.

Oportunidades justas e plenas: A Prefeitura de Birigui evita o direcionamento e preconceito em todas as tomadas de decisão em compras.

Respeito pelas partes interessadas, considerando e respondendo aos interesses das partes impactadas pela atividade de compras.

Respeito pelo estado de direito e pelas normas internacionais de comportamento: A Prefeitura de Birigui minimiza impacto de violações de direitos humanos ao longo de sua cadeia e fomenta ações com seus fornecedores estratégicos para aderir às mesmas condutas.

Soluções inovadoras: A Prefeitura de Birigui busca soluções para abordar seus objetivos de sustentabilidade, e fomenta práticas inovadoras para promover resultados sustentáveis ao longo da cadeia de fornecedores.

Foco nas necessidades: A Prefeitura de Birigui analisa criticamente a demanda, compra somente o necessário e busca alternativas mais sustentáveis.

Integração: A Prefeitura de Birigui assegura que a sustentabilidade é integrada em todas as suas práticas de aquisição de insumos, matéria prima e prestação de serviços.

Análise de todos os custos: A Prefeitura de Birigui analisa custos relacionados a qualidade, preço, custos e benefícios para a sociedade, meio ambiente e economia resultantes dos processos de compras.

Melhoria contínua: Todos os processos estão sob a metodologia PDCA, e fomento constante a cadeia de fornecedores a fazer o mesmo.

Promover, sempre que possível critério com meta SMART de sustentabilidade e ambiental em toda a cadeia de fornecedores.

Compartilhar experiências de compras sustentáveis setoriais ou, se julgar necessário, intersetorial.

Garantir o processo de educação continuada com todos os envolvidos em procedimento de compras, para garantir a efetividade da NBR ISO 20400.

Implantar programas e ações de conscientização ambiental com a comunidade, colaboradores e cadeia de suprimentos, visando o consumo responsável.

Treinar e auditar com periodicidade e critérios pré definidos a cadeia de fornecedores.

Cumprir rigorosamente o processo de homologação da cadeia de fornecedores através das licitações.

Garantir o acesso da cadeia de suprimentos as documentações inerentes a NBR ISO 20400.

Fomentar ao fornecedor a gestão de subfornecedores, com os princípios da NBR ISO 20400.

POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

Estabelece diretrizes e princípios para a atuação da Prefeitura de Birigui no que se refere aos direitos humanos em suas atividades, em sua área de influência e no entorno da comunidade onde está presente.

Princípios:

Respeitar, proteger e promover a conscientização dos Direitos Humanos em nossas atividades ao longo de nossa área de influência e no entorno da comunidade onde estamos presentes, em conformidade com os princípios da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DA ONU.

Interagir para integrar os Direitos Humanos em nossas condutas, identificando e prevenindo situações que possa resultar em violação de direitos, em conformidade com a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DA ONU.

Reconhecemos que nossa capacidade de direcionamento político nos procedimentos e práticas que compõem a administração pública e também junto a parceiros, fornecedores, colaboradores, comunidade do entorno.

No trabalho, proporcionamos condições dignas e buscamos promover ações educacionais que estimulem e viabilizem o crescimento pessoal e profissional, procurando sempre manter um ambiente saudável e seguro, repudiando a discriminação ou assédio de qualquer natureza, inclusive moral ou sexual.

Respeitamos a livre associação e a negociação coletiva de todos os colaboradores ao SISEP.

Orientamos para que todas as controvérsias sejam solucionadas pacificamente, assegurando a integridade física das pessoas, a preservação do patrimônio público e a manutenção dos serviços públicos ofertados.

Procuramos estabelecer relações comerciais com fornecedores que compartilham dos nossos princípios e valores. Promovemos o respeito aos direitos humanos em nossa cadeia de fornecedores, e rejeitamos parceiros que adotam condutas contrárias à DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DA ONU.

Em caso de desrespeito, por intermédio de um processo legal devidamente comprovado por autoridades governamentais e por instrumentos previstos na legislação, notificamos o fornecedor, parceiro ou prestador de serviços para a adoção de medidas corretivas, sob pena de rescindir a respectiva relação comercial. Proibimos e não mantemos relações comerciais com empresas e entidades que praticam o trabalho infantil ou escravo.

Buscamos o engajamento com as comunidades do entorno que contribuam para o desenvolvimento local sustentável, incentivando e realizando ações de conscientização

ambiental, especial atenção às atividades de inclusão social, erradicação de trabalho infantil ou forçado e à promoção dos direitos da criança e adolescentes, desenvolvidos pelos equipamentos de assistência social nas modalidades de baixa, média e alta complexidade.

Cumprimos rigidamente a legislação e regulamentações na administração pública municipal e cooperamos com as autoridades na promoção dos direitos humanos. Em caso de incidentes na nossa área de influência, disponibilizamos a colaborar na apuração envolvendo desrespeito a esses direitos.

Disponibilizamos nosso endereço eletrônico ods@birigui.sp.gov.br ou ainda o telefone 18 3643.6000 para a comunicação em geral, prestação de esclarecimentos, reclamações, denúncias ou sugestões pertinentes.

Quando necessário esta Política de Direitos Humanos poderá ser reavaliada. Sua atualização deverá ser aprovada pela instância de validação da Prefeitura Municipal de Birigui.

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Prefeitura de Birigui oferece serviços públicos respeitando a Declaração Universal de Direitos Humanos, ao meio ambiente, minimizando os impactos negativos, e temos como propulsor dos nossos valores o desenvolvimento da comunidade do entorno e articulação de todas as políticas públicas setoriais para o desenvolvimento sustentável.

Na nossa esfera de influência e na oferta dos serviços públicos, comprometemo-nos:

Mapear, controlar e minimizar possíveis riscos sociais que resultam da oferta de serviços com a sociedade e o meio ambiente, fomentando a disseminação das melhores práticas realizadas na cadeia de fornecedores, incentivando-os adequações socioambientais e combate a violações de Direitos Humanos.

Agregar ações de responsabilidade social como diferencial da Prefeitura Municipal de Birigui e monitorar através do plano de trabalho que regulamenta os 17 ODS's como norteador estratégico, com ações de curto, médio e longo prazo, devidamente comunicados a instância de aprovação.

Respeitar a Declaração Universal de Direitos Humanos, com foco na promoção de equidade de gênero, combate intensivo da discriminação, violência, trabalho infantil e escravo, objetivando prevenir e mitigar impactos na cadeia de parceiros e de fornecedores.

Contribuir com o desenvolvimento local, através de ações sociais e educação continuada com populações expostas a vulnerabilidade social, inseridas em programas de baixa, média e alta complexidade da PNAS 2004 (Política Nacional de Assistência Social),

SUAS (Sistema Único de Assistência Social), SUS (Sistema Único de Saúde), Educação, Esporte, lazer, Meio ambiente, ONG's e equipamentos da rede que realizam intervenção comunitária.

Investir nos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), por intermédio de projetos e programas consonantes aos interesses da administração pública, servidores, comunidade e meio ambiente, embasados nos princípios da integridade

Possuir plano de contingência para possíveis ocorrências de emergências e conflitos correlacionados administração pública, servidores e a comunidade do entorno.

Disponibilizar relatórios de comunicação de engajamento anual, com todas as intervenções, com clareza, confiabilidade e acessível a todas as partes interessadas.

Atender as diretrizes de sustentabilidade e mitigação de mudança do clima em cumprimento às normas nacionais e internacionais dos quais somos signatários.

Comprometemo-nos a efetivação desta política, articulada a outras existentes que fazem interface, objetivando alcançar padrões de excelência no desempenho da mandala municipal com ações concretas, duradouras e robustas.

OPERACIONALIZAÇÃO DE AÇÕES

No contexto de norteamiento através das políticas internas, no dia 14 de novembro, a Prefeitura de Birigui, através da Comissão Executiva dos ODS's, finalizou o treinamento com a equipe de Coordenadores dos grupos que compõe o ciclo de implantação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em Birigui.

Foi definido pela equipe gestora do programa todos os critérios de levantamento de dados, sendo a consulta realizada em banco de dados existentes no Município, visitas in loco as secretarias e entrevistas com servidores que compõem equipes técnicas nos serviços ofertados pelo Município.

Em paralelo, será realizada um engajamento municipal em vários equipamentos da rede sócio assistencial, através de educação continuada em grupos operativos atendidos pelos serviços públicos.

Para medir o impacto das ações, a coordenação de indicadores junto a Comissão Executiva inicia a partir do dia 18/11/2019, a análise dos dados relatados na mandala de desempenho municipal, para posterior planejamento estratégico de metas nas secretarias do Município.



Aconteceu na última quarta-feira 13 de novembro, no Paço Municipal a primeira reunião articulada com equipamentos socioassistenciais e ONG's com relacionamento com o poder público para inserção da cultura ODS's em suas práticas de trabalho.

A proposta feita pela Comissão Executiva dos ODS's, discutida e aprovada pelo colegiado, contempla a operacionalização de temáticas voltadas a direitos humanos, combate à violência de gênero, acesso da população as informações do rol de serviços ofertados pela assistência social de baixa, média e alta complexidade.

Na pauta da reunião foram também discutidas acerca das estratégias do desfile cívico do dia 08/12/2019, aniversário de Birigui, com a temática dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

No dia 20/11/2019, no salão nobre da secretaria de educação, será realizada uma exposição a todos os equipamentos que compõem a política de assistência social de Birigui, para a explanação da mandala de desempenho na dimensão social, mensurada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).



A Prefeitura de Birigui por meio da comissão executiva dos ODS's realizou na manhã do dia 20 de novembro, o primeiro workshop de gestão ODS's para os integrantes da secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e os centros de referências Cras e Creas.

A equipe gestora do programa apresentou informações acerca da mandala de desempenho na dimensão social, e a estratégia de intervenções nos objetivos que fazem

interface com a mandala, o grupo foi direcionado às ações e metas a serem cumpridas até o dia 10 de dezembro de 2019.

O pilar estratégico a ser fomentado nas ações operativas dos equipamentos socioassistenciais será o de Direitos humanos, numa vertente de não violações e de defesa intransigente desta temática.

O Prefeito Cristiano Salmeirão participou do evento e destacou a importância da rede socioassistencial na incorporação dos ODS's nas práticas profissionais.

O vereador Leandro Moreira também acompanhou o workshop.



Na última quinta-feira 21 de novembro, a Prefeitura de Birigui realizou o 2º workshop para todos os diretores, mediadores e responsáveis pelas escolas municipais de Birigui.

O workshop teve como tema a gestão dos ODS's das Nações Unidas, além do debate sobre a mandala de desempenho na dimensão social focando nos indicadores relacionados à educação.

Estratégias foram traçadas na vertente de educação continuada, propostas sobre intervenções de curto prazo para a minimização de evasão escolar que devem ser realizadas no município.

O Gibi da Turma da Mônica que trabalha com os ODS's foi apresentado ao público com o objetivo de informar e mostrar maneiras diferentes de se trabalhar o assunto.

O material está disponível no endereço eletrônico das aldeias infantis, www.aldeiasinfantis.org.br.

Toda a rede municipal teve como meta apresentar ações transversal focando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis até o dia 10 de dezembro.



A Escola Municipal de Birigui, Professora Dirce Spínola Najas, localizada no bairro Toselar, em atendimento ao programa ODS vigente na Prefeitura de Birigui, realizou uma ação preconizada no ODS 6: “Água Potável e Saneamento”.

Atendendo o ODS 17, foi realizada parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, e os alunos dos 4º anos visitaram a nascente do córrego Parpinelli, que fica próxima a escola.

Foram elaborados cartazes e frases de efeito para que a nascente fosse preservada, e o material que fosse exposto e apresentado para todos os demais alunos.

Como encerramento deste Projeto, cerca de 130 alunos participarão do desfile de aniversário da cidade, no dia 08 de dezembro, vestidos com camiseta branca e os dizeres “Vamos cuidar do que é nosso”.

Uma faixa com a frase: “A nascente do Parpinelli pede socorro” abrirá o desfile do pelotão logo após a fanfarra. Outros cartazes com palavras de ordem estão sendo elaborados e serão levados no desfile para que a população da cidade conheça o córrego e participe da campanha de preservação.



Na última terça-feira, 26 de novembro, a Prefeitura de Birigui promoveu o 3ª workshop sobre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU para todos os diretores, gestores e coordenadores da Secretaria de Saúde de Birigui

O objetivo deste encontro consiste em criar estratégias de intervenções no decorrer de 2020, como cumprimento das metas e indicadores da agenda 2030, observando as prioridades da mandala, na dimensão social da CNM (Confederação Nacional dos Municípios).



Após o workshop, uma palestra foi realizada no Rotary Club de Birigui, com o tema Gestão do ODS's para os associados, além da divulgação da temática drogadição e ODS 3 - Saúde e Bem Estar, sendo a política pública e suplementar de saúde.

O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, participou das ações e destacou a importância da incorporação dos ODS's na gestão pública como estratégia de criar valor para a sociedade nas preconizações e exigências da ONU.



Objetivando atender o ODS 03, o Centro dia do Idoso, realizou diversas atividades relacionadas ao bem estar dos idosos e em consonância com a Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso Art. 20. O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Dança livre: Essa atividade tem por finalidade estimular o movimento de forma global, para que o idoso tenha o meio de se exercitar, assegurando sua integridade física.



Projeto - Cão Dia – Um dia com o animal de estimação, objetivando ensinar a valorização do “ser”, que todos necessitam carinho, cuidado e proteção, inclusive o animal.



Oficina de Artesanato- Confeção de cartões natalinos- Resgatar um antigo costume, estimular a criatividade e proporcionar momentos mágicos na vida de cada.

2º Sextando na praça- Atividade realizada ao ar livre- Promover interação e integração entre os idosos de diferentes entidades e idades, proporcionando um encontro saudável e familiar, um dia “fora da rotina”.



1º Encontro Municipal dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo dos idosos, realizado no Sesc – Objetivando proporcionar, momentos de inclusão, valorização, respeito e crescimento pessoal.



Palestra sobre Nutrição- Estimular uma vida saudável na melhor idade.



Oficinas de memorização, pensamento cognitivo e participação - O objetivo das atividades foi estimular os idosos a trabalharem o senso de cooperação entre eles, de maneira pacífica, preservando sua integridade física e moral.



A Prefeitura de Birigui, finalizou na última sexta feira, 19/11/2019, as intervenções de engajamento com os secretários municipais, diretorias e coordenações de serviços, relacionados a incorporação dos 17 ODS da ONU nas atividades e atendimentos oferecidos à população.

Nesta reunião estavam representadas as secretarias: meio ambiente, serviços públicos, água e esgoto, gabinete, finanças e administração.

Foram expostas as informações acerca da mandala de desempenho da CNM e quais as estratégias de intervenção acerca das metas estipuladas pelo Chefe do Poder Executivo, que na ocasião destacou a importância do trabalho realizado e sua ambição pioneira em atender plenamente as preconizações da agenda 2030.



De acordo com o Ofício Informativo recebido da Secretaria de Estado de Saúde – Superintendência de Controle de Endemias “SUCEN” do Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Saúde preparou uma mobilização para o mês de Novembro de 2019 (semana de 25 a 30) a fim de envolver a sociedade e os municípios em torno da necessidade de eliminação de focos do mosquito – SEMANA ESTADUAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONTRA O Aedes Aegypti, portanto solicitamos que as Unidades Escolares movimentem a semana com ações coletivas, como arrastões, limpezas e eliminação de criadouros, confecções de cartazes, materiais informativos condizentes com a etapa escolar de uma forma que possa atingir as famílias e o entorno escolar.



Convidou-se o Educador Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente Jefferson Rabal para participar de uma atividade com alunos Pré II A respondendo as curiosidades elaboradas pelas crianças sobre as flores e como elas se reproduzem, esta atividade ocorreu no dia 28/11 e no dia 29/11 foi realizada a atividade prática de plantio de mudas de flores no jardim do CEI Enriqueta Terence junto às crianças e seus familiares, a fim de que as crianças desenvolvam o hábito de cuidar do meio ambiente.



Os alunos do pré I “A” junto com a professora Clarice trabalharam em sala sobre o mosquito Aedes Aegypti e todo dano que ele pode causar. Discutiram todos os fatores ambientais e sociais envolvidos como: o lixo, entulho e a falta de higiene e limpeza por parte do ser humano. Ao final do projeto fizeram uma expedição dentro da unidade escolar para observar, identificar e recolher possíveis criadouros do mosquito da dengue.



Os alunos do pré I “A” junto com a professora Clarice trabalharam em sala sobre o mosquito *Aedes Aegypti* e todo dano que ele pode causar. Discutiram todos os fatores ambientais e sociais envolvidos como: o lixo, entulho e a falta de higiene e limpeza por parte do ser humano. Ao final do projeto fizeram uma expedição dentro da unidade escolar para observar, identificar e recolher possíveis criadouros do mosquito da dengue.

Toda a escola durante o ano letivo 2019, se mobilizou em torno do eixo sustentabilidade. Cada sala, dentro da temática ficou responsável por elaborar cartazes de conscientização, cartilhas, panfletos, jogos, brinquedos que englobasse os “5Rs”. A culminância se deu dia 20 de novembro do mesmo ano com exposição de todo material produzido pelos alunos em sala de aula.



Os alunos da Escola Municipal Professor Dario Ângelo Tantin participam do projeto “Plantando árvores, colhendo frutos e sombra” que além de oferecer sombra no parque para as crianças e frutos que já estão sendo colhidos por eles, representa uma iniciativa para combater a mudança climática.

Visando a execução do projeto e sua importância para a mudança global do clima, as crianças realizaram o plantio de duas jabuticabeiras na escola, que agora fazem parte do pomar da instituição que contém várias árvores frutíferas: pé de acerola, pé de graviola, pé de pitanga, araçá, goiabeira, mangueira, figueira, cajueiro, além de outras árvores não frutíferas.



O projeto “Horta Legal”, desenvolvido na E.M “Luciano Augusto Canellas” envolveu 100 alunos no processo de ensino-aprendizagem em que os puderam ser instigados à reflexão sobre os hábitos alimentares e a importância destes para uma melhor qualidade de vida.

Partindo de uma pergunta exploratória, as crianças saíram para uma expedição ao redor da escola, buscando um alimento natural e nutritivo, onde bem perto dali observaram que havia uma horta comunitária.

Assim começou o interesse para conhecer o processo de construção de uma horta, possibilitando o cultivo e o consumo de alimentos saudáveis.

Através de orientações de especialistas, pesquisas com familiares, elas prepararam a terra, plantaram sementes e cuidaram dia a dia do seu plantio.

Chegando ao dia tão esperado, o de colher e consumir o alimento plantado com todo cuidado, foi presenciado um enorme interesse ao comer hortaliças que antes era rejeitado.



A Prefeitura Municipal de Birigui, finalizou na última sexta feira, 19/11/2019, as intervenções de engajamento com os secretários municipais, diretorias e coordenações de serviços, relacionados a incorporação dos 17 ODS da ONU nas atividades e atendimentos oferecidos à população.

Nesta reunião estavam representadas as secretarias: meio ambiente, serviços públicos, água e esgoto, gabinete, finanças e administração.

Foram expostas as informações acerca da mandala de desempenho da CNM e quais as estratégias de intervenção acerca das metas estipuladas pelo Chefe do Poder Executivo, que na ocasião destacou a importância do trabalho realizado e sua ambição pioneira em atender plenamente as preconizações da agenda 2030.



Na ocasião o município fez adesão a 12ª Campanha Estadual Fique Sabendo, onde promoveu no dia D (sábado – 07/12/2019) na Praça Dr. Gama, ação extra muro de testagem rápida para HIV e Sífilis, fornecimento de insumos de prevenção como preservativos masculinos e femininos, gel lubrificante, e orientações a respeito das infecções sexualmente transmissíveis. Na ação foram realizados 176 testes de HIV e Sífilis, com 4 reagentes para sífilis que foram encaminhados para a rede de saúde para tratamento e acompanhamento

A Prefeitura de Birigui realizou no último domingo, dia 8 de dezembro, o desfile comemorativo ao aniversário de 108 anos de Birigui.

O evento ocorreu ao redor da Praça Dr. Gama, coração de Birigui. A praça ficou lotada para acompanhar as entidades, órgãos de classe, instituições e escolas participantes.

Este ano, o tema do desfile foi “Birigui: uma cidade sustentável”. O tema destacou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Organização das Nações Unidas), metas da Agenda 2030. Birigui é uma cidade signatária dos 17 ODS, sendo usado o material de divulgação da Confederação Nacional dos Municípios.

“Assumimos o compromisso de fazer de Birigui um município que busca a sustentabilidade diariamente. Temos que comemorar: um ano difícil na questão financeira, porém muito produtivo no avanço do crescimento da cidade”, comentou o prefeito Cristiano Salmeirão.



Foi trabalhado a importância da água na nossa vida, e de todos os seres vivos, os alunos dos terceiros anos, visitaram a estação de captação de água, foi confeccionado cartazes para conscientização de economizar água é distribuídos no pátio, banheiros e bebedouros e finalizamos com o desfile no aniversário de Birigui com o mesmo tema.



No dia 8 de dezembro os alunos da EM Prof.^a Darcy Garcia Gavira, participaram do Desfile em comemoração ao Aniversário da Cidade de Birigui, cujo tema foi: Mata Ciliar. Este tema foi trabalhado no 2º Bimestre do ano de 2019 em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, para utilização do mesmo na Agenda Escolar 2020.

As crianças desfilaram em um tecido com a ideia de um rio e suas margens. Nas margens usaram uma viseira com árvores, flores e pequenos animais e no rio usaram bonés de peixes e tartarugas.



SCVF- Centro Educacional Municipal Rotary da SEMADS.

Localizados: Avenida João Cernack, 2330 Vila Xavier- Birigui / SP, atendendo 70 crianças divididas em 25 no turno da manhã e 45 no turno da tarde sendo de 06 a 12 anos tivemos de 22/11 a 29/11/2019 uma semana com diversas propostas com a temática Erradicação do Trabalho infantil (roda de conversa, vídeos, desenhar, dramatização). Procuramos trazer o tema de forma leve e clara com orientação para as crianças.



A Prefeitura de Birigui realizou nesta sexta-feira, dia 20 de dezembro, o Seminário “Os diferentes atores na construção da Agenda 2030 da ONU (Organizações das Nações Unidas)”.

Signatária dos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), a prefeitura teve como parceiros o Sesi e a ITB Equipamentos Elétricos. Os 17 objetivos são metas globais estabelecidas pela ONU.

O evento ocorreu no auditório do Sesi Birigui, das 8h às 12h. A ITB foi a primeira empresa biriguiense a aderir aos 17 ODS’s e já recebeu diversos prêmios por ser uma empresa signatária do Pacto Global da ONU.

A pedido do prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, a Prefeitura Municipal passou a reforçar suas ações de signatária dos ODS’s. O servidor público municipal Eliel Robson Lemes Ribeiro foi nomeado presidente dos ODS’s em Birigui. Eliel também trabalha na ITB, como Coordenador de Sustentabilidade.

“O objetivo do seminário foi realizar ‘benchmarking’ com vários ‘stakeholders’ e, também, a incorporação da Agenda 2030 nas práticas administrativas, valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em dez princípios de desenvolvimentos sustentáveis”, explicou Eliel.

O presidente dos ODS’s em Birigui lembrou que a Agenda 2030 conta com a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não-governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário.

“Hoje já são mais de 12 mil organizações signatárias articuladas por cerca de 150 redes ao redor do mundo. Além dos 17 ODS’s, o pacto global possui 169 metas estabelecidas para os signatários desenvolverem até o ano de 2030 e estão sob gestão em dimensões estratégicas: institucional, meio ambiente, social e econômico”, que são

as dimensões estratégicas que a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) usa para medição dos indicadores de desempenho dos Municípios Brasileiros, frisou.

A abertura oficial do seminário contou com a presença do prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, e o diretor da ITB, Luiz Carlos Vitoretti e do grupo comunitário de Birigui, que na ocasião usou todas as peças gráficas do CNM na campanha #eu trabalho pelos ODS's, sendo finalizado com a faixa, também do CNM escrita: Municípios pelo Amanhã. Foi um momento de muita emoção a todos os presentes.

“O Pacto Global não é um instrumento regulatório, um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar as políticas e práticas gerenciais. É uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras, e nós de Birigui, em conexão a mandala de desempenho do CNM, estamos implantando as estratégias para melhora dos indicadores”, destacou o prefeito municipal.

A Prefeitura de Birigui tem uma estrutura administrativa, sendo gerida pela secretaria de gabinete e possui comissões: executiva, engajamento, diagnóstico, Report e indicadores sob a metodologia do ciclo PDCA.

As ações voltadas ao cumprimento das condicionantes da Agenda 2030 proporcionou a Prefeitura Municipal no período de três anos, de 2017 a 2019, evoluir em 210,60 no ODS 09 (Indústria, inovação e infraestrutura), em 110,47% no ODS 05 (igualdade de gênero) e 109,13% no ODS 08 (Trabalho decente e crescimento econômico), segundo dados do CNM.

“Várias metas estão estabelecidas e serão direcionadas a todas as secretarias do Município no próximo ano, para o cumprimento integral de todas as metas”, salientou o chefe do Executivo.

ONU – O seminário realizado em Birigui contou com a participação de uma convidada de honra: Ana Paula Caporal, representante da Rede Brasileira do Pacto Global da ONU e integrante da equipe da Enel Brasil, uma distribuidora de energia de holding Italiana.

Ana, o gerente de Qualidade da Quabitol Válvulas, Antônio Janeiro, o professor doutor da UFMS, Adriano Teixeira, e a professora doutora do Instituto Federal de Birigui, Andreia de Alcântara Cerizza, participaram de um painel que discutiu tópicos relacionados aos 17 ODS.



A Prefeitura de Birigui, por meio da Secretaria Municipal de Educação, adquiriu os itens que compõem o kit higiene 2020. Os kits estão em processo de montagem na Secretaria Municipal de Educação e serão entregues no início do ano letivo.

O kit higiene conta com babador, toalha de banho, mamadeira e escova de dente. Ele será distribuído em 12 Centros de Educação Infantil Municipal e 6 Centros de Educação Infantil Conveniados, totalizando 5.902 kits.

Os kits são entregues anualmente e o investimento da Prefeitura de Birigui para adquiri-los este ano foi de R\$ 108.717,49. Os itens auxiliam na higiene diária das crianças e promove o hábito da escovação.

A ação está no escopo dos ODS's 03 e 04 das Nações Unidas.



A Prefeitura de Birigui, por meio da Sedecti (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação), em parceria com o Senac anunciaram sete novos cursos oferecidos gratuitamente.

Os cursos já estão com inscrições abertas para início em janeiro e fevereiro de 2020, as aulas serão no período da manhã e tarde.

A ação está no escopo dos ODS's 04 e 17 das Nações Unidas.

O projeto Óleo das Abelhas da cooperativa Sicredi Alta Noroeste SP, em parceria com a Secretaria de Educação de Birigui, retirou 6.683 litros de óleo de cozinha e gordura animal do meio ambiente. Isso equivale a 133.000m³ de água não contaminados, que convertidos representam 133 milhões de litros.

Ainda em seu primeiro ano o projeto envolve 16 escolas municipais de Birigui, que participam do Programa A União Faz a Vida da cooperativa, iniciativa educacional que visa a prática de princípios de cooperação e cidadania através da metodologia de projetos. Essas unidades escolares receberam tambores para coleta e material de divulgação como folders e cartazes.

Junto à Secretaria de Meio Ambiente de Birigui, os colaboradores do Sicredi levantaram que em média 15 mil litros de óleo de cozinha são despejados mensalmente na rede de esgoto, o que impacta em 300 milhões de litros de água contaminados por mês.

“Esse número nos chamou muito a atenção. Ele é reflexo do descarte incorreto de óleo nas casas e comércios, poluindo a natureza e a cidade, causando até entupimento da rede esgoto. Nossa equipe apadrinhou cada escola e intermediamos uma empresa para retirar e comprar esse óleo arrecadado, cuja a renda é repassada diretamente à escola para necessidades físicas e pedagógicas,” explica o gerente geral da agência do Sicredi, José Carlos Rosa Júnior.

Segundo a colaboradora do Sicredi que coordena o projeto, Carolaine Pereira Fiorotti, ele continua em 2020 ampliando para mais escolas, buscando uma cobertura geográfica maior da cidade.



A iniciativa quer tornar as escolas pontos de referências em cada comunidade, gerando maior consciência ambiental, em sintonia com os 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU (Organização das Nações Unidas).

Mais vinte famílias que residem em Birigui estão produzindo nas hortas comunitárias oferecidas gratuitamente pela Prefeitura Municipal.

As 63 hortas comunitárias do governo municipal atendam atualmente 2.200 famílias. Até novembro do ano passado eram 2.180 famílias. O número mudou com a ampliação ocorrida na horta comunitária do bairro Jandaia II, que saltou de 50 para 70 famílias atendidas.

A atual gestão passou a administração do Departamento de Hortas da Prefeitura de Birigui para o Fundo Social de Solidariedade de Birigui, órgão sem fins lucrativos que integra a Secretaria Municipal de Gabinete.

Além de dar mais atenção para as hortas comunitárias e aumentar o número de canteiros nos bairros, a atual gestão também implantou o projeto Hortas nas Escolas, que visa oferecer alimentos para alunos matriculados nas escolas e creches da Prefeitura de Birigui.

Tanto nas hortas comunitárias como nas hortas das escolas e creches, o governo municipal oferece suporte de técnicos e kits com sementes e equipamentos.

Cebolinha, salsinha, couve, almeirão, berinjela, vagem, coentro são alguns dos exemplos do que é produzido nas hortas. Os alimentos são produzidos sem a utilização de defensivos agrícolas.

“A plantação de uma horta orgânica consiste em cultivar de forma ecológica e sustentável verduras, legumes, plantas e ervas medicinais, sem a necessidade de utilização de adubos químicos, agrotóxicos ou qualquer outra substância que possa vir a prejudicar o ambiente e fazer mal à saúde do ser humano”, comentou o prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão.

“Alimentos orgânicos são mais saborosos e concentram mais vitaminas, minerais e outros nutrientes em comparação com os alimentos convencionais. Eles evitam possíveis problemas de saúde causados pela ingestão de substâncias químicas”, completou o prefeito.

Até dezembro de 2020, a atual gestão pretende saltar de 63 para 70 hortas comunitárias espalhadas pelos bairros de Birigui.



A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social realizou no dia 13 de fevereiro a Assembleia Geral Ordinária para a escolha dos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) para a Gestão 2020/2022.

A assembleia foi na sede da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que atende na rua Roberto Clark, 543, centro de Birigui, a partir das 8h.

Para a realização da Assembleia, foram cumpridas as seguintes pautas:

I – Apresentação dos 06 (seis) membros que representarão o Poder Público, oficialmente indicados por seus respectivos Secretários, conforme inciso II, do art. 3º da lei municipal nº 6.794/2019;

II – Apresentação dos 06 (seis) membros que representarão a Sociedade Civil, oficialmente inscritos pelos organismos que representam, conforme inciso I, do art. 3º da lei municipal nº 6.794/2019

III – Escolha das Presidente, Vice-Presidente, Primeira e Segunda Secretárias, pelos membros titulares do Poder Público e da Sociedade Civil, para comporem a Mesa Diretora do Conselho; e

V – Posse da Mesa Diretora eleita.

O Museu Histórico Renato Cordeiro, instância da Secretaria de Cultura e Turismo de Birigui, juntamente com o Museu Histórico de Penápolis, apresenta uma importante novidade logo no início de 2020.

Trata-se do 1º Encontro Regional de Museus, ação que ocorrerá na Biblioteca Municipal Nilo Peçanha, de Birigui, que fica na Avenida Governador Pedro de Toledo, 73, Centro.

O evento aconteceu na segunda-feira, dia 20 de janeiro, a partir das 9h, e versará sobre assuntos relacionados a atividade museal.

O encontro foi idealizado pelos Museu Histórico Renato Cordeiro e Museu Histórico e Pedagógico Memorialista Glaucia M^a de Castilho Muçouçah Brandão.

O Museu Histórico de Birigui, que já possui registro no IBRAM e está em fase de estruturação museológica, será brevemente reconhecido pelo SISEM como parte integrante do Sistema Estadual de Museus.

O evento é aberto a profissionais de museus e pessoas com interesses correlatos. O encontro contará com a presença da Historiadora Alessandra Nadai, funcionária do Museu de Penápolis e representante regional do SISEM.

A ideia do encontro deu-se em uma reunião com representantes dos museus de Penápolis e Birigui e contará com a presença de diversos representantes de museus.

As entidades organizadoras agradecem a Secretaria de Cultura e Turismo de Birigui, a Biblioteca Municipal Nilo Peçanha e também a Administração Municipal pelo empenho, desprendimento e espírito público no que toca a realização do evento que é de grande valia para o município.

A Prefeitura de Birigui recebeu na semana passada o representante da empresa ITB Equipamentos Elétricos, Eliel Robson, que na ocasião trouxe a transferência de recursos para os conselhos municipais de Direitos da Pessoa Idosa e da Criança e Adolescente.

A ITB possui representatividade formal nos dois conselhos, e atua ativamente tanto no financiamento, quanto no controle social de políticas públicas voltadas aos idosos, crianças e adolescentes.

No ano de 2019, foram realizadas 4 doações de valores significativos, que contribuíram para a manutenção da estrutura dos conselhos, capacitação dos conselheiros, deliberação de ações estratégicas para combate à violência contra as faixas etárias de maior vulnerabilidade e no ano de 2020, passará a atuar também como fomentadora de formalizações de políticas públicas que vislumbra o empoderamento comunitário e o protagonismo infanto-juvenil.

O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, destaca a importância da participação no controle social da iniciativa privada e lembra que os recursos proporcionam aos fundos municipais realizarem o trabalho de controle social com efetividade.

Na oportunidade, o prefeito convidou outras empresas do município a conhecerem os benefícios das doações, visto que podem ser utilizados na dedução de impostos (válido para lucro real) e proporciona ao município o seu pleno desenvolvimento.



O número de vítimas fatais em acidentes de trânsito em Birigui diminuiu 82,35% nos 12 meses de 2019, em comparação com o mesmo período de 2017.

Na tarde desta segunda-feira, 20 de janeiro, a diretora municipal de Trânsito e Serviços (Detran), Melissa Puertas Sampaio, apresentou os números ao prefeito Cristiano Salmeirão.

Segundo a diretora, a redução está diretamente relacionada aos trabalhos educativos, ações preventivas e de infraestrutura viária que vêm sendo desenvolvidos no município de Birigui.

De acordo com o Infosiga-SP (Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo), houve três óbitos em 2019; nove óbitos em 2018 e dezessete óbitos em 2017.

A diretora do Deptrans destacou que a queda do índice de mortes no trânsito é resultado, principalmente, do trabalho de educação de trânsito realizado nos últimos três anos nas escolas e locais de grande circulação de pessoas.

“Nessas ações foram priorizados a conscientização e o incentivo ao uso do cinto de segurança e a não utilização do celular no volante, por exemplo”, citou a diretora.

Outra ação que gerou resultados positivos é a parceria com o Movimento Respeito a Vida, que tem como meta reduzir pela metade o número de óbitos no trânsito.

Birigui é um dos municípios conveniados a esta iniciativa do Governo do Estado. Uma das ações realizadas por meio do projeto foi a construção de lombo faixas em frente das escolas da cidade.

Diversas intervenções de infraestrutura viária também foram realizadas para melhorar a segurança no trânsito nas ruas e avenidas da cidade, como alterações viárias (sentido de direção ou mudança de mão dupla para mão única); reforço das sinalizações verticais e horizontais, com novas pinturas e placas e substituição de semáforos.

Melissa adiantou que novas ações serão realizadas neste ano, visando a segurança para pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas.

“Nos três últimos anos desenvolvemos diversas ações voltadas para a educação, engenharia e fiscalização de trânsito. As dificuldades são imensas, mas continuaremos trabalhando com o objetivo de salvar vidas, o nosso bem mais precioso”, completou a diretora do Deptrans.



O Rotary Birigui, o Rotary Birigui XIX de abril e o Rotary Birigui Cidade Pérola uniram forças para colocar em prática um projeto que visa equipar a Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Santo Antônio, a UBS 5.

A doação foi oficializada na manhã desta terça-feira, 21 de janeiro, na Prefeitura de Birigui. O prefeito Cristiano Salmeirão recebeu os rotarianos Luciano Fiorin, Ilzo Tragueta e Laerte Nivaldo Aranha.

O encontro reuniu a secretária municipal de Saúde, Marian Fátima Nakad, e o secretário municipal de Gabinete, Gilmar Trecco Cavaca, que também é rotariano.

Os rotarianos informaram ao prefeito que a entidade irá doar estetoscópio, poltronas, otoscópio, cadeiras, mesas, computadores, aparelhos de ar condicionado, aparelho de TV, bebedouro industrial, nobreak, geladeira, compressor odontológico, laringoscópio, aspirador de pó, aparelho de RX odonto, entre outros equipamentos que serão adquiridos pelo Rotary.

Após a obra, que está 15% concluída, os equipamentos serão levados até a UBS, onde serão instalados. A aquisição totaliza R\$ 175.560,00.

A UBS do Santo Antônio está em construção. O investimento do governo municipal foi de R\$ 556.766,67.

A nova unidade de saúde está sendo construída na rua General Osório esquina com a rua Campos Sales. O prédio conta com 302,00m² de construção. A Construtora Zanini, de Coroados, foi a vencedora da licitação.

Atualmente a administração paga aluguel para oferecer UBS no bairro Santo Antônio. Ela funciona na Travessa Itororó, número 210.

“O Rotary atua em várias frentes: paz e prevenção, resolução de conflitos, recursos hídricos e saneamento, saúde materno-infantil, educação básica e alfabetização,

desenvolvimento econômico. A doação desta verba faz parte do projeto de prevenção e tratamento de doenças”, disse o rotariano Laerte Aranha.

O prefeito agradeceu a ação do Rotary e elogiou os trabalhos feitos pela instituição, que visa prestar serviços à comunidade e ajudar o próximo.

“É uma causa nobre e justa, pois está beneficiando moradores do Santo Antônio e bairros vizinhos que dependem de atendimento via Secretaria Municipal de Saúde e via SUS. Obrigado ao Rotary por equipar a nossa UBS”, disse o prefeito Cristiano Salmeirão.

“Obrigado aos membros do Rotary que se mostraram sensíveis a essa questão. O atendimento nas UBSs é de extrema importância para os moradores de Birigui”, comentou a secretária de Saúde, Marian Nakad.

Birigui conta com 11 Unidades Básicas de Saúde. Além da obra de construção da UBS 5, a prefeitura está realizando a construção da UBS 9, do Jardim Santana. Lá a obra está com 30% concluída.

A atual gestão já construiu uma UBS no Jandaia. A Prefeitura de Birigui pagava aluguel de um imóvel, onde funcionava a UBS 8. Agora, em prédio próprio, a UBS do Jandaia atende na rua Mantura Antônio, 1.116.



A Prefeitura de Birigui realizou uma ação de fomento na ETEC Paula Souza, objetivando benchmarking entre as partes e a inserção da ETEC no pacto global da ONU.

A metodologia de fomento, consiste em apresentar as dimensões que compõem os 17 objetivos globais voltados a sustentabilidade, e quais as etapas de implantação da estratégia da agenda 2030.

A ETEC, por intermédio de sua diretoria, conforme preconizado nas diretrizes internacionais, assinará a carta de signatário, e passará a incorporar as ações da agenda, ajustando práticas existentes em parceria com a equipe articuladora do programa em Birigui.



A Prefeitura de Birigui, reuniu no dia 27/01/2020 a rede socioassistencial da assistência social para ajustes necessários nas práticas interventivas da agenda 2030. Na reunião foram expostos às condicionantes da mensuração em âmbito social da mandala de desempenho, instrumento disponibilizado pela CNM e dos indicadores do Tribunal de Contas.

Participaram os coordenadores de serviços da administração pública direta, que juntos realizaram os ajustes necessários a atender às condicionantes das metas ODS.



A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secultur) ofereceu no último dia 23 de janeiro um workshop gratuito com o tema “2020 oportunidades no turismo”.

Em evento realizado no auditório da ACIB (Associação Comercial e Industrial de Birigui), o encontro reuniu guias de turismo, agências de viagens e transportadoras turísticas.

“Tivemos aproximadamente 50 participantes. O encontro serviu para nortear ações, projetos e atividades do turismo local, que será aquecido em 2020 com a realização do Campeonato Mundial de Kart em Birigui. Além do Mundial de Kart, outros tópicos sobre o setor foram tratados”, explicou a diretora municipal de Turismo, Teka Betini, uma das organizadoras do workshop.

Segundo a diretora, Birigui é uma cidade que oferece turismo de negócios. “Além de ser a Capital Latino Americana do Calçado Infantil, temos calçados femininos, variados

produtos e, agora, o Kartódromo Internacional de Birigui, o Speed Park, que focou no turismo esportivo e de lazer”, completou ela.

A diretora Teka Betini e o secretário municipal de Cultura e Turismo, Paulo Bernardes, integram o Grupo de Trabalho de Eventos Especiais (GTEE) da Prefeitura de Birigui.

O GTEE foi criado por meio do Decreto Municipal 6.454, de 17 de outubro de 2019, de autoria do prefeito Cristiano Salmeirão.

O grupo tem o objetivo de planejar, elaborar, preparar, ordenar, propor e promover ações que possam integrar os setores comerciais e de serviços do município junto ao calendário de eventos nacionais e internacionais do Speed Park, que de 29 de outubro a 1º de dezembro vai sediar o Campeonato Mundial de Kart CIK - FIA (Federação Internacional de Automobilismo).

A competição prevê reunir mais de 42 países e 250 pilotos em Birigui. O evento contará com 2 mil pessoas cadastradas.

A previsão é de 30 mil pessoas circulantes no Kartódromo Internacional de Birigui durante os dias da competição.

O workshop contou com a participação e palestra de um representante do Speed Park. Fágner Estrada Sanches que falou dos eventos de grande porte que serão realizados no complexo.



A Secretaria de Segurança Pública da Prefeitura de Birigui recebeu na tarde desta segunda-feira, 27 de janeiro, sete tablets da ACIB (Associação Comercial e Industrial de Birigui).

A entrega dos equipamentos eletrônicos ocorreu no Paço Municipal, reunindo o prefeito Cristiano Salmeirão, o secretário municipal de Segurança Pública, Cleber Rodrigo da Silva, o presidente da ACIB, Maurício Pazian, o vice-presidente da ACIB, Sérgio Marchetti, e o Comandante da Polícia Municipal, José Carlos Fernandes.

“A ACIB é parceira da Prefeitura de Birigui. A Associação ficou sabendo da nossa proposta em agilizar os trabalhos e ocorrências da Polícia Municipal e fez a doação. Com isso vamos acabar com os processos em papel. Iremos digitalizar tudo”, explicou o secretário Cleber Rodrigo da Silva.

Segundo ele, uma ocorrência registrada no tablet poderá ser enviada ao morador por e-mail. “Basta o cidadão pedir e a ocorrência será enviada”, frisou.

O prefeito disse que a ACIB é parceira de todas as secretarias da Prefeitura de Birigui. “Em praticamente todos os eventos da administração temos a parceria da Associação Comercial e Industrial de Birigui. A ACIB presta relevantes serviços para a nossa cidade”, completou o prefeito.

A ação de evitar registros em papel e produzir documentos digitalmente cumpre aos objetivos 7 e 11 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Agenda 2030.

O objetivo 7 trata de “Energia Limpa e Acessível”. Já o objetivo 11 trata de “Cidade e Comunidades Sustentáveis”.

O termo de doação dos equipamentos foi assinado pelo prefeito, pelo secretário e pelo presidente da ACIB.



A Secretaria de Meio Ambiente se reuniu com os representantes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), responsáveis por trabalhos realizados pela comissão e rede municipal.

No encontro o Secretário de Meio Ambiente, Juliano Salomão, apresentou os trabalhos realizados pela Secretaria e toda a equipe. Além disso, discutiram sobre Coleta Seletiva no município de Birigui. Como parte das discussões foi apresentado à comissão uma tabela que reúne os principais projetos da Secretaria e em qual vertente dos ODS eles se enquadram.

Vale ressaltar que esses objetivos são um apelo universal da Organização das Nações Unidas à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade.

Os 17 ODS nasceram na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro em 2012. E desde então, o planeta se torna responsável por alcançar as metas e garantir, em escala global, a saúde e bem estar de todos.



A Secretaria de Meio Ambiente de Birigui realizou, no dia 14 de fevereiro, às 19h, uma oficina gratuita sobre abelhas sem ferrão. A roda de conversa sobre as abelhas aconteceu na Casa de Cultura Cristina Calixto, que fica na rua Siqueira Campos, 362, centro.

Como parte da oficina, o educador ambiental, Jefferson Rabal, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, apresenta ninhos para captura e manejo.

“Em suma, existem muitas espécies de abelhas que não possuem ferrão. A principal é a jataí, que é fã de flores ornamentais; e a mirim. No a oportunidade, será apresentado diversas delas”, disse Jefferson.

Segundo o educador, as abelhas exercem papel fundamental para o equilíbrio ambiental e para a vida humana. Até em regiões desérticas as plantas dependem desses insetos para se reproduzirem.

Foi realizado uma reunião com as coordenações de serviços da política de assistência social de Birigui, com o objetivo de ajustes do IGEM (índice de gestão e efetividade municipal) relacionados aos ODS.



Ações desenvolvidas pelo equipamento do Centro Dia do Idoso – Com o Público Alvo- Idoso com 60 anos ou mais durante o mês de janeiro, referente a agenda 2030.

Dominó: favorece o contato social, ajuda a desenvolver habilidades de falar, ouvir, pensar e respeitar. Se relaciona a ODS's- 03 e 04

Roda de conversa: Foi desenvolvida roda de conversa, onde foram abordados os temas; higiene pessoal, do ambiente e o respeito interpessoal, que devido a convivência diária se tornam uma necessidade recorrente.

Oficinas de memorização, pensamento cognitivo e participação - O objetivo das atividades foi estimular os idosos a trabalharem o senso de cooperação entre eles, de maneira pacífica, preservando sua integridade física e moral. Se relaciona a ODS's- 03 e 10



A Enfermagem executa um plano de trabalho diário de coleta dos SSVV (sinais vitais) onde são verificadas as necessidades individuais de cada idoso, como a coleta na ficha de identificação apontando doenças e atualização completa dos prontuários com cópia de laudos médicos e receitas de medicação em uso; onde são observadas as dificuldades como por exemplo: auditivas, visuais, de nutrição, locomoção dentre outras e atentando para as queixas de algias (dores), estados de ansiedade, depressão, isolamento, etc.



No dia 05/02/2020, ocorreu uma reunião no Instituto Federal de Birigui, com a participação do conselho de meio ambiente, órgão colegiado de controle social, vinculado às políticas públicas ambientais. Na oportunidade, a equipe gestora dos ODS participou das estratégias e o trabalho desenvolvido em âmbito ambiental.



Em abril deste ano o aposentado Antônio Cardoso vai completar 80 anos. Nascido em Birigui, na Fazenda Lot, utiliza e cuida de dez canteiros da Horta Comunitária da Vila Angélica há 32 anos.

Diariamente, das 7h às 11h30, Seu Antônio fica na horta. Antes da aposentadoria trabalhava como pedreiro. Após trabalhar nesta profissão por 35 anos, teve problemas na retina (parte do olho responsável pela formação de imagens) e, aos poucos, foi perdendo a visão.

“O médico disse que preciso de célula tronco que deve ser retirada da espinha e com isso curar meus olhos, porém esse procedimento não está autorizado. Hoje eu não enxergo nada”, disse Antônio Cardoso para a assessoria de imprensa da Prefeitura de Birigui.

Morador do bairro Toselar, próximo da Horta Comunitária da Vila Angélica, Seu Antônio construiu sua casa com as próprias mãos, isso em 1987.

“Também construí outras duas casas no Toselar, porém foram vendidas”, lembra ele, demonstrando muito orgulho.

A horta da Vila Angélica é uma das 63 Hortas Comunitárias da Prefeitura de Birigui, que oferece canteiros, sementes, água e suporte de técnicos. As hortas são administradas pelo Fundo Social de Solidariedade de Birigui.

“Até dezembro deste ano pretendemos entregar outras 7 hortas, chegando ao número 70. As hortas comunitárias ajudam as famílias, que se alimentam de verduras e hortaliças”, comentou o prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão.

Seu Antônio Cardoso foi questionado sobre o deslocamento de sua casa até a horta. “Não enxergo, mas escuto muito bem”, disse ele.

Ele também foi questionado sobre o momento certo para retirar o alimento da terra e levar para a mesa. “Só de passar as mãos em uma alface eu já sei se ela está boa para comer”, respondeu com segurança.

Casado há 53 anos com a Senhora Iracema Cardoso, reside na rua Osório Hilário Pontes, 574. Com o casal mora a neta Franciela, de 28 anos.

“Além dos canteiros da horta, também cuido dos meus canarinhos do reino”, completou brincando o aposentado biriguiense.



A balança comercial de Birigui apresentou superávit de US\$ 4,1 milhões em janeiro deste ano. As exportações totalizaram US\$ 5,28 milhões e as importações US\$ 1,18 milhões.

As informações foram divulgadas recentemente pelo Ministério da Economia e compiladas pelo Observatório de Inteligência Econômica da SEDECTI (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação) da Prefeitura de Birigui.

O grande destaque foi o crescimento expressivo das exportações em comparação ao mesmo período do ano passado: 155%.

As importações também apresentaram crescimento de 10,28% no comparativo. A base exportadora local teve a participação de 11 empresas em janeiro.

Os principais produtos exportados pelas empresas de Birigui foram óleo de soja (57% do total exportado), calçados de borracha e plástico (21%) e transformadores elétricos (14%).

O ranking dos produtos exportados evidencia uma pauta exportadora composta por produtos industrializados e *commodities*.

Por outro lado, a pauta de importação apresentou elevada diversificação com participação de bens de consumo, bens intermediários (insumos, matérias primas e componentes) e bens de capital (máquinas), sendo os bens intermediários importantes para a estrutura produtiva local tendo em vista que são utilizados no processo produtivo pelas empresas biriguienses do ramo industrial.

Os principais países compradores dos produtos biriguienses foram a França (57% do total), Bolívia (14%), Líbia (6,4%) e EUA e México com 3,5% cada.

Já em relação as importações, os três grandes fornecedores foram a China (com 55%), EUA (33%) e Itália (5,3%).

A cidade de Birigui fechou o ano de 2019 com superávit comercial de US\$ 16,3 milhões. As exportações totalizam US\$ 31,89 milhões, enquanto que as importações

alcançaram US\$ 15,56 milhões. Mais de 60 países receberam os produtos das empresas de Birigui.

Para o prefeito Cristiano Salmeirão, o resultado da balança comercial em janeiro evidenciam a força produtiva das empresas biriguienses.

“Tivemos resultados favoráveis em 2019 e os números de janeiro que apresentam um crescimento robusto das exportações de mais de 150% comparados ao mesmo período do ano passado, trazem expectativas positivas para o desenvolvimento econômico da cidade de Birigui em 2020”, afirmou o prefeito.

O chefe do Executivo lembrou que o Observatório de Inteligência Econômica é responsável por realizar estudos e pesquisas econômicas e acompanhar a evolução dos indicadores econômicos da cidade.

O objetivo é suprir as demandas de informações e conhecimento dos agentes econômicos do município e subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a geração de emprego, renda e ao desenvolvimento local.



Aconteceu dia 06/02/2020, uma reunião quanto ao índice de efetividade e gestão municipal, na rede socioassistencial de Birigui, visando o atendimento aos ODS.



A Secretaria Municipal de Segurança Pública, por meio da Defesa Civil Municipal, apresentou nesta segunda-feira (9 de fevereiro) seu Plano de Contingência de Defesa Civil do Município.

Em ato ocorrido no Sisep (Sindicato dos Servidores Públicos das Prefeituras), também foram nomeados os membros da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

A apresentação reuniu o prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, o Comandante do 4º CIA da Polícia de Birigui, Capitão PM Rovina, o Tenente PM Antônio Carlos, da Polícia Ambiental, a Tenente PM Walkiria Guimarães Zanquini, comandante do posto do Corpo de Bombeiros de Birigui, o Subtenente Luiz Silva, do Tiro de Guerra de Birigui, a presidente interina do Sisep, Elza Maria Rodrigues, entre outras autoridades.

O Corregedor Geral da Polícia Municipal, Glaysson Rogério Rodrigues, informou que a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil conta com representantes de todas as secretarias municipais da Prefeitura de Birigui, e representantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental, Diretoria de Ensino de Birigui, Tiro de Guerra, Conseg, órgãos de classe e entidades do município.

Segundo o prefeito de Birigui, o Plano de Contingência é de extrema importância para o município. “O Plano estabelece os procedimentos a serem tomados na resposta a emergências e desastres em Birigui, como alagamentos, granizo, vendavais, tempestades, deslizamentos, entre outros”, citou o chefe do Executivo.

“O Plano possibilita uma mobilização e uma resposta mais rápida e eficaz dos órgãos de emergência casos de desastres. A criação do Plano também atende um apontamento do Ministério Público”, completou o prefeito de Birigui.



Entrega de alimentos recebidos do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos – antigo Fome Zero)

Semanalmente o setor recebe frutas, legumes e verduras do PAA. Os alimentos que podem ser consumidos *in natura* são oferecidos para complementação da alimentação das crianças e adolescentes durante atendimento no serviço. Os alimentos excedentes ou que

necessitam de cozimento são entregues para complementação da alimentação das famílias atendidas.



Aconteceu de 10 a 14 de fevereiro a 1ª Semana de Combate ao Aedes para engajar a sociedade sobre a prevenção e combate à dengue, Chikungunya e Zika vírus.

No decorrer da semana, o município foi responsável por desenvolver as ações de combate ao mosquito, com ações especiais no Dia D, que aconteceu na sexta-feira, dia 14.

As ações foram realizadas pela equipe do CCVZ (Centro de Controle de Vetores e Zoonoses), que trabalha unida no combate ao Aedes.

A equipe se dividiu para conseguir atender todas as demandas da semana, buscando conscientizar o maior número de pessoas. Os agentes das UBS's 10 (Colinas) e 8 (Jandaia) fizeram palestras com as crianças da Escola Adelina Bernadette dos Santos Pacitti e na CEI Maria Deveschio Migliorin. Mais de 600 crianças aprenderam as principais dicas de prevenção para o combate à dengue, outras doenças e demais arboviroses.



A Prefeitura de Birigui realizou no dia 18/02/2020, uma reunião em parceria com a representante do Instituto Federal e da Etec de Birigui, para ajustes de projetos compartilhados que serão desenvolvidos entre o poder público e as instituições de ensino.

A estratégia faz parte da consolidação da agenda 2030 da ONU, na qual a Prefeitura e o Instituto Federal são signatários., em busca do desenvolvimento sustentável do Município. No ato, o secretário de gabinete representou o Prefeito, cumprindo assim as condicionantes da ONU do compromisso da alta direção institucional como apoio ao programa.



A Prefeitura de Birigui foi representada no Workshop Internacional Mediação: Uma Biblioteca para Hoje e para todos. Realizado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, o workshop ocorreu nos dias 13 e 14 de fevereiro na Biblioteca de São Paulo.

O evento teve como objetivo principal a formação geral e crítica de profissionais das áreas da biblioteca, leitura e literatura para atuar no campo da mediação.

A gestão do evento foi da SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura. O evento é uma das atividades de celebração da primeira década da importante e premiada Biblioteca de São Paulo, inaugurada em 2010 para dialogar permanentemente com profissionais e bibliotecas do SisEB e demais redes e sistemas do país.

“É nesse espaço de mediação e construção autônoma do conhecimento que a inovação dos processos e a contínua

experimentação ganham forma e dimensão prática e simbólica”, comentou o secretário de Cultura e Turismo de Birigui, Paulo Bernardes, que palestrou no evento.

Paulo foi convidado pela equipe do governo estadual a representar os gestores culturais do estado, palestrando na mesa “O Sistema Estadual de Biblioteca Públicas de São Paulo: Avaliações e Desafios”.

“Foi uma ótima oportunidade para fortalecermos os nossos vínculos com as mais importantes instâncias governamentais de São Paulo e até mesmo do Brasil, o que abre portas para a nossa cidade buscar parcerias e incentivo para a ampliação dos projetos desenvolvidos, no setor cultural de Birigui”, completou Paulo Bernardes.

A Mesa-Redonda com a participação de Birigui reuniu ainda os convidados Isabel Ayres, da Pinacoteca do Estado de São Paulo / Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e Marilena Nakano, da Rede Beija-flor de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André. A Mediação foi de Sueli Regina Marcondes Motta, da SP Leituras.



A campanha de vacinação contra o sarampo está em andamento em todo o país. A vacinação começou dia 10 de fevereiro e segue até 13 de março.

No último sábado, dia 15 de fevereiro, aconteceu o DIA D de Vacinação, quando as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) atendem em horário especial.

Em Birigui, 1.485 crianças e jovens estiveram nas unidades. Nem todas foram vacinadas, já que muitas delas estavam em dia com a vacina contra o sarampo. Para outras doenças, quem não estava em dia com a carteira vacinal também recebeu as doses.

O Departamento de Vigilância Epidemiológica, que atende na Praça Gumercindo de Paiva Castro, sem número, no centro, também esteve aberto para atendimento ao público.

Com o conceito “Mais proteção para a sua família”, a campanha visa sensibilizar pais e responsáveis sobre os riscos de não vacinar seus filhos, reforçando que o sarampo é uma doença grave e que pode matar.



A Secretaria de Meio Ambiente e a ONG AGA (Associação do Grupamento Ambientalista) realizam neste sábado, dia 15, das 9h às 11h, a distribuição gratuita de mudas de árvores próprias para plantio em calçada.

Essa ação faz parte de um projeto que visa melhorar a arborização de Birigui, incentivando o plantio de árvores em calçadas. As árvores, além de embelezar a cidade, são as influenciadoras para uma boa qualidade do ar, diminuindo os riscos de doenças respiratórias.

Cada munícipe poderá retirar gratuitamente uma muda de árvore, lembrando que é necessário que o mesmo informe o local de plantio ao preencher uma requisição.

A distribuição ocorrerá na Praça da Vila Brasil, na rua Dr. Carlos Carvalho Rosa x rua Paraíba. Quem não puder comparecer no dia da ação pode visitar a Secretaria de Meio Ambiente, que autoriza a doação de mudas.

A Secretaria de Meio Ambiente de Birigui atende na rua Siqueira Campos, 362, Centro. O telefone é (18) 3643-6190. Há, também, um aplicativo para a solicitação de mudas: BiriTree



No dia 28/02/2020, a equipe gestora do programa ODS (objetivos do desenvolvimento sustentável) de Birigui, participou do planejamento anual da escola Luciano Canelas, objetivando estratégia quais ações poderão ser realizadas através da instituição de ensino. O foco foram os 17 ODS's da agenda 2030, engajando todo o corpo docente e gestão a incorporação das ações propostas pelas metas que direcionam a agenda global.



No mesmo dia, juntamente ao SINBI, iniciou-se no polo calçadista de Birigui a adesão institucional da agenda 2030. Na reunião, com participação de representatividade com a direção do sindicato patronal, foi estratégia um piloto com 7 empresas, que terão como patronos a Prefeitura de Birigui, para a adequação pertinente aos pilares de direitos humanos, meio ambiente, trabalhista e compliance.



Birigui sediou a abertura da Superliga de Biribol. Neste final de semana, dias 29 de fevereiro e 1º de março, a 1ª Etapa da Superliga ocorreu no Parque do Povo.

O evento foi organizado pela Confederação Nacional de Biribol (CNBi) e pela Federação de Biribol do Estado de São Paulo, com apoio da Prefeitura e Câmara Municipal.

A 1ª Etapa da Liga Nacional de Biribol reuniu as principais equipes profissionais do Brasil. Com entrada franca, a competição contou com equipes masculinas e femininas.

Duas piscinas profissionais foram montadas no Parque do Povo. Ambulância, banheiros químicos e uma mini praça de alimentação também fizeram parte da estrutura do evento.

A quantidade de equipes e o número de atletas inscritos não foram divulgados pelos organizadores do evento. O local da 2ª Etapa também não foi informado.



O prefeito Cristiano Salmeirão, o secretário municipal de Obras, Saulo Giampietro, e o vereador Andrey Servelatti visitaram na tarde desta quinta-feira, 27 de fevereiro, duas obras que estão em andamento no bairro Cidade Jardim.

Com investimento de R\$ 3,5 milhões, a Prefeitura de Birigui está construindo uma ponte dupla que irá ‘ligar’ a avenida Cidade Jardim, que é ‘cortada’ pelo Córrego Biriguizinho.

“Estou realizando uma vistoria constante nas obras da administração. Temos que acompanhar de perto onde o dinheiro público está sendo investido”, comentou o prefeito de Birigui.

A ponte dupla está sendo construída pela empresa Zênite Engenharia, de Bauru, vencedora da licitação. Segundo os engenheiros da empresa, dos 100% da obra, aproximadamente 25% já foram construídos.

A construção da ponte dupla visa melhorar a mobilidade urbana da cidade, principalmente naquela região. Uma ponte será construída no sentido bairro Cidade Jardim ao bairro São Braz e a outra no sentido contrário (bairro São Braz sentido Cidade Jardim).

Com investimento de R\$ 1 milhão, a administração iniciou a construção do Parque Natural Ecológico “Valdemar Salmeirão”, em homenagem ao professor de biologia Valdemar Salmeirão, pai do prefeito Cristiano Salmeirão, que faleceu dia 7 de setembro de 2018.

Para construir o Parque Natural, a Prefeitura de Birigui enviou projeto ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID). 800 projetos participaram e 139 conquistaram recursos financeiros para a obra. O projeto de Birigui recebeu apoio do deputado estadual Roque Barbiere.

A obra na área de preservação natural do parque contempla 100 mil metros quadrados e fica nas margens do córrego Biriguizinho, na divisa dos bairros Cidade Jardim e Ivone Alves Palma.

Duas licitações foram feitas para a realização da obra. A empresa Lagotela será responsável pela construção civil e a empresa Cedro Paisagismo será responsável pelo reflorestamento e paisagismo do local.

Também está previsto o plantio de 11.400 mudas de árvores nativas no Parque Natural. No futuro, haverá pista de caminhada pelas árvores.



Nome da Instituição: S.C.F.V. – Centro de Atendimento à Criança “Pedro Marasca” - CAC

1) Metodologia: Lego

Objetivo: Montar cenários e ou objetos que identifiquem atos e até mesmo ferramentas para o uso na higiene pessoal.

Resultado Alcançado: Com detalhes como, sabonetes, pasta de dente, escova de dente, escova de pentear cabelo, banheiros, pias, chuveiros, sendo assim realizado um bate papo geral ao final para ressaltar a importância e necessidade de praticar de forma regular a higiene pessoal em seu vasto campo de atuação.

2) Metodologia: Ainda trabalhando o tema da ODS 3 "SAÚDE E BEM ESTAR", o livro "Higiene pra quê?" foi lido em roda com a participação de todas as crianças, que além de acompanharem a leitura, tiveram um tempo para discutir sobre o assunto, dando opiniões, contando relatos, tirando dúvidas.

Objetivo: Introduzir a temática com um livro que falasse exatamente sobre o assunto, de forma didática e acessível, uma vez que contava a história de uma garotinha de idade próxima a das crianças, relatando sua realidade e descobertas acerca do assunto.

Resultados alcançados: Os alunos se envolveram de forma bem ativa, todos falaram um pouco sobre o dia a dia de cada um em relação aos hábitos de higiene, também tiraram várias dúvidas e pudemos perceber algumas necessidades e casos mais especiais de crianças cuja a família tem mais dificuldades em ter acesso aos suplementos básicos para higiene diária.

3) Metodologia: Todo o grupo, dentro da maior sala do núcleo, teve acesso a uma "casinha" montada pelas monitoras com os brinquedos do próprio local. Essa "casinha", porém, estava toda desorganizada e suja, com papéis espalhados e objetos fora de lugar. Então, organizados em trios, as crianças tinham como propósito organizar essa "casinha", deixando tudo no lugar certo e limpo.

Objetivo: Mostrar com auxílio de uma brincadeira o quanto é importante manter a organização dos espaços por onde passamos, seja nossa casa, escola, projeto, locais públicos. Uma forma divertida para discutir e mostrar às crianças que todos da casa são responsáveis pela higiene do local e devem se envolver nas tarefas de limpeza e organização, cada um dentro de suas possibilidades.

Resultados alcançados: As crianças amaram. Inclusive as mais velhas de núcleo lembraram de já ter feito essa atividade em anos anteriores, dizendo ter sido uma das atividades mais legais do projeto. Esse tipo de brincadeira além de mostrar a importância da higiene e cuidado, auxilia também no companheirismo, pois para que seja concluído o objetivo as crianças precisam cooperar umas com as outras.



No dia 06/03/2020, a Prefeitura de Birigui iniciou um projeto piloto, de incorporação da agenda 2030 das Nações Unidas nas indústrias de Birigui. A estratégia de fomento é a parceria com o SINBI, sindicato patronal que congrega indústrias e a ACIB, que congrega o comércio.

O projeto piloto objetiva a implantação da sustentabilidade corporativa em 5 empresas de vários setores, e juntamente a seus respectivos sindicatos fomentar outros associados a adesão ao pacto global.

Participaram CEO's de Empresas: Sameka, Plugt, Dalff Meias, Farmácia Futura, e loja Guri, sendo oficialmente signatários do Pacto Global a partir de 06/03/2020.

O Presidente do SINBI, Renato Ramires, ao iniciar a reunião que instituiu no sindicato patronal a adesão ao pacto global, destacou a importância do projeto, que numa sinergia municipal poderá contribuir para diferenciais competitivos ao polo calçadista. Para ele, é necessário realizar o dia D dos ODS's, com a confecção de camisetas, faixas e outras atividades para a divulgação em toda a comunidade empresarial.

O Presidente da ACIB, Mauricio, em reunião de planejamento com a equipe gestora municipal, destacou que o comércio de Birigui já realiza várias ações que fazem interfaces aos ODS's, e que a implantação da agenda 2030 será tranquila.

A pedido do Prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, a equipe gestora tem como missão, treinar os novos signatários e junto ao poder público buscar a efetivação de ações internas corporativas e externas de responsabilidade social baseados nos pilares dos 17 ODS's: Meio Ambiente, Direitos Humanos, Compliance e Trabalhista.

A ação remete-se ao ODS 17, que busca nas parcerias, a consolidação da agenda 2030 das Nações Unidas.



O Equipamento socioassistencial: Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua, realizou ações de debates com os assistidos em fevereiro de 2020, através de filmes que trata o ODS 14 e 15.

No referido filme apresentamos a reflexão sobre a caça ilegal e o tráfico de espécies protegidas, visto que, o filme retrata algo suspeito que estava acontecendo em alto mar e estava vindo de Rantum IV, uma plataforma petrolífera no Mar Norte a algumas centenas de quilômetros das lindas praias de Sylt, uma ilha ao norte da Alemanha. Svenja, uma jovem diplomata americana vai interrogar o Dr. Wieland, encarregado da proteção ambiental da plataforma, mas, ele é assassinado. Felizmente o melhor amigo de Wieland, Jan, possui documentos sobre as atividades da plataforma.

Um encontro é marcado, porém, os dois subitamente se veem obrigados a fugir de uma onda gigantesca que varre a costa toda da ilha. Convencidos de que a plataforma opera de forma irregular e que foi o agente causador do Tsunami, os dois se dirigem até o Rantum IV, que agora está nas mãos do maléfico engenheiro Kramnik, que ameaça explodir um campo inteiro de gás metano, desencadeando um outro tsunami ainda mais devastador... Fizemos um recorte neste filme e debatemos com os acolhidos a ODS 14 – **Vida na Água** – Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável..., o item (14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”).

No referido filme apresentamos a reflexão sobre a caça ilegal e o tráfico de espécies protegidas, visto que, o filme conta a história de Tainá, uma indiazinha de 8 anos, que vive na Amazônia com seu velho e sábio avô Tigê, ele lhe ensina as lendas e histórias de seu povo. Ao longo de aventuras cheias de peripécias, ela conhece o macaco Catu ao salvá-lo das garras de Shoba, um traficante de animais.

Perseguida pela quadrilha, ela foge e acaba conhecendo a bióloga Isabel e seu filho Joninho, um menino de 10 anos que mora a contragosto na selva. Depois de um desentendimento inicial, o garoto consegue superar os limites de menino da cidade e ajuda Tainá a enfrentar os contrabandistas, que vendem animais para pesquisas genéticas no exterior. Juntos, os dois aprendem a lidar com os valores destes dois mundos: o da selva e o da cidade. Fizemos um recorte neste filme e debatemos com os acolhidos a ODS 15 – **Vida Terrestre** – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres..., o item (15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável).



O CREAS (centro de referência especializado da assistência social), realizou em fevereiro várias ações que fazem interfaces com os ODS's:

O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, abriu oficialmente na última quarta-feira, dia 4 de março, o EDUCARTE: Programa Formativo em Arte e Cultura, maior programa de formação livre já aberto no segmento cultural em Birigui.

A abertura ocorreu no CEU das Artes (Centro de Artes e Esportes Unificados), que fica na Rua das Tulipas esquina com a Rua das Acácias, no bairro Cidade Jardim.

O secretário municipal de Cultura e Turismo (Secultur), Paulo Bernardes, o secretário municipal de Administração, Genilson Martins, e demais convidados também prestigiaram a abertura do programa. Voluntários que atuam no CEU das Artes também estiveram presentes.

Vários instrumentos que serão usados nos cursos foram doados aos alunos na abertura do programa.

“O EDUCARTE tem como principal objetivo oferecer cursos gratuitos de arte e cultura para toda a população. O programa abrange diversas modalidades nos segmentos de música, dança, teatro, artes, esportes, lazer, artesanatos, jogos e tecnologia”, explicou o secretário Paulo Bernardes, gestor da Secultur.

As faixas etárias recomendadas para os cursos começam nos 5 anos e não possuem idade máxima.

Neste primeiro módulo, serão ofertadas 1.400 vagas, distribuídas em 26 cursos, ministrados por 15 profissionais de Birigui. As aulas começaram no último dia 2 de março de 2020.

As aulas são oferecidas no CEU das Artes e no CAM (Centro de Atividades Musicais), além de Escolas Municipais da cidade, com a monitoria das Fanfarras para os alunos da rede pública de ensino.

Também estão previstos novos cursos nas áreas de Literatura, Audiovisual, Cultura Urbana, Gestão/Produção Cultural e Elaboração de Projetos. Estes terão início em abril, na Biblioteca Municipal de Birigui.

“Este é um importante trabalho para engajar a comunidade em atividades culturais de alta qualidade, com o fomento de ações e a oferta de diversos cursos gratuitos para a população. Estamos garantindo o acesso à democratização das atividades que promovem a experimentação e a reflexão, ampliando as perspectivas culturais de cada participante”, falou o prefeito Cristiano Salmeirão.

Desde 2007, quando foi criado o Programa Município Verde Azul, a Prefeitura de Birigui busca conquistar o Selo de “Município Verde Azul”, que reconhece as cidades que fazem gestão ambiental.

O Programa premia os municípios com melhor desempenho, levando em conta diversos quesitos ambientais, com o objetivo de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental.

A qualificação para conquistar o Selo exige muito trabalho das prefeituras, já que o programa possui 10 diretivas: Município Sustentável; Estrutura e Educação Ambiental; Conselho Ambiental; Biodiversidade; Gestão de Águas; Qualidade do Ar; Uso do solo; Arborização urbana e Esgoto Tratado e Resíduos Sólidos.

Os municípios devem colocar em prática 85 tarefas, divididas nas 10 diretivas. A ideia é fazer com que cada um deles produza políticas públicas que vão desde saneamento básico e preservação hídrica até a conscientização dos cidadãos locais.

O Governo do Estado de São Paulo atribui notas de zero a 100 ao resultado de tudo que foi feito no município durante um ano. Atingindo a nota mínima de 80, ele está apto a continuar aprimorando as ações, conquistando o Selo e continuando a desenvolver novas iniciativas sustentáveis para a população.

“O programa visa medir a gestão ambiental de cada município e conquistar o Selo mostra que Birigui faz gestão ambiental com eficiência”, explicou o secretário de Meio Ambiente de Birigui, Juliano Salomão.

Antes da gestão 2017/2020, o município de Birigui chegou no máximo a 27,16 pontos, média realizada em ações do ano de 2012 até 2016. Em 2019, Birigui somou 82,78. A premiação de 2019 foi entregue nesta quinta-feira, 5 de março de 2020, em São Paulo.

Agora, com o Selo, Birigui está credenciada a buscar verbas no FECOP (Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição).

Na manhã desta quinta-feira (5) o prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, e o secretário municipal de Meio Ambiente, Juliano Salomão, estiveram no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, onde ocorreu a premiação dos municípios qualificados para o Selo de Município Verde Azul e a certificação aos municípios que conquistaram o Selo.

Também estiveram no evento o diretor de Educação Ambiental da Prefeitura de Birigui, Jefferson Rabal, a chefe de seção de Urbanismo e Ocupação do Solo Urbano e Rural, Gabriela Barbosa, e o motorista da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Luciano Pacco.

Dos 645 municípios do Estado de São Paulo, apenas 13% contam com o Selo. “Estamos em um seleto grupo que faz gestão ambiental. Cuidar do meio ambiente é deixar uma cidade melhor para os nossos filhos e netos. Parabéns equipe da Secretaria de Meio Ambiente de Birigui”, comentou o prefeito Cristiano Salmeirão.

A entrega do Selo em São Paulo reuniu várias autoridades, entre elas o governador João Doria, o secretário estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Penido, e o secretário estadual de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi.

Para conquistar o Selo de Município Verde Azul, a Secretaria de Meio Ambiente de Birigui da gestão 2017/2020 desenvolveu mais de 80 ações. As principais foram:

- * Criação do PROMEA (Programa de Educação Ambiental)
- * Execução do Parque Natural Valdemar Salmeirão
- * Execução do Centro de Educação Ambiental
- * Piloto de Agrofloresta Urbana
- * Plano de combate a erosões
- * Plano de mata atlântica
- * Criação do fundo municipal de meio ambiente

As ações cumprem a Agenda 2030 da ONU, os chamados 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) números 6 (Água Potável e Saneamento); 9 (Indústria,

Inovação e Infraestrutura); 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis); 14 (Vida na Água) e 15 (Vida Terrestre).



Ações desenvolvidas pelo equipamento do Centro Dia do Idoso – Com o Público Alvo- Idoso com 60 anos ou mais durante o mês de fevereiro, referente a agenda 2030.

Memórias de Canções: Através das canções, os idosos relembram as histórias de vida e momentos que marcaram suas experiências. Se relaciona a ODS's- 03 e 04

Comemoração de Carnaval: Esse mês houve o baile de máscaras promovidos pela equipe, juntamente com os idosos em comemoração ao carnaval, data comemorada em todo o mundo. Se relaciona a ODS's- 03, 05 e 10



O objetivo das atividades foi estimular os idosos a trabalharem o senso de cooperação entre eles, de maneira pacífica, preservando sua integridade física e moral. Se relaciona a ODS's - 03 e 10

A Prefeitura de Birigui foi uma das cidades que apresentaram resultados positivos de trabalhos realizados no setor de mobilidade urbana na 73ª Reunião do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana.

O evento foi realizado nos dias 5 e 6 de março em São José dos Campos. O município de Birigui foi representado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, por meio do Departamento Municipal de Trânsito (Deptrans).

Participou do Fórum Paulista a diretora municipal de Trânsito e Serviços, Melissa Puertas Sampaio, que palestrou o tema “Experiência do Município de Birigui – Educar para Salvar”.

Em sua apresentação, Melissa passou os dados do município nos últimos anos, período que Birigui registrou diminuição de acidentes fatais na cidade.

“O número de vítimas fatais em acidentes de trânsito em Birigui diminuiu 82,35% nos 12 meses de 2019, em comparação com o mesmo período de 2017”, disse a diretora do Deptrans.

“A redução está diretamente relacionada aos trabalhos educativos, ações preventivas e de infraestrutura viária que vêm sendo desenvolvidos no município de Birigui”, salientou.

De acordo com o Infosiga-SP (Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo), houve três óbitos em 2019; nove óbitos em 2018 e dezessete óbitos em 2017.

“Pelo terceiro ano consecutivo o Deptrans conseguiu reduzir o número de acidentes com vítimas fatais. Esse trabalho foi reconhecido pelo Governo do Estado de São Paulo e por isso Birigui foi convidada para participar do Fórum Paulista”, completou Melissa.



O Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua desenvolve no mês de fevereiro ações prioritárias do ODS 05. A atividade foi realizada em duas etapas. Na primeira foi realizada uma dinâmica de grupo onde cada participante atribuiu um adjetivo para os homens e um para a mulheres.

Os participantes foram colocados em círculo, em seguida a técnica jogou a bola para um participante e solicitou que este atribuisse um adjetivo que definisse o ser homem ou ser mulher. Após responder, foi solicitado que jogasse a bola para outro participante responder, e assim sucessivamente, até que todos respondessem. No final todas os adjetivos foram lidos.

(Homens: brutos, masculinos, chorão, trabalhador, malcriados, teimosos, ignorantes, chatos) (mulher: feminina, sensível, guerreiras, determinadas, lindas, inteligentes, trabalhadoras, vaidosas, ignorantes, perfeitas, românticas)

Nesta atividade pode-se perceber que os homens tiveram dificuldade para atribuir adjetivos aos homens, e a maioria atribuiu adjetivo positivo as mulheres.

Na segunda etapa, foi apresentado slides com informações sobre o tema: o que é gênero; machismo; violência contra a mulher (assassinato, violência física e sexual, psicológica); a lei Maria da Penha; o artigo 5º da Constituição Federal; diferenças salariais em relação aos mesmos cargos ocupados por homens e mulheres e sobre o fato da maioria das mulheres conseguirem realizar várias atividades de uma só vez. Durante a apresentação, os participantes fizeram suas colocações. Relataram suas experiências em relação ao tema. Os participantes se mantiveram atentos a apresentação dos slides, e participaram bastante, verbalizando sobre a importância das mulheres na sociedade, pois as consideram mais centradas que a maioria dos homens.

O CRAS, atendendo a incorporação dos ODS's, também desenvolveu ações. A palestrante iniciou a atividade explicando a temática que seria abordada. Orientou que a escolha do tema foi devido ao Dia Internacional da mulher comemorado no dia 8 de março. A palestrante apresentou a psicóloga do CRAS que retornou às atividades neste equipamento.

A psicóloga se apresentou e orientou que ela daria continuidade às atividades realizadas em grupo, a partir da próxima reunião. A palestrante conduziu uma roda de conversa, na qual, as participantes puderam relatar situações pessoais.

Por meio desta atividade, pôde ser trabalhado os seguintes aspectos: diferença entre empoderamento e vitimismo; significado de empoderamento; situações relacionadas com o poder de escolha; importância da autovalorização; empreendedorismo como forma de empoderamento profissional; empoderamento como forma de não precisar utilizar a política de assistência social.

A psicóloga explicou sobre o curso de pão de mel que será realizado no CRAS na próxima semana e orientou que os/as interessados/as fizessem a inscrição no final da reunião. A palestrante compartilhou com o grupo o quanto gostou de trabalhar com as participantes durante esse período e se colocou a disposição para novas partilhas em momentos futuros. Para finalizar foi entregue um comunicado com a data da próxima reunião e foi servido o lanche a todos os presentes.

O Sinbi e a Prefeitura O prefeito de Birigui, através do Prefeito Cristiano Salmeirão, participou da abertura do projeto "Pequeno Aprendiz", ação de cunho educacional e social

realizado pelo SINBI (Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui) em parceria com a Prefeitura de Birigui e Sesi.

Durante a abertura, ocorrida dia 4 de março, estiveram presentes o presidente do SINBI, Renato Ramires, a diretora executiva do SINBI, Silvia Mestriner, a secretária municipal de Educação, Meiriane Beltran, a secretária adjunta de Educação, Kellen Ribeiro, o diretor do Sesi Birigui, Ataliba Mendonça Jr, além de pais de alunos participantes do projeto.

O projeto “Pequeno Estilista” tem por objetivo valorizar e incentivar o desenho/criatividade na criança com aptidão nata, que deseja buscar seu desenvolvimento nesta área.

A ação atenderá ao todo 15 crianças de 09 a 10 anos que estudam no ensino fundamental – 5º ano, sendo metade da Rede Municipal de ensino e metade da Escola Sesi de Birigui. As atividades ocorrerão de 04/03/2020 à 24/06/2020, todas as quartas-feiras, das 13h30 às 15h30, no FAB LAB – Sesi Birigui. Ao final, cada participante receberá um certificado de participação.

A metodologia trabalhará aulas expositivas alternativas, sendo ministradas de forma lúdica e prática, com feedback ou guiada. Além disso, diante de cada objetivo específico dos conteúdos a serem trabalhados pelo docente, alguns métodos serão utilizados, como: trabalhos teatrais, debates, colagens, pinturas, exercícios, palestras, senso crítico, aprendizado baseado em projetos, role-playing, seminário, simulação, aprendizagem por observação, entre outros que serão criados de acordo com a necessidade do objetivo a ser atingido.



O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - ARTE DE CRESCER – ROTARY, elaborou no mês de fevereiro um Painel e Palestra “ Fome Zero e Agricultura Sustentável “. Filmes abordados: Comida que alimenta – agricultura familiar; Agroflorestal porque não?

A importância da alimentação saudável; ODS 2 para criança, fome zero e agricultura sustentável.

Objetivos: incentivar a segurança alimentar e melhoria da nutrição; sensibilizar sobre a importância da agricultura sustentável.

Resultados: Todas as turmas participaram e observaram com muita atenção demonstrando interesse nas informações trocadas e experiências realizadas.



O Conselho Municipal de Meio Ambiente esteve reunido no salão de reuniões da Prefeitura de Birigui na manhã desta quarta-feira, 11 de março. A reunião extraordinária debateu assuntos que serão tratados na Conferência de Meio Ambiente 2020.

Os trabalhos da reunião foram conduzidos pelo presidente do conselho, Jefferson Rabal. “Tratamos de temas de extrema importância para o meio ambiente”, disse Rabal, atual diretor de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Birigui.

A Conferência de Meio Ambiente será realizada no dia 8 de abril, no Sesc Birigui. Ela será dividida em 4 eixos e cada um abordará temas como município sustentável, educação ambiental, conselhos, qualidade do ar, solo, resíduo sólido, entre outros temas pertinentes.

As mediações e as rodas de conversas serão feitas por membros do Conselho de Meio Ambiente de Birigui e convidados.

Segundo Jefferson Rabal, esse espaço de mobilização é visto como oportunidade para entidades e organizações populares que escolham participar e atuar como protagonistas na tomada de decisões sobre o meio ambiente local.

A Prefeitura de Birigui e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente divulgarão em breve novas informações sobre a Conferência de Meio Ambiente 2020.



No dia 12/03/2020, a Prefeitura realizou ação de multiplicadores com a agência desigual, sendo mais uma signatária do pacto e iniciou junto ao SINBI o projeto piloto com 7 empresas quanto aos ajustes do pacto global.



O CRAS do Portal da Pérola, realizou diversas ações no mês de fevereiro:

Semanalmente este setor recebe frutas, legumes e verduras do PAA. Os alimentos que podem ser consumidos *in natura* são oferecidos para complementação da alimentação das crianças e adolescentes durante atendimento no serviço. Os alimentos excedentes ou que necessitam de cozimento são entregues para complementação da alimentação das famílias atendidas.

Através da contação da história de um menino que queria unificar tudo e queria um mundo de paz, foi estimulada e promovida a reflexão sobre a diferença entre as pessoas, as dificuldades de cada um, bem como o respeito com todos.

Atividade para conscientizar as crianças para o direito à saúde, sensibilizá-los para a busca permanente da compreensão de seus determinantes e capacitá-los para a utilização de medidas prática de promoção, proteção e recuperação da saúde. Através de atividades lúdicas, foi mostrado como tomar um banho bem tomado, escovar os dentes direito e até como se limpar após utilizar o banheiro.

A atividade teve por objetivo, fazer com que as crianças de uma forma lúdica e prazerosa aprendam os hábitos e práticas de higiene. Ensinar e estimular os hábitos de

higiene pessoal mostrando a importância da higiene pessoal na prevenção de doenças, valorizando a autoestima da criança. Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo.

As crianças pintaram uma mão e colaram papéis nos dedos representando as unhas e depois deveriam cortá-las e pintarem. Muitas crianças não entenderam que na prática que as unhas devem ser curtas ou caso sejam compridas as mesmas devem ser limpas por baixo. Na atividade foi explicado como devem estar nossas unhas, porém na atividade, a maioria deixou as unhas cumpridas, não se preocuparam em deixá-la limpa.

Foi mostrado e conversado com as crianças sobre as bactérias e vírus que ficam em nossas mãos e que não as vemos. E nessa experiência pegamos 3 pedaços de pães. Em 1 pão foi devidamente manuseado com luva e colocado num saco plástico, no 2º pão foi manuseado sem luvas e dado para as crianças colocarem as mãos no pão e passado para cada criança e em seguida colocado no saco plástico, por fim o 3º foi manuseado sem luva e passado em alguns brinquedos e materiais de uso das crianças como borracha, caneta etc., e em seguida colocado no saco plástico. Após uma semana foi mostrado novamente para as crianças a situação dos pães. O 1º com luva estava intacto, já o 2º e 3º estavam modificados com fungos e embolorado.

Foi explicado a importância de lavar as mãos e da higiene, que não vemos as bactérias no nosso corpo e mãos, mas que elas estão lá e as vimos nos pães. Foi produtivo e as crianças sentiram nojo ao ver os pães como ficam manuseados com mãos sujas e assim as crianças estão sendo incentivadas a lavarem as mãos antes das refeições.

Esta atividade teve por objetivo incentivar os atendidos a valorizarem regras e leis como elementos necessários à convivência social. Levar as turmas a ter consciências dos imperativos éticos e a cumpri-los prazerosamente. Tornar o usuário um ser participante e atuante nas regras de convivência que solidificam o serviço de convivência.

Mais uma atividade para fazer com que as crianças de uma forma lúdica e prazerosa aprendam os hábitos e práticas de higiene. Com a mímica elas realizaram atividades de higiene como: tomar banho, cortar as unhas para as outras crianças adivinharem, todas elas entenderam que é saudável e gostoso estar sempre limpo e sabem o que precisa ser feito.

O objetivo dessa atividade é assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo. Foi conversado com as crianças sobre os poderes e responsabilidades que os heróis

têm e também suas fraquezas que devemos usar o bem para resolver nossos conflitos de forma saudável.

Atividade com a finalidade de estimular de uma forma lúdica e prazerosa os hábitos e práticas de higiene. Foi uma atividade bem divertida, onde cada grupo com uma bexiga em mãos escrevia na bexiga se determinado hábito de higiene estava certo ou errado.

Recebemos uma funcionária do Departamento de Zoonoses, que ministrou uma palestra sobre a Dengue para todos os atendidos. A palestra foi bem lúdica, mostrando desde as fases do desenvolvimento do Aedes Aegypti, como identificá-lo e contê-lo. Incentivando as crianças a dialogarem com os pais sobre as formas de combater o mosquito transmissor.

Atividade com objetivo de assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo, auxiliando no desenvolvimento das crianças e adolescentes, através da expressão corporal juntamente com a prática esportiva, permitindo que os usuários expressem seus sentimentos e em grupos os mesmos aprendem a ganhar e perder, a comunicarem-se melhor uns com os outros, se conhecendo e enfrentando barreiras. As crianças foram divididas em duas equipes e segurando um tecido juntas, uma bexiga com água era hipoteticamente um conflito. No jogo eles juntos deveriam jogar fora (resolver) esse conflito e o outro grupo unido segurar a bexiga (conflito) para depois também jogá-lo fora (saná-lo).

Através de cartelas de bingo confeccionadas especialmente para esta atividade, os monitores conseguiram desenvolver a atividade de forma lúdica reforçando a importância dos hábitos e práticas de higiene.

Esta atividade teve por objetivo revelar características dos participantes e facilitar o engajamento e a comunicação entre eles. Estimulando que sempre é importante compartilharmos, que é mais agradável a partilha do que sermos egoístas, mostrando o quanto é importante dividirmos e compartilharmos para um convívio saudável.

Através da contação de uma história, onde os personagens: um porquinho e um urubu queriam competir quem ficava mais tempo sem banho. No final os personagens entenderam e mostraram para as crianças a necessidade do banho para evitar mau cheiro e doenças.

Na proposta dessa atividade as crianças fizeram uma pulseira de barbante e depois colocaram-na no braço ou pernas. Foi explicado para as crianças que podemos identificar nossa higiene corporal com a pulseira que essa pulseira no braço elas iam brincar e acabaria sujando e que a pulseira deveria ser limpa igual nosso corpo, que no caso da pulseira, conseguimos ver que está suja que mudou a cor e que sempre deve ser higienizada como nosso corpo.

Nesta atividade, crianças pintaram um desenho impresso onde a imagem mostra uma pessoa espirrando no lenço de papel. Foi explicado para as crianças que durante o ato de espirrar devemos cobrir a boca e nariz, e em seguida lavar as mãos. As crianças entenderam e quando alguém espirra na sala ela deve pedir permissão para ir lavar as mãos.

A atividade teve por objetivo promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, possibilitando maior conhecimento e capacidade de análise crítica da realidade. Os usuários procuraram em revistas fotos de crianças e montaram um painel onde mostraram que a amizade pode mudar o mundo e em especial o serviço de convivência e o espaço que eles convivem diariamente.

O ambulatório de saúde mental realizou no mês de fevereiro de 2020, várias ações:

Palestra sobre a Alimentação - realizada no dia 11/03/20 no ASM com a nutricionista do NASF, Larissa Honda, aconteceu decorrente de demanda dos grupos terapêuticos, onde abordamos sobre a influência da alimentação no nosso humor e a importância da boa alimentação para uma saúde plena.

As orientações tiveram o objetivo de orientar os pacientes visando melhoria no bem estar físico e mental.

A ação foi uma iniciativa da Psicóloga Clícia Keiko Nishida - profissional do ASM, em parceria com o NASF.



A Prefeitura de Birigui publicou nesta quarta-feira, 18 de março, decreto assinado pelo prefeito Cristiano Salmeirão que suspende aulas, cursos, eventos e atividades da administração visando prevenção contra o coronavírus (COVID-19), doença respiratória que está assustando o mundo.

O surto foi declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma enfermidade epidêmica amplamente disseminada, a chamada pandemia.

O decreto 6.586/2020 dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais da administração para evitar o contágio do COVID-19. O decreto também traz recomendações ao setor privado.

Eventos com grande número de pessoas foram cancelados no mundo todo e em Birigui não foi diferente. Empresas estão liberando seus colaboradores para trabalhar em casa. Universidades, escolas e cursos suspenderam suas aulas.

O decreto assinado pelo prefeito Cristiano Salmeirão suspende as aulas das ESCOLAS da Prefeitura de Birigui a partir do dia 23 de março (próxima segunda-feira), com tempo indeterminado para o retorno. A suspensão é uma antecipação do recesso escolar de julho.

De 18 a 20 de março a presença nas escolas é facultativa, não sendo registradas faltas aos alunos.

A orientação da administração é para que as demais escolas privadas da cidade também suspendam as aulas. Também é orientado para que eventos particulares suspendam reuniões com mais de 50 pessoas.

As creches da Prefeitura de Birigui continuam atendendo, porém, levar a criança é opcional para os pais. Caso não levem, a orientação é para que as crianças não fiquem com idosos (público mais vulnerável ao coronavírus).

A Prefeitura de Birigui também suspendeu o gozo de férias dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 60 dias; atendimentos odontológicos das UBSs e CEO (ressalvados os casos de urgência e emergência); censo dos servidores ativos e a prova de vida dos aposentados e pensionistas do BiriguiPrev; atendimento dos CRAS e dos CREAS; atendimento do Centro Dia do Idoso e do Fundo Social de Solidariedade; atendimento do Restaurante Popular; aulas da FATEB e emissão de alvarás para eventos, feiras e afins.

O decreto também recomenda isolamento voluntário de 7 dias de pessoas que realizaram recentes viagens internacionais para locais afetados pelo coronavírus.

Na presença dos sintomas (tosse seca, dor de garganta, febre alta e dificuldade em respirar) é recomendado que a pessoa promova o auto isolamento.

Os servidores públicos lotados em creches municipais, acima de 60 (sessenta), gestantes, portadores de doenças respiratórias, crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico, serão dispensados sem prejuízos de seus proventos.

O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, recebeu na tarde desta quarta-feira, dia 18 de março, proprietários e representantes de academias de Birigui que uniram forças para promover ações que visam combater o coronavírus (Covid-19).

Apesar da Prefeitura de Birigui publicar o decreto 6.586/2020, que dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais para evitar o contágio do Covid-19, as academias, por iniciativa própria, entraram em acordo e optaram por interromper suas atividades de 21 a 29 de março.

“Somos provedores de saúde e um de nossos objetivos é a preocupação com a saúde daqueles que procuram os nossos estabelecimentos. Vamos interromper as atividades nestes 9 dias”, disse a professora Soraia Sercil Silva, proprietária e profissional de educação física da academia Vidativa.

Participaram da reunião na Prefeitura de Birigui representantes da Academia Elton Facó; Academia Vidativa; MFit; life; Arena; Corpus; Ensith; Ghange; Nino e Acqua vita.

“O encontro foi muito produtivo. As academias estão de parabéns pela iniciativa”, disse o prefeito Cristiano Salmeirão.

A Prefeitura de Birigui suspendeu as aulas das ESCOLAS da prefeitura a partir do dia 23 de março (próxima segunda-feira), com tempo indeterminado para o retorno. A suspensão é uma antecipação do recesso escolar de julho.

Também foram suspensas as aulas das escolinhas esportivas da Secretaria Municipal de Esportes, aulas do CEU das Artes e demais aulas e atividades das secretarias municipais.

O Centro Dia do Idoso e o Restaurante Popular não estão atendendo, visando evitar aglomeração de pessoas.

O decreto também é orientado para que eventos particulares suspendam reuniões com mais de 50 pessoas.

A Prefeitura de Birigui também suspendeu o gozo de férias dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 60 dias; atendimentos odontológicos das UBSs e CEO (ressalvados os casos de urgência e emergência); censo dos servidores ativos e a prova de vida dos aposentados e pensionistas do BiriguiPrev; atendimento dos CRAS e dos CREAS; do Fundo Social de Solidariedade; aulas da FATEB e emissão de alvarás para eventos, feiras e afins.

O decreto também recomenda isolamento voluntário de 7 dias de pessoas que realizaram recentes viagens internacionais para locais afetados pelo coronavírus.

Na presença dos sintomas (tosse seca, dor de garganta, febre alta e dificuldade em respirar) é recomendado que a pessoa promova o auto isolamento.



A Prefeitura de Birigui vai publicar ainda nesta quinta-feira, 19 de março, mais um decreto que dispõe sobre adoção de medidas temporárias e emergências para evitar o contágio do coronavírus, o COVID-19.

“É hora de preservar vidas. Vamos isolar Birigui. O Terminal Rodoviário será fechado e nenhum ônibus irá circular na cidade de 23 de março até 05 de abril”, falou o prefeito Cristiano Salmeirão.

Nesta quarta-feira (18) o primeiro decreto (6.586/2020) foi publicado no Diário Oficial de Birigui. A íntegra está disponível abaixo.

De hoje (dia 19) até o dia 22 (próximo domingo) os ônibus circulares irão reduzir o número de carros pela cidade. Ao invés de passar de hora em hora, o circular em Birigui irá passar de 3 em 3 horas. A partir de segunda-feira (23) não haverá ônibus circular.

“Pedimos que os idosos que usam o circular somente façam uso do transporte em momentos de extrema importância. Se possível, não usar o ônibus circular neste momento”, disse a secretária municipal de Mobilidade Urbana, Melissa Puertas Sampaio.

O prefeito, a secretária, representantes de empresas de ônibus, viagens e profissionais do setor de transporte estiveram reunidos na manhã desta quinta-feira (19) no Paço Municipal.

“Explicamos ao setor de transporte que neste período vamos preservar vidas. Não vamos permitir ônibus entrando em Birigui. Vamos colocar avisos nas entradas da cidade”, completou o prefeito municipal.

Táxi, mototáxi e transportes por aplicativos poderão trabalhar normalmente.

Houve, ainda, uma mudança com relação às creches mantidas pela Prefeitura de Birigui: elas serão fechadas para crianças a partir do dia 23 de março.

O corte de água para inadimplentes também foi suspenso. "Isso pensando na preservação da vida das pessoas", justificou o prefeito.

As empresas industriais do ramo do gênero calçadista de Birigui deverão suspender suas atividades produtivas durante o período compreendido entre 31 de março de 2020 até 13

de abril de 2020, podendo este prazo ser prorrogado conforme a evolução da pandemia COVID-19.

Birigui não conta com casos de coronavírus. A Secretaria Municipal de Saúde monitora três casos suspeitos.

A Prefeitura de Birigui instituiu nesta segunda-feira, 23 de março, o Comitê de Crise para Enfrentamento da COVID-19 [CCEC].

A criação do comitê foi publicada no quarto decreto assinado pelo prefeito Cristiano Salmeirão com medidas emergenciais para combater o novo coronavírus [Decreto 6.592].

Integram o comitê profissionais da saúde e da administração da Prefeitura Municipal e da Santa Casa de Misericórdia de Birigui. O prefeito Cristiano Salmeirão é o presidente do CCEC. A secretária municipal de Saúde, Marian Nakad, é a vice-presidente.

“O Comitê definirá um plano de ação, prevenção e contingência em resposta à pandemia, sendo que se reunirá diariamente e acompanhará a evolução do quadro epidemiológico do coronavírus, sugerindo medidas de saúde necessárias para a prevenção, controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas”, disse o prefeito Cristiano Salmeirão.

Parte dos integrantes do CCEC esteve reunida com o prefeito e com a secretária de Saúde na manhã desta segunda-feira, 23 de março, no Paço Municipal. Na sexta-feira (20) houve o primeiro encontro.

“Com a instituição do Comitê, se necessário, poderemos realizar compra em regime emergencial, com dispensa de licitação para aquisição de bens, prestações de serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da doença, a referida emergência de saúde pública, o novo coronavírus”, disse a secretária de Saúde de Birigui.

Até o momento não há casos positivos da doença em Birigui. Existem 9 casos suspeitos. Os resultados ainda não chegaram do Instituto Adolf Lutz.

Uma das ações já discutidas pelo CCEC será a instalação de uma Unidade de Internação COVID-19.

O local, ainda a ser definido, irá atender pacientes graves e que necessitam de internação. Estuda-se instalar a Unidade ao lado da Santa Casa de Birigui.

As propostas do Comitê serão levadas ao Conselho Municipal de Saúde, que deverá aprová-las. As ações aprovadas serão divulgadas posteriormente pelo Comitê de Crise para Enfrentamento da COVID-19 [CCEC].

Além da instituição do Comitê, a Prefeitura de Birigui também publicou outro decreto que trata de medidas emergenciais na cidade, entre elas o fechamento do comércio local de 24 de março até o dia 7 de abril.



Uma ação de higienização foi realizada pela Secretaria de Serviços Públicos na manhã desta segunda-feira, 23 de março. A ação, por determinação do prefeito Cristiano Salmeirão, aplicou água sanitária nos bancos da Praça James Mellor, local de grande concentração de pessoas.

Já no prédio da sede da Prefeitura de Birigui, o chamado Paço Municipal, além dos bancos a higienização ocorreu nas maçanetas das portas.

O trabalho foi coordenado pelo secretário adjunto de Serviços Públicos, Luis Carlos Nunes. Segundo ele, a meta é combater o coronavírus, o COVID-19.

“Quando não está nas pessoas, o coronavírus não é difícil de matar, já que ele não resiste ao álcool e a água sanitária. Esses produtos de higiene são indicados para limpeza de superfícies”, disse o secretário adjunto.

Outras praças e outros prédios da Prefeitura de Birigui receberão a higienização, uma das ações da administração para combater o COVID-19.

A transmissão dos coronavírus costuma ocorrer pelo ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas, como gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; contato pessoal próximo, como toque ou aperto de mão; contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos.

Os coronavírus apresentam uma transmissão menos intensa que o vírus da gripe.

O período médio de incubação por coronavírus é de 5 dias, com intervalos que chegam a 12 dias, período em que os primeiros sintomas levam para aparecer desde a infecção.

Birigui não conta com casos positivos da doença, porém conta com 9 casos suspeitos: oito em mulheres e um em um homem.

Visando preservar vidas, profissionais da Secretaria de Saúde de Birigui estão pedindo para que os moradores não saiam de suas residências até o dia 7 de abril.

O comércio local irá fechar suas portas de 24 de março até 7 de abril, conforme decretos dos governos Estadual e Municipal.



A Secretaria de Serviços Públicos de Birigui deu continuidade no trabalho de higienização do município. Na última segunda-feira, 23, houve aplicação de água sanitária em bancos da Praça James Mellor (Paço Municipal) e maçanetas de repartições da Prefeitura Municipal.

“Estamos em guerra contra o Covid-19, o coronavírus. As ações positivas e preventivas serão feitas pela administração para combater essa doença”, disse o prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão.

Nesta quarta-feira, dia 25, a higienização ocorreu em ruas do centro da cidade e, também, na Unidade Básica de Saúde do bairro Toselar, a UBS 2.

Em ação na rua Siqueira Campos, em frente à sede da Secretaria Municipal de Educação, o prefeito acompanhou parte dos trabalhos de aplicação de água sanitária, que mata o coronavírus.

“Quero agradecer e elogiar a dedicação dos nossos servidores, que não estão medindo esforços para combater o Covid-19. Temos que ter união, temos que pensar nas vidas. Nesta quarentena as pessoas devem ficar em casa”, disse o prefeito de Birigui.

O governo municipal já publicou quatro decretos com medidas emergenciais que visam combater o coronavírus e promover isolamento.

Escolas, comércio, empresas, reuniões religiosas suspenderam suas atividades. A meta é evitar aglomerações, já que o vírus costuma ocorrer pelo ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas, como gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; contato pessoal próximo, como toque ou aperto de mão; contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos.

Os trabalhos desta quarta-feira (25) foram coordenados pelo secretário municipal de Serviços Público, Rafael Polizel, e pelo secretário adjunto de Serviços Públicos, Carlinhos Bombeiro.

A higienização irá continuar pelas ruas, praças e setores da administração.



As empresas de Birigui, signatárias do Pacto Global da ONU, e Empresários de Birigui, lançaram uma campanha de arrecadação de insumos hospitalares, para uso no Pronto Socorro, Santa Casa de Misericórdia e Rede de Saúde Municipal, para minimização dos impactos causados pela Pandemia de COVID 19.

A Pandemia tem causado no município uma série de estratégias realizadas em parceria com ao poder público e iniciativa privada para a contenção epidemiológica, sendo uma das ações a realização da campanha.

A campanha União a Saúde é formada pelas empresas que possui em sua estratégia de governança corporativa, a internalização dos 17 ODS's, e somados a outros parceiros, empresários de diversos seguimentos. A campanha é realizada com aporte financeiro das empresas que adquirem EPI (equipamentos de proteção individual) para as equipes que atendem a rede pública.

Foi realizada uma lista de prioridades, através da gestão da Santa Casa de Birigui e Secretaria de Saúde, e disponibilizado em um grupo de mídia digital, onde cada lote de insumo é rateado o valor entre os empresários, e a aquisição é realizada com destino aos equipamentos de saúde que são linha de frente para atendimento à população.

O grupo está coordenado por um servidor da Prefeitura de Birigui, que realiza a gestão dos ODS's em âmbito Municipal, e está como mediador do grupo, em interface com vários outros articuladores que estão realizando contatos com fornecedores e clientes para fomento na rede empresarial de Birigui, em todos os setores produtivos.

Para o Prefeito Cristiano Salmeirão, a iniciativa do grupo de empresários vem de encontro às práticas realizadas pela Prefeitura, que também é signatária do Pacto Global, e está tomando suas decisões conjuntas, em consonância a Organização Mundial da Saúde e

Ministério da Saúde Federal e Estadual. A iniciativa foi amplamente elogiada pelo Prefeito, que agradeceu a todos os doadores e articuladores da campanha União pela Saúde.

Para a Secretaria de Saúde Marian Fátima Nakad esta ação traz a parceria necessária e com total precisão em um momento crítico para a saúde pública, deixando registrados os agradecimentos em nome dos funcionários do PS Municipal, Santa Casa e da Rede Municipal de Saúde.

No primeiro lote de arrecadação, foram doados 1100 óculos de proteção, 140 protetor facial e 40 caixas de touca descartável. Estão comprados 160 frascos de álcool em gel, 1.000 máscaras descartáveis e 200 caixas de luvas para procedimentos, que serão entregues em um segundo lote até o dia 02/04/2020.

A campanha está no escopo do ODS 03 (saúde e bem estar) e 17 (parcerias). Outros empresários e parceiros que desejarem colaborar na campanha podem acessar o grupo de mídia através do endereço: <https://chat.whatsapp.com/HXEVD0jeOihCWFIYIPiJlt>



A união e a solidariedade estão fazendo a diferença neste momento de pandemia. O Covid-19 (coronavírus) mudou a realidade das pessoas, que estão apavoradas com a doença. Cerca de 47 mil pessoas já faleceram da doença pelo mundo.

Na tarde desta sexta-feira, 3 de abril, representantes da Medimport Distribuidora de Produtos Hospitalares, de Osasco, foram recebidos pelo prefeito Cristiano Salmeirão.

A distribuidora doou 2.500 máscaras triplas, usadas para proteção facial, e 50 N95 (máscaras faciais com respiradores). O Equipamento de Proteção Individual (EPI) será utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, que está atuando no combate e enfrentamento ao Covid-19.



A Prefeitura de Birigui vai entregar alimentos para alunos matriculados nas escolas mantidas pelo governo municipal enquanto as aulas estão suspensas em função da epidemia do coronavírus.

O prefeito Cristiano Salmeirão anunciou na manhã desta quinta-feira, dia 2 de abril, que as secretarias de Educação e Administração irão entregar um “kit merenda”.

A meta é substituir a alimentação diária que os alunos recebem nas unidades de ensino de segunda a sexta-feira pelo kit que será entregue pela Prefeitura de Birigui.



O Fundo Social de Solidariedade de Birigui recebeu na manhã desta terça-feira, dia 7 de abril, 10 toneladas de alimentos que serão destinados para pessoas e famílias em dificuldade financeira em função da pandemia do coronavírus, a Covi-19.

A entrega aconteceu no Centro de Integração Social, onde fica o Fundo Social de Solidariedade de Birigui. O ato reuniu o prefeito Cristiano Salmeirão, a diretora do Fundo Social, Vanessa Parente, e os representantes do Bandeirante Paulo Massaharu (diretor), Alexandre Almeida (gerente de operações) e Bruno Pereira (marketing).

As cestas serão doadas para mil famílias de baixa renda do município. Cada uma delas contém: arroz, feijão, macarrão espaguete, óleo de soja, fubá, molho de tomate, macarrão parafuso e leite.

“A solidariedade na cidade de Birigui é algo impactante. Em um momento de união, a família Takata, dona do Bandeirante Supermercados, doa dez mil quilos de alimentos, que vai

alimentar mil famílias. Isto é um sinal de que, mesmo na crise, nós continuamos fortes e vamos vencer”, disse o prefeito Cristiano Salmeirão.

Paulo Massaharu disse que um dos objetivos da ação da empresa é despertar o espírito de solidariedade nas pessoas. Em um segundo projeto, o Bandeirante Supermercado irá vender cestas básicas a preço de custo (R\$ 59,13) aos clientes que desejam doá-las ao Fundo Social de Solidariedade de Birigui.

As cestas estão sendo montadas e a distribuição será feita nos próximos dias. A doação teve intermédio da ACIB (Associação Comercial e Industrial de Birigui), que aproximou o Bandeirante da Prefeitura de Birigui e do Fundo Social de Solidariedade.



As ações do grupo União à Saúde foram publicadas no site oficial do Pacto Global, com visibilidade internacional junto a grandes corporações.

O grupo União a Saúde foi criado com o objetivo de ajudar no controle a pandemia do Covid-19.

O grupo é formado por empresas signatárias do Pacto Global da ONU, empresas parceiras, Sinbi (Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui), Acib (Associação Comercial de Birigui), Instituto Federal, instituições de ensino e diversos voluntários em prol de arrecadar insumos hospitalares, EPI's e cestas básicas.

O Dia Mundial da Atividade Física é um dos eventos pontuais do Programa Agita Birigui, coordenado pelas equipes de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). No mês de abril são realizadas inúmeras ações voltadas à prática de atividade física.

Porém, a pandemia da COVID-19 nos fez suspender as atividades presenciais tradicionalmente realizadas. Faremos nossa comemoração de maneira inovadora! Participaremos do “Agita em Casa”, megaevento virtual do Programa Agita São Paulo.

Grave um vídeo curto (máximo de 30 segundos) em sua casa, realizando qualquer atividade física que você goste. Compartilhe nas redes sociais, até o dia 30/04/2020,

identificando a postagem com #euagitei #agitabirigui e envie o link para o email: contato.celafiscs@gmail.com, para que seu vídeo seja divulgado no Portal Agita.

Vamos demonstrar que a população de Birigui continua ativa e saudável, mesmo em época de pandemia!

Quarentena sim! Sedentarismo não! Vamos agitar em casa!

#todopassoconta

E as dificuldades são encaradas por nós como desafios e vamos ter pela primeira vez nosso Fórum em formato online! Vejam que chique! E teremos neste evento mais de duas dezenas de cidades que vão apresentar suas principais ações no período 2019-2020 e poderemos acompanhar de nossas residências, sem ter que vir a São Paulo!

Com certeza essa pandemia é trágica, mas também nos faz forçar a criatividade e testar nosso compromisso. Aliás é bom lembrar que ela vai passar, mas o sedentarismo vai continuar!

29 municípios participantes.

Nossos parceiros compartilham conosco todas as ações realizadas durante o ano, e essas ações estão registradas na nossa Publicação Anual. Essa publicação conta com as experiências realizadas em instituições públicas e privadas são: escolas, empresas, prefeituras, departamentos, unidades básicas de saúde, hospitais, secretarias, academias etc. Você pode fazer o download da Publicação **Boas Práticas 2019** para conhecer as ações e ver que é possível promover saúde através da atividade física.



A campanha MIS em Casa trará neste próximo sábado, dia 11 de abril, a exibição do filme “O Gabinete do Dr. Caligari”, um comemorativo ao expressionismo Alemão que completa 100 anos.

O foco da sessão é a difusão audiovisual e será exibida às 16h30. Após o filme haverá bate-papo, agendado para às 18h.



As ações em prol do grupo União à Saúde, criado para ajudar no enfrentamento e combate ao coronavírus, continuam ganhando força em Birigui.

Na manhã desta quarta-feira, 15 de abril, o prefeito Cristiano Salmeirão e a secretária de Saúde de Birigui, Marian Nakad, receberam no Paço Municipal representantes do Escritório Asteca de Contabilidade e Gracia & Tozzi Sociedade de Advogados.

Mais de 500 litros de álcool em gel foram doados para a Secretaria Municipal de Saúde e para a Santa Casa de Birigui.

A doação também recebeu ajuda voluntária da Frasquim (embalagens plásticas de Guarulhos) e da Transportadora Rebechi (de Birigui), que fez o transporte das caixas de álcool.

“Nesse momento de pandemia, temos que unir forças para combater o coronavírus. Obrigado aos advogados Pedro Gracia e Gustavo Tozzi. Essa ajuda é essencial para o cotidiano de enfrentamento ao Covid-19. Obrigado, também, aos demais envolvidos nesta doação”, disse o prefeito de Birigui.

Para o advogado Pedro Gracia, o trabalho do grupo União à Saúde é fundamental. “Essa união de esforços é digna de elogios”, frisou ele.

Além da Secretaria de Saúde de Birigui e da Santa Casa de Birigui, a sociedade Gracia & Tozzi e o Escritório Asteca de Contabilidade doaram álcool em gel para a Santa Casa de Araçatuba, Recanto do Vovô, Abrigo Vó Tereza e Lar São João.

A soma das caixas doadas pelos advogados voluntários totaliza mil litros de álcool em gel.



O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “SCFV” – Núcleo Portal da Pérola II no mês de março realizou várias ações no âmbito dos ODS:

Nome do evento/ação: Entrega de alimentos recebidos do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos – antigo Fome Zero)

Semanalmente este setor recebe frutas, legumes e verduras do PAA. Os alimentos que podem ser consumidos *in natura* são oferecidos para complementação da alimentação das crianças e adolescentes durante atendimento no serviço. Os alimentos excedentes ou que necessitam de cozimento são entregues para complementação da alimentação das famílias atendidas.

Através da contação da história de um do rei que queria fazer um lago de leite e para isso cada um da população levaria um copo de leite, mas um esperou o outro e ninguém levou. Foi estimulada e promovida a reflexão sobre a importância da união e da solidariedade.

Através das orientações e informações que foram recebidas, os monitores falaram com os usuários do que se tratava a doença, como era o contágio, bem como, como evitá-lo.

O filme mostra a história de uma criança portadora de deficiência física, e como é sua rotina e de sua mãe. Através da mensagem do filme, foi conversado com a intenção de sensibilizar as crianças para a inclusão e respeito às diferenças.

Através da atividade de fazer um cabelo diferente no desenho de um boneco no papel usando tinta e canudinho os usuários entenderam que devemos ter o cabelo sempre limpo penteado cortado e sem piolhos, ou seja, absorveram que é saudável e gostoso estar sempre limpos e sabem o que precisa ser feito mas ainda é preciso o serviço e os pais estarem sempre incentivando-as a praticar hábitos de higiene.

Através da confecção de “gotas de chuva” com colagens e bexiga, os atendidos desenvolveram uma instalação modular da chuva. Desta forma, foi explicada a importância da chuva, da preservação e do consumo consciente da água. Durante todo o mês de março, várias atividades foram desenvolvidas para comemorar o Dia Mundial da Água.

Através da pintura de um painel com desenhos do Planeta Terra, as crianças fizeram a comparação de como ele está atualmente poluído e triste com a maneira de que elas gostariam que o planeta estivesse. Desta forma, elas se expressaram artisticamente o que poderia deixar o planeta “feliz”.

Através da contação de histórias de mulheres empoderadas e empoderados, foi mostrado para as crianças, quantas mulheres incríveis já existiram, além de estimulá-los a encontrar e ressaltar as qualidades das mulheres com quem eles convivem, promovendo a admiração e valorização do esforço das mesmas.

Os usuários tiveram que se unir para montar um boneco. Dessa forma, foi demonstrada a importância do respeito, da paciência e solidariedade com o próximo.

Atividade comemorativa ao Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março, as crianças fizeram roda de conversa e debateram sobre a importância e os benefícios que a água nos proporciona, finalizaram a atividade com um painel do ciclo da água utilizando papel crepom.

Foi feita uma roda de conversa com os usuários, mostrando os vários tipos de violência doméstica que poderia ocorrer, salientando os tipos comuns que eles poderiam sofrer sem saber identificar, além de mostrar apoio e quem eles poderiam procurar caso algo acontecesse.

Os atendidos confeccionaram cartazes, para manifestar a importância da água para a vida.



As empresas biriguienses signatárias do Pacto Global da ONU, a USP, e UFSCar, o Instituto Federal Campus Birigui e o grupo União à Saúde uniram conhecimentos teóricos e práticos e desenvolveram 500 viseiras, EPI [Equipamento de Proteção Individual] usado por profissionais de saúde que trabalham no enfrentamento do coronavírus.

Os protetores faciais foram doados para a Prefeitura de Birigui nesta sexta-feira, dia 17 de abril. As viseiras serão destinadas para os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, da Santa Casa de Birigui e demais unidades públicas de saúde que necessitem do EPI.

Estiveram no Paço Municipal representantes do Instituto Federal Campus Birigui, Yazigi Birigui; Fiveltec; Sollis Aquecedores Solares; Calmart; Klin Produtos Infantis; Artemidia e a Biripast.

“O projeto conjunto que começou em Birigui ganhou força e está ajudando municípios da região e, também, de São Carlos, já que a UFSCar é parceira na produção das viseiras”, disse o presidente da Comissão Executiva dos 17 ODS, Eliel Robson, um dos idealizadores do grupo União à Saúde.

Empresas de Birigui que possuem estratégias de governança corporativa focada em um dos 17 ODS e a Prefeitura Municipal criaram o grupo União à Saúde, que visa colaborar com o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

A Prefeitura de Birigui, signatária do Pacto Global da ONU, promoveu uma aproximação com empresas do município que também seguem a agenda da ONU.

Formado por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a agenda visa implantar, até 2030, esses objetivos em todos os países do mundo.

A viseira facial é uma proteção do rosto do profissional que está em contato direto com a pandemia do coronavírus. O intuito do projeto foi viabilizar economicamente a produção do material para chegar aos profissionais da saúde. Essa parceria dos envolvidos foi articulada pelo grupo União à Saúde.

Para compor o projeto, três instituições de ensino (USP, UFSCar e Instituto Federal Campus Birigui) fizeram a parceria com as empresas biriguienses Yazigi Birigui; Fiveltec; Sollis Aquecedores Solares; Calmart; Klin Produtos Infantis; Artemidia e a Biripast.

O projeto possui todas as especificações técnicas de material, estudo de viabilidade e análise de desempenho.

As tratativas do grupo foram conduzidas na UFSCar pelo professor doutor Daniel Braatz e na USP pela professora doutora Zilda Silveira.

O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, recebeu as viseiras. Ele surpreendeu-se com o resultado do desenvolvimento do produto e elogiou a iniciativa.

“Birigui tem o potencial para realizar projetos grandiosos. Nossas empresas estão de parabéns. Agradeço essa união em prol do Pacto Global e agradeço a doação das viseiras, que chegam em boa hora”, disse o prefeito.

Para a secretária municipal de Saúde, Marian Nakad, Birigui é uma cidade que tem as diretrizes da ONU como norte da tomada de decisão, e, com isso, o município desponta-se em caso de parceria e enfrentamento conjunto da Covid-19.

Para o presidente da Comissão Executiva dos ODS, Eliel Robson, o pacto global tem suas metas e intervenções voltadas ao pioneirismo, a sustentabilidade, a promoção de saúde como direito humano.

“A ação conjunta das instituições de ensino e das empresas do município são motivo de orgulho para a cidade, além de mostrar a responsabilidade social corporativa, do Poder Público, das universidades e do Instituto Federal, numa sinergia que proporcionou a realização de um projeto grandioso e de impacto na segurança das equipes de saúde, assistência social e outras políticas públicas que receberão os EPIs para seus profissionais”, disse Eliel.

Diante das demandas apresentadas pela Pandemia da Covid-19, foi solicitado a Santa Casa e a Prefeitura de Birigui que fizessem um levantamento das necessidades de insumos hospitalares e EPIs.

Foram formados subgrupos de frentes de trabalho. Uma equipe ficou responsável pelo desenvolvimento das viseiras faciais, enquanto outras equipes trabalham na cotação e aquisição de insumos. Os custos foram divididos pelos membros do grupo.

O grupo União à Saúde foi formado no dia 21/03/2020, sendo eleito o ODS 3 (Saúde e Bem Estar) e o 17 (Parcerias) para início dos trabalhos.

Após duas semanas de articulações, o grupo decidiu incorporar os ODS's 1 (Erradicação de pobreza) e 10 (Redução das desigualdades), passando a fazer arrecadação de gêneros alimentícios.

A arrecadação é feita pelos membros envolvidos e demais voluntários, entre eles o Sinbi, a Acib e o Colégio Liceu. O material recolhido será levado para a Secretaria Municipal de Assistência Social e para o Fundo Social de Solidariedade.



O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, informou na manhã deste sábado, 18 de abril, que pretende encontrar uma maneira legal para abrir o comércio, desde que exista um regramento para o enfrentamento e o combate ao novo coronavírus.

Em recente decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), foi garantida autonomia a prefeitos e governadores determinarem medidas para o isolamento social, entre elas o fechamento ou não do comércio e outras restrições.

Em “live” feita no seu Facebook na última sexta-feira, 17, Salmeirão lembrou que tentou abrir o comércio por duas vezes em Birigui, porém foi recomendado pelo MP/SP (Ministério Público de São Paulo) a fechar as portas com relação aos decretos municipais de autorização de funcionamento de óticas, salões de beleza e cabeleireiros.

“Temos casos nas cidades de Rio Preto e São José dos Campos, onde as prefeituras anunciaram flexibilização das regras de isolamento e ampliação da lista de serviços que podem funcionar”, citou o prefeito à assessoria de imprensa da Prefeitura de Birigui.

Cristiano Salmeirão disse que na próxima quarta-feira, dia 22 de abril, deverá estar reunido com promotores de justiça do município. A meta do encontro será para tratar da possível abertura do comércio de Birigui, desde que com algumas regras.

“É possível conviver com o comércio aberto e fazendo o isolamento social. Só irão ao comércio quem realmente necessitar, sendo apenas um membro da família, fazendo um revezamento na entrada do estabelecimento, que deverá utilizar máscaras, luvas e fornecer álcool em gel”, disse o prefeito de Birigui.

“Temos que seguir as orientações da Organização Mundial de Saúde e fazer uma flexibilização preservando a saúde das pessoas. A saúde é fundamental, porém a saúde financeira do comércio também deve receber atenção”, citou.

Em recente pesquisa do Sistema de Monitoramento Inteligente do Estado de São Paulo, o município de Birigui foi destaque regional com 50% de isolamento social.

“O isolamento deve continuar, porém podemos ter um regramento para a flexibilização do funcionamento do comércio”, salientou Salmeirão.

Além do isolamento social destaque na região, Birigui está entre as cidades com o menor número de infectados pelo coronavírus. Junto com a Acib (Associação Comercial e Industrial de Birigui), vamos preparar cartilhas de como atender o público nesse período de enfrentamento a doença. Todo esse trabalho está sendo feito em conjunto com o Comitê Municipal de Crise e Enfrentamento a Covid-19, Secretaria Municipal de Saúde e profissionais da Santa Casa”, completou o prefeito.



As ações em conjunto para o enfrentamento da Covid-19 continuam de todos os setores da sociedade. Empresas, órgãos de classe, entidades e moradores uniram forças para ajudar os profissionais da saúde que atuam na linha de frente no combate ao coronavírus.

Na tarde desta sexta-feira, dia 17 de abril, o Moto clube Bodes do Asfalto doou 1.300 máscaras de proteção facial para a Prefeitura de Birigui.

A doação ocorreu no Paço Municipal e contou com a presença de representantes da Santa Casa de Birigui. A pedido do prefeito Cristiano Salmeirão, todas as máscaras foram destinadas para o hospital biriguiense.

“Obrigado aos representantes do Bodes do Asfalto. Essa doação é de extrema importância para os profissionais da saúde”, agradeceu o prefeito.

Representaram o moto clube os coordenadores Alessandro Franzoi (Birigui) e Ricardo Cury (Araçatuba).

A ajuda do moto clube também foi motivada pela ação do grupo União à Saúde, que reuniu várias empresas para ajudar no enfrentamento ao coronavírus.



Atividade realizada pela equipe técnica deste Centro Pop, abordando o tema, dos ODS ‘Assegurar a Educação Inclusiva e Equitativa de Qualidade, e Promover Oportunidade de Aprendizagem ao Longo da Vida para Todos’ e Todas. Envolvendo os níveis educacionais, desde a primeira infância até a vida adulta, e tem como suas metas que a educação seja viável para todos sem discriminação de gênero. Até o ano de 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a desenvolvimento de qualidade na primeira

infância, cuidados e educação pré-escolar de modo que eles estejam prontos para o ensino primário até o ensino superior, incluindo programa de formações ou cursos profissionais. Aumentar o número de jovens e adultos com habilidade em tecnologia de informação e comunicação por tipo de acesso a elas, proporcionar ambiente de aprendizagem seguro reafirma a crença de que a educação é um dos veículos mais poderosos para o desenvolvimento sustentável.



A Secretaria de Saúde de Birigui recebeu do Sesc (Serviço Social do Comércio), unidade de Birigui, a doação de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual).

Os equipamentos doados serão utilizados nos trabalhos diários de combate ao coronavírus (Covid-19), doença que praticamente atingiu todos os países do mundo.

Os EPIs doados foram luvas de látex, máscaras cirúrgicas descartáveis e toucas. “São EPIs essenciais para o cotidiano do enfrentamento do coronavírus. Muito obrigado ao Sesc”, disse a secretária de Saúde de Birigui, Marian Fátima Nakad.

A secretária Marian e os diretores Helen Figueroa e Luis Henrique receberam as representantes do Sesc Katia Yukari Kishimoto (cirurgiã dentista) e Jaqueline Ferreira de Melo (escriturária).

Além do Sesc, várias empresas, órgãos de classe e entidades estão realizando doações de EPIs aos setores de saúde de Birigui.

Empresas de Birigui que possuem estratégias de governança corporativa focada em um dos 17 ODS e a Prefeitura Municipal criaram o grupo União à Saúde, que visa colaborar com o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

A Prefeitura de Birigui, signatária do Pacto Global da ONU, promoveu uma aproximação com empresas do município que também seguem a agenda da ONU.



Ações desenvolvidas pelo equipamento do Centro Dia do Idoso – Com o Público Alvo- Idoso com 60 anos ou mais durante o mês de março, referente a agenda 2030.

Memórias de Canções: Através das canções, os idosos relembram as histórias de vida e momentos que marcaram suas experiências. Se relaciona a ODS's- 03 e 04

Oficinas de memorização, pensamento cognitivo e participação: O objetivo das atividades foi estimular os idosos a trabalharem o senso de cooperação entre eles, de maneira pacífica, preservando sua integridade física e moral. Se relaciona a ODS's - 03 e 10.

Roda de Conversa: Em face do início da pandemia de Coronavírus, a equipe se reuniu para orientar os idosos, quanto a novas formas de amar, sem beijos ou abraços, nesse período.



A Prefeitura de Birigui, a Acib (Associação Comercial e Industrial de Birigui), o Sincomércio e o Ministério Público (MP) participaram na manhã desta quarta-feira, 22 de abril, de uma teleconferência que tratou sobre o atendimento do comércio durante a quarentena que prevê o enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19).

A teleconferência ocorreu na sede da Acib, onde estiveram o prefeito Cristiano Salmeirão, os secretários municipais Glauco Peruzzo (Negócios Jurídicos) e Carlos Farias (Governo), além do presidente da Acib e do Sincomércio, Maurício Pazian, do advogado do Sincomércio, Alessandro Franzoi, e da gestora da Acib, Josi Mendes.

On line, participaram da reunião os promotores Cláudia Maria Bussolim Curtolo e Maurício Carlos Fagnani Zuanaze, ambos da Promotoria de Justiça de Birigui.

O governo municipal, a Acib e o Sincomércio solicitaram a reunião para pleitear uma possível flexibilização no atendimento do comércio de Birigui.

“O objetivo do encontro foi manifestar a intenção urgente de flexibilização do comércio local e outras várias atividades produtivas geradoras de empregos que estão sob forte tensão e passando por muitas dificuldades. O ramo de calçados já demitiu 4 mil funcionários. Queremos evitar um caos social”, disse o prefeito Cristiano Salmeirão.

Na reunião, o prefeito e o presidente da Acib apresentaram aos promotores as ações de prevenção estruturadas para o funcionamento do comércio local e serviços, as medidas de isolamento tomadas no âmbito do território do município (como as intervenções pontuais em transportes e mobilidade, as campanhas institucionais de orientação, as campanhas de arrecadação e doação de alimentos e itens de prevenção e higienização) e o importante trabalho da equipe e estrutura de saúde que vem se destacando pelo gerenciamento da crise de saúde em Birigui.

“Poderíamos atender seguindo os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), oferecendo uma cartilha de como atender em momento de enfrentamento desta doença”, disse Maurício Pazian, presidente da Acib e do Sincomércio.

“Considerando a prioridade em preservar vidas e o impacto sócio econômico devido ao coronavírus no município, temos como meta restabelecer o equilíbrio na saúde e fazer com que Birigui não perca sua identidade produtiva. Apresentamos medidas usadas em outras cidades que podem ser aplicadas em Birigui”, falou o secretário municipal de Governo, Carlos Farias.

Os promotores justificaram aos presentes que as prefeituras do Estado de São Paulo devem seguir os decretos estaduais que tratam sobre a quarentena do coronavírus.

“É difícil agir contra aqueles que querem trabalhar, porém o Ministério Público deve atuar em conformidade com o ordenamento do decreto estadual”, disse o Promotor de Justiça Maurício Carlos Fagnani Zuanaze.

Para aqueles que estão em dúvidas sobre o que pode funcionar durante o período de quarentena, basta procurar na internet o Decreto Estadual 64.881, de 22 de março de 2020.

O documento é assinado pelo governador João Doria e traz as regras para todos os municípios do Estado de São Paulo.

“Não seguir esse decreto pode caracterizar improbidade administrativa. Infelizmente não temos que flexibilizar o atendimento do comércio”, completou o prefeito de Birigui.



O Rotary Club de Birigui, a Casa da Amizade e a empresa Calmart fizeram a doação de 500 aventais para a Prefeitura de Birigui. A doação ocorreu nesta segunda-feira, dia 27 de abril.

Segundo informou o Rotary, 400 aventais serão destinados para a Secretaria de Saúde de Birigui e 100 aventais serão para a Santa Casa de Misericórdia.

Rotary e Casa da Amizade compraram e entregaram o material para a Calmart, responsável pela mão de obra.

O material foi doado no Paço Municipal. O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, e a secretária municipal de Saúde, Marian Fátima Nakad, receberam os representantes do Rotary Club de Birigui: Luciano Fiorin (presidente), José Reginaldo Catarin (secretário), sócio proprietário da Calmart, e Nelson Oliveira (Comissão de Imagem Pública do Rotary).



A Prefeitura de Birigui, a Acib (Associação Comercial e Industrial de Birigui), o Sincomércio e o Sinbi (Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui) apresentaram na manhã desta segunda-feira, 27 de abril, o Plano de Retomada das Atividades Econômicas de Birigui, denominado de PRAEBI.

Em reunião na sede da Acib, o prefeito Cristiano Salmeirão e o secretário municipal de Governo, Carlos Farias, apresentaram a proposta ao presidente da Acib e do Sincomércio, Maurício Pazian, e ao presidente do Sinbi, Renato Ramires.

“Já estamos trabalhando em equipe desde o início da quarentena relacionada ao coronavírus. Estamos falando a mesma língua na questão das atividades que podem funcionar durante a pandemia da Covid-19”, explicou o prefeito Cristiano Salmeirão.

Segundo o secretário de Governo de Birigui, o município sofreu um impacto gradativo em suas atividades produtivas, vindo a apresentar um cenário acelerado de desemprego e retração fulminante nos setores de serviços, comércio e indústria.

“O governo municipal apresentou a proposta de implantação imediata do Programa de Retomada das Atividades Econômicas de Birigui (PRAEBI), a ser constituído e desenvolvido pela participação de todas as entidades e instituições representativas e relacionadas com os setores produtivos do município, assim como todos os trabalhadores, cidadãos dotados de empreendedorismo e produtividade”, falou Carlos Farias.

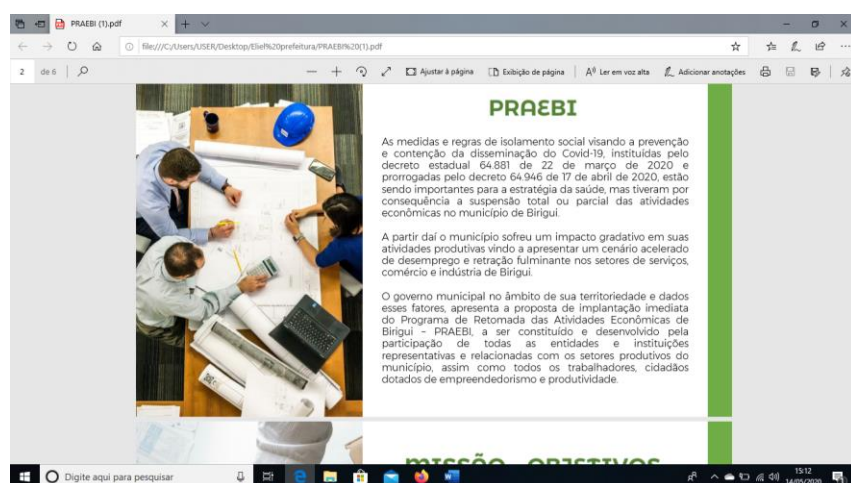
O PRAEBI visa promover o restabelecimento do convívio social, da preservação da vida e das atividades produtivas nos setores de serviços, comércio e indústria do município.

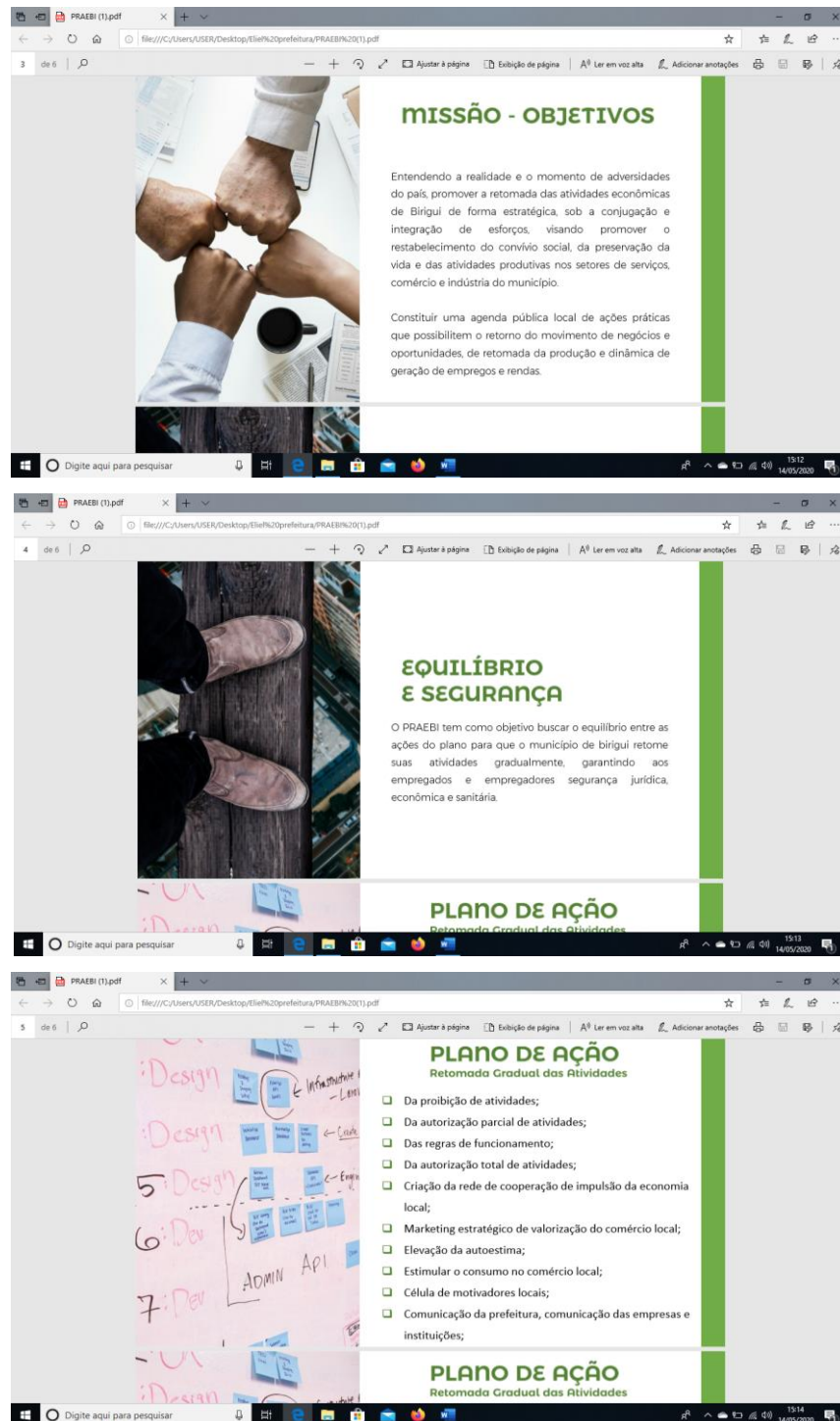
“O Plano tem como objetivo buscar o equilíbrio entre as ações proposta para que o município retome suas atividades gradualmente, garantindo aos empregados e empregadores segurança jurídica, econômica e sanitária”, detalhou o chefe do Executivo.

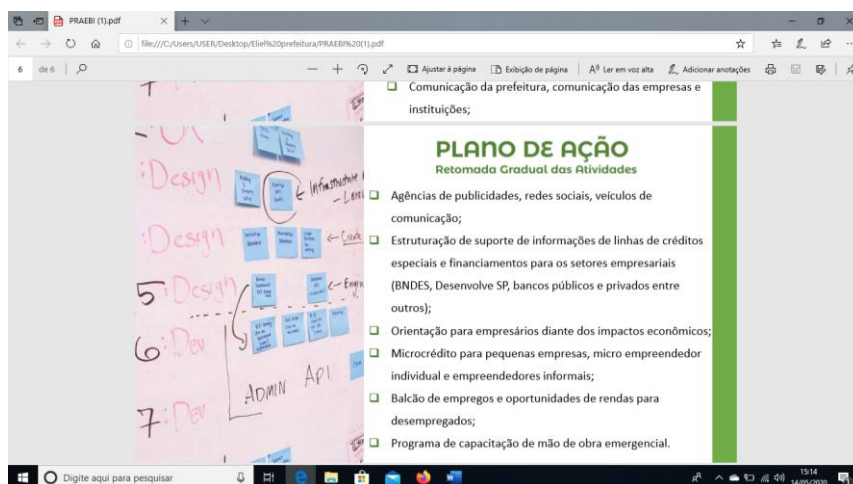
“Vamos constituir uma agenda pública local de ações práticas que possibilitem o retorno do movimento de negócios e oportunidades, de retomada da produção e dinâmica de geração de empregos e rendas”, salientou Farias.

Entre as ações do PRAEBI, estão previstas tratativas sobre autorização parcial de atividades, regras de funcionamento, elaboração de uma cartilha sobre como atender durante a quarentena, criação de uma rede de cooperação de impulsão da economia local, realização de marketing estratégico de valorização do comércio local, estimulação de consumo no comércio de Birigui, entre outras.

Também estão previsto no Plano a estruturação de suporte de informações de linhas de créditos especiais e financiamentos para os setores empresariais (BNDES, Desenvolve SP, bancos públicos e privados entre outros), orientação para empresários diante dos impactos econômicos, microcrédito para pequenas empresas, micro empreendedor individual e empreendedores informais, balcão de empregos e oportunidades de rendas para desempregados e a realização de um programa de capacitação de mão de obra emergencial.







A Prefeitura de Birigui informa que a nova Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Santana, a UBS 9, começa a atender a população nesta quinta-feira, dia 30 de abril.

Em função da epidemia do coronavírus, o prefeito Cristiano Salmeirão não irá realizar inauguração do prédio. O chefe do Executivo e a secretária municipal de Saúde, Marian Nakad, irão fazer a última vistoria no local às 17h30 desta quarta-feira (29).

Para construir a nova UBS, a administração investiu R\$ 857 mil. A meta é atender moradores dos bairros João Crevelaro, Santana, Quemil, Monte Líbano e bairros vizinhos. A articulação junto ao Ministério da Saúde para o recurso financeiro foi do deputado federal Fausto Pinato, que atendeu pedido do prefeito e do vereador Vadão da Farmácia.

A UBS 9 foi construída na Rua Isabel Fabris Clarindo, 140, Jardim Santana (em frente a Etec Paula Souza).

"Estamos estudando construir uma outra UBS no Candeias. Estamos trabalhando para buscar o recurso financeiro", comentou o prefeito Cristiano Salmeirão.



O Fundo Social de Solidariedade de Birigui e a Prefeitura Municipal receberam nesta quarta-feira, 29 de abril, uma doação do Grupo Muffato, que está ajudando famílias que foram prejudicadas pelo coronavírus.

Empresas de Birigui que possuem estratégias de governança corporativa focada em um dos 17 ODS da ONU e a Prefeitura Municipal criaram o grupo União à Saúde, que visa colaborar com o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

O Grupo Muffato já estava realizando ações de doações em municípios onde conta com lojas Super Muffato e Max Atacadista. Assim que o grupo União à Saúde fez o pedido, o Muffato atendeu prontamente.

Em Birigui foram entregues 500 cestas de alimentos. As cestas foram entregues na tarde desta quarta-feira (29) no Fundo Social de Solidariedade.

O prefeito Cristiano Salmeirão e a diretora do Fundo Social, Vanessa Parente, receberam o gerente da loja Muffato em Birigui, André Baccin, e o supervisor regional Marcos Wichoski.



Em decorrência da suspensão das aulas presenciais nos municípios paulistas para conter a disseminação do novo coronavírus (COVID-9), a Secretaria Municipal de Educação e as escolas do município têm, juntas, pensado estratégias para apoiar as famílias e garantir que as crianças continuem aprendendo e se desenvolvendo.

Nesta semana, os pais fizeram a segunda retirada, diretamente nas escolas, das atividades de reposição planejadas pelos professores para que as crianças possam desenvolvê-las em casa.

“O momento é desafiador e atípico, precisamos mais do que nunca do incentivo, apoio e acompanhamento das famílias, e esse envolvimento tem feito toda a diferença para as crianças nesse período. Recebemos, constantemente, relatos de contentamento dos pais acerca do trabalho preparado pelos professores aos nossos alunos”, disse a secretária de Educação de Birigui, Meiriane Beltran.

“Conhecemos a realidade da rede municipal, as necessidades de cada comunidade, por isso optamos pelo envio das atividades impressas para que nenhuma criança tivesse negado seu direito de aprender”, completou a secretária.



A Intermed Home Care também se juntou aos voluntários que estão doando alimentos para moradores de Birigui prejudicados com a pandemia do coronavírus.

A prestadora de serviços de Birigui doou 20 cestas básicas para o Fundo Social de Solidariedade. A entrega foi feita esta semana ao prefeito Cristiano Salmeirão e ao secretário municipal de Administração, Genilson Martins.

O prefeito recebeu os representantes da empresa de saúde no Paço Municipal: Aparício Campos de Faria Filho e Talita Godois. Eles representaram o Dr Hélio Lippe.

As cestas com os alimentos foram levadas ao Fundo Social, que está organizando a distribuição aos necessitados.



Em virtude da pandemia da COVID-19, os profissionais da saúde podem vivenciar sensações de insegurança, medo, incerteza, podendo resultar em sintomas de ansiedade e estresse agudo, fatores estes que podem influenciar não só os aspectos psicológicos, mas também no sistema imunológico e no funcionamento do corpo como um todo.

Considerando-se tal situação e pensando no bem-estar de seus servidores, a Secretaria de Saúde do município de Birigui está disponibilizando ações visando amenizar o sofrimento daqueles que estão na linha de frente no combate a esta pandemia.

As ações disponibilizadas estão descritas abaixo e são executadas pelos profissionais que compõem as equipes de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB):

Linha telefônica de escuta qualificada para os profissionais da linha de frente da saúde pública municipal que se sentirem fragilizados neste momento, oportunizando o acesso ao apoio psicológico com intuito de amenizar o sofrimento causado pela pandemia da COVID-19. Os números disponibilizados são (18) 36436234 e (18) 991809067 (horário das 07h30 às 12h30).

O Comitê de Crise para Enfrentamento da COVID-19 [CCEC] esteve reunido na manhã desta quarta-feira, dia 29 de abril, para analisar uma possível instalação de um túnel de desinfecção com jatos de ozônio.

O CCEC foi criado no dia 23 de março e visa realizar plano de ação, prevenção e contingência em resposta à pandemia do coronavírus, sugerindo medidas de saúde necessárias para a prevenção, controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas.

O encontro ocorreu no Paço Municipal. O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, é o presidente do Comitê. A secretária municipal de Saúde, Marian Nakad, é a vice-presidente.

Integram o CCEC profissionais da saúde, da administração da Prefeitura Municipal e da Santa Casa de Birigui.

A pedido do prefeito, os membros do Comitê ouviram os representantes do Grupo Mega, que a título de colaboração instalou um túnel de desinfecção na frente do Pronto-Socorro Municipal.

Maurício Soares e Anderson Silva, ambos do Grupo Mega, explicaram que o túnel utiliza o ozônio misturado com uma solução aquosa. Quando as pessoas passam pela estrutura, recebem um spray que teria uma capacidade cem vezes mais potente que o cloro na eliminação de vírus e bactérias.

O grupo tem ampla experiência em aplicação de ozônio para higiene de alimentos e superfícies.

“O túnel de desinfecção a base de ozônio é ideal para locais de algo fluxo de pessoas, como prefeituras, rodoviárias, hospitais, escolas, supermercados, fábricas, entre outros”, disse Anderson Silva.

Segundo ele, são necessários 15 segundos dentro do túnel para uma desinfecção completa e a mistura se decompõe muitos depois, sem deixar qualquer resíduo.

Os membros do Comitê tiraram suas dúvidas e afirmaram que irão analisar a utilização (instalação) do túnel com jatos de ozônio.



O ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que performa o maior repasse mensal de tributos à cidade, recuou de R\$ 5,1 milhões em abril 2019 para R\$ 3,3 milhões em abril 2020, cerca de 33%.

Em abril do ano passado o repasse chegou a R\$ 5,1 milhões, valor que, sem recessão, deveria ter se repetido agora.

O secretário municipal de Planejamento e Finanças, Fábio Vieira Pinto, em reunião com equipe econômica, estimou que a recuperação das perdas pode demorar até 2 anos.

O secretário Fábio Vieira lembra que as projeções ainda são preliminares.

“O primeiro mês com o comércio fechado foi abril. Contudo, números podem mudar dependendo do mês de maio, com a prorrogação do decreto estadual se terá sua flexibilização ou não. Ainda não sabemos se os municípios terão a compensação do ICMS de repasse estadual”, frisou.

Segundo o secretário de Planejamento e Finanças, infelizmente a crise da pandemia faz seus primeiros estragos na arrecadação da Prefeitura de Birigui.

“O prefeito Cristiano Salmeirão e sua equipe de profissionais da Secretaria Municipal de Finanças vem realizando constantes reuniões visando amenizar o impacto causado pela pandemia”, completou o secretário Fábio.



A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, por meio do Departamento de Trânsito, informa que as ruas centrais de Birigui estão recebendo melhorias na sinalização de solo.

Nesta quarta-feira, dia 6 de maio, os trabalhos estão sendo realizados nas ruas Siqueira Campos, Conselheiro Antônio Prado e uma das vias da Praça James Mellor.

Em função dos trabalhos, a Prefeitura de Birigui pede atenção aos motoristas que utilizam a região central da cidade.

Segundo a secretária municipal de Mobilidade Urbana, Melissa Puertas Sampaio, a administração investiu R\$ 300 mil em melhorias da sinalização de solo. A verba é fruto das multas aplicadas no município.

De acordo com a secretária, mais de 80 ruas e as principais avenidas de Birigui estão recebendo melhorias na sinalização de trânsito. O serviço começou dia 4 de maio e segue até o dia 29 de maio.



O grupo União à Saúde recebeu da empresa Toledo Metais, que tem sua sede em Itaquaquecetuba, região metropolitana de SP, uma doação de 500 máscaras.

O material de proteção será destinado para várias secretarias da Prefeitura de Birigui. A máscara é item obrigatório para combater a Covid-19, conforme decretos Municipal e Estadual.

A Toledo metais atua como operadora logística e de reciclagem. A empresa possui filiais no Rio Grande do Sul, Maranhão e Goiás.

Ela Integra a rede de parceiros da ITB Equipamentos Elétricos, empresa biriguiense que convidou a Toledo para integrar o grupo União a Saúde de Birigui, que consiste em um colegiado de empresas, universidades, poder público, signatárias do Pacto Global da ONU, sindicato e a sociedade civil

O objetivo do grupo é direcionar a compra de EPI, insumos e demandas apresentadas no combate a pandemia da Covid-19.

O prefeito Cristiano Salmeirão agradeceu a Toledo Metais, através de seu diretor Fernando Toledo. Os EPIs doados serão destinados a servidores municipais que neste momento não possuem recursos financeiros para adquirir as máscaras.



O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, recebeu na manhã desta sexta-feira, dia 8 de maio, mais 700 unidades de máscaras e viseiras de proteção facial.

As doações foram feitas pelas empresas que integram o grupo União à Saúde, criado em Birigui para atuar no combate e enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19).

A secretária de Gabinete recebeu 500 máscaras e 200 viseiras (FaceShield). A entrega dos equipamentos de proteção foi feita pela representante da Yazigi, Tânia Ponciani. Ela foi recebida pelo prefeito no Paço Municipal.

Além do Yazigi, a doação contou com as empresas ITB Equipamentos Elétricos, Fiveltec, Solis Aquecedor Solar e Instituto Federal Campus Birigui. As viseiras foram doadas pela UFSCar.

Empresas de Birigui que possuem estratégias de governança corporativa focada em um dos 17 ODS e a Prefeitura Municipal criaram o grupo União à Saúde.

O grupo visa colaborar com o enfrentamento da epidemia do coronavírus, o Covid-19, doença que está assustando o mundo.

Por parte da Prefeitura de Birigui, existe uma Comissão Executiva Municipal, presidida pelo servidor público Eliel Robson, que também é colaborador da ITB, empresa biriguiense signatária do Pacto Global da ONU.

Além de insumos e demais equipamentos usados para combater o coronavírus, o grupo União à Saúde também atua na arrecadação de cestas básicas. Os alimentos arrecadados serão destinados para pessoas prejudicadas na pandemia da Covid-19.



Os pais/responsáveis pelos alunos matriculados nas creches mantidas pela Prefeitura de Birigui retiraram nesta quinta-feira, 7 de maio, o complemento do kit merenda.

A entrega dos kits foi uma determinação do prefeito Cristiano Salmeirão, já que as aulas foram suspensas em função da pandemia da Covid-19, doença transmitida pelo coronavírus.

O kit merenda com produtos secos já foi entregue no período de 22 a 24 de abril. Agora a administração está entregando a complementação, com legumes e fruta.

“O que os alunos consomem nas unidades de ensino está sendo entregue aos pais, que podem utilizar os alimentos em suas residências”, disse o prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão.

Nesta sexta-feira, dia 8 de maio, às Escolas Municipais (EM) estão realizando a entrega do kit hortifruti. A entrega começou às 8h30 e segue até às 14h.

Com total apoio das escolas e creches, a distribuição dos alimentos foi organizada pela equipe da Secretaria Municipal de Educação e Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar (Cozinha Piloto de Birigui).

"Organizamos as entregas por horários, separados por séries, assim evitamos aglomerações neste período de quarentena contra o coronavírus", disse a secretária de Educação de Birigui, Meiriane Beltran.



O prefeito Cristiano Salmeirão e o secretário de Obras de Birigui, Saulo Giampietro, anunciaram na manhã desta terça-feira, dia 12 de maio, um “pacotão” de obras que serão iniciadas no próximo dia 18 de maio.

O chefe do Executivo assinou ordens de serviço para o início das melhorias, que serão feitas em vários bairros de Birigui. Segundo a Secretaria Municipal de Obras, a soma totaliza um investimento de R\$ 2.309.984,11.

Segue um resumo feito pelo secretário Saulo Giampietro:

1-Pavimentação asfáltica, guias e sarjetas de rede de drenagem nos bairros Ivone Alves Palma e Tereza Barbieri. Serviço já em execução.

A obra está sendo feita no prolongamento da Avenida João Cernack, Avenida Cidade Jardim, Rua das Margaridas, Avenida Augusto Marassi, Avenida Cleber da Silva Nakazato e Avenida Achelino Moimás.

Os pontos ganharão pavimentação asfáltica em CBUQ em 2 km das vias. Outros 4 km serão de guias e sarjetas, além de 800 metros de rede de águas pluviais.

Com investimento de R\$ 1.450.230,89, a obra deverá terminar em 90 dias. A vencedora da licitação foi a empresa Noromix Engenharia.

2-Pavimentação asfáltica, guias e sarjetas nos bairros Jardim Icaray e Jardim São Braz, nas ruas Santo Marcussi e Francisco Peres Marques e Pedro Sanchez y Sanches.

A obra contará com 3.546,00 M² de pavimentação asfáltica, 700,00 metros de guias e sarjetas.

O investimento foi de R\$ 317.837,45 e a empresa vencedora da licitação foi a Consdon Engenharia, que tem 30 dias para conclusão.

3-Construção de 40 sarjetões de concreto armado nos bairros Quemil, Jardim Santana, Santa Luzia e João Crevelaro. Investimento de R\$ 159.760,29.

A empresa Villagio Construções tem 60 dias para concluir a obra.

4-Reforma da Unidade Básica de Saúde do Costa Rica, a UBS 4. A Prefeitura de Birigui vai investir R\$ 102.242,33. A empresa DWJ Engenharia tem 60 dias para realizar a reforma.

5-Construção de uma Base da Polícia Municipal na Avenida das Rosas, no bairro Ivone Alves Palma.

Com investimento de R\$ 62.668,75, o local terá edificação com sala de atendimento e conjunto sanitários. A empresa São Vicente Engenharia venceu a licitação e tem 60 dias para concluir a obra.

6-Adequação das instalações de prevenção de combate ao incêndio na UBS 1, no CEI Prof.^a Aparecida Benasse, no CEI Antero dos Santos e no CEI Maria Devecchio.



Em função da pandemia da Covid-19, transmitida pelo coronavírus, o uso de máscara de proteção facial passou a ser obrigatória em praticamente todos os municípios.

Segundo o Ministério da Saúde, a máscara facial, mesmo que caseira, é um grande aliado no combate à propagação do coronavírus, protegendo quem usa e outras pessoas ao redor.

Decreto municipal que tornou obrigatório o uso de máscaras em todos os prédios públicos, estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços no município de Birigui começou a valer no dia 6 de maio.

No dia seguinte, 7 de maio, o Governo do Estado de São Paulo decretou obrigatório o uso de máscaras nos municípios do estado.



O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, visitou na manhã desta segunda-feira, dia 11 de maio, três obras da administração que estão em andamento. A soma dos investimentos das três obras totaliza R\$ 6.210.693,98.

A primeira obra visitada foi a da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Santo Antônio, a UBS 5, que chegou aos 85% de construção.

Com investimento de R\$ 556.766,67, a nova UBS 5 está sendo construída na rua General Osório esquina com a rua Campos Sales.

O prédio terá 302,00m² de construção. A Construtora Zanini foi a vencedora da licitação.

O prédio contará com salas de observação, de vacinas, de curativos, administração, esterilização, além de outros espaços modernos para acolher e atender os pacientes.

O chefe do Executivo também esteve na construção da nova Cozinha Piloto da Prefeitura de Birigui, que chegou a 50% da obra.

A administração investiu R\$ 2.054.335,29 na obra. A empresa vencedora da licitação foi a JPG Incorporações. O prédio conta com 1.477,09m² de construção.

A Cozinha Piloto é um setor da Secretaria Municipal de Educação que produz diariamente 16 mil refeições/dia para alunos das unidades de ensino mantidas pela Prefeitura

de Birigui, escolas estaduais, núcleos da Prefeitura e entidades integrantes ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

A nova Cozinha Piloto contará com almoxarifado central, padaria, vaca mecânica (para produção de bebida de soja), cozinha central, cozinha dietética (para alunos com alergia), vestiários, banheiros, salas administrativas, salas para nutricionistas e recepção.

A terceira obra visitada pelo prefeito de Birigui foi a construção de duas pontes no bairro Cidade Jardim.

Com 65% da obra concluída, a Prefeitura de Birigui vai investir R\$ 3.599.592,02 para ‘ligar’ a Avenida Cidade Jardim, visando melhorar a mobilidade urbana daquela região da cidade.



Por determinação do prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, o chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal, Aladim José Martins, fez na tarde desta segunda-feira, dia 11 de maio, uma visita ao diretor presidente da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, Cláudio Castelão Lopes.

A visita teve como objetivo buscar detalhes de como será utilizada a verba de R\$ 600 mil de incremento financeiro que o Ministério da Saúde destinou para que o hospital biriguiense troque uma peça de seu tomógrafo, faça o pagamento de plantões médicos de profissionais que atuam contra a Covid-19 e faça a aquisição de equipamentos hospitalares, entre eles ventilador mecânico e oxímetro de mesa.

O prefeito Cristiano Salmeirão quer agilidade no retorno do funcionamento do tomógrafo, essencial para o tratamento da Covid-19.

“O tomógrafo funciona desde dezembro de 2016 e seu tubo de imagem esgotou sua vida útil. Estamos em processo de troca deste tubo, que custa cerca de R\$ 200 mil, além de R\$ 10 mil para que a empresa faça a troca e alinhamento técnico”, explicou o presidente da Santa Casa, Cláudio Castelão Lopes, ao chefe de Gabinete da Prefeitura de Birigui.

Em recente sessão da Câmara de Birigui, os vereadores aprovaram por unanimidade o projeto de lei do Executivo que autoriza incremento financeiro fazendo aditivo ao convênio MAC (Média e Alta Complexidade).



A Secretaria de Cultura e Turismo de Birigui está apoiando a divulgação dos Dez Princípios de mobilização contra a Covid-19, visando que municípios e comunidades atuem criativa e espontaneamente em mutirão para lidar com os desafios dos tempos que vivemos hoje de forma altamente prática e eficaz, visando construir um novo turismo no período pós-crise.

A Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo padronizou dez imagens dos municípios paulistas. Conheça, abaixo, os Dez Princípios de mobilização contra a Covid-19. O site da Prefeitura de Birigui também traz as imagens escolhidas do município (clique na primeira para ter acesso às demais).

"As imagens foram escolhidas pela Secretaria de Cultura e Turismo de Birigui e visam destacar o potencial turístico da cidade", disse a secretária adjunta de Cultura e Turismo de Birigui, Teka Betini.

1. O momento é de colocar a vida em primeiro lugar. Aja no dia a dia para preservar a vida e saúde de si e todos ao seu redor. A grande prioridade do momento é de diminuir/zerar as possibilidades de contágio/disseminação do coronavírus em seu município/comunidade.

2. Participe e incentive todos ao seu redor a atuar em mutirão, com mobilização de grupos/grandes grupos atuando em rede (mesmo a partir do que fazem de casa, em quarentena) para contribuir para o processo de diminuir/zerar as possibilidades de disseminação do vírus.

3. Esteja alerta para as orientações que vêm/virão das lideranças de seu município/comunidades. Essas orientações trarão pragmatismo a tudo que os mutirões poderão fazer acontecer. Por exemplo, se a orientação for de que cem por cento da população deva usar máscaras no dia a dia, os mutirões deverão fazer isso efetivamente acontecer, até mobilizando todos a produzirem máscaras em casa.

4. O momento é de grande iniciativa e de ação e não de espera. Ação voluntária, criativa deverá estar no centro dos mutirões. Não espere que as ordens venham de cima para começar a agir. Use toda a sua criatividade (inclusive inteligência/engenhosidade coletiva) para transformar as orientações que virão das lideranças em soluções efetivas para conter a disseminação do vírus. Seja o tempo todo pró-soluções.

5. Supere todas as formas de egoísmo em seu dia a dia. Pense o tempo todo no bem-estar de todos, sem qualquer tipo de exclusão. Estamos em tempos de solidariedade e ajuda mútua. A ideia é que todos os membros do município/comunidade atuem no dia a dia pensando no bem comum. Dessa forma emergiram, depois que a crise foi superada, como cidades que promovem a vida – em todas as suas formas – algo essencial no turismo pós vírus.

6. Busque o melhor nível de harmonia no município/comunidade. Não é hora de conflitos e polarizações. Vivemos hoje tempos em que precisamos de boa vontade em tudo, até buscando o melhor relacionamento com todos na comunidade. Lembrar sempre que somos um grande organismo vivo em que todas as partes precisam atuar em perfeita harmonia com o todo (algo também essencial no turismo pós crise).

7. Atue em sua área de ação sempre pensando no todo da comunidade, como se você fosse o líder maior responsável pelo bem-estar do todo. Pense grande e tenha intenções amplas e de elevado alcance. Com intenções grandiosas e nobres, mesmo ações pequenas podem trazer excepcionais resultados. O contrário – intenções pequenas, mesmo com ações grandiosas - poderá produzir muito poucos resultados.

8. Ajude os líderes formais de seu município/comunidade a criar contextos de alta motivação, animação e participação voluntária de alto engajamento. Procure neutralizar todo tipo de pessimismo e desânimo ao seu redor. Estaremos coletivamente lidando de forma muito criativa e eficaz com os desafios que vivemos se todos estiverem em seu melhor estado, não só físico, mas principalmente mental, emocional e existencial (honrando a vida e fazendo nossas vidas terem valor e significado). Esse contexto de “todos em seu melhor estado” deverá perdurar depois da crise e ser mais um ponto de essência para o turismo em novo nível de consciência.

9. Atue no dia a dia com humildade, mas sempre procurando ocupar todos os “espaços vazios” ao seu redor. E em vez de criticar os líderes formais de seu município/comunidade, procure ajuda-los de forma positiva e construtiva o tempo todo. Lembre-se: ninguém foi preparado para lidar com a crise que vivemos no mundo hoje. Todos precisamos de ajuda e todos podemos ajudar.

10. O momento hoje é da cultura de servir e não de mandar, de exercitar poder sobre outros. Seres humanos servindo seres humanos. Líderes servidores. Tempos de elevado nível de consciência em ação: “Faça aos outros o que gostaria que fizessem a você”. É a Regra de Ouro. Mas de essência para essência. E nunca de ego para ego. Mais uma vez: é tempo de egoísmo zero. Até para a construção de um turismo muito diferente depois que a crise for superada.



O centro POP de Birigui realizou ações de entrega de kits Kit contendo: duas máscaras como medida de prevenção contra o coronavírus e alimentos Bebida Láctea e bolo. Também foi entregue folheto contendo medidas de prevenção ao coronavírus para pessoas em situação de rua. Os alimentos entregues são uma garantia de segurança alimentar, pois essa população está sofrendo com a pandemia, uma vez que o comércio, restaurantes e bares estão fechados e não fazem doações.

As máscaras foram ofertadas por uma voluntária e parceira do Centro Pop, para garantir segurança mínima aos usuários e diariamente é disponibilizado álcool em gel para que os mesmos passem nas mãos. Também é realizada constantemente orientações em relação à prevenção e cuidados referente à pandemia vivenciada mundialmente.

No dia 12 de maio, a Secretaria de Saúde de Birigui, recebeu doações de macacões impermeáveis, toucas, óculos de proteção e luvas das empresas: Terra Boa Empreendimentos Imobiliários e Fortuna Escapamentos.

O material foi destinado às equipes que estão na linha de frente do combate a pandemia de COVID 19.

As duas empresas doadoras aderiram ao grupo união a saúde, que é um colegiado de empresas, instituições educacionais, voluntários, sindicato, associação comercial e signatárias do pacto global da ONU. Com o intermédio do grupo, desde o lançamento da campanha, foram possíveis arrecadar EPIs, insumos hospitalares, cobertores e alimentos, que foram destinados às equipes de saúde e população que está sob vulnerabilidade social.

O articulador do grupo União a Saúde: Eliel Robson, a Secretária de Saúde: Marian Nakad e Prefeito: Cristiano Salmeirão agradecem a contribuição da iniciativa privada e de todas as representatividades do grupo União a Saúde, pois através de parcerias concretas, os resultados apresentados de desempenho no combate a pandemia estão sendo exitosos.



A Prefeitura de Birigui, a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Fundo Social de Solidariedade lançaram na tarde desta quarta-feira, dia 13 de maio, a Campanha do Agasalho 2020.

Com o tema “Doe amor e aqueça Birigui”, as pessoas poderão doar agasalhos, cobertores e meias. Caixas com o cartaz de identificação da campanha foram espalhados pela cidade.

Os principais pontos são: Paço Municipal, Colégio Liceu, Fundo Social de Solidariedade, Associação Comercial e Industrial de Birigui (Acib) e Sinbi (Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui).

A campanha tem apoio do Yázigi e do Grupo União à Saúde, criado por empresas de Birigui que possuem estratégias de governança corporativa focada em um dos 17 ODS e pela Prefeitura Municipal.

O lançamento foi no Paço Municipal e reuniu o prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, a diretora do Fundo Social, Vanessa Parente, e o presidente da comissão que atua em conjunto com o Grupo União à Saúde, Eliel Robson, servidor público e colaborador da empresa ITB, signatária do Pacto Global da ONU.

A presidente do Fundo Social de Solidariedade de Birigui, Maria Celeide Salmeirão, foi representada no lançamento da Campanha pela diretora Vanessa Parente.

O grupo visa colaborar com o enfrentamento da pandemia do coronavírus, porém também irá ajudar na Campanha do Agasalho 2020.

“Venho pedir a ajuda da população: quem tiver condições, que faça sua doação para este período de inverno. A Campanha do Agasalho é muito importante. Já estamos

combatendo a Covid-19, a dengue e agora iniciamos os trabalhos para combater o frio”, falou o prefeito Cristiano Salmeirão.

Os agasalhos serão entregues para pessoas e famílias em vulnerabilidade social. A arrecadação de agasalhos, cobertores e meias segue até o dia 15 de julho.



A Prefeitura de Birigui recebeu na manhã desta quarta-feira, dia 13 de maio, uma doação da multinacional Colgate. A empresa doou 12 mil kits de higiene bucal para o projeto Sorriso Feliz – Saúde da Boca na Primeiríssima e Primeira Infância.

Desenvolvido pela Unesp Araçatuba – FOA em parceria com a Prefeitura de Birigui, o projeto existe desde 2012. Em 2018, de autoria do prefeito Cristiano Salmeirão, foi transformado em lei municipal (6.584/2018).

“O principal objetivo do Sorriso Feliz é promover ações integradas visando à prevenção de cáries e outras doenças na saúde bucal de bebês e crianças na faixa etária de 0 a 5 anos”, disse o idealizador do projeto, doutor Wilson Galhego Garcia, responsável pela aproximação com a Colgate.

O transporte dos kits também foi uma doação da empresa biriguiense Ortobaby Calçados, que fez a entrega voluntariamente na sede da Secretaria Municipal de Educação (Rua Siqueira Campos, 362, Centro).

Receberam os kits as secretárias Meiriane Beltran (Educação) e Marian Nakad (Saúde), além da Diretoria de Saúde Bucal Helen Figueiroa e a cirurgiã dentista Maria Ester Gumerato, profissional da Secretaria Municipal de Saúde que integra a equipe do Sorriso Feliz.



Um trabalho integrado entre a Prefeitura de Birigui e produtores rurais da cidade está promovendo melhorias na estrada rural BGI-040, via bastante utilizada para o escoamento da produção agrícola.

Os trabalhos de adequação de um trecho de 1.200 metros da estrada começaram no último dia 29 de abril e seguem até o próximo dia 18 de maio. A estrada também dá acesso ao bairro Baguaçu.

“O serviço consiste em quebrar os barrancos marginais da via, elevar o leito e locar estruturas de drenagem de água pluvial da estrada, ou seja, estamos melhorando a chamada saída de água”, explicou o diretor de Produção Agropecuária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Fábio Moreno.



O CRAS Orlanda Macarini Palácio promoveu várias ações no mês de abril de 2020. As estratégias foram realizadas num grupo formado por mulheres participou da oficina de Pão de Mel. Inicialmente foram orientadas sobre a importância da higiene antes do preparo de alimentos. Aprenderam as técnicas de preparo do doce, embalagem e preço para venda. No final, todas levaram os doces preparados.

Após, participaram de uma capacitação de bolo no pote, aprendendo as técnicas de preparo de bolo no pote, embalagem e preço para venda. No final, todas levaram os doces preparados.

O grupo de idosas foi orientado em relação à alimentação saudável. Foi entregue para cada uma delas um kit com bananas e laranjas. Na ocasião, foram orientados em relação ao

vírus Covid-19, como sintomas e formas de precaução. Informadas que este seria o último encontro até o encerramento da quarentena. Também foram orientadas a permanecerem em suas casas até retornarmos com o grupo.

Os grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 09 anos e 10 a 14 anos trabalharam sobre o tema Rótulos Pessoais. Os monitores desenvolveram as atividades com o objetivo de despertar a empatia e o respeito ao próximo motivando a uma autoavaliação dos preconceitos existentes em cada um de nós e na sociedade. Também foi trabalhado com os grupos o impacto que nossos comentários tem na vida das outras pessoas e o que podemos fazer.

O Conselho Tutelar, a Prefeitura Municipal de Birigui e seus serviços socioassistenciais realizarão a partir da segunda-feira, dia 18 de maio, ações programadas em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Equipes de profissionais do CRAS, CREAS e Conselho Tutelar, através de ações, pretendem sensibilizar a sociedade em geral no combate ao abuso e exploração de crianças e adolescentes, conscientizando a todos sobre a importância de proteger nossas crianças e adolescentes.

Este ano, a ação será diferenciada e levará em consideração o contexto de pandemia de coronavírus.

O CREAS produziu um vídeo que está sendo compartilhado com as famílias atendidas e com o público em geral, por meio das redes sociais. Um material didático também foi produzido e será entregue às crianças e adolescentes que frequentam os serviços de convivência do município.

Faixas em alusão ao tema também foram colocadas em diferentes pontos da cidade, visando alertar sobre a importância da data.

Estão oferecendo apoio na ação o Conselho de Direito das Crianças e Adolescente, APAE, APAC, Bombeiro Mirim, IPIS, Polícia Mirim, Instituto Pró-Criança, Núcleo Portal da Pérola e dos supermercados Amigão e Muffato.

Projeto de âmbito nacional, o “Faça Bonito” comemora em 2020 os 30 anos de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e 20 anos de criação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A proposta do “Faça Bonito” é mobilizar, sensibilizar, informar e convocar toda a sociedade a participar da luta em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes instituído pela Lei Federal 9970/00.



A Prefeitura de Birigui promoveu nesta sexta-feira, 15 de maio, uma força-tarefa de limpeza e nebulização no bairro Taquari. Os trabalhos, de diferentes setores da administração, duraram praticamente o dia todo.

A Secretaria de Serviços Públicos fez limpeza na praça central, em canteiros e pelas ruas do bairro. Já os agentes do setor de Centro de Controle de Vetores e Zoonoses (CCVZ) eliminar possíveis criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, recolhendo objetos que possam acumular água e aplicando inseticida nas residências.

Nove agentes de nebulização e seis auxiliares atuaram na limpeza e na aplicação do inseticida, que agora conta com odor de menta. É um novo produto oferecido pela Sucen.

O trabalho no bairro Taquari foi uma determinação do prefeito Cristiano Salmeirão, que solicitou aos profissionais da Secretaria de Saúde total atenção ao mosquito *Aedes*.

“Estamos em epidemia do coronavírus, porém não podemos deixar os trabalhos de combate ao *Aedes* parar. A limpeza é essencial, visando eliminar os criadouros. A força-tarefa seguirá em outros bairros de Birigui”, comentou o prefeito.

Segundo o chefe de divisão de Vigilância e Controle Vetores, João Salatino Lacerda, os trabalhos dos agentes são essenciais, porém os moradores devem ajudar.

Ele lembrou que dados do Comitê Permanente de Mobilização, Prevenção e Controle da dengue, Zika e Chikungunya de Birigui apontam que 80% dos criadouros do mosquito *Aedes aegypti* estão dentro das residências e o alto número de criadouros nas casas é alarmante.



O Fundo Social de Solidariedade de Birigui, o grupo da Melhor Idade, o Centro Dia do Idoso, o grupo União à Saúde e demais voluntários uniram forças para confeccionar máscaras de proteção facial.

A meta é doar o equipamento que combate o coronavírus para os servidores da Prefeitura de Birigui que estão dentro da menor faixa salarial da administração.

Caso seja possível, também serão destinadas máscaras para pessoas em vulnerabilidade social que retirem agasalhos e cobertores durante a Campanha do Agasalho, que iniciou a arrecadação no último dia 13 de maio.

A diretora do Fundo Social de Solidariedade de Birigui, Vanessa Parente, foi uma das voluntárias que “colocou a mão na massa” e também participou da costura das máscaras.

“Estamos em época de unir forças. Essa pandemia alterou nossa rotina e estamos adequando as atividades do nosso cotidiano para ajudar aqueles que necessitam”, disse Vanessa.

As máscaras estão sendo confeccionadas na sede do Fundo Social de Solidariedade, que atende na rua Santa Tereza, 365, Vila Troncoso. Os trabalhos começaram nesta quarta-feira, dia 14.

“Com a quarentena em função do coronavírus, tivemos que paralisar as atividades do curso de corte/costura e do projeto Costurando Saber. Com o material destes cursos estamos produzindo as máscaras”, explicou a diretora do Fundo Social.

A equipe de voluntários já cortou cerca de 680 máscaras. A meta é confeccionar 1.000 da cor azul. Após o término da máscara azul, os voluntários pretendem iniciar a produção de máscaras brancas.

Nesta primeira etapa de produção, trabalharam voluntariamente Patrícia Novais (coordenadora da Melhor Idade), Erika de Cássia (coordenadora do Centro Dia do Idoso), Tânia Regina Bainco (grupo União à Saúde), Cristina Aparecida dos Santos (costureira voluntária) e a diretora do Fundo Social, Vanessa Parente.



Devido à pandemia de Coronavírus no Brasil e no mundo, O Centro Dia do Idoso deixou de atender temporariamente os nossos usuários a partir do dia 23 de março, respaldado pelo decreto municipal 6589/2020.

Com os atendimentos paralisados no setor, a coordenadora do Centro Dia do Idoso prestou auxílio no Fundo Social de Solidariedade para cadastramento das famílias para retirada das cestas básicas, e também participou da contagem e separação de alimentos, e montagem das cestas básicas, na Secretaria de Assistência Social.

O CRAS Palmira Baptista de Oliveira Albani realizou nos meses de março e abril uma reunião de acolhida, apresentado através de slides aos usuários os serviços, benefícios e programas ofertados pela Política de Assistência Social no CRAS. A apresentação foi realizada pelas técnicas do serviço PAIF. Após a apresentação, foi passado alguns recados e servido o lanche habitual.

No mês de fevereiro foram aplicadas atividades que promovessem a convivência social e o envelhecimento ativo e saudável.

Cada encontro foi realizado dinâmicas distintas:

Dia 05/02 – exibição de vídeo sobre envelhecimento e debate do tema

Dia 12/02 - atividade para estimular concentração foco e memória (competição jogo dos 7 erros, palavras cruzadas)

Dia 19/02 – dinâmica de grupo para promover autoconhecimento e autoestima.

Realizados encontros semanais com duração média de 1 hora e 30 minutos, norteados por percursos pedagógicos planejados anteriormente. No mês de fevereiro foram aplicadas atividades que promovessem a convivência social e o envelhecimento ativo e saudável.

Dia 04/03 - Dinâmica sobre Dia Internacional das Mulheres (elaboração de um painel com destaques femininos mundiais)

Dia 11/03 – Vídeo motivacional e explicativo sobre as batalhas das mulheres ao longo dos anos. Entregue flor de chocolate para as participantes.



O Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua no mês de abril trabalhou um filme sobre o ODS 11. No referido filme apresentado trouxemos a reflexão sobre a ganância e a negligência do homem, visto que, o filme contou a história de Jack, um engenheiro de uma empresa petrolífera que tenta salvar sua filha, que está no epicentro do provável terremoto.

A empresa onde Jack trabalha é a culpada por fissuras que estão aparecendo por toda cidade de Los Angeles, pois a ganância fez com que a empresa, usando de negligência, perfurar uma área de solo extremamente sensível... Fizemos um recorte neste filme e debatemos com os acolhidos a ODS 11 – **Cidades e Comunidades Sustentáveis** – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos..., os itens (11.5 – Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade e o 11.b – Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis).

No referido filme apresentado trouxemos a reflexão sobre as mudanças climáticas por todo o mundo, visto que, o filme contou a história de Ladrões que planejavam roubar 600 milhões de dólares do Tesouro Americano. No mesmo dia do assalto, um furacão de categoria máxima estava previsto para chegar à cidade. A população deixou o local, restando apenas um meteorologista, um agente do Tesouro Americano e um ex- fuzileiro naval.



Juntos, eles precisavam não apenas sobreviver a maior das tempestades, mas também impedirem o maior roubo do século... Fizemos um recorte neste filme e debatemos com os acolhidos a ODS 13 – **Ação Contra a Mudança Global do Clima** – Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos... os itens **(13.1** – Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países, **13.2** – Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais e **13.3** – Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

A Secretaria de Educação de Birigui informa que os kits de higiene bucal doados pela Colgate serão entregues na próxima semana, entre os dias 25 e 26 de maio.

O kit conta com uma escova de dente, uma pasta de dente e uma cartilha educativa de como promover a higiene bucal em menores de 0 a 5 anos.

Segundo a secretária de Educação de Birigui, Meiriane Beltran, aproveitando a entrega das atividades escolares (as aulas estão suspensas em função da pandemia da covid-19), as unidades de ensino também entregarão o kit higiene bucal.

Receberão o kit alunos das creches e escolas de ensino fundamental da Prefeitura de Birigui.

A entrega do kit é uma das ações do projeto Sorriso Feliz – Saúde da Boca na Primeiríssima e Primeira Infância.

Desenvolvido pela Unesp Araçatuba – FOA em parceria com a Prefeitura de Birigui, o projeto existe desde 2012. Em 2018, de autoria do prefeito Cristiano Salmeirão, foi transformado em lei municipal (6.584/2018).

O principal objetivo do Sorriso Feliz é promover ações integradas visando à prevenção de cáries e outras doenças na saúde bucal de bebês e crianças na faixa etária de 0 a 5 anos.



A Secretaria de Saúde de Birigui informa que agendou para o dia 27 de maio uma audiência pública para prestação de contas do 1º Quadrimestre da Saúde.

Segundo a secretária municipal de Saúde, Marian Fátima Nakad, a audiência apresentará os indicadores, objeto de pactuação nacional de metas para o ano de 2020 (SISPACTO), com apresentação dos indicadores passíveis de apuração quadrimestral que compõem o rol único de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2017-2021 (SISPACTO), estabelecidas pela Resolução número 2, de 16 de agosto de 2016, com o objetivo de auxiliar os gestores no atendimento ao disposto no Art. 36 da Lei Complementar número 141/2012, quando da elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre, bem como da apresentação do Balancete Quadrimestral de 2018, prevista na Lei Complementar 141, de 13/01/2012; das Receitas e Despesas do Fundo Municipal de Saúde de Birigui e das Ações e Serviços de Saúde prestada à população.



O CREAS de Birigui, devido a pandemia, tem trabalhado no mês de abril ações da agenda 2030, realizando orientações às famílias e indivíduos em acompanhamento pelos Serviços de Proteção e Acompanhamento Especializado de Famílias e Indivíduos e Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – LA e PSC por meio virtual (WhatsApp).

Houve o envio de vídeo referente ao tema "Pandemia/COVID-19", com ênfase nas medidas de prevenção. Realizou-se ainda acompanhamento presencial e não presencial (por meio de telefone). Público: 92 famílias/indivíduos.

Visando atender famílias de baixa renda, o Fundo Social de Solidariedade de Birigui irá distribuir, gratuitamente, máscaras de proteção facial.

A ação é mais uma medida da Prefeitura de Birigui para combater e enfrentar a covid-19, doença transmitida pelo coronavírus.

Na tarde desta terça-feira, dia 26 de maio, o prefeito Cristiano Salmeirão esteve reunido com a diretora do Fundo Social, Vanessa Parente.

“No encontro acertamos os detalhes de como atender as famílias de baixa renda que foram atingidas pela pandemia da covid-19.



A Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, pelo seu representante Sr. Nelson Giardino, incentiva a continuidade dos trabalhos do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – CONSCIENTI, que realizou uma reunião virtual na última quinta-feira, dia 07 de maio, para unir as ações que estão sendo realizadas junto a população e planejar respostas pós pandemia.

A seguir, foram elencadas ações que muitas instituições estão desenvolvendo, e os endereços ou telefones para maiores informações. São cursos, palestras, editais, entre outras ações, neste momento de isolamento social.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

Para auxiliar as empresas no enfrentamento aos impactos financeiros do coronavírus (covid-19) na economia, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Birigui disponibiliza com o objetivo de facilitar as solicitações as Linhas de Crédito da Desenvolve São Paulo, atendimento e suporte online aos interessados.

O atendimento do facilitador disponibilizado pela S.D.E prevê orientações ao empreendedor referente as documentações e procedimentos para que a empresa possa solicitar as linhas de crédito junto a Desenvolve São Paulo.

O Crédito Digital é destinado para Capital de Giro, as taxas de juros são a partir de 1,20% ao mês, maior prazo para pagamento em até 42 meses e maior carência para começar a pagar, agora 9 meses.

As solicitações serão realizadas por processo online na plataforma do site da Desenvolve São Paulo, basicamente o interessado deve fazer login no site, entrar com o pedido de financiamento, acessar as informações e preencher o Questionário de Informações Socioambientais.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSP Campus Birigui

O IFSP Campus Birigui tem desenvolvido máscaras tipo *face Shields*, de maneira colaborativa com as empresas biriguienses signatárias do Pacto Global da ONU, a USP, a UFSCar e o grupo União à Saúde. Este tipo de EPI [Equipamento de Proteção Individual] é usado por profissionais de saúde que trabalham no enfrentamento do coronavírus. Junto ao alunado, tem mantido relacionamento constante, observando inclusive suas necessidades básicas; e com encontros organizados de modo virtual, pelas Coordenadorias de Cursos, socio pedagógica, Pesquisa e Inovação, Extensão e Tecnologia da Informação, e muitos professores. No YouTube do Câmpus estão disponíveis palestras, minicursos, bate-papo entre outras ações, para a população em geral.

Em termos de ciência, tecnologia e inovação, destaque para a I Jornada Virtual de Iniciação Científica do IFSP Campus Birigui, organizada pela Coordenadoria de Pesquisa e Inovação - CPI, com o apoio das Coordenadorias de Extensão - CEX e Tecnologia da Informação - CTI. Todos os encontros contarão com abertura, momento artístico e apresentações de iniciação científica, a partir de 21 de maio, todas as quintas, das 9h às 11h30.

Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria tem realizado a entrega das atividades pedagógicas aos pais, a serem realizadas pelo alunado da rede pública municipal, com prazo de entrega e retirada de novas. Outras ações são a entrega do kit merenda e hortifruti e a cartilha informativa enviada pelo MEC sobre o COVID 19.

Sebrae – Sebrae Aqui Birigui

O Sebrae nacional tem trabalhado com 5 eixos prioritários:

1-Políticas Públicas Estaduais e Municipais (para estimular nos municípios as compras governamentais diretamente das micro e pequenas empresas);

2-Oferta de crédito orientado (com duas parcerias principais: a Caixa Econômica Federal com o Fampe, e o Empreenda Rápido, programa do governo do estado que disponibiliza o crédito pelo Banco do Povo e pelo Desenvolve-SP);

3-Acesso a mercado e geração de faturamento (parceria com a Magazine Luiza, para que as micro e pequenas empresas possam vender através da loja virtual Magalu; Pertinho de

Casa, uma plataforma de divulgação como um catálogo de empresas; Helpie, um aplicativo para que as empresas vendam seus produtos e serviços);

4-Conteúdo personalizado e rede de atendimento direta (além de disponibilizar gratuitamente todos os cursos online, criou conteúdo específicos para este momento de crise, com EAD e lives, e disponibilizou contatos diretos com consultores e analistas de forma remota);

5-Campanha positiva de divulgação massiva (os atendentes em todas as áreas buscam mostrar que pode haver outras possibilidades, e se colocam à disposição no auxílio ao enfrentamento do período).

Etec RC Birigui

Programa Escola de Inovadores - INOVA SP, será totalmente *on line*, não tem pré requisito qualquer pessoa tem interesse desenvolver novas ideias, e serão 10 semanas para colocar seu projeto em ação.

SEMANA 1 Apresentação da INOVA CPS; Apresentação das Metas do Programa de Inovadores; Palestra Âncora; Apresentação dos Projetos Selecionados.; SEMANA 2 Saber empreender com atitudes empreendedoras.; SEMANA 3 Design Thinking + Prototipagem (Produtos e Serviços).; SEMANA 4 Oficina de CANVAS.; SEMANA 5 Legalização e proteção empresarial.; SEMANA 6 Tecnologia Aplicada aos Negócios.; SEMANA 7 Fontes de financiamento para startups e a importância das relações institucionais.; SEMANA 8 Visão de finanças e mercados.; SEMANA 9 Marketing em Startup + Pitch + Clínica de Negócios.; e SEMANA 10 Balcão de Materiais.

Há uma ação social voltada ao Abrigo Vó Tereza e a Santa Casa de Birigui e a valorização da escola ser signatária da ONU no pacto global da Agenda 2030 e 17 ODS. Há projetos que envolvem essas duas instituições voltados à inclusão social e a proteção do meio ambiente, tais como: - Revitalizar Etec RC Birigui com regras de proteção meio ambiente; - Abrigo Vó Tereza: adquirir materiais de higiene, limpeza e proteção e - Santa Casa de Birigui: adquirir materiais de higiene, limpeza e proteção.

SENAI

Em meio à crise atual causada pela Covid-19, Fiesp, Ciesp, Sesi, Senai e IRS estão empreendendo esforços para ajudar nosso país, nossas empresas e toda a sociedade a atravessarem da melhor maneira possível este período difícil.

O Senai-SP tem apoiado diversas ações tais como:

Realização de manutenção de respiradores; Apoio para ampliar a oferta do número de respiradores; Confecção de Equipamentos de Proteção Individual; Fabricação e distribuição

de álcool em gel para comunidades carentes; Apoio em pesquisa aplicada para combate à Covid-19.

Neste portal, estão reunidas as principais ações e notícias nesse sentido:

Além disso o Senai-SP está oferecendo diversos cursos à distância para capacitação do verdadeiro profissional que o mercado de trabalho procura. Os cursos on-line gratuitos do Senai-SP oferecem temas que abordam competências transversais e temas para quem trabalha na indústria, estão à disposição para você permanecer ativo, mesmo que esteja parado neste momento.



A Prefeitura de Birigui, por meio do Fundo Social de Solidariedade e da Secretaria Municipal de Assistência Social, recebeu doações da Igreja Metodista de Birigui.

Na manhã desta quinta-feira, dia 28 de maio, estiveram no Fundo Social de Solidariedade os pastores Anderson Salgado Campos, Adi Éber Pereira Borges, Jaqueline Sanches e Anderson Luís de Brito.

Os membros a Igreja Metodista de Birigui foram recebidos pela diretora do Fundo Social, Vanessa Parente.

A Igreja Metodista doou 400 litros de leite (caixinha) e 30 cobertores. Os cobertores serão destinados para a Campanha do Agasalho 2020 e as caixinhas de leite deverão compor um kit de alimentos para famílias prejudicadas com a pandemia da covid-19.

O Fundo Social de Solidariedade de Birigui conta com um bazar beneficente, que visa auxiliar famílias de baixa renda residentes no município.



O empresário Guilherme Villela, idealizador e organizador da Festa do Macário, fez nova doação de centenas de peças de roupas para a Campanha do Agasalho 2020. Também houve doações em 2018 e 2019.

A campanha deste ano, com o tema “Doe amor e aqueça Birigui”, é desenvolvida pelo Fundo Social de Solidariedade de Birigui e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com coordenação da Prefeitura de Birigui.



A otimização das cidades já é um caminho certo, com produtos e sistemas que não vemos de forma tão explícita no dia a dia.

Quando falamos de cidades inteligentes, muitos imaginam prédios cheios de recursos tecnológicos e pessoas mergulhadas nos aplicativos do mundo digital. É verdade que há muita tecnologia e redes de comunicação e informação envolvidas.

Diversas soluções são desenvolvidas para atender aos desafios sociais, climáticos e logísticos das cidades. Nesta gama de produtos, são desenvolvidos, sob o olhar da indústria 4.0, sensores capazes de captar dados e enviá-los a ambientes seguros, como a nuvem, onde ficam acessíveis para análise e acompanhamento.

Equipamentos como estes tornaram-se essenciais para o monitoramento de performance de diversas estruturas mecânicas e tecnológicas das smart cities.

“Esse conceito de cidade inteligente abrange cidades que otimizam a utilização dos recursos para servir melhor os cidadãos, isso vale para a mobilidade, energia, meio ambiente

ou para qualquer serviço necessário à vida das pessoas”, disse o secretário de Meio Ambiente de Birigui, Juliano Salomão.

Na manhã desta sexta-feira, 29 de maio, o diretor empresa Sonni Tech, João Eduardo Carnielo Pereira (vencedora da licitação da implantação de softwares modulares para a gestão pública) esteve em reunião com o secretário Juliano Salomão e com o secretário de Serviços Públicos de Birigui, Rafael Polizel.

No encontro, alinharam sobre o processo de implantação de software, que irá facilitar a vida dos moradores.

“O próximo passo será a integração com a diretoria de inovação tecnológica e comunicação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal”, explicou o secretário Rafael Polizel.

A implantação do software para ‘transformar’ Birigui em uma cidade inteligente está sendo trabalhada desde o primeiro semestre de 2017.

Segundo os participantes da reunião, o software que será implantado contempla vários módulos de gestão, sendo:

Módulo Gestão de Postura

As equipes de fiscalização de Postura deverão utilizar este módulo para registro de todas as leis de postura, produzindo relatórios, automatizando informações, garantindo economia de tempo e recursos.

Módulo Gestão de Epidemiologia

As equipes de controle de vetores deverão utilizar este módulo para registro de toda a atuação do Setor de Saúde no que diz respeito às ações de combate ao mosquito e outros vetores, interligando Unidades Básicas de Saúde, Laboratórios, Vigilância, Sisa web do Governo do Estado de São Paulo e população.

Módulo Gestão de Resíduos Sólidos

Este módulo deverá fazer a Gestão Completa do Resíduo da Construção Civil, garantindo que o Agente Gerador dará de fato o destino correto ao resíduo por ele gerado.

Módulo Gestão de Arborização

Neste módulo os Gestores de Meio Ambiente poderão acompanhar, autorizar as Solicitações feitas pela população no tocante a Poda ou Remoção de Árvores, assim como, toda a Gestão Eletrônica do Inventário Arbóreo, dessa forma os munícipes não precisarão mais ir até a Secretaria para retirar as licenças, poderá ser feito pelo celular, tablets ou pelo computador.

Módulo Gestão de Veículos

Neste módulo os Gestores dos Veículos poderão acompanhar em tempo real o status completo de cada veículo da Frota e controlar o gerenciamento de abastecimento e manutenção preventiva e corretiva da frota municipal.

A partir da implantação individual de cada módulo, tanto a gestão pública quanto os munícipes ganharão em agilidade e economia de recursos.

“A ideia é facilitar o fluxo de informação introduzindo celulares, tablets e computadores na facilitação de atividades do dia a dia”, completou o secretário Rafael Polizel.



Em conformidade com o Plano Municipal de Cultura e o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico, a Secretaria de Cultura e Turismo de Birigui irá realizar o seu I Fórum On-line para as respectivas comunidades setoriais.

Os Fóruns acontecerão nos dias 8 e 9 de junho, às 17h30, via Google Meet.

O objetivo é promover uma discussão sobre os avanços e desafios da categoria, transmitir orientações e protocolos aos agentes e fazer um diagnóstico sobre os efeitos da pandemia no setor artístico, cultural e turístico do município.



O número de acidentes com vítimas em Birigui diminuiu 22% no período de 24 de março à 30 de abril.

Os dados foram divulgados nesta segunda-feira, dia 1º de junho, pela secretaria municipal de Mobilidade Urbana, Melissa Puertas Sampaio.

O balanço faz parte das estatísticas do Infosiga-SP (Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo).

Segundo a secretária, a redução está diretamente relacionada aos trabalhos educativos, ações preventivas e de infraestrutura viária que vêm sendo desenvolvidos no município de Birigui.

Para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde para prevenir o contágio do coronavírus, realiza nesta sexta-feira, dia 5 de junho, uma série de ações envolvendo moradores e o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

5 de junho, sexta-feira, às 8h

Acontece a reunião ordinária do Conselho de Meio Ambiente virtualmente, às 8 horas da manhã, por meio da plataforma online Zoom. Para isso é necessário baixar o aplicativo pelo celular ou computador.

5 de junho, sexta-feira, às 16h

Na parte da tarde acontece uma reunião do Projeto Agrofloresta Urbana. O encontro será presencial, com todos os envolvidos usando máscaras e seguindo o protocolo de saúde. O local da reunião será em campo aberto: área do projeto Chácaras Gran Ville.

5 de junho, sexta-feira, às 20h

O grupo que participou do curso de Abelha Sem Ferrão se reúne, também por meio da plataforma online Zoom, para debater assuntos sobre as abelhas.

E durante o dia todo, para que não haja aglomeração, será feito a entrega dos certificados do Curso Virtual de Poda que a Secretaria de Meio Ambiente de Birigui realizou em maio.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) realizará também uma série de eventos online para partilhar conhecimento e mobilizações.

O objetivo, segundo a representante do PNUMA no Brasil, Denise Hamú, é utilizar esse momento complexo e difícil que a pandemia nos impôs para repensarmos nossas ações em relação ao meio ambiente.



A Prefeitura de Birigui e seu parceiros irão disponibilizar agentes da Vigilância Sanitária para orientar comerciantes, comerciários e consumidores do município que retornaram aos trabalhos após a flexibilização anunciada pelo Governo do Estado de São Paulo.

O prefeito Cristiano Salmeirão e o presidente da Associação Comercial e Industrial de Birigui (Acib), Maurício Pazian, estiveram reunidos nesta terça-feira, 2 de junho, e acertaram os detalhes desta ação.

Em encontro realizado na Acib, além de Salmeirão e Pazian, estiveram presentes o secretário de Governo de Birigui, Carlos Farias, o diretor de biossegurança da Secretaria de Saúde de Birigui, Ricardo Antônio de Oliveira, o comandante da Guarda Civil Municipal, José Carlos Fernandes e os agentes de saúde da Vigilância Sanitária André Eduardo Caetano, Osvaldo Antonio Victor e Djalma da Silva Ribeiro.



Neste momento de pandemia da covid-19, as ações em prol da higienização aumentaram, assim como as doações e ações que visam ajudar o próximo, principalmente os prejudicados pelo coronavírus.

Na manhã desta sexta-feira, dia 5 de junho, o empresário Cayo César Cacuri doou cinco equipamentos (totem com pedal) que oferecem álcool em gel para que sejam colocados em locais de grande fluxo de pessoas.

A meta é colocar os totens nas entradas dos órgãos públicos da administração. Com um pedal, a pessoa pisa em uma base e coloca a mão onde o pote de álcool em gel está acoplado.



O Fundo Social de Solidariedade de Birigui recebeu do grupo União à Saúde a doação de cobertores que serão destinados aos moradores que necessitam de ajuda no período do inverno.

Todas as doações de cobertores, agasalhos e demais peças passam a integrar a Campanha do Agasalho 2020, que já está em andamento no município de Birigui.

A campanha é da Prefeitura, com organização do Fundo Social de Solidariedade e apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social.



O S.C.F.V. – Centro de Atendimento à Criança “Pedro Marasca” – CAC, durante o mês de maio, às atividades abordadas estiveram dentro das temáticas “Família”, “Combate ao abuso infantil”, “Direitos e Deveres das Crianças” e “Meio Ambiente”, todas com referências atuais, abordando temas específicos deste mês.

Além de manter os usuários informados sobre temas importantes, o objetivo também é proporcionar às crianças a possibilidade de continuar desenvolvendo habilidades artísticas, cognitivas, psicomotoras, estímulo à leitura e escrita, além de acrescentar momentos de ludicidade ao dia-a-dia dos usuários de forma segura, em casa.

O acompanhamento aos usuários e suas famílias tem sido realizado através do aplicativo WhatsApp, mantendo os responsáveis informados sobre as entregas de atividades e

possíveis doações (desde alimentos, roupas, etc...) que chegam até o núcleo e são repassadas para eles.

O contexto atual, marcado pela pandemia do novo coronavírus, trouxe inúmeros desafios à área da Educação, principalmente quanto à impossibilidade de realização de aulas presenciais.

Diante dessa realidade, a FATEB (Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui), por meio do curso de Licenciatura em Pedagogia, pensou em estratégias que pudessem proporcionar benefícios de ensino-aprendizagem às crianças com necessidades especiais. Assim, nasceu o projeto “Desafios às práticas pedagógicas lúdicas e inclusivas frente a pandemia do Covid-19”, desenvolvido junto às turmas do 3º e 5º termos.



Visando evitar aglomerações nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), pronto-socorro e demais unidades de saúde do município, a Prefeitura de Birigui, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, criou um atendimento médico para moradores com sintomas gripais.

A medida foi uma determinação do prefeito Cristiano Salmeirão e visa, também, evitar a contaminação e proliferação do coronavírus, causador da doença covid-19.

“O teleatendimento médico faz com que as pessoas não procurem por unidades de saúde desnecessariamente. A pandemia continua e temos que manter o isolamento social”, falou o prefeito de Birigui.

Ranking de 2020 divulgado no último dia 5 de junho pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) coloca Birigui em 1º da região e em 14º entre municípios de grande porte do Brasil para a promoção da saúde vinculada ao saneamento básico.

A edição de 2020 do ranking reúne 1.857 cidades do Brasil, entre as quais 270 consideradas de grande porte (mais de 100 mil habitantes). A base de dados é o Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS1).

De um total de 500 pontos possíveis, Birigui chegou a 498,07 e superou a média nacional de 496,23 pontos, ficando entre o grupo de cidades incluídas no quesito "rumo à universalização". Os indicadores avaliados são relativos ao ano de 2018.



Uma parceria da Prefeitura Municipal com o Centro de Ressocialização (CR) de Birigui irá confeccionar 17 mil máscaras de proteção facial.

Com material da Prefeitura de Birigui, os detentos do CR estão confeccionando o equipamento de proteção individual (EPI), essencial neste momento de pandemia da covid-19.

Três mil máscaras já foram feitas e serão distribuídas gratuitamente aos servidores da Prefeitura de Birigui, que devem trabalhar com o equipamento.

Outras três mil máscaras (em produção) serão destinadas ao Fundo Social de Solidariedade de Birigui. A proteção facial será doada para famílias de baixa renda ou que foram prejudicadas pelo coronavírus.

Em uma segunda etapa da confecção, visando aumentar a segurança para o retorno das aulas, 11 mil máscaras serão feitas para atender os alunos matriculados nas escolas mantidas pela Prefeitura de Birigui.



A Santa Casa de Birigui recebeu nesta quinta-feira, dia 11 de junho, cinco novos respiradores, os chamados ventiladores mecânicos que ajudam o paciente a respirar artificialmente.

Os equipamentos serão usados para pacientes com a covid-19. A Santa Casa conta com quatro respiradores e já comprou outros dois. Nos próximos dias o hospital contará com 11 respiradores.



A ciclovia da avenida Isaura Macarini Albani ganhou melhorias. A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, por meio de sua Diretoria de Planejamento e Engenharia de Trânsito, fez manutenção e pintura de solo da ciclovia.

Os trabalhos foram realizados nesta segunda-feira, dia 8, e nesta terça-feira, dia 9 de junho. O espaço é bastante utilizado por ciclistas que residem nos bairros daquela região da cidade.



A Prefeitura de Birigui recebeu de um grupo de empresários uma doação de 2 mil mudas de flores. Nesta terça-feira, dia 9 de junho, o plantio começou na avenida São Francisco, que ganhou 300 mudas.

A doação envolveu vários voluntários, entre eles a Bravo Incorporadora, Grupo afrente, Mudas Brambilla de Piacatu e os músicos Luiz Ney e Mário Bonfim.

Além da avenida São Francisco, várias mudas foram plantadas na praça James Mellor, em frente ao Paço Municipal.



O CRAS Daria Brambila do Nascimento, nos meses de abril e maio, tem trabalhado a concessão de 235 benefícios eventuais (cestas básicas e gás envasado) a usuários em situação de vulnerabilidade e que atendam ao perfil da Assistência Social. E o cadastramento de 34 famílias com perfil para serviços socioassistenciais.

O CRAS “Dona Linda Dias de Almeida realizou em atendimento a agenda 2030, 241 atendimentos individualizados, fez a concessão de 109 cestas básicas, em parceria com o fundo social, realizou a concessão de mais 50 cestas, 540 cestas de legumes.

Ampliação de equipe de apoio para a acolhida dos usuários; aproximação da gestão de proteção, gestão de benefícios e gestão do Suas, no apoio as dificuldades que assolou o equipamento. Equipamentos, materiais de consumo, benefícios eventuais suficiente para o atendimento da demanda. Integração de um assistente social na equipe de referência. Apoio do Fundo Social na disponibilização de cestas básicas e leite.

Realizou a inserção de 01 família no Programa Viva Leite, por encaminhamento da equipe de referência e atividades socioeducativas, no fornecimento de rosas de chocolate para as mulheres que receberam a cesta de legumes, em comemoração ao Dia das Mães. Fornecimento de Ovos de páscoa para as crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. Atendimento telefônico com pessoas em agendamento. Atendimento imediato de famílias que buscam os benefícios eventuais. Fortalecimento de vínculo com famílias do SCFV por meio de WhatsApp. Concessão de 544 cesta de legumes do Programa Fome Zero.

O centro dia do Idoso, devido à pandemia de Coronavírus no Brasil e no mundo, deixou de atender temporariamente os nossos usuários a partir do dia 23 de março, respaldado pelo decreto municipal 6589/2020.

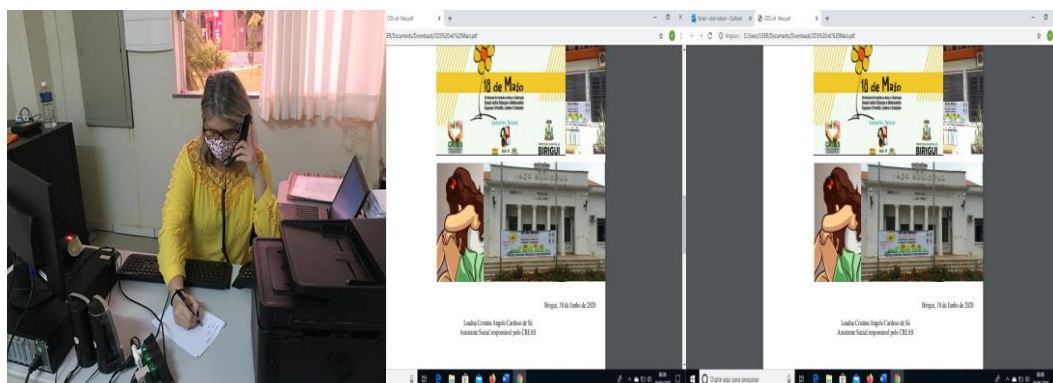
A coordenação do Centro Dia do Idoso fez contato telefônico com as famílias durante o mês de abril para obter informações a respeito da situação dos idosos no lar e a manutenção do vínculo familiar de cada um deles.

As famílias necessitadas receberam cestas básicas através dos CRAS, e as que não tinham condições de buscá-las tiveram suas cestas entregues por motorista da prefeitura em suas casas.

Não temos fotos, pois as famílias atendidas pelo Centro Dia receberam as suas cestas básicas em casa, ou no próprio CRAS.

No CREAS No mês de referência, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído no dia 18 de maio, o CREAS promoveu ações, respeitando as orientações referentes à pandemia do COVID-19, sobre o tema por meio da produção e distribuição de materiais educativos e informativos, além da fixação de faixas e produção de vídeo que foi compartilhado pelos meios de comunicação e redes sociais. Para efetividade das ações, o CREAS contou com o apoio do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, CRAS, Conselho Tutelar e Redes de supermercados local.

Houve atendimento/acompanhamento a 156 (cento e cinquenta e seis) famílias/indivíduos referenciados nos serviços ofertados no CREAS: PAEFI e MSE, sendo 30% na modalidade presencial, 2,5% atendimento domiciliar e 67,5% por meio de teleatendimento.



O município de Birigui foi contemplado com 10 respiradores (ventiladores mecânicos) para atender pacientes que estão tratando da covid-19.

Os equipamentos foram enviados ao município por intermédio do deputado estadual Roque Barbiere, o Roquinho, que explicou a situação da Santa Casa de Birigui ao secretário estadual de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi.

A Santa Casa de Birigui contava com 4 respiradores. Com os 10 respiradores enviados pelo Governo do Estado de São Paulo, Birigui contará com 14 respiradores para os leitos da covid-19.

Visando colaborar com a saúde do município, a ITB Equipamentos Elétricos doou cinco monitores para a Santa Casa de Birigui.



A Prefeitura de Birigui recebeu na manhã desta quarta-feira, dia 17 de junho, cinco totens que oferecem álcool em gel para higienização das mãos. Os equipamentos serão colocados em locais de grande fluxo de pessoas.

A doação foi feita pelos franqueados de Birigui do aplicativo Delivery Much. Os diretores Marcos Aleixo e Cayo Cacure foram recebidos pelo prefeito Cristiano Salmeirão. O promotor de eventos Leandro Simon também participou da doação. Ele será o responsável pela instalação dos totens nos pontos escolhidos.



Neste período de pandemia, o Sebrae está oferecendo mais uma ferramenta para ajudar as empresas do município: o Programa Enfrentar, que está sendo oferecido por meio de parceria com a Prefeitura de Birigui e Acib (Associação Comercial e Industrial de Birigui).

O Programa é uma capacitação totalmente gratuita que foi criada especialmente para este momento, para fortalecer as empresas e ajudar a superar a crise atual.

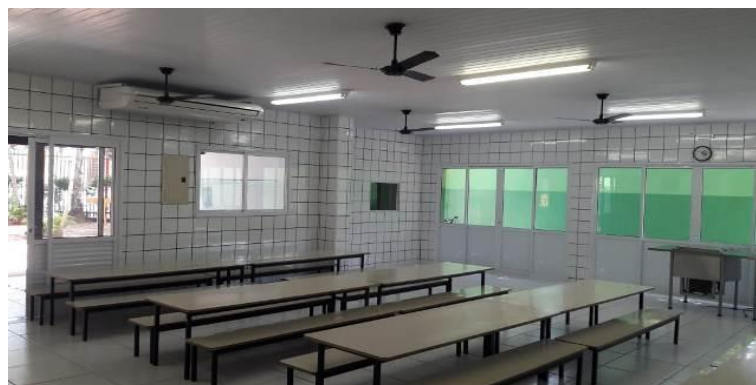


A Prefeitura de Birigui concluiu essa semana a reforma do Centro de Educação Infantil (CEI) Professora Maria Cecília de Lima Jardim Maroni, que fica no Residencial Jardim Santa Luzia.

Com recursos próprios, a administração investiu R\$ 436.110,36 na reforma do prédio. Agora, o espaço pode melhor acolher os alunos matriculados na unidade de ensino da Secretaria Municipal de Educação.

Além das melhorias estruturais, o CEI ganhou 13 novos aparelhos de ar condicionado. O investimento para a climatização foi de R\$ 50.011,00.

Até dezembro de 2020 a administração pretende instalar ar em todas as salas de aulas das unidades de ensino da Prefeitura de Birigui.



A Prefeitura de Birigui realizou uma fiscalização noturna visando orientar estabelecimentos comerciais que estão em funcionamento neste período de quarentena em função da pandemia da covid-19.

Na noite desta sexta-feira, dia 19 de junho, agentes da Vigilância Sanitária e policiais municipais visitaram 12 estabelecimentos do ramo de comida e bebida. Dez notificações foram registradas.

“Orientamos os proprietários sobre os decretos que exigem somente vendas. Não é permitido o consumo no local. Nesta primeira visita noturna a meta foi orientar, visando evitar a proliferação do coronavírus”, explicou o diretor de biossegurança da Secretaria de Saúde de Birigui, Ricardo Antônio de Oliveira.



A Prefeitura de Birigui anunciou no final da tarde desta sexta-feira, dia 19 de junho, o recapeamento asfáltico de ruas dos bairros Recanto Verde, Tijuca Residencial Parque, São José e Jardim do Lago.

Também serão recuperados trechos da avenida Antônio da Silva Nunes e rua Joaquim Ciciliatti. Ao todo, serão 6 quilômetros de melhorias de vias nesta região da cidade.

O prefeito Cristiano Salmeirão e o secretário municipal de Obras, Saulo Giampietro, assinaram a Ordem de Serviço para o início dos trabalhos, que será feito nesta segunda-feira, dia 22 de junho.

De acordo com o prefeito, o investimento será de R\$ 1,5 milhão.



A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias também ajudou o Fundo Social de Solidariedade neste momento de pandemia da covid-19.

Na tarde desta quinta-feira, dia 18 de junho, a igreja doou mil máscaras de proteção facial. O equipamento de proteção individual, que auxilia no combate ao coronavírus, é lavável.

Visando auxiliar famílias de Birigui que foram prejudicadas pela pandemia da covid-19, o Fundo Social está entregando gratuitamente máscaras de proteção facial.

Além das doações, o próprio Fundo Social produziu máscaras, confeccionadas por voluntárias e servidoras da prefeitura ligados ao setor de assistência social.



A Prefeitura de Birigui vai inaugurar em breve o Centro de Referência Integração Social (CRIS), um complexo poliesportivo que contará com quadra de basquete 3, quadra de vôlei de areia, sala multiuso para aulas de dança e artes marciais.

O investimento foi de R\$ 278.609,00, sendo que R\$ 243.750,00 foi de emenda parlamentar do deputado federal Baleia Rossi e R\$ 34.859,70 de contrapartida da Prefeitura de Birigui. O Centro foi construído em uma área de 2.155 metros quadrados.

O CRIS fica na avenida José Ravagnani, 79, esquina com a avenida Achelino Moimáz, no bairro Thereza Maria Barbieri, na divisa com o bairro Ivone Alves Palma (Ivoninha).

Além dos espaços para atividades esportivas e de recreação, haverá, também, academia ao ar livre e um playground.



Visando evitar aglomerações nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), pronto-socorro e demais unidades de saúde do município, a Prefeitura de Birigui, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, criou um atendimento médico para moradores com sintomas gripais.

A medida foi uma determinação do prefeito Cristiano Salmeirão e visa, também, evitar a contaminação e proliferação do coronavírus, causador da doença covid-19.



O Moto Clube Bodes do Asfalto fez uma doação de 190 cobertores para o Fundo Social de Solidariedade de Birigui. A ação visa ajudar a Campanha do Agasalho 2020.

A doação foi feita no último sábado, dia 20 de junho. Os integrantes do grupo foram recebidos pela diretora do Fundo Social, Vanessa Parente, e pelo secretário municipal de Administração, Genilson Martins, que representou o prefeito Cristiano Salmeirão.



O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, e o secretário municipal de Governo, Carlos Farias, receberam na tarde de sexta-feira (19) representantes da Caixa Econômica Federal (CEF) para tratar sobre o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE).

A Prefeitura de Birigui quer agilidade para trazer para o município essa linha de crédito, já que várias empresas da cidade sofreram impacto financeiro com a pandemia da covid-19.

O programa tem por objetivo garantir recursos para o estímulo e fortalecimento dos pequenos negócios, além de manter os empregos, já que essa é uma das exigências para que a empresa possa contratar o crédito.

O governo municipal já colocou em prática seu Plano de Retomada das Atividades Econômicas de Birigui (PRAEBI), que foi desenvolvido em parceria com o Sinbi (Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui), Acib (Associação Comercial e Industrial de Birigui) e o Sincomércio.



O Centro de Educação Infantil (CEI) Prof.^a Aparecida Clauria Bearari Benasse, uma das unidades de ensino da Prefeitura de Birigui, recebeu nesta quinta-feira, dia 25 de junho, uma doação do Rotary Club de Birigui Cidade Pérola.

Fazendo parte da ação Rotary contra a covid-19, o Rotary Club de Birigui Cidade Pérola doou 200 kits de higiene para os alunos do CEI. Cada kit contém 6 sabonetes; 5 sabões em barra; 2 detergentes líquidos e 2 litros de água sanitária.

A equipe do CEI recebeu o vice-presidente do Rotary Club de Birigui Cidade Pérola, Ricardo Catarin, que visitou a unidade de ensino e fez a doação.



O Núcleo Habitacional Thereza Maria Barbieri vai receber obra para melhoria da rede responsável pelo envio de efluentes de esgoto até a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, e o secretário municipal de Meio Ambiente, Juliano Salomão, assinaram na tarde desta sexta-feira, dia 26 de junho, Ordem de Serviço para obra de duplicação de 650 metros do emissário existente no bairro.

A assinatura do documento contou com os representantes da empresa vencedora da licitação (Saneast Engenharia, de Astorga-PR): Rafael Francisco da Costa e Anísio da Costa, além do secretário adjunto de Meio Ambiente, Marco Albano, e do diretor de Coleta e Tratamento, Luis Fernando Fernandes Mistrinel.



A Santa Casa de Misericórdia de Birigui está realizando os trâmites legais e estruturais para aumentar seus leitos no hospital e no pronto-socorro municipal.

Atualmente com 4 leitos na UTI covid, a meta é chegar a 14 leitos, já que 10 respiradores para tratar pacientes com a doença já chegaram no hospital.

Os equipamentos foram conquistados pelo deputado estadual Roque Barbieri, que atendeu pedido do prefeito Cristiano Salmeirão e da Santa Casa.

As mudanças que serão feitas preveem 26 leitos de observação covid do pronto-socorro. Atualmente são 8 leitos.

Já no hospital da Santa Casa, os leitos clínicos irão de 18 para 28 leitos, sendo 8 clínicos adulto, 6 clínicos pediatria e 14 adulto UTI.



A Santa Casa de Birigui recebeu na tarde desta quinta-feira, dia 25 de junho, a doação de três monitores para respiradores, os chamados ventiladores mecânicos para atender pacientes que estão em tratamento da covid-19.

A doação foi feita pela empresa biriguiense ITB Equipamentos Elétricos, que investiu R\$ 93.000,00 para adquirir cinco monitores multiparamétrico de sinais vitais, de 12 polegadas, da marca Bistos. Outros dois chegarão nos próximos dias.

Os equipamentos vieram de Ribeirão Preto e foram entregues ao presidente da Irmandade de Santa Casa de Birigui, Cláudio Castelão Lopes, o Tico.

Representaram a ITB Eliel Robson Lemes Ribeiro e Ricardo Alexandre Lima Neves, que foram recebidos pela equipe da Santa Casa.

A ITB Equipamentos Elétricos é uma empresa signatária do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas) e possui estratégias de governança corporativa focada em um dos 17 ODS (Objetivos dos Desenvolvimentos Sustentáveis).



A Prefeitura de Birigui e a Diretoria Regional de Saúde (DRS) de Araçatuba uniram forças para colocar em prática um projeto do grupo Noroeste com Vida, que prevê a implantação uma central de acolhimento técnico para pacientes sintomáticos e assintomáticos da covid-19.

A meta é diminuir o fluxo de pessoas nas unidades de saúde dos 40 municípios que serão atendidos, além de criar estratégias de isolamento vertical, rastreamento do vírus e bloqueios locais.

A Prefeitura de Birigui abraçou a ideia, que dá continuidade aos trabalhos de seu PRAEBI (Plano de Retomada das Atividades Econômicas de Birigui).

O projeto piloto da central será em Birigui, no Centro Médico Hospitalar, com estrutura para um atendimento não presencial.

A estratégia do plano de trabalho consiste em ampliar o acesso da região aos serviços de saúde, sendo a implantação gradativa, já que outros municípios poderão ser atendidos em breve.

“Vamos atender por um número 0800 e pelas redes sociais, entre elas o WhatsApp, bastante utilizado pelas pessoas hoje em dia. Vamos orientar e tirar dúvidas. Caso necessário, faremos o encaminhamento para as unidades corretas de atendimento físico”, explicou o presidente da Agenda 2030 da ONU em Birigui, Eliel Robson Lemes Ribeiro, da Secretaria de Saúde de Birigui.

Na manhã desta terça-feira, 23 de junho, parte dos envolvidos no projeto piloto estiveram na DRS de Araçatuba, onde assinaram a ata de formalização para a implantação da central de acolhimento técnico.

Eliel representou a Prefeitura de Birigui e foi recebido pelo auditor da DRS Araçatuba, Armando Salineiro Junior, e pela equipe formada por Sérgio Smolentizov, Marta Evelyn Story e Janaina Vilas Boas. Integram o grupo de trabalho Maria Alessandra Hansen e Daniela Catalan.

“Quando o empresário Valdir Mestriner (do grupo Noroeste com Vida) apresentou o projeto, observei a oportunidade de integrar o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor, além dos órgãos de saúde”, disse Eliel.

Os envolvidos acreditam que a central possa causar impactos sociais positivos de acesso, acolhimento, monitoramento e intercomunicação com a população através de mídias digitais, chatbot, e telefone, impactando diretamente na qualidade de serviços voltados ao acolhimento do paciente.

O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, e a secretária de Saúde de Birigui, Marian Nakad, elogiaram o projeto e se colocaram à disposição para promover uma interlocução com o Estado.

“Parabéns aos envolvidos neste belo projeto. A Prefeitura de Birigui oferece o espaço físico e dará apoio nos trabalhos”, falou o prefeito Cristiano Salmeirão.

O projeto será desenvolvido em três fases: implantação da central de acolhimento, ampliação de testagem e uso da metodologia contact tracing.



Após avançar na implantação da central de acolhimento técnico para pacientes sintomáticos e assintomáticos da covid-19 em Birigui, os envolvidos na implantação da central estiveram reunidos na manhã desta quarta-feira (24) na sede da Associação Comercial e Industrial de Birigui (Acib).

A Acib e o Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui (Sinbi), que já são parceiros da Prefeitura de Birigui, estarão atuando também em trabalhos relacionados à central.

É mais uma das ações da administração com importantes parcerias para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. A ação faz parte da agenda do PRAEBI (Plano de Retomada das Atividades Econômicas de Birigui).

“Passamos pela primeira etapa, que foi conquistar o local onde a central será montada: no Centro Médico Hospitalar de Birigui (prédio do antigo pronto-socorro). Agora estamos em busca da captação de testes rápidos para detectar a covid-19”, explicou Eliel Robson Lemes Ribeiro, presidente da comissão executiva dos ODS’s de Birigui.



A Educação Municipal de Birigui está entre as 31 cidades do Estado de São Paulo contempladas com o SELO BOM PERCURSO e entre as 12 cidades com mais de 100 mil habitantes.

A Educação que Faz a Diferença surge como uma iniciativa para reconhecer redes de ensino públicas em escala, olhando para a aprendizagem dos estudantes, mas sem esquecer do contexto em que as redes estão inseridas e dos desafios pertinentes a eles.

A partir das que atingiram os critérios estipulados, foram selecionadas aquelas que receberam a visita dos Tribunais de Contas.

Foram eles os responsáveis pela condução da pesquisa qualitativa, mapeando aspectos ligados a gestão ou à prática da Secretaria de Educação que pareciam importantes para os bons resultados educacionais.

Educação que Faz a Diferença que traz 118 redes de ensino reconhecidas com SELOS DE QUALIDADE, com representantes de todas as regiões do País, e com mapeamento Nacional de boas práticas no Ensino Fundamental.



A Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio de uma ação articulada com a AEPETI (Ações Estratégicas para a Erradicação do Trabalho Infantil), realizará uma live no Facebook com o mágico Mauro Dias.

O evento visa abordar questões referente a Prevenção ao Trabalho Infantil. A live acontecerá nesta terça-feira, dia 30 de junho, às 18h, na página da Prefeitura de Birigui.

Os moradores de Birigui poderão assistir e interagir com o mágico.

A live será uma das ações realizadas durante o mês de junho para celebrar o dia 12 de junho, dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

O principal objetivo da data é alertar a comunidade em geral e os diferentes núcleos do governo sobre a realidade do trabalho infantil, uma prática que se mantém em diversas regiões do Brasil e do mundo.

Para orientação ou dúvidas, entre em contato com o CRAS de referência do seu bairro.



A diretora de Segurança Alimentar da Prefeitura de Birigui, Regina Biancolin, lembra que o Banco de Alimentos é o único equipamento público na região preparado exclusivamente para combater o desperdício de alimentos e necessita da conscientização e solidariedade de empresários, agricultores e voluntários na doação dos excedentes de produção e comercialização de alimentos para combater a fome e a desnutrição no município.

O Banco de Alimentos atende a maioria das entidades e programas socioassistenciais de Birigui, doando, em média, 5 toneladas de alimentos por mês.

Os alimentos do Banco de Alimentos passam por um criterioso processo de seleção e após a avaliação da nutricionista os alimentos são destinados a mais de 4.000 pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social.



O Tiro de Guerra de Birigui participou de uma campanha voluntária de doação de sangue junto ao Banco de Sangue da UNIMED da cidade de Araçatuba.

A doação ocorreu nesta quarta-feira, dia 1º de julho. Seguindo as recomendações de prevenção à COVID-19, 23 atiradores realizaram este ato de cidadania e ajuda ao próximo, doando 69 (sessenta e nove) bolsas de sangue.

Com a pandemia do novo coronavírus, os estoques vêm se mantendo baixos, colocando em risco o atendimento em casos de urgência e de emergência.

Essa atividade visa também a incentivar cidadãos a repetirem o gesto da doação voluntária nesse momento de pandemia.



A Santa Casa de Birigui entregou nesta quarta-feira, dia 1º de julho, a nova UTI COVID (Unidade de Terapia Intensiva). O espaço irá atender exclusivamente pacientes que estão tratando de covid-19.

Segundo informou o hospital, o novo espaço irá acolher 14 pacientes que necessitam de internação. São 14 leitos com respiradores (ventiladores mecânicos).



A balança comercial de Birigui apresentou superávit de US\$ 4,28 milhões no primeiro semestre de 2020. As exportações totalizaram US\$ 13,53 milhões e as importações US\$ 9,25 milhões.

As Informações foram divulgadas pelo Ministério da Economia e compiladas pelo Observatório de Inteligência Econômica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) da Prefeitura de Birigui.

A crise nos mercados externos provocou a redução das exportações em 34,1% em comparação ao mesmo período do ano passado. Já as importações reduziram 40% no comparativo.

Destacou-se positivamente a quantidade de países que receberam produtos das empresas biriguienses entre janeiro e junho: 47 países.

A França passou a ser o principal país comprador das exportações biriguienses, sendo responsável por 22,2% do total. Foram enviados para a França US\$ 3 milhões de dólares de exportações. Em segundo lugar está o Paraguai, com 16%, e em terceiro a Bolívia, com 15%.

Os principais produtos exportados pelas empresas locais foram os calçados, representando 32% do total exportado, em seguida transformadores (31%), depois tortas produzidas com a extração de óleo de soja (22%) e máquinas e equipamentos (8,9%).

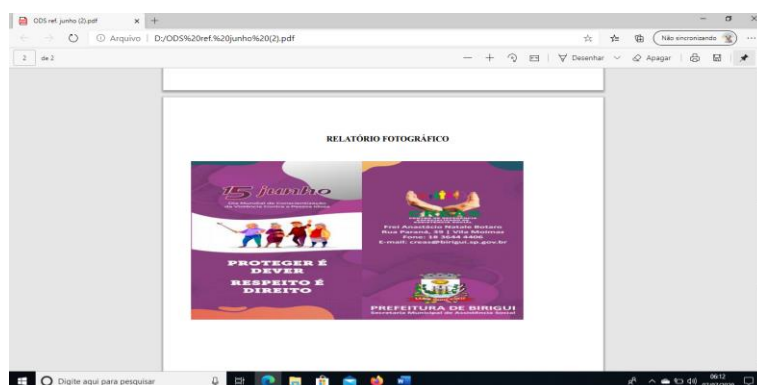
O ranking dos produtos exportados evidencia uma pauta exportadora diversificada composta por produtos industrializados e commodities. Por outro lado, a pauta de importação está concentrada em bens intermediários (insumos, matérias primas e componentes) que são utilizados pelas empresas locais no processo produtivo e também máquinas e equipamentos.

O CRAS Daria Brambilla do Nascimento, realizou no mês de junho fez a concessão de Benefícios Eventuais a concessão de 75 benefícios eventuais (cestas básicas e gás envazado) e 01 auxílio-funeral à usuários em situação de vulnerabilidade e que atendam ao perfil da Assistência Social; o Cadastramento de 62 famílias com perfil para serviços socioassistenciais e um Encontro virtual (WhatsApp) com usuários do SCFV de idosos e grupos de Fortalecimento Vínculos Familiar.

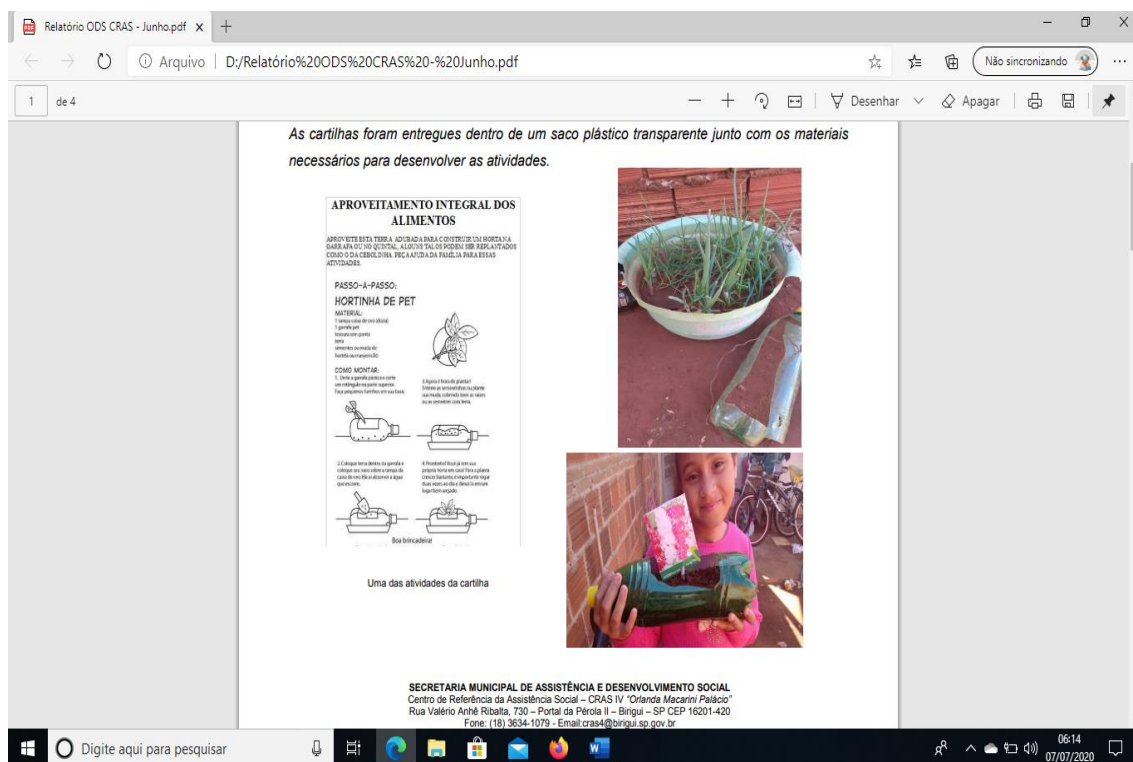
O CRAS quemil realizou 221 atendimentos particularizado (atendimento pessoal, telefônico e WhatsApp, concessão de 73 benefícios eventuais, e 100 Fornecimento de Kit de gêneros de alimentação.

O CREAS No período, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado no dia 15 de junho, o CREAS promoveu ação com o tema: “Proteger é Dever, Respeito é Direito” por meio da elaboração de materiais (folders, tabloides e cartazes) e envio dos mesmos para a rede de serviços socioassistenciais do município (CRAS, Centro Dia do Idoso, ILPIs, Terceira Idade, SEMAS), Delegacias, Conselho do Idoso e Pastoral da Pessoa Idosa, para distribuição, sensibilização e informação sobre o tema, além da divulgação dos meios de denúncia e serviços de apoio. O material também foi compartilhado com as famílias/indivíduos em acompanhamento pelo CREAS, por meio do WhatsApp e também ao público em geral através das redes sociais.

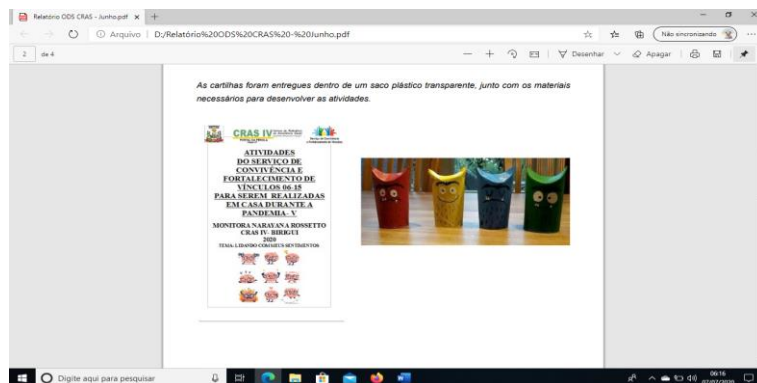
No que refere-se ao acompanhamento remoto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, famílias e indivíduos em acompanhamento pelo PAEFI , houve envio por lista de transmissão do WhatsApp de vagas de emprego, prazo para alistamento militar, novo decreto municipal com vistas a diminuição da circulação de pessoas, divulgação da live sobre o tema “Trabalho Infantil” e prorrogação do prazo da vacinação contra a gripe. No período houve atendimento/acompanhamento a 133 famílias/indivíduos, dos quais 48% foram realizados na modalidade presencial, 43% remotos (teleatendimento/WhatsApp) e 9% no domicílio.



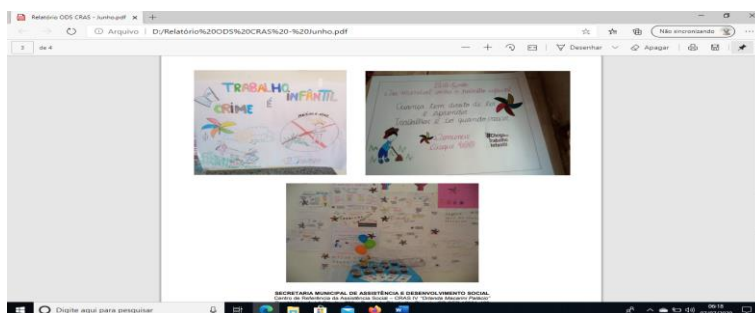
O CRAS IV - Orlanda Macarini Palácio entregou uma cartilha para cada criança atendida pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com atividades para realizarem em suas casas. A cartilha abordou sobre a importância da economia de água e energia, o aproveitamento dos alimentos e a diminuição da produção do lixo. Também foram dadas instruções de como adubar a terra usando os resíduos orgânicos e como fazer uma horta com garrafa pet. No final da cartilha foram citados os objetivos de desenvolvimento sustentável.



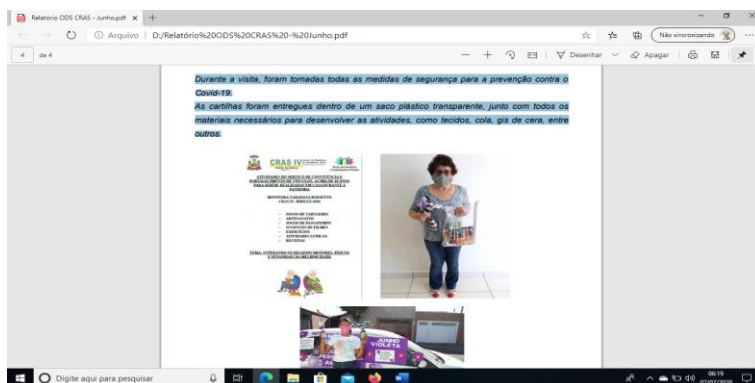
Foi entregue uma cartilha para cada criança atendida pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com atividades para realizarem em suas casas. Foi trabalhado na cartilha sobre as diferentes emoções, principalmente a saudade e as angústias que podemos sentir durante esse momento de isolamento social. Também foi abordado sobre a importância de falar sobre os sentimentos. Foram propostas atividades e brincadeiras com a família.



Foi entregue uma cartilha para cada criança atendida pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com atividades para realizarem em suas casas. Na cartilha foi trabalhado sobre os direitos da criança e do adolescente, os deveres como cidadão (cuidar do meio ambiente, respeitar o próximo, entre outros). Também foi abordado sobre o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, com a descrição sobre o que é trabalho e trazendo uma reflexão sobre o tema por meio de atividades lúdicas. As crianças confeccionaram cartazes com o tema e entregaram no CRAS.



A monitora de atividades, juntamente com outra funcionária, fez as visitas às idosas que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Foram entregues os kits com atividades lúdicas, passatempos e artesanatos, junto com uma cartilha sobre o Mês de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa. Também foram entregues os ovos de páscoa e rosas de chocolate. Durante a visita, foram tomadas todas as medidas de segurança para a prevenção contra o Covid-19. As cartilhas foram entregues dentro de um saco plástico transparente, junto com todos os materiais necessários para desenvolver as atividades, como tecidos, cola, giz de cera, entre outros.



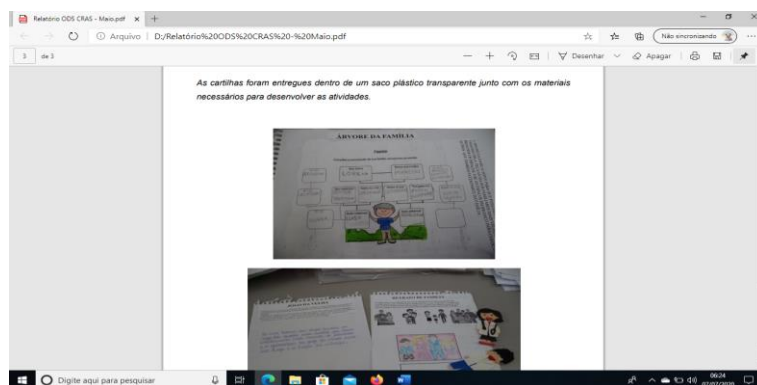
Foi entregue uma cartilha para cada criança atendida pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com atividades para realizarem em suas casas. A cartilha trabalhou o tema saúde com o corpo, hábitos de higiene, alimentação saudável, exercícios físicos e brincadeiras que podem ser realizados em casa e a importância de dormir bem. No final do caderno foi colocado o contato do CRAS e a mensagem sobre a necessidade de ficar em casa, tomando os cuidados com a saúde. As cartilhas foram entregues dentro de um saco plástico transparente junto com os materiais necessários para desenvolver as atividades.



Foi entregue uma cartilha para cada criança atendida pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com atividades para realizarem em suas casas. Na cartilha foi trabalhado o tema profissões, estimulando as crianças a pensarem em qual profissão desejam ter. Também foi abordado sobre as profissões que são essenciais durante a pandemia. No final da cartilha foram propostas ações que podem ser realizadas para ajudar na casa, de acordo com a idade.



Foi entregue uma cartilha para cada criança atendida pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com atividades para realizarem em suas casas. A cartilha abordou sobre os diferentes tipos de família, deixando o espaço para a criança fazer a sua árvore genealógica. Também foram propostas brincadeiras que podem ser realizadas com os membros da família.



A Central de Acolhimento covid-19 criada em Birigui já atendeu 182 pessoas. Já pelo WhatsApp, foram 1.081 mensagens trocadas com orientações sobre a covid-19. A principal

meta é evitar que as pessoas procurem uma unidade de saúde desnecessariamente, evitando aglomerações neste momento de pandemia da doença.

Criada pelo movimento Noroeste com vida, a Central de Acolhimento é uma das ações que visa fortalecer o sistema público de saúde da região. A Prefeitura de Birigui é parceira do movimento, assim como o Sinbi (Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui) e Acib (Associação Comercial e Industrial de Birigui).



A empresa biriguiense ITB Equipamentos Elétricos formalizou na manhã desta quinta-feira, dia 9 de julho, um aporte de R\$ 33 mil para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e outros R\$ 33 mil para o Fundo Municipal do Idoso.

Os representantes da empresa foram recebidos no Paço Municipal pelo prefeito Cristiano Salmeirão. Estiveram na prefeitura o gestor de RH da empresa, Ricardo Alexandre Lima Neves, e a gestora de sustentabilidade Nayara Dadya Vieira Duarte.



O centro dia do idoso, Devido à pandemia de Coronavírus no Brasil e no mundo, deixou de atender temporariamente os nossos usuários a partir do dia 23 de março, respaldado pelo decreto municipal 6589/2020.

A coordenação do Centro Dia do Idoso fez CONTATO POR TELEFONE com as famílias durante o mês de junho para obter informações a respeito da situação dos idosos no lar e a manutenção do vínculo familiar de cada um deles.

Os funcionários que ainda se encontram no Centro Dia do Idoso estão cumprindo jornada reduzida de 4 horas, exercendo ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO DE SETORES,

tais como: jogos, brinquedos, materiais de artesanato e demais oficinas, manutenção da limpeza e arejamento do prédio.

O CREAS compartilhou com o setor um material informativo do Dia Mundial da Conscientização de Violência Contra a Pessoa Idosa. A coordenadora reuniu a equipe e sugeriu a ideia de panfletarem em comércios e residências, dentro dos padrões de segurança (máscaras, luvas, distanciamento recomendado e uso do álcool em gel).

O CRAS Palmira Baptista de Oliveira Albani realizou 86 novos referenciamentos na proteção básica e atendeu 691 pessoas, neste período foram formados grupos pelas técnicas de referência do PAIF (Daniela e Juliane) através do WhatsApp. Tendo como objetivo promover a troca de informações, o crescimento e o aprendizado das pessoas.

Dessa forma, todas as publicações tiveram relação com os conteúdos foco do grupo, ou seja, campanhas de prevenção a violência contra várias facetas humanas (criança, idosos, mulheres, etc.), campanhas sobre a prevenção ao COVID-19, informativos sobre funcionamento dos serviços prestado pelo equipamento.

15 de maio: vídeo das técnicas de referência do PAIF, informando sobre o objetivo da criação do grupo através do WhatsApp neste período de pandemia;

18 de maio: Vídeo do CREAS de Birigui e imagens sobre a Campanha Faça Bonito (Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes);

21 de maio: Informativo sobre a interrupção por tempo indeterminado do Programa PAA.



-08 de junho: Imagens de prevenção à violência da mulher em tempo de Coronavírus;

-09 de junho: Informativo sobre os atendimentos preferenciais via telefone e WhatsApp;

-16 de junho: Imagens referente ao “Dia Mundial da Conscientização à Violência Contra a Pessoa Idosa; Imagem ilustrativa de prevenção ao COVID-19; Imagem ilustrativa do novo horário de atendimento do CRAS (serviço essencial).

-26 de junho: Informativo da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Saúde sobre serviços que visam atender moradores com relação a covid-19.

-30 de junho: Informativo da Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio de uma ação articulada com a AEPETI (Ações Estratégicas para a Erradicação do Trabalho Infantil), sobre a live no Facebook com o Mágico Mauro Dias abordando questões referente a Prevenção ao Trabalho Infantil.

#magalu

EM BRIGA DE MARIDO E MULHER

#EU METO A COLHER SIM

Agora o APP Magalu tem um **Botão de Denúncia** para combater a violência contra a mulher.

Violência Doméstica

Corona virus

cnmpoficial

O **risco de violência contra mulheres e meninas** é maior em contextos de emergência, como a pandemia de Covid-19.

DISQUE:

- 190 - Se ouvir gritos ou som de briga
- 192 - Para urgências médicas
- 180 - Para denunciar violência doméstica (casos sem violência iminente)
- 100 - Quando a violência for contra crianças

Caso necessite se deslocar à delegacia, lembre-se das recomendações de precaução do Ministério da saúde.

Estamos Aqui Para Informações por Telefone E WhatsApp
Tudo isso por Você

#FicaEm CASA

CRAS II
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
PARA DAS FAMILIAS
Birigui-SP
(18) 3641-5144

15 DE JUNHO

Dia Mundial de Combate à

VIOLÊNCIA CONTRA

PESSOA IDOSA

f/diretoshumanosbrasil

A partir de 15/06/2020, voltamos com horário de atendimento normal das 7h e 30min às 17h. Os atendimento continuam via telefone e Whatsapp. 3641 5144

#fiqueemcasa

Neste período o contato com os usuários foi via telefone, perguntando: como estão no período e também, orientando quanto a necessidade do isolamento e tranquilizando os mesmos.

Foi criado grupos no aplicativo WhatsApp e realizado interação semanal com as participantes. Devido ao dia 15/06 ser o dia Mundial da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa foi abordada tal tema nas interações através de vídeos e imagens.



As doações que visam ajudar os prejudicados com a pandemia da covid-19 continuam sendo realizadas em Birigui.

Na manhã desta quarta-feira, 15 de julho, o diretor do Trabalho e Renda da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emerson Vieira dos Santos, entregou ao prefeito Cristiano Salmeirão três caixas com máscaras de proteção facial.

O equipamento de proteção individual é obrigatório, tanto pelo governo municipal como pelo governo estadual.

A doação foi feita pelo empresário Edimar Escanhoela, da Fuffy Calçados Infantis, empresa biriguiense integrante do grupo União à Saúde, que visa ajudar neste momento de pandemia.

Segundo o prefeito, parte das máscaras irão atender servidores da Prefeitura de Birigui e outra parte vai para o Fundo Social de Solidariedade de Birigui, que está oferecendo máscaras gratuitamente para famílias prejudicadas com a covid-19.



Santas Casas e unidades de saúde de Andradina, Birigui, Guararapes, Valparaíso e Penápolis receberam milhares de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) por meio e doações do movimento Noroeste Com Vida. As doações foram feitas nesta terça-feira, dia 14 de julho.

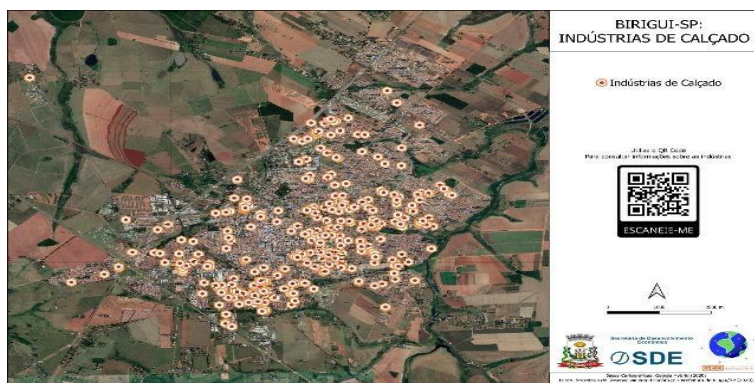
As entregas foram acompanhadas pelo presidente do Observatório Social de Araçatuba, Walter Aguiar. O Observatório é responsável por monitorar as ações do Noroeste Com Vida. O idealizador do movimento, Dario Guarita Neto, também participou das entregas.

Os EPIs foram recebidos por representantes das santas casas e Secretarias de Saúde dos municípios beneficiados. Durante a semana, outras cidades vão receber EPIs doados pelo Movimento.



A Prefeitura Municipal de Birigui por meio da SDE(Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico) lança nessa quarta-feira, dia 15 de julho, a PRIMEIRA FASE do projeto “Sistema Inteligente de Pesquisa em Geografia Econômica”, que tem por objetivo disponibilizar um conjunto de ferramentas tecnológicas para a comunidade biriguiense para favorecer o desenvolvimento e alavancagem da economia local.

A ferramenta integra o projeto de ‘Cidade Inteligente’ da Prefeitura Municipal, que conta com a participação da pasta de Desenvolvimento Econômico.



A Santa Casa de Birigui recebeu neste sábado, 11 de julho, a doação de mais dois monitores para respiradores, os chamados ventiladores mecânicos. Os equipamentos visam atender pacientes que estão em tratamento na UTI covid-19.

A doação foi feita pela ITB Equipamentos Elétricos, empresa biriguiense que é signatária do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas) e possui estratégias de governança corporativa focada em um dos 17 ODS (Objetivos dos Desenvoltimentos Sustentáveis).

No último dia 25 de junho a ITB já havia doado três monitores para a Santa Casa. Outros dois foram doados neste sábado (11 de julho). Em função da pandemia da covid-19, a procura por monitores e respiradores é grande pelos municípios brasileiros.



As doações que visam ajudar no enfrentamento da covid-19 continuam. Nesta sexta-feira, 17 de julho, o banco Itaú doou 28 oxímetros de pulso para a Secretaria de Saúde de Birigui.

O oxímetro de pulso é um dispositivo usado por profissionais da área da saúde que mede indiretamente a quantidade de oxigênio no sangue de um paciente.



A Secretaria Municipal de Saúde de Birigui irá montar um “drive thru” para testagem de covid-19 em pacientes sintomáticos. O serviço começa na próxima segunda-feira (20 de julho).

O anúncio foi feito pelo prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, e pela secretária municipal de Saúde, Marian Fátima Nakad, na tarde desta sexta-feira (17).

Segundo o prefeito, os pacientes sintomáticos serão testados através de exame de secreção de naso e orofaringe. “O paciente nem precisa descer de seu veículo. É prático e seguro”, frisou o chefe do Executivo.

A Secretaria de Saúde de Birigui irá realizar a partir do dia 20 de julho testagem rápida para detectar covid-19 em todos os profissionais da saúde assintomáticos da Prefeitura de Birigui.

O anúncio foi feito pelo prefeito Cristiano Salmeirão na tarde desta sexta-feira, dia 17 de julho. Os testes foram enviados pelo Ministério da Saúde e irão atender cerca de 1.500 profissionais da saúde.

“Essa ação foi solicitada pelo prefeito Cristiano Salmeirão e atende um anseio dos profissionais da saúde da administração e servirá para a realização de um inquérito sorológico com subsídios para traçar as melhores estratégias para a segurança destes profissionais”, explicou a secretária de Saúde de Birigui, Marian Fátima Nakad.



Todo dia 17 de julho é comemorado o Dia de Proteção às Florestas, durante todo o ano são realizadas ações de combate ao desmatamento e neste dia as florestas recebem uma atenção ainda mais especial.

Neste dia também recebem homenagens os protetores de nossas florestas como resultado de uma lenda do folclore brasileiro que aborda uma espécie de duende, com olhos e cabelo cor-de-fogo.

O personagem Curupira ficou famoso por se esconder na floresta e pregar peças em quem entra no meio da mata com o intuito de destruí-la ou maltratar os animais.

20% de todas as espécies da Terra vivem no Brasil, em especial na Floresta Amazônica, constantemente ameaçada pelo desmatamento.

Segundo o site do Brasil Escola, as florestas normalmente são definidas como uma vegetação rica em plantas arbóreas, onde as copas unem-se e formam o que chamamos de dossel.

De acordo com Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, por exemplo, a floresta pode ser definida como uma “área medindo mais de 0,5 ha com árvores maiores que 5 m de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores capazes de alcançar estes parâmetros in situ. Isso não inclui terra que está predominantemente sob uso agrícola ou urbano”.

No Brasil, encontra-se florestas de grande importância, destacando-se a Floresta Amazônica, a maior floresta tropical do planeta.



A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Birigui recebeu do Ibis Styles Birigui e da Pink Distribuidora 50 litros de álcool em gel. A doação visa ajudar no enfrentamento ao coronavírus, que transmite a covid-19.

O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão, recebeu no Paço Municipal a gerente geral do Ibis Styles Birigui, Bruna Benedetti Bellasco, o representante da Pink Distribuidora, Paulo Ribeiro, e o promotor de eventos Leandro Simon. A doação foi feita na manhã desta sexta-feira, dia 17 de julho.



O Projeto de Agrofloresta Urbana no bairro Tijuca é um novo conceito que a Prefeitura de Birigui, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e a comunidade do bairro estão apresentando para a cidade.

O projeto inovador é referência e destaque no Estado de São Paulo, junto ao Programa Município VerdeAzul.

Ao promover o plantio de árvores de espécies nativas, de ocorrência do bioma local, junto à comunidade, moradores e alunos, o projeto tem viabilizado a produção agroecológica de alimentos para os moradores do entorno.

A novidade agora é o investimento em iluminação do entorno da área verde, com lâmpadas LED (baixo consumo e melhor eficiência), posicionadas abaixo das copas das árvores existentes, calçadas projetadas com 3 metros de largura.

Birigui está recebendo em diversos pontos a iluminação com a lâmpada LED que, segundo especialistas, além de maior eficiência energética, econômica e durável, é uma fonte de desenvolvimento sustentável.

A ação faz parte de um plano que visa valorizar a área verde do município. Iluminar os pontos com arborização é um dos passos para melhorar esses espaços públicos.



A Secretaria de Saúde de Birigui informa que o serviço de “drive thru” para testagem de covid-19 em pacientes sintomáticos começou nesta segunda-feira (20 de julho).

Serão atendidos os pacientes que passaram pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) no período da tarde (período de atendimento covid-19) e pelo pronto-socorro.

Após o atendimento na UBS ou no PS, o paciente será notificado e receberá uma solicitação para o exame (de secreção de naso e orofaringe - PCR/SUAB) no “drive thru”.

O “drive thru covid” foi montado na UBS 1, que fica na avenida Cidade Jardim, 1.004, no Cidade Jardim.

As coletas no “drive” serão de segunda a quinta-feira, das 7h30 às 15h30. Na sexta-feira o atendimento será das 7h30 às 10h30.

Os horários seguem recebimento dos exames pelo laboratório do Instituto Adolfo Lutz.



A Prefeitura de Birigui concluiu a obra de reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde 6, a chamada UBS do Tijuca.

A soma da obra estrutural com os novos equipamentos da unidade totaliza um investimento de R\$ 298 mil. A UBS 6 não deixou de atender seus pacientes durante as melhorias.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, novas salas foram construídas e outras foram ampliadas, oferecendo mais conforto aos pacientes e profissionais da UBS.

Uma das ampliações foi na farmácia da unidade, que com mais espaço passou a contar com todas as medicações que são encontradas na farmácia da prefeitura, que atende no Centro Médico.

Também foi construída na unidade uma sala para os agentes comunitários de saúde, que antes não contavam com espaço adequado.

Com a obra, os profissionais do (NASF) Núcleos de Apoio à Saúde da Família poderão realizar suas atividades na área externa da UBS, o que antes era feito na rua.



A Prefeitura de Birigui segue nesta segunda-feira, 27 de julho, com a obra de setorização e instalação de macro medidores para combater e controlar as perdas de água no município.

A obra dá sequência nas ações previstas no Plano Diretor de Combate as Perdas de Água no Sistema de Abastecimento do Município de Birigui.

As melhorias começaram dia 7 de julho e visam promover melhoria na distribuição da água para a população biriguiense.



A Secretaria de Saúde de Birigui passou a contar com mais um veículo para transportar pacientes da cidade que fazem tratamento médico em outros municípios.

Na tarde desta sexta-feira, dia 31 de julho, o prefeito Cristiano Salmeirão recebeu uma Van Mercedes-Benz, modelo 415-CDI, zero Km.

Com capacidade para transportar 18 passageiros, além do motorista, a Van conta com elevador com plataforma para atender três cadeirantes, ar condicionado, TV 17 polegadas e multimídia.

Atenta aos projetos do Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Saúde de Birigui apresentou um projeto para a DRS (Departamento Regional de Saúde).

A Prefeitura de Birigui informa que as obras de dois novos prédios públicos foram concluídas e estarão funcionando a partir da próxima semana.

Também voltará a funcionar, após reforma, o Terminal Rodoviário de Birigui, denominado “Pedro Sanches Y. Sanches”, que atende no Jardim Morumbi.

Na próxima terça-feira, 4 de agosto, a administração abre as portas do novo Terminal Rodoviário. Ato sem aglomeração será feito às 17h30.

Na quarta-feira, dia 5 de agosto, a Prefeitura de Birigui entrega a nova Unidade Básica de Saúde do bairro Santo Antônio, a UBS 5. Ato sem aglomeração será às 18h.

Já na quinta-feira, dia 6 de agosto, o governo municipal abre as portas de seu novo Centro de Referência e Integração Social (CRIS), que vai atender na divisa dos bairros Thereza Barbieri e Ivone Alves Palma. O ato será às 17h30.

A soma das duas obras e da obra de reforma do Terminal Rodoviário ultrapassa R\$ 1,5 milhão.



A SDE (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico) da Prefeitura Municipal de Birigui realizou o mapeamento da inserção internacional das empresas calçadistas da cidade entre 2000 e 2020.

O levantamento realizado pelo Observatório de Inteligência Econômica da Prefeitura Municipal contou com a participação do secretário da SDE, Nelson Giardino, e teve por objetivo analisar a dinâmica exportadora local do segmento de calçados, avaliando os principais mercados (países) de destino das exportações do Polo Calçadista de Birigui, Capital Brasileira do Calçado Infantil.

Apesar das várias crises do mercado internacional, da globalização, da guerra comercial e das mudanças na economia mundial as empresas do segmento continuaram sua trajetória de conquista de novos mercados levando os produtos produzidos na cidade para um número diversificado e expressivo de países alcançando todos os continentes. Hoje são mais de 50 países que recebem os produtos locais.

Em 2000, os principais mercados atendidos eram a Argentina, a Venezuela e os EUA. Já em 2010, a Venezuela conquistou a primeira posição, seguido pela Bolívia e, em terceiro lugar, a Angola.

No presente ano, de 2020, a Líbia assumiu a liderança como compradora dos calçados locais, seguida pela Bolívia e Emirados Árabes Unidos.

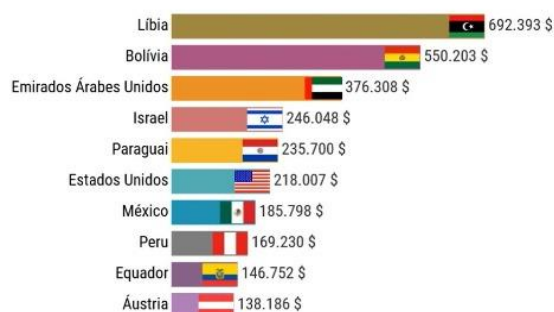
Para tornar a visualização dos dados mais ilustrativa a SDE contou com o trabalho do economista e pesquisador Marco Aurélio Barbosa de Souza, que desenvolveu um vídeo apresentando ano a ano os principais países compradores das exportações calçadistas do município, evidenciando as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Dessa forma, as duas décadas (2000 a 2020) de história oportunizam uma reflexão sobre as possibilidades e potencialidades de desenvolvimento econômico local, demonstrando a força produtiva e econômica de Birigui e as oportunidades de ampliação de seus mercados via o comércio internacional.

A SDE lembra que a inserção do polo calçadista ocorreu na década de 1970 quando as primeiras exportações de calçados foram realizadas para o Canadá, conforme imagem em anexo que mostra o embarque de calçados para o Canadá realizado pela Indústria e Comércio de Calçados Sandra Ltda em meados de 1974.

Destaca-se que apesar dessa entrada no mercado externo nos anos 70, o foco local sempre foi o mercado interno. Todavia, a atual taxa de câmbio desvalorizada juntamente com o arrefecimento da demanda do mercado nacional e a volta do crescimento econômico em alguns países amplia as oportunidades para a conquista de novos mercados.

Países compradores dos calçados de Birigui entre 2000 - 2020



A Secretaria de Assistência Social, por meio do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS 3 "Daria Brambila do Nascimento", realizou no último dia 24 de julho a entrega de kits juninos para os idosos atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O SCFV é um conjunto de serviços realizados em grupos, de acordo com o seu ciclo de vida e que busca complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Desde o início da pandemia do coronavírus, que transmite a covid-19, as atividades em grupo encontram-se suspensas e está sendo realizado um acompanhamento remoto (via telefone ou WhatsApp) com os participantes.

Nestes, a queixa mais frequente são as restrições e as consequências do isolamento social.

Como forma de minimizar essa carência de contato e manter uma das atividades mais tradicionais do grupo, a Confraternização da Festa Junina, foi realizada a entrega de kits juninos para os idosos atendidos pelo SCFV.

A equipe do CRAS 3 confeccionou os kits juninos com produtos alimentícios típicos desta festa. Os mesmos foram entregues na residência dos participantes por alguns funcionários, respeitando os critérios de segurança e higiene.

Esta atividade foi planejada e desenvolvida com o intuito de manter os contatos sociais e os vínculos estabelecidos com os participantes do SCFV para idosos, assim como, manter a tradição junina no grupo mesmo em tempos difíceis.



O Centro Oncológico de Reabilitação (CORE), órgão da Secretaria de Saúde de Birigui, recebeu a doação de almofadas axilares que ajudam na acomodação do braço e conforto da mulher operada de câncer de mama.

A doação foi feita no último dia 24 de julho, pelo grupo voluntário CooperAmor Sicredi. Os voluntários foram recebidos pela fisioterapeuta do CORE, Larissa Braganholo Hostalacio.

Segundo a fisioterapeuta, a almofada é colocada abaixo da axila, no mesmo lado da retirada da mama.



O Centro Dia do Idoso realizou uma reunião com a equipe, a fim de planejar as atividades que estarão sendo desenvolvida para os idosos executarem em seus domicílios com o auxílio dos familiares.



A Assistente Social do setor, criou um grupo no **WhatsApp** com os familiares dos idosos, com o objetivo de manter o vínculo e promover a interação entre os idosos e a equipe, através de mensagens, vídeos, fotos, que são postadas diariamente, com o intuito de aproximá-los mesmo à distância. Os idosos estão desenvolvendo atividades da agenda 2030 em suas casas e as famílias levam até o equipamento.



A Secretaria de Saúde de Birigui passou a contar com mais um veículo para transportar pacientes da cidade que fazem tratamento médico em outros municípios.

Na tarde desta sexta-feira, dia 31 de julho, o prefeito Cristiano Salmeirão recebeu uma Van Mercedes-Benz, modelo 415-CDI, zero Km.

Com capacidade para transportar 18 passageiros, além do motorista, a Van conta com elevador com plataforma para atender três cadeirantes, ar condicionado, TV 17 polegadas e multimídia.

Atenta aos projetos do Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Saúde de Birigui apresentou um projeto para a DRS (Departamento Regional de Saúde).

Após análise e aprovação, o governo estadual contemplou o município de Birigui com o veículo, avaliado em R\$ 228 mil.



A Polícia Municipal de Birigui recebeu do Ministério da Justiça e Segurança Pública a doação de três tipos de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual).

Por meio de um convênio entre a Polícia Municipal e o Ministério, o município de Birigui recebeu álcool gel 70%, luvas e máscaras descartáveis de proteção facial.

Segundo o Comandante da Polícia Municipal, José Carlos Fernandes, a soma da doação dos EPIs totaliza R\$ 9.900,000.

Segundo ele, os equipamentos visam fortalecer as ações de segurança pública neste momento de pandemia da covid-19.



A Prefeitura de Birigui recebeu na manhã desta quarta-feira, dia 5 de agosto, frascos de álcool em gel para higienização das mãos. A doação foi feita pelos franqueados de Birigui do aplicativo Delivery Much.

O diretor Marcos Aleixo foi recebido pelo prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão. Segundo Aleixo, a doação visa colaborar com a administração no enfrentamento da pandemia do coronavírus, que transmite a covid-19.

“Neste momento de pandemia temos que unir forças e pensar no próximo. O álcool em gel é uma das medidas para evitar a transmissão do vírus”, comentou o empresário Marcos Aleixo.



A Prefeitura de Birigui inaugurou nesta quinta-feira, dia 6 de agosto, às 17h30, seu Centro de Referência de Integração Social (CRIS), um complexo poliesportivo que contará com quadra de basquete 3, quadra de vôlei de areia, sala multiuso para aulas de dança e artes marciais.

O investimento foi de R\$ 278 mil, o novo espaço passa a integrar as atividades da Secretaria Municipal de Esportes. Deste valor, R\$ 243 mil é fruto de emenda parlamentar do deputado federal Baleia Rossi.

Com contrapartida do governo municipal, o Centro foi construído em uma área de 2.155 metros quadrados e fica na avenida José Ravagnani, 79, esquina com a avenida Achelino Moimáz, na divisa do bairro Thereza Maria Barbieri com o bairro Ivone Alves Palma (Ivoninha).



A Secretaria Municipal de Saúde de Birigui, por meio do Programa Municipal de IST/Aids e Hepatites virais, divulgou o balanço da 4ª Campanha Municipal de Testagem Rápida para Hepatite B e C, a campanha denominada julho Amarelo 2020.

A campanha foi realizada entre os dias 27 e 31 de julho, no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), que fica na Praça Gumercindo Paiva Castro, região central de Birigui.

Esse ano, devido a pandemia de COVID-19 e as limitações de ações que promovam aglomeração de pessoas, a Campanha Julho Amarelo foi realizada com número de atendimentos controlados e agendados previamente.

Na ocasião, foram agendadas 50 pessoas para realização da testagem, sendo efetivamente realizados 62 testes de hepatites B e C, com 2 casos positivos para Hepatite C.

O coordenador do Programa Municipal de IST/Aids e Hepatites Virais, Caio César Mafi Silva, disse que apesar do número restrito de pessoas atendidas, devido a pandemia, foi possível fazer diagnóstico de 2 casos positivos.



A Secretaria de Saúde de Birigui informa que a Unidade Básica de Saúde do bairro Santo Antônio, a UBS 5, passará a atender em novo endereço a partir do dia 5 de agosto, próxima quarta-feira.

Visando melhor atender a população, a Prefeitura de Birigui construiu uma nova UBS no bairro. O investimento foi de R\$ 790 mil e a administração teve parceria do Rotary Club e da ITB Equipamentos Elétricos.

O Rotary doou os equipamentos de saúde e a ITB comprou uma área do município, o que foi possível investir a quantia da venda na construção da UBS. O prefeito Cristiano Salmeirão agradeceu os vereadores que aprovaram o projeto de lei que autorizou a venda da área no Distrito Industrial I, onde está instalada a ITB.

A UBS 5 irá deixar a Travessa Itororó, número 210. O novo prédio foi construído na rua General Osório, 401, esquina com a rua Campos Sales. O atendimento ao público começa dia 6 de agosto (quinta-feira).



O movimento Noroeste com Vida, criado no início da pandemia da covid-19 para fortalecer o sistema público de saúde da região, doou para a Prefeitura de Birigui 1.000 testes RT-PCR para diagnóstico da covid-19.

Do Laboratório Fleury, o teste RT-PCR doado é considerado padrão ouro no diagnóstico da doença. Sua detecção é confirmada após amostra obtida de raspado de nasofaringe.

Segundo a Secretaria de Saúde de Birigui, os testes serão oferecidos aos pacientes que receberem atendimento no pronto-socorro municipal.

“Cada tubo para o teste conta com um código de barra de identificação, que será cadastrado no site oficial do Laboratório Fleury. O médico responsável pela solicitação do teste poderá acessar o resultado pela internet”, explicou Eliel Robson, servidor da Secretaria de Saúde de Birigui e um dos responsáveis pela Central de Acolhimento covid-19 no município.



A Prefeitura de Birigui segue nesta segunda-feira, 27 de julho, com a obra de setorização e instalação de macro medidores para combater e controlar as perdas de água no município.

A obra dá sequência nas ações previstas no Plano Diretor de Combate as Perdas de Água no Sistema de Abastecimento do Município de Birigui.

As melhorias começaram dia 7 de julho e visam promover melhoria na distribuição da água para a população biriguiense.

“A obra irá melhorar de imediato as ações de manutenção na rede de água e no controle das perdas do sistema”, disse o secretário de Meio Ambiente de Birigui, Juliano Salomão.

No dia 27 os trabalhos serão na região central da cidade: rua Aurora com a Saudades e rua Aurora com a rua Barão do Rio Branco. A administração pede atenção dos motoristas nestes pontos da cidade.



A Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do CRAS IV “Orlanda Macarini Palácio”, realizou uma atividade intergeracional entre as crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 15 anos em parceria com as idosas do Abrigo Vó Tereza.

Em alusão ao dia dos avós, comemorado no dia 26 de julho, a monitora do SCFV Narayana Nunes Rossetto de Souza, desenvolveu uma atividade de maneira remota (via WhatsApp) com as crianças e adolescentes participantes do serviço, despertando neles o sentimento de cuidado com os idosos, os impactos do isolamento social causado pela Pandemia da Covid-19 e a saudade da convivência com os familiares e amigos.

Como proposta de interação, as crianças e adolescentes do SCFV escreveram cartinhas para serem entregues às idosas do Abrigo Vó Tereza, demonstrando carinho e cuidado com elas.

As cartinhas foram entregues para a equipe do Abrigo no dia 10/08/2020 seguindo todas as normas de segurança e prevenção para evitar o contágio pelo novo coronavírus e, posteriormente elas foram entregues às idosas.

A equipe do SCFV também confeccionou lembrancinhas para as idosas, reforçando o quanto elas são pessoas importantes.



A Secretaria de Saúde de Birigui, por meio do Programa Municipal de IST/AIDS e Hepatites virais e da Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, além da parceria com as três unidades do Rotary da cidade (Rotary Club de Birigui, Rotary Club Cidade Pérola e o Rotary Club XIX de Abril) realizarão ações de testagem rápida para da Hepatite C.

O objetivo é promover o diagnóstico precoce das hepatites e a erradicação da Hepatite C até 2030.

Nessa ação conjunta, as três unidades do Rotary de Birigui doaram 1.900 kits de testagem rápida para Hepatite C. A Secretaria de Saúde de Birigui articulou a realização de ações para execução dos exames na cidade.



O prefeito Cristiano Salmeirão, o secretário municipal de Governo, Carlos Farias, e o vereador José Roberto Merino, o Paquinha, receberam na tarde desta quinta-feira (13) o deputado federal por São Paulo Vinícius Carvalho.

Em reunião ocorrida no Paço Municipal, o prefeito anunciou a emenda parlamentar de R\$ 2,3 milhões para que a Santa Casa de Misericórdia de Birigui adquira novos equipamentos para seu ambiente hospitalar.

O encontro contou com a presença do presidente da ACIB (Associação Comercial e Industrial de Birigui), Maurício Pazian, e do presidente do BEC (Bandeirante Esporte Clube), Ademir Bizi.

O Ministério da Saúde já enviou a quantia da emenda para a Caixa Econômica Federal, agência de Birigui.



A Prefeitura de Birigui entregou nesta terça-feira, dia 11 de agosto, as melhorias feitas no Centro de Educação Infantil (CEI) Professora Maria Cecília de Lima Jardim Maroni.

Ato simbólico reuniu o prefeito Cristiano Salmeirão, os secretários Saulo Giampietro (Obras), Genilson Martins (Administração) e o chefe de gabinete Aladim José Martins, que representou a secretária de Educação de Birigui, Meiriane Beltran.

As autoridades da Prefeitura de Birigui foram recebidas pela diretora do CEI, Daniele de Lemos Faria, e pelos demais servidores que trabalham na unidade de ensino.

Com recursos próprios, a administração investiu R\$ 436 mil na reforma do prédio, que passou a oferecer mais conforto aos alunos matriculados na unidade de ensino.

Novas salas, instalação de nova fiação, reparos e nova pintura foram algumas das melhorias feitas no prédio, que atende na rua Waldomiro Rotondaro, 2.350, Residencial Jardim Santa Luzia.



O município de Birigui recebeu do Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV) o selo “Município Laço Amarelo”, pelo engajamento em ações de segurança no trânsito.

O ONSV é uma organização civil que atua como um órgão de inteligência, por meio de educação, pesquisa, planejamento e informação, visando apoiar e incentivar municípios que desenvolvem iniciativas de conscientização da população e melhoria da qualidade de trânsito.

O Observatório disponibiliza aos municípios participantes do programa “Laço Amarelo” uma plataforma digital com dados e vídeos relacionados à segurança viária, estudos e estatísticas sobre mobilidade urbana, ferramentas para ajudar a administração pública melhorar a mobilidade criando uma cultura de segurança viária na cidade.



Em nova divulgação feita pelo Conselho Federal de Administração (CFA), Birigui foi destaque nacional entre as cidades que registram de 100 a 290 mil habitantes.

O Índice CFA de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração consiste em uma ampla avaliação da governança pública nos municípios brasileiros a partir de três dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho.

Birigui aparece em 3º lugar em seu grupo, com outras 161 cidades. Em junho de 2019, Birigui ficou em primeiro lugar no Índice CFA de Governança Municipal, com média de 8,34. Este ano a média registrada foi de 7,85.

Em uma pontuação que vai de 0 a 10, a cidade de Birigui obteve este ano 8,13 em Gestão; 8,94 em Desempenho e 6,50 em Finanças.

O IGM adota uma visão mais abrangente, contemplando indicadores fiscais, de gestão e de desempenho, o que o torna diferente e mais completo de outros índices.

São utilizadas diversas fontes de dados de bases públicas: Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério Público Federal, IBGE, Datasus, INEP, entre outras.

Para evitar distorções nos resultados, os 5.570 municípios brasileiros foram agrupados em 8 grupos com características socioeconômicas similares.



Posição	Município	UF	IGM	FINANÇAS	GESTÃO	DESEMPENHO
1	ITAPETININGA	SP	8,03	7,62	8,22	8,24
2	OURINHOS	SP	7,93	7,52	7,38	8,90
3	BIRIGUI	SP	7,85	6,50	8,13	8,94
4	VOTORANTIM	SP	7,79	5,90	8,86	8,60
5	UBA	MG	7,75	7,28	8,97	7,01
6	ITAPECERICA DA SERRA	SP	7,63	7,47	7,93	7,49
7	FRANCO DA ROCHA	SP	7,51	7,45	7,67	7,41
8	SANTA MARIA	RS	7,48	5,74	8,40	8,30
9	SAO VICENTE	SP	7,40	7,11	7,35	7,75

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico abriu no último dia 17 de agosto as inscrições para o Programa Estadual de Auxílio Desemprego, que proporciona ocupação, qualificação profissional e renda pra trabalhadores desempregados há no mínimo um ano, maiores de 17 anos e residentes há pelo menos 2 anos no Estado de São Paulo.

Por meio de uma atividade produtiva e cursos de qualificação profissional, o bolsista permanece no programa por até 9 meses, com jornada de atividades de 6 horas diárias, 4 dias por semana, sendo que no quinto dia precisa participar, de um curso de qualificação profissional ou alfabetização, além de mensalmente uma bolsa-auxílio.



Durante toda a Semana de Prevenção e Controle da Leishmaniose Visceral o CCVZ e as Equipes de Estratégia de Saúde da Família com seus agentes realizaram diversas atividades disseminando informações a população de Birigui quanto aos riscos e formas de prevenção da Leishmaniose.

Os agentes comunitários de saúde das Unidades Básicas de Saúde 02, 03, 05, 06, 07, 08 e 09 realizaram rodas de conversas com os pacientes que aguardavam para serem

atendidos nas referidas unidades de saúde, bem como confeccionaram cartazes alertando sobre a doença e a forma de transmissão para serem expostos nos prédios.

Os agentes de combate a endemias realizaram entrega de panfletos na praça central da cidade, no canil municipal, intensificando as orientações, bem como foram coletas durante esta semana 77 amostras na intensificação da coleta de sangue dos animais para teste rápido da Leishmaniose Visceral Canina e manejo ambiental.



O Fundo Social de Solidariedade de Birigui está visitando as Unidades Básicas de Saúde (UBS) para realizar doações de peças da Campanha do Agasalho 2020.

Por meio de seu Bazar Solidário, o Fundo Social distribui gratuitamente peças de roupas e itens de inverno para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em função da pandemia do coronavírus, o Fundo Social também está distribuindo máscaras de proteção facial para famílias prejudicadas com a covid-19.



O Programa Municipal de IST/AIDS e Hepatites virais e a Diretoria de Atenção Básica e Especialidades informam que neste sábado, dia 22 de agosto, acontece a testagem rápida gratuita para Hepatite C.

A Secretaria Municipal de Saúde irá montar um drive thru em frente ao Centro de Especialidades de Birigui, que fica na Praça Gumercindo Paiva Castro, sem número, região central da cidade (foto ao lado).

Os testes para Hepatite C foram doados pelas três unidades do Rotary do município: Rotary Club de Birigui, Rotary Club Cidade Pérola e o Rotary Club XIX de abril.

De acordo com a Secretaria de Saúde de Birigui, o objetivo é promover o diagnóstico precoce das hepatites e a erradicação da Hepatite C até 2030.

A população-alvo da campanha são as pessoas com mais de 40 anos, mas os testes podem ser realizados a partir de 18 meses de idade.

Nessa ação conjunta, as três unidades do Rotary de Birigui doaram 1.900 kits de testagem rápida para Hepatite C. A Secretaria de Saúde de Birigui articulou a realização de ações para execução dos exames na cidade.



A pedido do prefeito Cristiano Salmeirão, o Chefe de Gabinete da Prefeitura de Birigui, Aladim José Martins, fez uma vistoria no alojamento provisório para isolamento destinado à população em situação de rua.

Após aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, em junho, foram feitas adequações do espaço para instalação do alojamento, localizado na rua Santa Tereza, 365, Vila Troncoso. O alojamento visa atender de forma segura a população de rua que se contaminar pela covid-19, minimizando riscos de disseminação da doença.

Por meio de um repasse financeiro do Fundo Estadual de Assistência Social, a Secretaria de Assistência Social de Birigui e o Conselho Municipal de Assistência Social puderam investir R\$ 10 mil na implantação do alojamento provisório.

O espaço conta com acomodação para 20 alojados. Sendo-lhes possibilitada alimentação, como café da manhã, almoço, café da tarde e jantar. Os alojados podem realizar higiene pessoal, como banho e lavagem de roupas.

Seguindo orientação dos profissionais da saúde, a pessoa deve ficar 14 dias no alojamento, a chamada quarentena. Para realizar o atendimento, a equipe foi capacitada e utiliza EPIs (Equipamentos de Proteção Individual).

Os insumos e os materiais são oriundos de doações da iniciativa privada, de acordo com a Resolução SEDS – 17, de 19/06/2020.



Seguindo parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), a Câmara Municipal de Birigui aprovou as contas do Poder Executivo referentes ao exercício financeiro de 2017, primeiro ano da gestão Cristiano Salmeirão/Carlito Vendrame.

A aprovação dos vereadores foi unânime e ocorreu em sessão ordinária realizada nesta terça-feira, dia 11 de agosto, no plenário do Legislativo.

Antes da deliberação dos vereadores, o documento com detalhes do exercício financeiro de 2017 da Prefeitura de Birigui já contava com pareceres favoráveis das comissões permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara de Birigui.



A Secretaria de Saúde de Birigui informa que a Unidade Básica de Saúde do bairro Costa Rica, a UBS 4, voltou a atender na rua Braz Sanches Arriaga, 1.448.

O atendimento foi retomado nesta segunda-feira, dia 17 de agosto.

A Prefeitura de Birigui realizou obra de melhorias no prédio da UBS. O investimento foi de aproximadamente R\$ 200 mil.

Durante a reforma, os pacientes foram atendidos na UBS do bairro Santana, a UBS 9. A equipe da UBS 4 agradeceu a atenção e empenho dos servidores da UBS 9, que não mediram esforços para melhor atender.



A Prefeitura de Birigui recebeu na tarde desta segunda-feira, dia 24 de agosto, o troféu “Rumo à universalização”, oferecido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES).

Birigui ficou em 1º da região e em 14º entre municípios de grande porte do Brasil para a promoção da saúde vinculada ao saneamento básico.

O ranking 2020 foi divulgado em junho e a premiação da ABES está sendo feita essa semana. Visando evitar aglomerações em função da pandemia da covid-19, a ABES enviou as homenagens pelos Correios.

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente de Birigui, o ranking reuniu 1.857 cidades do Brasil, entre as quais 270 consideradas de grande porte (mais de 100 mil habitantes). A base de dados é o Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS1).

De um total de 500 pontos possíveis, Birigui chegou a 498,07 e superou a média nacional de 496,23 pontos, ficando entre o grupo de cidades incluídas no quesito "Rumo à universalização". Os indicadores avaliados são relativos ao ano de 2018.



A Secretaria Municipal de Saúde realizou 228 testes para Hepatite C em um “drive thru” realizado na frente do Centro de Especialidades de Birigui. A ação ocorreu no último sábado, dia 22 de agosto, na Praça Gumercindo Paiva Castro, sem número, região central da cidade (antigo pronto-socorro). A ação ocorreu das 8h às 13h.

Os testes para Hepatite C foram doados pelas três unidades do Rotary do município: Rotary Club de Birigui, Rotary Club Cidade Pérola e o Rotary Club XIX de abril.

De acordo com a Secretaria de Saúde de Birigui, o objetivo foi promover o diagnóstico precoce das hepatites e a erradicação da Hepatite C até 2030.

A realização da ação foi coordenada pelo Programa Municipal de IST/AIDS e Hepatites virais e pela Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, setores da Secretaria de Saúde de Birigui.

A população-alvo da campanha são as pessoas com mais de 40 anos, mas os testes podem ser realizados a partir de 18 meses de idade.



Pesquisa realizada pelo Observatório de Inteligência Econômica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) apresenta informações sobre as transferências de Auxílio Emergencial para pessoas residentes no município entre abril e julho de 2020. Segundo o levantamento feito pelo Observatório, 31,1 mil habitantes

receberam o benefício no primeiro mês do programa, que totalizou no acumulado de abril a julho R\$ 70,7 milhões em recursos circulando na economia local.



Pelo segundo mês consecutivo, a cidade de Birigui apresentou saldo positivo no mercado de trabalho. As informações foram levantadas pelo Observatório de Inteligência Econômica da SDE (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico) da Prefeitura de Birigui, tendo como fonte o Ministério da Economia. Em junho, o saldo de empregos de Birigui ficou positivo em 16 postos de trabalho. Em julho, o superávit na empregabilidade aumentou para 338 empregos, crescimento de 2.012%. No mês de julho foram 958 contratações e 620 demissões.

Todos os grandes setores produtivos (agropecuária, comércio, construção, indústria e serviços) apresentaram saldo positivo no período, com destaque para o setor de serviço, cujo saldo agregou 225 novos empregos na economia biriguiense.

Na sequência aparece o setor de comércio, com saldo superavitário de 35 empregos. Os setores de indústria (24 empregos), construção (16 empregos) e agropecuária (8 empregos) aparecem em seguida.

Os resultados de julho e o crescimento observado em comparação ao mês anterior são animadores e evidenciam o trabalho de articulação desenvolvido pela administração municipal em implementar uma estratégia contra cíclica de desenvolvimento local, através da articulação das instituições que formam o ecossistema empreendedor que visa a retomada gradual das atividades produtivas na cidade.

Destaca-se, ainda, a força da economia de Birigui, sua diversificação, a resistência a choques exógenos e a capacidade adaptativa dos trabalhadores locais.



A balança comercial de Birigui apresentou superávit de US\$ 4,78 milhões entre janeiro e julho de 2020. As exportações totalizaram US\$ 16,01 milhões e as importações US\$ 10,23 milhões.

As Informações foram divulgadas nesta quinta-feira, dia 27 de agosto, pelo Observatório de Inteligência Econômica da SDE (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico).

Segundo a pasta da Prefeitura de Birigui, os dados são do Ministério da Economia. O Observatório é responsável por realizar estudos e pesquisas econômicas e acompanhar a evolução dos indicadores econômicos da cidade.

Apesar da crise econômica externa impactar na retração da demanda nos mercados internacionais, as empresas de Birigui continuam buscando diversificar suas exportações e adentrar em novos mercados.

Nesse contexto, de crise nos mercados externos, houve redução das exportações em 27,7% em comparação ao mesmo período do ano passado. Já as importações aumentaram 24,8% no comparativo.

Um aspecto importante observado nos dados foi o equilíbrio na pauta exportadora local com exportações de bens de capital, bens de consumo não duráveis e *commodities* agrícolas.

Entre os principais produtos exportados destacaram-se os transformadores elétricos (com 31% do total exportado); calçados de borracha ou plástico (24% do total) e tortas de óleo de soja (20% do total).

Com relação as importações, destacaram-se os laminados de aço e artefatos para vestuário, representando 49% e 16%, respectivamente, do total importado pelo município.

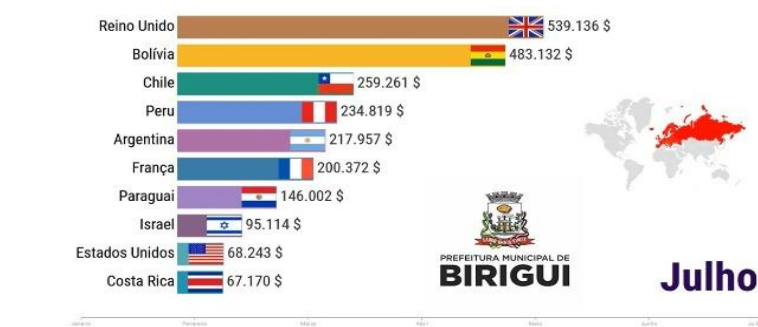
As importações tem relação com a característica produtiva de Birigui, com forte presença industrial. São, portanto, matérias-primas para a produção de outros produtos.

Destacou-se positivamente também, em relação aos dados do comércio exterior, a quantidade de países que receberam produtos das empresas biriguienses entre janeiro e julho: 49 países.

No mês de julho se destacaram como principais compradores dos produtos biriguienses o Reino Unido, com US\$ 539,136 mil dólares, a Bolívia, com US\$ 483,132 mil e, em terceiro lugar, o Chile, com US\$ 259,261 mil dólares.

O relatório do Observatório de Inteligência Econômica visa suprir as demandas de informações e conhecimento dos agentes econômicos do município e subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a geração de emprego, renda e ao desenvolvimento local.

Exportações biriguienses entre janeiro e julho de 2020



Pesquisa divulgada nesta quinta-feira (27 de agosto) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estima que a população da cidade de Birigui alcançou 124.883 habitantes em 2020.

O crescimento foi de 14,86% em comparação aos dados do Censo Populacional de 2010. As informações do IBGE foram apresentadas pelo Observatório de Inteligência Econômica da SDE (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), da Prefeitura Municipal de Birigui.

A SDE produziu material gráfico que apresenta a dinâmica de crescimento demográfico da cidade ao longo das décadas, iniciando no ano de 1980 e percorrendo todo o período até 2019. (fotos ao lado).

O material que teve como fonte de dados a Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), do Estado de São Paulo, evidencia as transformações demográficas no município e alterações no ranking e posição das faixas etárias entre os anos.

No início da década de 1980, no topo do ranking, se destacavam as faixas etárias de 15 a 19 anos, 0 a 4 anos e 10 a 14 anos, respectivamente.

Já no ano de 1990, a faixa etária dos 20 aos 24 anos passou a liderar o ranking, permanecendo até 2010 em primeiro lugar, sendo ultrapassada posteriormente pela faixa dos 20 aos 25 anos.

Já em 2019, assume a primeira posição a faixa dos 30 a 34 anos. Nota-se também o aumento da população idosa, com mais de 60 anos, e o encolhimento das faixas dos 0 aos 19 anos.

As informações divulgadas e o material produzido pela Prefeitura de Birigui são estratégicos para a gestão e elaboração do planejamento do crescimento da cidade, no

acompanhamento das metas da ONU relativas ao desenvolvimento sustentável e aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). As informações contribuem para os estudos sobre a demanda de equipamentos públicos como creches, escolas, postos de saúde, áreas de lazer, entre outras.

Além disso, o crescimento populacional do município corrobora com a percepção local de dinamismo da economia biriguienses e seu crescimento ao longo do tempo.

O Observatório de Inteligência Econômica da Prefeitura de Birigui é responsável por realizar estudos e pesquisas econômicas e acompanhar a evolução dos indicadores econômicos da cidade.

O objetivo é suprir as demandas de informações e conhecimento dos agentes econômicos do município e subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a geração de emprego, renda e ao desenvolvimento local.

Birigui conta, desde o início do ano, com o PIT [Posto de Informações Turísticas]. Pode ser novidade para alguns, mas, nos últimos anos trabalhamos fortemente para nos destacar neste segmento que surge para fomentar a economia local.

É considerado Turismo, de acordo com a OMT [Organização Mundial do Turismo], todas as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros.

O Turismo está hoje no auge de seu reconhecimento, visto ser amplamente estudado e efetivado como recurso essencial ao desenvolvimento econômico, com reflexos sociais altamente positivos para a comunidade.

Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. A partir da oferta, a segmentação define tipos de turismo, como por exemplo, quem procura viajar para Brotas, busca o turismo de aventuras, ou quem vai para Aparecida do Norte, faz turismo religioso, e assim por diante.



Educação Pública são todas as atividades em que os Bombeiros Educadores transmitem informações e mensagens a determinados grupos etários, para orientar e ensinar mudanças de comportamento e atitudes a respeito de determinado assunto, com o objetivo de promover a redução de incêndios e acidentes, bem como, proporcionar maior segurança, integridade física e patrimonial das pessoas, além da proteção ao meio ambiente.

Em 2018, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar participou de cerca de 5.000 atividades educativas, nas quais distribuiu centenas de materiais a fim de fortalecer a prevenção primária e, ainda, realizou diversas campanhas, dentre elas, a Campanha "Chama Segura", onde as comunidades são visitadas e orientadas a tomarem maiores cuidados com os equipamentos de gás instalados nos fogões residenciais e são doados gratuitamente kits gás certificados.

Aliado a essa doutrina prevencionista, visando alcançar a população de Birigui, as ações do Corpo de Bombeiros serão divulgadas no site oficial da Prefeitura de Birigui e em suas redes sociais (Insta e Face, como Prefeitura de Birigui em ambos).

Desta forma, os Bombeiros ajudam a difundir a filosofia de Educação Pública, colaborando assim o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo a salvar vidas.



A Secretaria Municipal de Saúde divulgou nesta segunda-feira, dia 31 de agosto, o resultado da ação para promover o diagnóstico precoce das hepatites.

Em parceria com as três unidades do Rotary do município: Rotary Club de Birigui, Rotary Club Cidade Pérola e o Rotary Club XIX de Abril, a administração realizou 2.374 testes gratuitos para testagem de Hepatite C.

Os testes rápidos para Hepatite C foram realizados durante o mês de agosto em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e, também, nas instituições e empresas parceiras da Prefeitura de Birigui.

Os Rotarysts doaram 1.900 testes para a Secretaria de Saúde de Birigui. Também foram parceiros da prefeitura na ação as empresas e instituições: Mundial Editora, Meias Winston,

Sameka, Plugt Etiquetas, Rodocerto Transportes, CalMart, Meias Dallf, Klin, Farmácia Futura, Pampili, Recanto do Vovô, Abrigo Vó Tereza, Alpha Metalúrgica e World Colors.

Os trabalhos foram realizados pela equipe da Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, com apoio do Programa Municipal de IST/AIDS e Hepatites virais.

O morador que ainda não fez o teste pode procurar a UBS mais próxima de sua residência. A testagem consiste em um pequeno furo no dedo para coleta de sangue (punção digital).



O Centro dia do Idoso, em continuação da confecção das atividades e vídeos gravados para serem enviados aos idosos para que desenvolvam em seus domicílios, estão sendo preparadas pelas cuidadoras e oficinas, com o objetivo de proporcionar interação da família com os seus idosos, fortalecendo o vínculo familiar, estimular a coordenação motora, auxiliar na memorização e concentração. Se relaciona a ODS's- 03, 04 e 10.



A entrega das atividades continua acontecendo semanalmente de maneira prática e segura no que diz respeito aos cuidados padrões de segurança recomendados pela OMS.



Estimular a coordenação motora, auxiliar na memorização e concentração. Se relaciona as ODS's - 04 e 10.



O CRAS Daria Brambilla do Nascimento fez a Concessão de 90 benefícios eventuais, sendo 30 cestas básicas, 16 gás de cozinha envazados, 01 auxílio-natalidade e 43 kits higiene a usuários em situação de vulnerabilidade e que atendam ao perfil da Assistência Social, Atendimento de 61 famílias, sendo 31 famílias para inclusão no Cadastro Único e 30 famílias para atualização do Cadastro Único e encontro virtual (WhatsApp) com usuários do SCFV para idosos, Grupo de Fortalecimento Vínculos Familiares e Grupo de Fortalecimento de Vínculos Comunitários.

O centro POP entregou aos usuários do Centro Pop Kit contendo: 04 (quatro) máscaras, 04 (quatro) sabonetes e 01 (um) frasco de álcool gel uma mochila e um cobertor como medida de prevenção contra o corona vírus. Antes da entrega dos Kits aos usuários foram reforçadas as orientações de higiene e cuidados pessoais na perspectiva de prevenir a disseminação da COVID-19.

O Kit foi ofertado pelo governo do Estado de São Paulo em parceria com a iniciativa privada, para garantir segurança mínima aos usuários. Diariamente também está

sendo disponibilizado álcool em gel para que os mesmos higienizem as mãos. Também é realizada constantemente orientações em relação à prevenção e cuidados referente à pandemia vivenciada mundialmente.



O CREAS No dia 27/08, houve a participação de seis profissionais que compõem a equipe técnica no curso online sobre o tema “Violência Contra a Mulher”, organizado pela SEADS.

No período, em alusão ao aniversário da Lei Maria da Penha (14 anos), o CREAS promoveu ações de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, cuja campanha é denominada “Agosto Lilás”. Para tanto, houve a produção e compartilhamento de cinco vídeos abordando os seguintes temas: 1) Tipos de violência; 2) Ciclos da violência; 3) Meios de denúncia; 4) Direitos assegurados à vítima; 5) Serviços de apoio ofertados pela rede socioassistencial. Houve a participação de equipe interdisciplinar que compõe o quadro de

RH do CREAS (psicólogo, assistente social e advogado) e também do Delegado de Polícia da Delegacia de Defesa da Mulher de Birigui. Materiais físicos foram encaminhados aos serviços de proteção básica para

distribuição ao público usuário. As famílias e indivíduos em acompanhamento pelo CREAS, receberam por lista de transmissão os referidos vídeos sendo que as famílias com perfil socioeconômico vulnerável, receberam também material físico juntamente com os quites de gêneros alimentícios elencados no quadro abaixo. Houve ainda veiculação da campanha no município por meio de outdoors.

No que refere-se ao acompanhamento remoto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto – LA /PSC, famílias e indivíduos em acompanhamento pelo PAEFI, houve envio por lista de transmissão dos vídeos sobre o tema “Violência contra a mulher”, além de atendimento presencial aos adolescentes em cumprimento da Medida de Liberdade Assistida

No período houve atendimento/acompanhamento a 132 famílias/indivíduos, dos quais 48% foram realizados na modalidade presencial, 37% remotos (teleatendimento/whatsapp) e 15% no domicílio.

A Prefeitura de Birigui passou a disponibilizar painéis de espacialização dos casos positivos para covid-19 no município. Um banner inserido no site oficial da administração traz um link com a evolução epidemiológica da doença na cidade.

Segundo a Secretaria de Saúde de Birigui, o endereço eletrônico oferece mapas com dados de onde estão localizados os casos de covid-19 na cidade, como, por exemplo, a quantidade de casos positivos da doença em cada bairro de Birigui.

A nova ferramenta visa dar total transparência das ações de enfrentamento ao novo coronavírus, que transmite a covid-19.

O Centro dia do Idoso, no mês de setembro deu continuidade da confecção das atividades e vídeos gravados para serem enviados aos idosos para que desenvolvam em seus domicílios, estão sendo preparadas pelas cuidadoras e oficineiros, com o objetivo de proporcionar interação da família com os seus idosos, fortalecendo o vínculo familiar, estimular a coordenação motora, auxiliar na memorização e concentração. Se relaciona a ODS's- 03, 04 e 10.

A entrega dos kits aconteceu como forma de auxiliar na Erradicação da pobreza e da vulnerabilidade em que as famílias estão vivenciando com essa pandemia. Se relaciona a ODS's- 01, 02 e 03.



Quanto ao CREAS, houve a participação de seis profissionais que compõem a equipe técnica na Jornada on-line: “Violência Doméstica em tempos de pandemia – o atendimento

do autor de violência contra as mulheres na Política de Assistência Social”, organizado pela EDESP.

Em setembro, em continuidade a campanha de conscientização da violência contra a mulher, houve a veiculação de informações referentes ao tema supracitado, por meio de outdoors.

Referente ao acompanhamento remoto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto – LA /PSC, famílias e indivíduos em acompanhamento pelo PAEFI , houve envio, por lista de transmissão, de informações acerca da campanha “Setembro amarelo”, que refere-se a prevenção ao suicídio.

No período houve atendimento/acompanhamento a 117 famílias/indivíduos, dos quais 54% foram realizados na modalidade presencial, 38% remotos (teleatendimento/whatsapp) e 8% no domicílio.

No centro POP Foram entregues ao usuários do Centro Pop Kit contendo: 01(um) shampoo, 01 (uma) escova e 01(uma) pasta de dentes e 1(um) sabonete para a higiene pessoal, como medida de prevenção contra o coronavírus. Antes da entrega dos Kits aos usuários foram reforçadas as orientações de higiene e cuidados pessoais na perspectiva de prevenir a disseminação da COVID-19.

Diariamente também está sendo disponibilizado álcool em gel para que os mesmos higienizem as mãos, sendo disponibilizado um totem para álcool gel, facilitando a higienização. Também é realizada constantemente orientações em relação à prevenção e cuidados referente à pandemia vivenciada mundialmente.

Quanto ao centro de atendimento a criança, Com o intuito de manter o vínculo, realizar orientações e promover a interação entre os familiares, as crianças e a equipe do CAC, a Assistente Social que está no setor temporariamente (período de pandemia), criou um grupo no WhatsApp, para facilitar a comunicação entre ambos, onde é enviado mensagens, vídeos, fotos, que são postadas diariamente, com o objetivo de aproximá-los mesmo à distância. Relaciona-se as ODS’s- 03, 04 e 10

Com o objetivo de superar a vulnerabilidade social e insegurança alimentar temporária. Relacionam-se as ODS’s- 01, 02, 03 e 04. Visando à continuidade da educação e atividades oferecida pelo serviço que no momento está paralisado- Solução emergencial na pandemia.

Neste mês continuamos com as atividades sobre Inteligência emocional; Também trabalhamos a temática “Dia da Independência”, o tema “Trânsito”, “Sistema Solar” e a “Importância da preservação do Meio Ambiente”.

Para encerrar a temática “Inteligência Emocional”, realizamos atividades abordando os assuntos “Autoestima” e “Empatia”, com reflexões sobre o tema, além de diversas perguntas às quais as crianças deveriam refletir e responder, contando sobre suas experiências pessoais.

Objetivo: Essa atividade tinha como objetivo abordar de forma lúdica um tema de extrema importância, dando esclarecimento sobre como uma pessoa com a autoestima elevada e que sabe exercer empatia consegue ser mais realizada, feliz e também auxiliar o próximo. Com as perguntas respondidas pelas crianças, pudemos entender pelo a compreensão de cada um sobre o tema abordado e também tomar conhecimento sobre experiências vivenciadas por cada usuário.

Para trabalhar o “Dia da Independência”, sendo está uma data comemorativa e importante em nosso país, enviamos como atividade um desenho do mapa do Brasil e pedaços de papel crepom, com os quais as crianças deveriam confeccionar pequenas “bolinhas” com a finalidade de preencher todo o mapa, colando-as.

Objetivo: Trabalhar uma data de valor histórico com uma atividade que possibilitasse aos usuários tomar conhecimento sobre formato do mapa nacional, assim como estimular a criatividade e coordenação motora do desenvolver da atividade.

Sendo comemorado o dia do trânsito em 25 de setembro, enviou-se uma cartilha da turma da Mônica com histórias referentes ao tema, mostrando a importância de ser prudente e seguir todas as leis de trânsito.

Objetivo: Elucidar sobre a importância de um trânsito seguro e da responsabilidade de cada indivíduo para que isso aconteça. Além disso, trabalhar o estímulo a leitura através de histórias em quadrinho, algo muito apreciado pelas crianças.

Já utilizando o caderno que foi enviado para os usuários, mandamos também duas atividades nele, sendo elas “Sistema Solar” e outra sobre a “Importância da preservação ambiental”, ressaltando noções sobre nosso planeta Terra e sobre como somos responsáveis por cuidar de todo o ambiente onde vivemos, através de atividades para colorir, recortar e colar.

Objetivo: Intensificar a consciência de todas as crianças sobre como elas e toda a família podem contribuir na luta para a preservação ambiental. Relacionam-se as ODS’s- 10 e 04.

No CRAS Orlanda Macarini Palácio, em referência à Campanha de Prevenção ao Suicídio - Setembro Amarelo, foi realizada uma transmissão ao vivo pelo Facebook da Prefeitura de Birigui sobre saúde mental infantil.

A ação contou com a parceria do Núcleo de Atendimento da Saúde da Família (NASF). Os grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) atendidos pelo CRAS IV, foram avisados antecipadamente, por meio do aplicativo Whatsapp, e solicitado que enviassem dúvidas sobre o tema. Essas dúvidas foram tratadas pelo psicólogo do NASF, a psicóloga do CRAS IV e a monitora de complemento educacional do CRAS IV.

Dentre as explicações, a população foi orientada sobre as diferenças entre tristeza e depressão, sinais no comportamento que precisam de atenção, onde obter ajuda e maneiras de manter uma boa saúde mental.

Como medida para prevenção do Covid-19, os grupos mensais do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) não estão se reunindo. Por isso o CRAS enviou um vídeo para as participantes, por meio do aplicativo Whatsapp, com o tema Setembro Amarelo. O vídeo foi produzido pela psicóloga do CRAS, Ana Paula, que informou sobre a criação da campanha e que apesar do grande número de casos de suicídio no Brasil e no mundo, ainda há preconceito sobre o tema.

Além disso, a psicóloga orientou sobre alguns fatores que podem levar ao suicídio e fatores que auxiliam na prevenção. Destacou sobre a importância de observar os sintomas e não ignorá-los, mas buscar ajuda sempre que for necessário. As participantes enviarem depoimentos para o Whatsapp do CRAS como forma de exporem a opinião. Os depoimentos não foram divulgados, mas foram lidos e assistidos apenas pela psicóloga.

Foi entregue uma cartilha para cada criança e adolescente atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O material abordou sobre os cuidados com a saúde mental. Informou sobre o que é ansiedade e os sintomas do transtorno de ansiedade. Também trabalhou sobre a diferença entre tristeza e depressão, e os sinais para identificar. Foi destacado a falarem sobre os sentimentos aos responsáveis, professores, monitores e ao invés de tentar lidar sozinho com a tristeza, pedir ajuda sempre que for necessário.

Outro tema importante trabalhado foi sobre os vídeos presentes na Internet que desafiam as crianças e adolescentes a praticarem atos perigosos e até automutilação. Foi informado a não desafiar ou aceitar brincadeiras humilhantes ou perigosas. Por isso, a cartilha propôs desafios saudáveis que podem ser realizados entre os amigos. Também foram propostas várias atividades para relaxamento e exercícios de gratidão.

No final da cartilha, as crianças receberam a orientação sobre as maneiras de pedir ajuda ou de ajudar, por meio do diálogo, alguém que conhecem, mesmo que seja a distância.

As cartilhas foram entregues dentro de uma embalagem plástica transparente, junto com os materiais necessários para desenvolverem as atividades. Conforme realizavam as atividades, os participantes enviavam as fotos para registro do CRAS.

Foi entregue uma cartilha para cada idosa atendida pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com atividades para serem realizadas em casa durante a pandemia. O material abordou sobre Setembro Amarelo: Campanha de Prevenção ao Suicídio. As idosas foram informadas sobre alguns dos motivos que podem levar ao suicídio na terceira idade, sinais no comportamento que exigem atenção e maneiras de prevenir o ato. Foram orientadas sobre as formas de ajudar alguém ou pedir ajuda. O material trabalhou sobre a importância de manter a mente ativa, praticar alguma atividade física e manter a convivência com outras pessoas, mesmo que seja a distância. Foram propostos exercícios de alongamentos e relaxamento, além de artesanatos e passatempos. No final da cartilha elas receberam a orientação de procurarem ajuda sempre que necessário.

Para cada idosa foi entregue um CD contendo músicas para alongamento e dança, além de música instrumental para ouvirem enquanto praticam o exercício de relaxamento.

Os kits foram entregues individualmente, na casa de cada uma delas, junto com todos os materiais necessários para desenvolverem as atividades. Foram tomadas todas as medidas para prevenção contra o Covid-19.

Foi entregue uma cartilha para cada criança e adolescente atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com orientações sobre a inclusão das pessoas com deficiência, afim de conscientizar sobre a empatia e o respeito. Foi informado o motivo da data e da cor verde: a data foi escolhida para coincidir com o dia da árvore, 21 de Setembro, representando o nascimento das reivindicações de cidadania e a participação em igualdade de condições. Os participantes receberam as orientações sobre os tipos de deficiência e dinâmicas para realizarem em suas casas.

Por meio do Whatsapp, a monitora enviou vídeos para complementar a atividade e propor uma experiência sensorial, como por exemplo, assistir o vídeo com descrição áudio visual, utilizando uma venda e descrever a experiência. Também foi proposto assistir o vídeo sobre linguagem de sinais e tentar reproduzir alguma palavra. Foi explicado sobre a diferença entre igualdade e equidade, e a importância da acessibilidade para a garantia de direitos. No final da cartilha, foram colocadas algumas dicas para lidar com uma pessoa com deficiência, para que não haja discriminação.

Para cada participante, foi entregue uma muda de hibisco, como referência à Campanha Setembro Verde. As mudas foram doadas pelo Viveiro Municipal de Birigui.

Com base na Lei 11133/2005, foi instituído o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, no dia 21 de Setembro. Por esse motivo as assistentes sociais do CRAS IV, Fernanda e Juliana, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMUDE, gravaram um vídeo abordando sobre o tema Setembro Verde. O vídeo iniciou explicando sobre o motivo da data e da cor verde: a data foi escolhida para coincidir com o dia da árvore, 21 de setembro, representando o nascimento das reivindicações de cidadania e a participação em igualdade de condições. A conselheira Fernanda Pazian explicou sobre as atribuições do COMUDE em Birigui, sendo fundamental para propostas de leis e movimentos de conscientização social. Uma das ações no município, foi a realização do Censo Municipal das Pessoas com Deficiência. Foi informado o telefone de contato do COMUDE, para que o público entre em contato, quando necessário. O vídeo contou com a participação de um intérprete de línguas de sinais, fazendo a tradução na lateral do vídeo. O vídeo foi enviado para os grupos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, atendidos pelo CRAS IV.



O CRAS Daria Brambilla do Nascimento, fez a concessão de 80 benefícios eventuais, sendo 34 cestas básicas, 17 auxílio gás, 01 auxílio-natalidade e 28 kits higiene a usuários em situação de vulnerabilidade e que atendam ao perfil da Assistência Social, cadastrou 11 famílias para inclusão no Cadastro Único e 14 famílias para atualização do Cadastro Único, realizou um encontro virtual (WhatsApp) com usuários do SCFV para idosos, Grupo de Fortalecimento Vínculos Familiares e Grupo de Fortalecimento de Vínculos Comunitários e fez a entrega de 50 kit lanches as famílias em atendimento no PAIF e 20 aos idosos do grupo SCFV.

Birigui (SP) é a única cidade do Brasil que irá participar do Fórum de Cooperação Governamental do Brics, grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Com o tema “Alcançando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas Cidades Modernas”, o fórum será realizado nesta segunda e terça-feira (dias 19 e 20), de forma virtual.

Além dos países do grupo Brics, também participarão do fórum on-line representantes da Espanha e da Argentina, ambos com cases positivos de práticas sustentáveis.

Palestrarão em nome do município, o prefeito Cristiano Salmeirão (PTB) e o presidente da Comissão Executiva Municipal dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, Eliel Robson Lemes Ribeiro, que é servidor da Secretaria de Saúde de Birigui.

Segundo Eliel, a cidade de Birigui foi convidada pela CNM (Confederação Nacional de Municípios), uma organização independente, apartidária e sem fins lucrativos.

“Sabendo de nossas ações para garantir o desenvolvimento sustentável durante a pandemia da covid-19, a equipe técnica da CNM apontou para o grupo Brics nossos trabalhos como um case de sucesso para uma cidade do interior paulista durante o enfrentamento do coronavírus”, explicou Eliel Robson.

De acordo com a Prefeitura, as principais ações de Birigui para enfrentar a pandemia tiveram como foco os ODSs 1 (Erradicação da Pobreza), 2 (Fome Zero), 3 (Saúde e Bem-estar), 4 (Educação de Qualidade), 8 (Emprego Digno e Crescimento Econômico), 10 (Redução de Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes) e 17 (Parcerias em prol da metas).

Também foram desenvolvidas algumas das ações na área social, tais como direcionamento de recursos necessários para atender moradores em vulnerabilidade social, especialmente durante a pandemia; produção e distribuição gratuita de máscaras de proteção facial; campanha de arrecadação de cestas básicas para distribuição gratuita aos afetados pela covid-19; fortalecimento do Programa Fome Zero na cidade; aquisição de hortaliças, legumes e verduras direto dos produtores rurais do município para inserir esses produtos nos programas de segurança alimentar de Birigui; entrega de um kit merenda para alunos, já que as aulas presenciais estão suspensas, entre outras.

Na saúde foi criado o Comitê de Crise e Enfrentamento a Covid-19, que ainda está atuante na cidade; parceria com a iniciativa privada para equipar com EPIs (equipamentos de proteção individual) o pronto-socorro municipal, o hospital da Santa Casa e as unidades básicas; aumento de leitos e respiradores mecânicos para atender os moradores vítimas da covid-19; trabalho em conjunto com parceiros para elaboração de decretos sobre medidas sanitárias durante a pandemia; entre outras iniciativas.

O setor econômico e comercial da cidade também teve suporte com a criação do Praebi (Plano de Retomada das Atividades Econômicas de Birigui), feito em parceria com órgãos de classe, sindicatos e entidades do município: plano esse que contou com rigoroso critério sanitário para o retorno das atividades econômicas na cidade, entre outros.

“Vale destacar que durante a pandemia da covid-19 a Prefeitura de Birigui conseguiu reunir um grupo de 16 empresas que são signatárias do Pacto Global, com o objetivo de implantar e praticar os 17 ODS, seguindo a Agenda 2030 da ONU”, destaca Eliel.

No site da Prefeitura, dentro do botão "Transparência", tem um menu denominado "[Coronavírus - COVID-19](#)", que traz todas as informações de investimentos, aquisições e demais ações para o enfrentamento da doença.

Levantamento publicado recentemente e realizado pelo economista e pesquisador em economia local e regional, professor Marco Aurélio Barbosa de Souza, apresenta interessantes números em relação ao universo produtivo de empresas instaladas na cidade de Birigui e o crescimento no surgimento de novos negócios nos últimos anos.

Segundo o pesquisador, que é Diretor de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Birigui, a estrutura produtiva empresarial da cidade era formada em abril de 2020 por 13.483 empresas de vários setores produtivos, porte e natureza jurídica.

Em relação ao porte das empresas, o destaque é a representatividade das microempresas que correspondem a 89,57% do total com 12.077 unidades. Em segundo lugar estão as demais categorias com 765 unidades (5,67% do total) e, na terceira posição, as empresas de pequeno porte, com 641 unidades (4,75% do total).

Os chamados Microempreendedores Individuais representavam 54,46% do total dos empreendimentos, com 7.343 unidades.

Entre as principais concentrações de atividades econômicas setoriais, os destaques foram para o setor de comércio (primeira posição) com 4.976 unidades (36,9% do total), em seguida o setor de serviços com 4.802 (35,6% do total), em terceiro lugar, está a indústria com 2.502 unidades (18,5% do total) e na quarta posição o setor de construção representando 8,6% com 1.156 empresas.

Birigui se destaca ainda pela força industrial, que é composta por um conjunto amplo e diversificado de empresas.

Segundo o professor, o ranking é liderado pelo segmento de preparação de couro e fabricação de artefatos de couros, artigos para viagem e calçados com 1.097 empresas, correspondendo 43,8% do total de empresas do setor industrial local.

A elevada participação do setor de calçados é decorrente da presença na cidade de um APL (Arranjo Produtivo Local) do setor calçadista, considerado o mais importante polo produtor

do segmento de calçados infantis do país que proporcionou a cidade o título de Capital Brasileira do Calçado Infantil.

Entretanto, além do setor de calçados, a indústria biriguiense que exporta para mais de 60 países, é formada também por outras cadeiras produtivas, entre as quais: a indústria de confecção de artigos de vestuário e acessórios (que conta com 380 empresas); a fabricação de produtos de metal (com 163 unidades); a fabricação de produtos alimentícios (com 146 empresas); a fabricação de produtos têxteis (com 121); a fabricação de móveis (com 97 unidades) e a fabricação de celulose, papel e produtos de papel (com 70 empreendimentos).

A pesquisa evidenciou que foi expressivo o crescimento do número de empresas instaladas na cidade nos últimos anos, entre 2017 e 2019, período em que acumulou-se a abertura de 4.815 novos empreendimentos.

Já o fechamento de empresas entre 2017 e 2019 foi de 1055 unidades, fazendo que o saldo ficasse positivo em 3.760 empresas.

Outro aspecto interessante é a localização das novas empresas instaladas entre 2017 e 2019, cujos destaques foram:

região central da cidade (que recebeu 710 novas empresas, sendo 14,7% do total), seguida do Jardim São Braz (160 empresas e 3,3%); Residencial Monte Líbano (com 154 empresas e 3,2%); Residencial Portal da Pérola II (com 145 unidades e 3%); bairro Thereza Maria Barbieri (com 134 empreendimentos e 2,8%), Quemil (com 132 e 2,7%) e o bairro Cidade Jardim (com 123 e 2,5%).

As conclusões iniciais do trabalho, que está em fase de desenvolvimento, são de que a presença na cidade de uma robusta estrutura produtiva formada por um conjunto amplo e diversificado de empresas de vários setores econômicos favorece o enfrentamento de crises, suaviza os impactos de mudanças desfavoráveis dos ciclos econômicos e traz oportunidades para investidores e empreendedores potencializando a capacidade de desenvolvimento econômico local.



Câmara Italiana de Comércio vai colaborar para deixar a região noroeste paulista “ainda mais competitiva”

A Câmara Italiana de Comércio de São Paulo (Italcam) iniciou nesta quarta-feira (30 de setembro) os preparativos para um evento de prospecção que será realizado em 2021.

O evento visa gerar negócios entre os municípios da região noroeste paulista com cidades da Itália.

Segundo o vice-presidente da Italcam, Mário Batista, a Câmara irá colaborar para que a região noroeste seja ainda mais competitiva.

“Aqui encontramos ótimas empresas, ótima agricultura, ótima localização, ótima estrutura, ótima logística. É a oportunidade das empresas e investidores da região noroeste vislumbrarem novas possibilidades de negócios com a Itália”, falou ele em reunião que ocorreu no Speed Park – Kartódromo Internacional de Birigui.

Além do vice-presidente da Italcam, participou do encontro a diretora geral Adriana Mira. Os membros da Câmara Italiana foram recebidos por representantes da Prefeitura de Araçatuba e da Prefeitura de Birigui, além do diretor do Speed Park, Ricardo Gracia.

“A proposta desta reunião foi fortalecer e projetar um futuro de relacionamento comercial entre empresas brasileiras desta região e empresas italianas. Estamos unindo forças e estruturando um evento que irá movimentar negócios no eixo Brasil-Itália”, explicou o diretor do Speed Park.

Para o secretário de Governo da Prefeitura de Birigui, Carlos Farias, a reunião é de extrema importância para a expansão das empresas, produtos e serviços da região de Araçatuba/Birigui.

“A Câmara de Negócios da Itália atua como agente estratégico de internacionalização das empresas, oferecendo oportunidades de negócios e expansão de mercado em ambos os países”, disse o representante da Prefeitura de Birigui.

O evento contou com a presença do prefeito de Araçatuba, Dilador Borges. As duas prefeituras fizeram apresentações de seus potenciais econômicos e passaram aos presentes vídeos institucionais mostrando a evolução destas duas cidades.

Encerrando a reunião, o vice-presidente da Italcam, Mário Batista, disse que com experiência de um século de atuação, a Câmara Italiana de Negócios oferece aos seus associados a melhor assessoria de negócios, proporcionando aos empresários italianos todo o apoio para o desenvolvimento de suas atividades no Brasil e aos empresários brasileiros as melhores oportunidades de negócios no intercâmbio com a Itália.



As escolas municipais de Birigui superaram a meta do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) dos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, avaliação de todo o aprendizado do 1º ao 5º ano.

O MEC (Ministério da Educação) divulgou o resultado nesta terça-feira, dia 15 de setembro. A avaliação foi baseada em dados coletados em 2019. O Ideb é avaliado de dois em dois anos.

Segundo o MEC, a rede municipal de Birigui obteve o índice 7.4, superando a meta projetada para 2021, que é 7.2. A pontuação dos alunos das escolas mantidas pela Prefeitura Municipal ultrapassou a média do Brasil, que foi de 5.9, e a média do Estado de São Paulo, que foi de 6.6.

Os dados divulgados pelo MEC no último dia 15 também apontam que Birigui possui a segunda melhor escola entre as estaduais, municipais e particulares do Estado de São Paulo (do 1º ao 5º ano): Escola Municipal Dr. Gama.

A unidade de ensino da Prefeitura de Birigui ficou 8,6 pontos, apenas abaixo de uma escola de Piracicaba e outra de Indaiatuba, que ficaram com 8,8 pontos.

A média dos alunos (do 5º ano) da Prefeitura de Birigui também chama a atenção por ser muito próxima da média das escolas particulares do Estado de São Paulo, que foi de 7.4.

O Ideb foi criado em 2007 e é um indicador que mede a qualidade do ensino fundamental e médio, em uma escala de zero a dez.

O indicador é calculado a partir dos dados sobre a aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, médias de desempenho nas avaliações do Inep, Prova Brasil e Saeb.

A secretária Meiriane Beltran informou que 14 escolas do governo municipal oferecem ensino fundamental e todas elas foram avaliadas com base na taxa de rendimento escolar (aprovação) e desempenho dos estudantes em português e matemática.

A Prefeitura de Birigui e a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos de Bilac/Corplast realizaram nesta quinta-feira (10) uma coleta itinerante de embalagens.

A coleta ocorreu no campo do bairro rural do Goulart, das 9h às 16h. A Central de Bilac é conveniada ao inPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias), entidade responsável por promover a correta destinação das embalagens vazias de produtos agrotóxicos.

Segundo o responsável pela Central de Bilac, Cláudio Cortez, foram recolhidas 4,5 toneladas de embalagens vazias, entregues por 49 agricultores rurais.

“Além de preservar o meio ambiente, o material descartado será reaproveitável e se torna um novo produto, como tubos para construção civil, bateria de carros ou voltam a ser outra embalagem de agrotóxico”, explicou Cortez.

Há 11 anos a Prefeitura de Birigui e a Central de Bilac promovem a coleta itinerante de embalagens vazias de agrotóxicos. A ação é coordenada pela Diretoria de Produção Agropecuária da Prefeitura de Birigui. A Associação dos Revendedores de Defensivos Agrícolas também é parceira na ação.



O Instituto Educacional “Gumerindo de Paiva Castro” – Empreendedor Mirim de Birigui, em parceria com a Prefeitura de Birigui, possui um programa de convivência e fortalecimento de vínculos de 06 a 17 anos, e ajustou todo seu planejamento e ações no s17 ODS’s do Pacto Global. **SEGMENTO ATENDIDO:** Crianças e adolescentes (06 a 15 anos) e Adolescentes e Jovens (15 a 17 anos)

REGIME DE ATENDIMENTO: Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no art.90, é considerada “Instituições de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto” e de acordo com a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais é considerada Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes de 15 a 17 anos.

CAPACIDADE INSTALADA: 120 crianças e adolescentes (06 a 15 anos) e 30 adolescentes e jovens (15 a 17 anos).

ATENDIDOS: sendo 187 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, 23 adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos.

DEMANDA REPRIMIDA: 183 crianças e adolescentes do ano de 2019 e 2020.

OFICINA: ESPORTE

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Futsal de golzinho

Iniciação ao vôlei

Futsal

Futebol de campo

Ping pong

Corrida de bambolês

Objetivos: Aprimorar os movimentos motores, conhecer os fundamentos básicos do futsal, trabalhar os membros superiores, conhecer os fundamentos básicos do vôlei, incentivar a prática de esportes e conhecer os fundamentos básicos do futebol.

Recursos utilizados: Bolas, golzinho, campo, quadra, pátio coberto, raquete, bambolês e rede.

Resultados alcançados: As atividades foram muito agradáveis para as crianças e adolescentes, garantindo a interação e o fortalecimento dos vínculos afetivos, além da melhoria da qualidade de vida com a prática de atividades físicas.

OFICINA: LÚDICA E PEDAGÓGICA

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Recepção dos novos mirins

Confecção de painel de boas vindas

Pintura livre com guache e canetinha

Confecção do cartão: O que te deixa feliz

Objetivos: Estimular e desenvolver a concentração, coordenação motora, desenvolver o raciocínio lógico e a criatividade, proporcionar às crianças e adolescentes a oportunidade de ampliar seus conhecimentos através de atividades lúdicas interativas e vivências.

Recursos utilizados: EVA, pistola de cola quente, cola quente, papéis diversos, lápis de cor, giz de cera, canetinhas, tinta guache e tesouras.

Resultados Alcançados: As atividades foram muito agradáveis para as crianças e adolescentes, onde observamos a participação e a interação das diversas faixas etárias, criando momentos de alegria e companheirismo, garantindo assim uma convivência saudável e o fortalecimento de vínculos afetivos.

RECREAÇÃO DIRIGIDA

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Jogo de bingo

Vira garrafa (jogo da velha inovado)

Brincadeira do joquempô

Brinquedos diversos

Dança da cadeira

Parque

Objetivos: Proporcionar momentos de diversão e integração, desenvolver a coordenação motora, desenvolver o raciocínio lógico através de jogos e garantir o fortalecimento de vínculos afetivos.

Recursos Utilizados: Bonecas, carrinhos, parque, blocos de madeira, cartelas, garrafa pet, bambolês, cadeiras, aparelho de som e parque.

Resultados Alcançados: As atividades foram muito agradáveis para as crianças e adolescentes, onde observamos a participação e a interação das diversas faixas etárias, criando momentos de alegria e companheirismo, garantindo assim uma convivência saudável e o fortalecimento de vínculos afetivos.

OFICINA: CIDADANIA

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Valores da Instituição: acolhimento, equidade, comprometimento e ousadia

Obediência e respeito aos pais

Atividades impressas

Roda de conversa

Músicas com a temática de obediência e respeito

Recursos utilizados: Papéis diversos, lápis de cor, giz de cera e sala de cinema.

Objetivos: Compreender os valores da instituição, promover a reflexão sobre a obediência e respeito aos pais, despertar a importância de um convívio saudável e fortalecer os vínculos afetivos.

Resultados Alcançados: As atividades contribuíram para que as crianças e adolescentes refletissem sobre os valores que norteiam a Instituição e percebessem a importância do respeito e da obediência aos pais.

OFICINA: ARTE E CULTURA

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Atividades de dança utilizando os recursos do jogo “Just dance”.

Filmes: O extraordinário e desenhos animados diversos

Baladinha Infantil

Objetivos: Desenvolver a capacidade criativa nas diversas produções artísticas, apresentar o cinema como fonte de cultura e lazer, estimular a observação e crítica do meio social em que vivem, despertar interesse pela cultura e histórias, vivenciar e compreender a dança como expressão artística, desenvolver o equilíbrio emocional, corporal e mental.

Recursos utilizados: Sala de cinema, EVA, cola quente, pistola de cola quente, papel colorido, TNT, pulseiras de neon, óculos e serpentinas.

Resultados Alcançados: Utilizando abordagens diferenciadas de acordo com a faixa etária observamos que todos participaram com muito entusiasmo, garantindo momentos de interação e desenvolvimento de habilidades artísticas.

OFICINA: INGLÊS – VIA CERTA

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Acolhida

Apresentação: What's is your name?

Dinâmicas

Alfabeto

Objetivos: Despertar o interesse pela língua inglesa, desenvolver a compreensão auditiva, criar oportunidade para as crianças e adolescentes desenvolverem a habilidade de escrita e ampliar o vocabulário.

Recursos utilizados: Aparelho de som, lápis de cor, lápis preto e projetor.

Resultados Alcançados: Todos participaram sem grandes dificuldades em virtude da forma dinâmica que as atividades são apresentadas, despertando o interesse pela língua e cultura inglesa.

OFICINA: ESPANHOL – INSTITUTO FEDERAL

Grupo: Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos)

Atividades:

Acolhida

Jogos de socialização

Músicas diversas em Espanhol

Contos de fadas em Espanhol

Objetivos: Difundir a língua e cultura espanhola, despertar o interesse pela língua latina, desenvolver a compreensão auditiva, criar oportunidade para as crianças desenvolverem a habilidade de escrita e ampliar o vocabulário.

Recursos utilizados: Papéis diversos, lápis de cor, canetinhas, sala de cinema (vídeos) e livros de histórias.

Resultados Alcançados: As crianças participaram efetivamente das atividades, socializando suas dificuldades e conquistas e compartilhando suas vivências na Instituição, garantindo o fortalecimento de vínculos afetivos.

OFICINA: PROGRAMAÇÃO – INSTITUTO FEDERAL

Grupo: Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Acolhida

Noções gerais de Programação

Recursos utilizados: Laboratório de informática.

Objetivos: Apresentar situações problemas em diferentes contextos na tecnologia, conhecer a área da programação e componentes eletrônicos básicos, interagir com novas tecnologias e desenvolver pequenos projetos de construção de games.

Resultados Alcançados: Todos participaram sem grandes dificuldades e com muito entusiasmo em virtude da forma dinâmica que as atividades são propostas, garantindo momentos prazerosos e com conteúdos significativos.

OFICINA: INFORMÁTICA – VIA CERTA

Grupo: Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Acolhida

Princípios básicos da Informática

Conhecendo as partes do computador

Conhecendo o sistema de aprendizagem e as apostilas

Objetivos: Conhecer, organizar e utilizar os recursos do computador, reconhecer a importância do aprendizado na área tecnológica, desenvolver atividades de programação e jogos de raciocínio e desenvolver autonomia na utilização das ferramentas de informática e internet.

Recursos utilizados: Laboratório de informática, apostila e fone de ouvido.

Resultados alcançados: As atividades de informática são realizadas individualmente, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um e contam com o auxílio da monitora. Neste sistema mais dinâmico observamos que algumas crianças estão em processo de adaptação e que ainda buscam muito a ajuda da monitora.

OFICINA: GESTÃO EMPRESARIAL – VIA CERTA

Grupo: Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Acolhida

Princípios básicos da Gestão Empresarial

Conhecendo o sistema de aprendizagem e a apostila

Recursos utilizados: Laboratório de informática, fone de ouvido e apostila.

Objetivos: Compreender as noções básicas de gestão e administração e desenvolver e coordenar as políticas internas, as ações e as estratégias a serem aplicadas em prol do bom funcionamento de todos os setores da empresa.

Resultados Alcançados: As atividades de gestão empresarial são realizadas individualmente, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um e contam com o auxílio

da monitora. Neste sistema mais dinâmico observamos que algumas crianças ainda buscam muito a ajuda do monitor.

OFICINA: ROBÓTICA – INSTITUTO FEDERAL

Grupo: Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Acolhida

Apresentação da proposta de atividades para o ano: simulação de instrumentos musicais e robótica sustentável

Noções gerais de Robótica

Recursos utilizados: Laboratório de informática.

Objetivos: apresentar situações problemas em diferentes contextos na tecnologia, conhecer a área da programação e componentes eletrônicos básicos, interagir com novas tecnologias e desenvolver pequenos projetos de automação e robótica com a finalidade de construir e programar robôs sustentáveis e instrumentos musicais.

Resultados Alcançados: Todos participaram sem grandes dificuldades e com muito entusiasmo em virtude da forma dinâmica que as atividades são propostas, garantindo momentos prazerosos e com conteúdos significativos.

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE 15 A 17 ANOS ELEVE MIRIM

OFICINA: ESPORTE

Atividades:

Futsal de golzinho

Iniciação ao vôlei

Futsal

Futebol de campo

Ping pong

Objetivos: Aprimorar os movimentos motores, conhecer os fundamentos básicos do futsal, trabalhar os membros superiores, conhecer os fundamentos básicos do vôlei, incentivar a prática de esportes e conhecer os fundamentos básicos do futebol.

Recursos utilizados: Bolas, golzinho, campo, quadra, pátio coberto, raquete e rede.

Resultados alcançados: As atividades foram muito agradáveis para as crianças e adolescentes, garantindo a interação e o fortalecimento dos vínculos afetivos, além da melhoria da qualidade de vida com a prática de atividades físicas.

OFICINA: INFORMÁTICA – VIA CERTA

Atividades:

Acolhida

Princípios básicos da Informática

Conhecendo as partes do computador

Conhecendo o sistema de aprendizagem e as apostilas

Objetivos: Conhecer, organizar e utilizar os recursos do computador, reconhecer a importância do aprendizado na área tecnológica, desenvolver atividades de programação e jogos de raciocínio e desenvolver autonomia na utilização das ferramentas de informática e internet.

Recursos utilizados: Laboratório de informática, apostila e fone de ouvido.

Resultados alcançados: As atividades de informática são realizadas individualmente, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um e contam com o auxílio da monitora. Neste sistema mais dinâmico observamos que algumas crianças estão em processo de adaptação e que ainda buscam muito a ajuda da monitora.

OFICINA: GESTÃO EMPRESARIAL – VIA CERTA

Atividades:

Acolhida

Princípios básicos da Gestão Empresarial

Conhecendo o sistema de aprendizagem e a apostila

Recursos utilizados: Laboratório de informática, fone de ouvido e apostila.

Objetivos: Compreender as noções básicas de gestão e administração e desenvolver e coordenar as políticas internas, as ações e as estratégias a serem aplicadas em prol do bom funcionamento de todos os setores da empresa.

Resultados Alcançados: As atividades de gestão empresarial são realizadas individualmente, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um e contam com o auxílio da monitora. Neste sistema mais dinâmico observamos que algumas crianças ainda buscam muito a ajuda do monitor.

OFICINA: INGLÊS – VIA CERTA

Atividades:

Acolhimento

Dinâmica de apresentação: What's your name?

Ampliação de vocabulário

Conversação

Objetivos: despertar o interesse pela língua inglesa, desenvolver a compreensão auditiva, criar oportunidade para os adolescentes desenvolverem a habilidade de escrita e ampliar o vocabulário.

Recursos utilizados: aparelho de som, lápis de cor, lápis preto e apostila.

Resultados Alcançados: Todos participaram sem grandes dificuldades em virtude da forma dinâmica que as atividades são apresentadas, despertando o interesse pela língua e cultura inglesa.

OFICINA: ROBÓTICA – INSTITUTO FEDERAL

Atividades:

Acolhida

Apresentação da proposta de atividades para o ano: robótica sustentável

Noções gerais de Robótica

Recursos utilizados: Laboratório de informática.

Objetivos: apresentar situações problemas em diferentes contextos na tecnologia, conhecer a área da programação e componentes eletrônicos básicos, interagir com novas tecnologias e desenvolver pequenos projetos de automação e robótica com a finalidade de construir e programar robôs sustentáveis.

Resultados Alcançados: Todos participaram sem grandes dificuldades e com muito entusiasmo em virtude da forma dinâmica que as atividades são propostas, garantindo momentos prazerosos e com conteúdos significativos.

COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES

Atividades:

Organização e acompanhamento da rotina pedagógica da Instituição

Organização do quadro de horários e atividades

Orientação e acompanhamento das oficinas

Acompanhamento das atividades pedagógicas das parcerias (Via Certa e Instituto Federal)

Elaboração de relatório das atividades dos monitores

Sugestão de materiais pedagógicos e atividades lúdicas

Sugestão de atividades recreativas e de socialização

Atendimento aos pais e a comunidade

Mediação de conflitos

Objetivos: Organizar, verificar e orientar as atividades lúdicas pedagógicas desenvolvidas na Instituição, organizar a rotina, quadro de horários e atividades, supervisionar as oficinas oferecidas pelos monitores e parceiros, proporcionar acesso ao universo informacional aos monitores, capacitar e desenvolver atividade para o trabalho em equipe.

Recursos Utilizados: Computador, sala de cinema, sulfite, caneta e materiais pedagógicos diversos.

Resultados Alcançados: Mediante as atividades desenvolvidas foi possível constatar melhorias nas relações interpessoais, divisão do espaço físico, colaboração nas atividades e envolvimento da equipe na busca de um atendimento de qualidade às crianças e adolescentes desta Instituição.

ODS – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Considerando a necessidade de ampliar e qualificar o debate a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, a Equipe do Instituto Educacional Gumercindo de Paiva Castro “Empreendedor Mirim” tem realizado algumas ações com as crianças e adolescentes atendidos nesta Instituição que contemplam os seguintes objetivos propostos:

ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável.

Em parceria com Prefeitura Municipal de Birigui através do programa “Fome Zero” oferecemos as crianças e adolescentes desta Instituição uma complementação nutritiva e saudável da merenda oferecida pela cozinha piloto, ampliando o paladar e experimentando diversos tipos de frutas, legumes e verduras.

Esta ação propõe a conscientização para o não desperdício e contribui para o aproveitamento integral dos alimentos, proporcionando uma alimentação saudável e nutritiva.



ODS 3 – Saúde e bem-estar

Oferecemos às 210 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos diversas atividades esportivas que além de garantir o fortalecimento dos vínculos afetivos, melhora a qualidade de vida. Dentre as atividades destacamos a corrida de bambolês. Tal atividade contribui para o desenvolvimento das habilidades sociais, assegurando uma vida saudável e promovendo o bem-estar para as crianças e adolescentes.



ODS 4 – Educação de Qualidade

ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

O Instituto Educacional é considerado um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ou seja, um serviço da área de desenvolvimento social. Porém, as atividades oferecidas contemplam a promoção da capacitação e empoderamento dos indivíduos, ampliando as oportunidades de crianças e adolescentes mais vulneráveis através de atividades como: Informática, Programação, Robótica, Inglês e Espanhol.

A parceria com o Instituto Federal Campus Birigui, FIT Telecom, Ensite Telecom e Via Certa possibilitam estas atividades. Dentre as atividades destacamos as atividades de Gestão Empresarial e Informática oferecidas pela Via Certa.



SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE 15 A 17 ANOS ELEVE MIRIM

COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES

Atividades:

Organização e acompanhamento da rotina pedagógica da Instituição

Organização do quadro de horários e atividades

Orientação e acompanhamento das oficinas

Acompanhamento das atividades pedagógicas das parcerias (Via Certa e Instituto Federal)

Elaboração de relatório das atividades dos monitores

Sugestão de materiais pedagógicos e atividades lúdicas

Sugestão de atividades recreativas e de socialização

Atendimento aos pais e a comunidade

Mediação de conflitos

Objetivos: Organizar, verificar e orientar as atividades lúdicas pedagógicas desenvolvidas na Instituição, organizar a rotina, quadro de horários e atividades, supervisionar as oficinas oferecidas pelos monitores e parceiros, proporcionar acesso ao universo informacional aos monitores, capacitar e desenvolver atividade para o trabalho em equipe.

Recursos Utilizados: Computador, sala de cinema, sulfite, caneta e materiais pedagógicos diversos.

Resultados Alcançados: Mediante as atividades desenvolvidas foi possível constatar melhorias nas relações interpessoais, divisão do espaço físico, colaboração nas atividades e envolvimento da equipe na busca de um atendimento de qualidade às crianças e adolescentes desta Instituição.

TRABALHO SOCIAL

Atividades: Atendimento, relatórios, encaminhamentos, visitas, acompanhamento, reuniões, estudo de caso, acolhida, matrículas e pré-matrículas.

Objetivos:

Conhecer as situações de vulnerabilidade social e de risco dos atendidos e suas famílias;

Acompanhar o desenvolvimento das crianças e adolescentes nas atividades;

Acolher, ofertar informações e encaminhar as famílias para a rede de serviços quando necessário;

Realizar atendimento individualizado e visitas domiciliares as famílias;

Divulgar o Serviço ofertado;

Acompanhar os grupos, atestando informações mensais prestadas pelos monitores;

Avaliar, junto às famílias, os resultados e impactos do Serviço;

Recolher, mensalmente, os registros de frequência e atividades feitos pelos monitores;

Referenciar famílias quando identificadas situações de violação de direitos no território de referência;

Realizar pré-matrículas, inserir novas crianças e adolescentes conforme surgem as vagas fazendo novas inclusões;

Acolher famílias com encaminhamento dos serviços de Proteção Básica, Proteção Especial, Saúde, Educação e Conselho Tutelar para inseri-las na entidade;

Realizar encaminhamentos para o Conselho Tutelar, Cras, Creas, CEMADI ou outros setores de serviços especializados a atender crianças e adolescentes e famílias quando houver necessidade;

Elaborar o relatório mensal das atividades desenvolvidas;

Organizar reuniões sócias educativas.

Resultados Alcançados: Atendemos e acolhemos todas as famílias quando nos solicitada, a demanda continua com um número significativo principalmente para o período da tarde, priorizamos as solicitações de encaminhamento vindos do CREAS e Conselho Tutelar, umas das dificuldades apresentadas pelos familiares é o referenciamento do Cadastro Único nos CRAS por conta de horários de atendimentos, realizamos novas matrículas. Considerando a dificuldades em obter melhores resultados com os adolescentes é em aderirem às atividades por diversos motivos, tais como: baixa escolaridade, déficit de aprendizagem, desinteresse por parte dos mesmos, a ansiedade em ganhar dinheiro buscando

trabalhos informais. Um resultado que tem sido positivo é o retorno das famílias quando solicitado para orientação e informações sobre comportamentos, atitudes, desempenho e desenvolvimento dos filhos na entidade e nos demais ambientes onde a criança permanece.

FAMÍLIA: Reunião dia 26/02 e 28/02 às 18h. Realizamos reuniões separadas por período (manhã e tarde).

Objetivos: Acolher, Informar sobre as atividades, programações, eventos da instituição para o ano de 2020. Conversar sobre assuntos relacionados ao desempenho e desenvolvimento da criança e do adolescente, normas de convivência, uniformes e horários. Escutar e analisar opiniões e sugestões sobre o trabalho desenvolvido na instituição.

Resultados: Mesmo diante da dificuldade de alguns pais comparecerem a reunião, houve um número significativo nas duas reuniões, porém para o comparecimento no dia marcado e horário não é suficiente pelo número de crianças e adolescentes matriculados.

FUNCIONÁRIOS:

Atividades:

Dia 28/02 - Reunião com toda a equipe e funcionários da entidade.

Objetivos: Discutir os casos, melhorar a comunicação, melhorar a interação, acolher, ouvir as dificuldades de cada monitor, analisar o andamento das ações.

Resultados Alcançados: Melhor comunicação entre os funcionários das diferentes áreas, melhor desempenho, feedback em relação ao trabalho executado por cada um.

COMUNIDADE:

Dia 08/02 – Capacitação Ministrada pelo Psicólogo Carlos Almendanha com o Curso: Dificuldades de Aprendizagem Específicas – DAE's, pela Unicesumar.

Objetivos: obter conhecimentos, identificar possíveis problemas de capacidade do desenvolvimento da criança e do adolescente, desenvolver habilidades na resolução de conflitos e desenvolver mecanismos de atuação dos casos apresentados.

Resultados Alcançados: Todos os monitores e equipe técnica participaram da capacitação, sendo de grande importância para melhorar nosso trabalho com as crianças e adolescentes.

OBS: Contamos com a parceria do Instituto Federal e Via Certa que nos fornecem os monitores das atividades de Inglês, Auxiliar Administrativo, Espanhol, Informática e Robótica.

IV – PONTOS FACILITADORES

Avanços: Melhor contato com a família, no sentido de apoiar e a importância da participação dos mesmos na vida dos filhos.

Estamos aguardando o andamento da compra dos materiais no valor de R\$ 50 mil reais recebido de emenda parlamentar e também do valor de R\$ 100 mil reais recebidos através da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Resultados Alcançados: Percebe-se que as ações e as atividades desenvolvidas estão apresentando resultados positivos no que diz respeito à interação entre o grupo e no comportamento dos mesmos como também a comunicação e orientações com as famílias, com atendimentos individuais, orientações como também através de grupos no whats, com a finalidade de desenvolver as potencialidades e as habilidades de todas as crianças e adolescentes e atentos para a redução de ocorrência de riscos sociais para a melhoria da qualidade de vida dos atendidos e suas respectivas famílias.

V – PONTOS DE ESTRANGULAMENTO E FORMAS DE SUPERAÇÃO

As vulnerabilidades expostas pela família são atendidas, orientados e caso haja necessidade são encaminhados nos demais setores da rede de serviços, alguns casos de urgência somos atendidos de imediato, no entanto alguns casos demandam agendamento ocasionando a demora do atendimento.

Iniciamos o ano com procura significativa por vaga, algumas famílias comparecem mais de uma vez na entidade para verificar sobre a vaga da criança. Percebemos que caiu o número de adolescentes de 15 a 17 anos, e estamos divulgando novas vagas, é uma faixa etária com maior dificuldade de adesão, fase de adolescentes que necessitam de apoio da família e apoio da comunidade. Outra dificuldade é com a faixa etária de 12 a 14 anos no período da tarde, por conta das escolas, é uma faixa etária que o período escolar funciona apenas a tarde, aumentando assim a demanda do período da manhã.

Considerando as orientações do MDS no livro perguntas frequentes do SCFV, as atividades propostas pela OSC estão em consonância com os eixos, pois, promove o desenvolvimento físico e mental, estimula as interações sociais, estimula práticas e experiências do universo informacional entre todos os aspectos tecnológico, cultural e social.

Acolhida - Realizamos acolhida com as crianças e adolescentes, como também atendimento com 30 (trinta) famílias para preenchimento de pré-matrículas e 18 (dezoito) famílias para novas matrículas, 157 (cento e cinquenta e sete) famílias para orientações, atendimentos diversos, identificando dificuldades, tais como educação, vínculos, afetividade,

interesse, comportamento, saúde e socioeconômica. Totalizando 205 (duzentas e cinco) acolhidas.

Elaboração de relatórios e prontuários – Além de elaborar relatórios mensais para a Gestão, os prontuários são alimentados de acordo com os atendimentos realizados e criados instrumentais para melhorar o funcionamento da entidade e facilitar o monitoramento e avaliação do serviço ofertado.

Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais – não houve encaminhamentos.

No mês de março foram realizadas as seguintes atividades:

OFICINA: ESPORTE

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Pique bandeira

Vôlei adaptado

Ping pong

Futsal

Futsal de golzinho

Objetivos: Aprimorar os movimentos motores, trabalhar a interação e o fortalecimento de vínculos, organizar estratégias, conhecer os fundamentos básicos do futsal, trabalhar os membros superiores, conhecer os fundamentos básicos do vôlei e incentivar a prática de esportes.

Recursos utilizados: Bolas, golzinho, quadra, pátio coberto, raquete, cones e redes.

Resultados alcançados: As atividades foram muito agradáveis para as crianças e adolescentes, garantindo a interação e o fortalecimento dos vínculos afetivos, além da melhoria da qualidade de vida com a prática de atividades físicas.

OFICINA: LÚDICA E PEDAGÓGICA

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Roda de conversa sobre a importância da mulher na sociedade

Montagem de painel de foto do Dia Internacional da Mulher

Objetivos: Conscientizar as crianças e adolescentes sobre a importância da figura humana e valorizar a atuação da mulher na sociedade moderna.

Recursos utilizados: EVA, pistola de cola quente, cola quente, papéis diversos, lápis de cor, giz de cera, canetinhas, tinta guache e tesouras.

Resultados Alcançados: As atividades foram muito agradáveis para as crianças e adolescentes, onde observamos a participação e a interação das diversas faixas etárias, criando momentos de alegria e companheirismo, garantindo assim uma convivência saudável e o fortalecimento de vínculos afetivos.

RECREAÇÃO DIRIGIDA

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Jogo de dominó

Jogos diversos de tabuleiro

Jogo de uno

Parque

Objetivos: Proporcionar momentos de diversão e integração, desenvolver a coordenação motora, desenvolver o raciocínio lógico através de jogos e garantir o fortalecimento de vínculos afetivos.

Recursos Utilizados: Jogos, tabuleiros, cartas e parque.

Resultados Alcançados: As atividades foram muito agradáveis para as crianças e adolescentes, onde observamos a participação e a interação das diversas faixas etárias, criando momentos de alegria e companheirismo, garantindo assim uma convivência saudável e o fortalecimento de vínculos afetivos.

OFICINA CIDADANIA

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Valores da Instituição: acolhimento, equidade, comprometimento e ousadia

Dia Internacional da Mulher: valorização e empoderamento da mulher

Confecção do cartão do Dia Internacional da Mulher

Recursos utilizados: Papéis diversos, lápis de cor, giz de cera e sala pedagógica.

Objetivos: Compreender os valores da instituição, refletir sobre a valorização da mulher na sociedade atual, despertar a importância de um convívio saudável e fortalecer os vínculos afetivos.

Resultados Alcançados: As atividades contribuíram para que as crianças e adolescentes refletissem sobre os valores que norteiam a Instituição e percebessem a importância do empoderamento da mulher atual.

OFICINA ARTE E CULTURA

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Atividades de dança utilizando os recursos do jogo “Just dance”

Filmes: Desenhos animados diversos

Confecção da lembrancinha do Dia Internacional da Mulher

Objetivos: Desenvolver a capacidade criativa nas diversas produções artísticas, apresentar o cinema como fonte de cultura e lazer, estimular a observação e crítica do meio social em que vivem, despertar interesse pela cultura e histórias, vivenciar e compreender a dança como expressão artística, desenvolver o equilíbrio emocional, corporal e mental.

Recursos utilizados: Sala de cinema, EVA, cola quente, pistola de cola quente e papel colorido.

Resultados Alcançados: Utilizando abordagens diferenciadas de acordo com a faixa etária observamos que todos participaram com muito entusiasmo, garantindo momentos de interação e desenvolvimento de habilidades artísticas.

OFICINA: INGLÊS – VIA CERTA

Grupo: Start Mirim (06 e 07 anos) / Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Cores

Dinâmicas de apresentação

Alfabeto através de músicas

Animais

Ampliação de vocabulário

Objetivos: Despertar o interesse pela língua inglesa, desenvolver a compreensão auditiva, criar oportunidade para as crianças e adolescentes desenvolverem a habilidade de escrita e ampliar o vocabulário.

Recursos utilizados: Aparelho de som, lápis de cor, lápis preto e projetor.

Resultados Alcançados: Todos participaram sem grandes dificuldades em virtude da forma dinâmica que as atividades são apresentadas, despertando o interesse pela língua e cultura inglesa.

OFICINA: ESPANHOL – INSTITUTO FEDERAL

Grupo: Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos)

Atividades:

Jogos de socialização

Músicas diversas em Espanhol

Contos de fadas em Espanhol

Ampliação de vocabulário **Objetivos:** Difundir a língua e cultura espanhola, despertar o interesse pela língua latina, desenvolver a compreensão auditiva, criar oportunidade para as crianças desenvolverem a habilidade de escrita e ampliar o vocabulário.

Recursos utilizados: Papéis diversos, lápis de cor, canetinhas, sala de cinema (vídeos) e livros de histórias. **Resultados Alcançados:** As crianças participaram efetivamente das atividades, socializando suas dificuldades e conquistas e compartilhando suas vivências na Instituição, garantindo o fortalecimento de vínculos afetivos.

OFICINA: PROGRAMAÇÃO – INSTITUTO FEDERAL

Grupo: Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Noções gerais de Programação

Aprendendo o que que é algoritmo

Importância da programação

Formas de programação

Recursos utilizados: Laboratório de informática.

Objetivos: Apresentar situações problemas em diferentes contextos na tecnologia, conhecer a área da programação e componentes eletrônicos básicos, interagir com novas tecnologias e desenvolver pequenos projetos de construção de games.

Resultados Alcançados: Todos participaram sem grandes dificuldades e com muito entusiasmo em virtude da forma dinâmica que as atividades são propostas, garantindo momentos prazerosos e com conteúdos significativos.

OFICINA: INFORMÁTICA – VIA CERTA

Grupo: Mirim Junior (08 e 09 anos) / Link Mirim (10 e 11 anos) / Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Princípios básicos da Informática

Organização das funções ou áreas do computador: entrada de dados, processamento de dados e saída de dados.

Objetivos: Conhecer, organizar e utilizar os recursos do computador, reconhecer a importância do aprendizado na área tecnológica, desenvolver atividades de programação e jogos de raciocínio e desenvolver autonomia na utilização das ferramentas de informática e internet.

Recursos utilizados: Laboratório de informática, apostila e fone de ouvido.

Resultados alcançados: As atividades de informática são realizadas individualmente, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um e contam com o auxílio da monitora. Neste sistema mais dinâmico observamos que algumas crianças estão em processo de adaptação e que ainda buscam muito a ajuda da monitora.

OFICINA: GESTÃO EMPRESARIAL – VIA CERTA

Grupo: Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Princípios básicos da Gestão Empresarial

Definição do objetivo da empresa

Definição de estratégias

Criação de rotinas de trabalho eficientes

Recursos utilizados: Laboratório de informática, fone de ouvido e apostila.

Objetivos: Compreender as noções básicas de gestão e administração e desenvolver e coordenar as políticas internas, as ações e as estratégias a serem aplicadas em prol do bom funcionamento de todos os setores da empresa.

Resultados Alcançados: As atividades de gestão empresarial são realizadas individualmente, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um e contam com o auxílio

da monitora. Neste sistema mais dinâmico observamos que algumas crianças ainda buscam muito a ajuda do monitor.

OFICINA: ROBÓTICA – INSTITUTO FEDERAL

Grupo: Conexão Mirim (12 a 14 anos)

Atividades:

Noções gerais de Robótica

Robótica sustentável

Robótica musical

Recursos utilizados: Laboratório de informática.

Objetivos: apresentar situações problemas em diferentes contextos na tecnologia, conhecer a área da programação e componentes eletrônicos básicos, interagir com novas tecnologias e desenvolver pequenos projetos de automação e robótica com a finalidade de construir e programar robôs sustentáveis e instrumentos musicais.

Resultados Alcançados: Todos participaram sem grandes dificuldades e com muito entusiasmo em virtude da forma dinâmica que as atividades são propostas, garantindo momentos prazerosos e com conteúdos significativos.

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE 15 A 17 ANOS ELEVE MIRIM

OFICINA ESPORTE

Atividades:

Futsal de golzinho

Iniciação ao vôlei

Futsal

Futebol de campo

Ping pong

Objetivos: Aprimorar os movimentos motores, conhecer os fundamentos básicos do futsal, trabalhar os membros superiores, conhecer os fundamentos básicos do vôlei, incentivar a prática de esportes e conhecer os fundamentos básicos do futebol.

Recursos utilizados: Bolas, golzinho, campo, quadra, pátio coberto, raquete e rede.

Resultados alcançados: As atividades foram muito agradáveis para as crianças e adolescentes, garantindo a interação e o fortalecimento dos vínculos afetivos, além da melhoria da qualidade de vida com a prática de atividades físicas.

OFICINA: INFORMÁTICA – VIA CERTA

Atividades:

Princípios básicos da Informática

Organização das funções ou áreas do computador: entrada de dados, processamento de dados e saída de dados.

Objetivos: Conhecer, organizar e utilizar os recursos do computador, reconhecer a importância do aprendizado na área tecnológica, desenvolver atividades de programação e jogos de raciocínio e desenvolver autonomia na utilização das ferramentas de informática e internet.

Recursos utilizados: Laboratório de informática, apostila e fone de ouvido.

Resultados alcançados: As atividades de informática são realizadas individualmente, respeitando o tempo de

Aprendizagem de cada um e contam com o auxílio da monitora. Neste sistema mais dinâmico observamos que algumas crianças estão em processo de adaptação e que ainda buscam muito a ajuda da monitora.

OFICINA: GESTÃO EMPRESARIAL – VIA CERTA

Atividades:

Princípios básicos da Gestão Empresarial

Definição do objetivo da empresa

Definição de estratégias

Criação de rotinas de trabalho eficientes

Recursos utilizados: Laboratório de informática, fone de ouvido e apostila.

Objetivos: Compreender as noções básicas de gestão e administração e desenvolver e coordenar as políticas internas, as ações e as estratégias a serem aplicadas em prol do bom funcionamento de todos os setores da empresa.

Resultados Alcançados: As atividades de gestão empresarial são realizadas individualmente, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um e contam com o auxílio da monitora. Neste sistema mais dinâmico observamos que algumas crianças ainda buscam muito a ajuda do monitor.

OFICINA: INGLÊS – VIA CERTA

Atividades:

Formas de apresentação

Verbo To be

Ampliação de vocabulário

Conversação

Objetivos: despertar o interesse pela língua inglesa, desenvolver a compreensão auditiva, criar oportunidade para os adolescentes desenvolverem a habilidade de escrita e ampliar o vocabulário.

Recursos utilizados: aparelho de som, lápis de cor, lápis preto e apostila.

Resultados Alcançados: Todos participaram sem grandes dificuldades em virtude da forma dinâmica que as atividades são apresentadas, despertando o interesse pela língua e cultura inglesa.

OFICINA: ROBÓTICA – INSTITUTO FEDERAL

Atividades:

Importância para a sociedade moderna da robótica sustentável

Reaproveitamento de lixo eletrônico

Reaproveitamento de materiais recicláveis

Recursos utilizados: Laboratório de informática.

Objetivos: apresentar situações problemas em diferentes contextos na tecnologia, conhecer a área da programação e componentes eletrônicos básicos, interagir com novas tecnologias e desenvolver pequenos projetos de automação e robótica com a finalidade de construir e programar robôs sustentáveis.

Resultados Alcançados: Todos participaram sem grandes dificuldades e com muito entusiasmo em virtude da forma dinâmica que as atividades são propostas, garantindo momentos prazerosos e com conteúdos significativos.

COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES

Atividades:

Organização e acompanhamento da rotina pedagógica da Instituição

Organização do quadro de horários e atividades

Orientação e acompanhamento das oficinas

Acompanhamento das atividades pedagógicas das parcerias (Via Certa e Instituto Federal)

Elaboração de relatório das atividades dos monitores

Sugestão de materiais pedagógicos e atividades lúdicas

Sugestão de atividades recreativas e de socialização

Atendimento aos pais e a comunidade

Mediação de conflitos

Objetivos: Organizar, verificar e orientar as atividades lúdicas pedagógicas desenvolvidas na Instituição, organizar a rotina, quadro de horários e atividades, supervisionar as oficinas oferecidas pelos monitores e parceiros, proporcionar acesso ao universo informacional aos monitores, capacitar e desenvolver atividade para o trabalho em equipe.

Recursos Utilizados: Computador, sala de cinema, sulfite, caneta e materiais pedagógicos diversos. Resultados Alcançados: Mediante as atividades desenvolvidas foi possível constatar melhorias nas relações interpessoais, divisão do espaço físico, colaboração nas atividades e envolvimento da equipe na busca de um atendimento de qualidade às crianças e adolescentes desta Instituição.

No mês de abril, Considerando a declaração de emergência de saúde pública pela OMS em decorrência da Infecção Humana pelo COVID 19 (coronavírus), a portaria nº 54, de 1º de abril de 2020 da União, das resoluções do Estado/SEDS 02, de 10-03-2020, SEDS 07, de 17-03-2020, do decreto estadual nº 10.282, de 20 de março de 2020, do decreto municipal de Birigui nº 6.591 de 23 de março de 2020 e as orientações do Órgão Gestor, vimos por meio deste, informar as medidas e as ações realizadas pela OSC no mês de Abril.

A OSC que atua na proteção básica com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), com a suspensão das atividades presenciais das crianças e adolescentes, utilizamos as seguintes medidas:

Em relação aos funcionários da OSC:

Foram concedidas férias a alguns monitores e estagiários;

Conforme decreto municipal os demais funcionários atuaram no horário das 8h às 16h em revezamento adotado;

Os funcionários neste período traçaram ações estratégicas de prevenção no ambiente de trabalho conforme orientações dos órgãos competentes, tais como: higiene com as mãos, desinfecção de objetos, restringir o uso de utensílios compartilhados e quanto ao uso de máscaras;

Os funcionários organizaram e planejaram atividades, que por meio remoto, possam apoiar as famílias, as crianças e adolescentes em situação de isolamento.

Elaboramos atividades pedagógicas e lúdicas para que as famílias realizem em casa com as crianças e adolescentes, recebemos as atividades propostas por fotos, vídeos, desenhos, ou escrito, onde as famílias nos passam um feedback como foi a experiência, observamos que tem sido positiva, pois aproximam os pais dos filhos, favorecendo o contato presencial, atenção, carinho, escuta, diversão e fortalecimento afetivo. (proposta em anexo)

Em relação à Assistência Social da OSC:

Por meio de acesso remoto, apoiar, auxiliar e orientar as famílias e indivíduos;

Analisar e avaliar cada situação de vulnerabilidade e risco social decorrente dos impactos do isolamento e a necessidade de uma nova rotina de vida;

Encaminhar e articular com demais órgãos assistenciais, principalmente ao CRAS, traçando estratégias de enfrentamento para famílias de maior vulnerabilidade no contexto da pandemia de modo a atender as demandas identificadas através de suporte remoto a garantir a proteção dos mesmos;

Atendemos as famílias de maior vulnerabilidade através de doações recebidas de Kit legumes e frutas, cesta básica, produtos de higiene e limpeza, leite, bolachas e pães.

Orientar as famílias sobre as medidas de proteção e prevenção contra o Covid 19.

Atendendo as demandas e solicitações das famílias por acesso remoto.

Em relação às famílias atendidas:

Atendemos a todas as famílias através de acesso remoto via Whatsapp, contato telefônico, e em caso de atendimento presencial, tomamos as medidas de segurança de contágio da doença;

As famílias receberam postagens sobre a prevenção de contágio e higienização,

As famílias que apresentam demandas de vulnerabilidade recebem kits de legumes, frutas e verduras do programa fome zero, cestas básicas, kits de higiene e limpeza (sabão em pó, sabonete, creme dental e água sanitária) kits para crianças (leite, achocolatado, bolachas e pães).

As famílias receberam por ligação e via Whatsapp individualmente orientações, nos colocando à disposição para auxiliar em qualquer emergência, necessidade ou dificuldade.

As famílias receberam as propostas de atividades lúdicas para realizarem com seus filhos, dicas do dia, conforme as famílias vão realizando algumas atividades, nos relatam através de mensagens, fotos ou vídeos. (Disponíveis nas redes sociais Empreendedor Mirim).

Foi necessário pagarmos uma consulta particular para um dos atendidos à psiquiatra infantil Samira Dargham. O sistema de saúde da criança em especial a saúde mental não supre as necessidades. Além da consulta compramos a medicação.

Em relação aos parceiros:

Recebemos apoio e doações dos membros da diretoria, Igreja Amor e Cuidado, Fome Zero, Padaria Nosso Pão e Padaria Suíça.

No dia 21/04 ocorreu uma LIVE em prol a entidades beneficentes com os cantores Luiz Henrique e Leo, recebemos cestas básicas e valor pecuniário..

No mês de maio o SESI irá distribuir marmitas para que a entidade entregue para as famílias em necessidade diante do desemprego e da pandemia.

No mês de maio oferecemos e atendemos 44 famílias, algumas com kits de legumes, frutas e verduras semanais, com kits limpeza e higiene, com leite e bolachas e também com cesta básica.

No mês de julho Em parceria com Prefeitura Municipal de Birigui através do programa “Fome Zero” oferecemos as crianças e adolescentes desta Instituição uma complementação nutritiva e saudável da merenda oferecida pela cozinha piloto, ampliando o paladar e experimentando diversos tipos de frutas, legumes e verduras.

No entanto esta ação está suspensa por período indeterminado pelo programa Fome Zero, a entidade tem realizado a compra de legumes, verduras e frutas, leite e biscoitos, no intuito de proporcionar as crianças e adolescentes condições de sobrevivência e bem estar.

Oferecemos e atendemos famílias, algumas com kits de legumes, frutas e verduras semanais, com leite e bolachas e também com cesta básica doadas por parceiros.



Oferecemos e atendemos famílias, algumas com kits limpeza e higiene.



Recebemos apoio e doações dos membros da diretoria, Igreja Amor e Cuidado, Padaria Nosso Pão, Padaria Suíça, voluntários anônimos, SESI, Fit e Ensite, Ótica, relojoaria Pérola, Padaria Suíça, Drogaria Pérola, Artemidia e Mundial Pérola.

No mês de julho recebemos do SESI 85 marmitas de segunda-feira a sexta-feira, totalizando 1.785 marmitas no mês, para que a entidade entregasse às famílias em necessidade diante do desemprego e da pandemia, atendendo em média 22 famílias.

Recebemos de doação do SESI de 85 cobertores, 500 máscaras faciais da fábrica Zapplin Calçados, 20 caixas de álcool em gel com 12 unid. em cada caixa contendo 420 ml do kit Magazine, 08 caixas de tomate direto do produtor.

No decorrer dos outros meses, as ações foram consolidando a agenda 2030 em âmbito de intervenção e efetivando assim o cumprimento das metas propostas pela ONU.

Conclusão

No encerramento deste case, observa-se que Birigui é uma cidade promissora nos ajustes das 169 metas, 231 indicadores e dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável.

A construção conjunta de estratégias e ações municipais voltadas ao desenvolvimento sustentável proporciona a conexão necessária para todos unir-se em prol de uma causa, e resultar em benéficos duradouros, na construção de valor social.

CAPITULO 02 – OS REFERENCIAIS TEÓRICOS E AS MÚLTIPLAS INTERAÇÕES DA AGENDA 2030 NO CONTEXTO MUNICIPAL.

A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA PERSPECTIVA DA REDUÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

¹Roseli Cristina Rodrigues – Assistente Social – Prefeitura Birigui SP

Resumo:

O presente artigo, busca retratar a política de assistência no município de Birigui, sua organização de acordo com os diversos dispositivos legais, e apresentar como vem desenvolvendo essa política na perspectiva da redução da pobreza e desigualdade social.

Introdução

1. A Organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no município de Birigui

A Constituição Federal de 1988, foi marco regulatório para a assistência social, apresentando um novo desenho, com relação aquele que era desenvolvido no país, pautado em filantropia e assistencialismo. Com a Constituição Federal de 1988, houve a afirmação de políticas públicas, as necessidades da população empobrecida passaram a ser reconhecida como legítimas, e como direito e não mera benemerência.

A partir da década de 1990, o país passou por um processo de forte institucionalização, das políticas sociais e de suas formas de organização e gestão; desde a promulgação de leis infraconstitucionais até a criação dos diversos sistemas nacionais de ordenação de gestão das políticas públicas, parametradas na regulação e obediência ao pacto federativo e reconhecimentos dos direitos do cidadão -Loas, LDB, ECA, SUS, Suas.CARVALHO, 2014)

A Política Nacional de Assistência Social, juntamente com a Norma Operacional básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-Suas regulamenta o SUAS e dá parâmetros para sua organização.

O SUAS é a materialização dos artigos 6º e 203º da Constituição Federal de 1988, e da Lei 8.742/98 – Lei Orgânica da Assistência Social. É a consolidação de Política Pública

1 Assistente Social pela Faculdade de Serviço Social de Lins, Mestre em adolescente em conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera, Docente no curso de Direito e Serviço Social na Faculdade de Birigui; Discente em Direito pela Universidade Brasil- Faculdade de Birigui, Servidora pública da Prefeitura Municipal de Birigui, Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – Dona Linda Dias de Almeida, Supervisora Técnica na área da Assistência Social.

que compõe o tripé da seguridade social. Política Social não contributiva que tem orientação pela matricialidade sócio familiar.

Os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, que tratam dos objetivos da assistência social e das diretrizes que norteiam as ações governamentais, são concretizados pela Política Nacional da Assistência Social (PNAS), de 2004, e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), de 2005, revisada em 2012, e a Lei n. 12.435, de 2011, que consolidou o SUAS no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). O PNAS e o SUAS encontram amparo no art. 6º do texto constitucional, que reconhece a assistência aos desamparados como um direito social. (MIZUTANI, 2015)

O SUAS se fundamenta como principais pressupostos a territorialidade, a descentralização, e a intersetorialidade. Couto, Yazbek, Silva e Raichelis (2012) destacam que a intersetorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial, ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas.

Prevê um sistema unificado com partilha de responsabilidade entre os entes federados, bem como as instâncias do sistema descentralizado e participativo. Ainda, institui um sistema de informação, monitoramento e avaliação. Preconiza a lógica orçamentária que garante o Co financiamento com repasses automáticos dos recursos, o que busca garantir a execução das ações prevista na Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que tipifica os serviços socioassistenciais em nível de complexidade.

Importante dizer, que com a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema único de Assistência Social, ampliam os usuários da política, na perspectiva de superar a fragmentação contida na abordagem por segmento, como outrora se tinha, por exemplo idosos, adolescentes.

Como salientado neste texto, o SUAS é orientado pela matricialidade socio familiar, o que significa que independente do formato e modelo que assumem a família são sujeitos merecedores de atenções, mesmo porque são espaços contraditórios e ocorrem situações diversos conflitos. De acordo com a PNAS (2004)

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossando, assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil, tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, dentre outras.

Como previsto na NOB/SUAS de 2005, a proteção social de assistência social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos vivenciados

pelas famílias, nos diversos ciclos de vida. A proteção social devem promover um conjunto de seguranças que reduzam ou previnam risco ou vulnerabilidades sociais (Couto apud Sposati, 1995).

Tais seguranças, referidas pela autora, trata-se da segurança a acolhida, segurança social, segurança de convívio, segurança de desenvolvimento da autonomia, segurança de benefícios materiais ou pecúnia.

Na NOB/SUAS de 2005, expressa que a proteção social na política de assistência social, tratada por níveis de complexidade no processo de proteção social em decorrência do impacto desses riscos no indivíduo e em sua família.

A NOB/SUAS, prevê que os municípios para executar a Assistência social, deve estar organizada por nível de gestão; sendo gestão inicial, básica e plena. Os municípios em gestão inicial, são os que não se habilitaram à gestão plena ou à básica receberão recursos da União, conforme série histórica, transformados em Piso Básico Transição e Piso de Transição de Média Complexidade e Piso de Alta Complexidade I, conforme estabelecido no item “Critério de transferência” desta Norma, por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social

Na Gestão básica, o município deve assumir a gestão da proteção social básica na assistência social, devendo organizar a proteção básica de maneira a prevenir situação de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, ofertando programas, projetos e socioassistenciais, que fortaleçam as relações familiares e comunitárias.

Na gestão plena, o município tem total gestão de todas as ações da assistência social, como prevê a NOB/SUAS, o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção social básica e especial, prevenir situações de risco, por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de proteger as situações de violações de direito

A proteção social na política de assistência social acontece de forma hierarquizada, ou seja, proteção social básica, proteção social de média e alta complexidade.

O grande avanço identificado na Política de Assistência Social ocorreu com a aprovação da Lei 12.435 de 2011 que dispõe sobre as alterações da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e estabelece o Sistema Único de Assistência Social.

Entre as várias alterações consideradas importantes para o aprimoramento da assistência social, estão as definições das hierarquias de atendimento pelos níveis de complexidade, dentre essas, o CRAS – Centro Regional de Assistência Social, na execução de serviços de proteção social básica e o CREAS – Centro de Referência de Assistência, como execução da proteção social de média complexidade.

Há que se considerar ainda, os serviços tidos como Alta complexidade como Centro Pop, Serviço de Acolhimento institucional para idosos, pessoas com deficiência, população de rua e crianças e adolescente.

Importante destacar que a proteção social básica, por ser de iniciativa estatal, deve ser desenvolvida exclusivamente pelo Estado e ações devem acontecer no Centro de Referência de Assistência Social, que de acordo com a tipificação dos serviços socioassistenciais.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social. (NOB/SUAS, 2005)

São ações de proteção social básica: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos.

A proteção especial de média complexidade, acontece no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREA é unidade pública estatal, realiza a gestão do trabalho social voltado às famílias ou indivíduos com seus direitos violados, através da oferta dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, mantendo articulação com os serviços de Alta Complexidade, com os serviços da Proteção Social Básica, com as políticas setoriais e demais órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

A proteção social especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (NOB/SUAS, 2005)

Os serviços executados na proteção social de média complexidade, consiste em serviço voltado a crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência em situação de violação de direitos, decorrentes de violência intrafamiliar e extrafamiliar. Compreende um conjunto de ações voltadas ao apoio e orientação direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com enfoque no fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou submetem a situações de risco social e pessoal.

Como já esclarecido, as proteções sociais na política de assistência social são hierarquizadas, ou seja, devem acontecer por níveis de proteção, sendo proteção social básica, proteção social de média e alta complexidade.

Por meio da Lei Municipal n.º 3.211, de 16 de fevereiro de 1.995, o município de Birigui, buscando adequar-se a esse novo desenho de assistência social, instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social, que constituísse como instância municipal deliberativa do sistema descentralizado e participativo da assistência social. O Conselho tem caráter permanente e de composição paritária entre o governo municipal e a sociedade civil. É composto por 16 (dezesesseis) conselheiros (as), sendo 8 (oito) representantes do poder público e 8 (oito) representantes da sociedade civil. Além disso, constituiu o Fundo Municipal de Assistência Social por decreto; designou a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social como órgão público responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social; elaborou e aprovou o Regimento Interno do CMAS e o primeiro Plano Municipal de Assistência Social, encaminhando o respectivo processo aos órgãos competentes.

No ano de 1.997, o município foi um dos vinte e cinco primeiros municípios do Estado de São Paulo, a celebrar convênio pelo sistema descentralizado e participativo, ou seja, de Fundo a Fundo, com anuência do CMAS.

2.1. Serviços Socioassistenciais

A assistência social foi reconhecida pela Constituição Federal de 1988, como política pública, direito social que é dever do Estado e direito do Cidadão. É uma política social que compõe o tripé da seguridade social e não contributiva, ou seja, para ter acesso aos direitos preconizado nesta política não há necessidade de contribuição.

De acordo com a LOAS, tem direito à assistência social, quem dela necessitar, o que pode ser todos cidadãos que estão em situação de vulnerabilidade, os sem acesso a bens e serviços, os que estão fora dos canais de proteção de políticas públicas, sem acesso a renda, informações e formação, os que encontram-se em situação de violação de direitos.

Mizutani (2015), entende que o direito é de um sujeito concreto sobre algum objeto tutelado, dentro de um contexto social determinado. A assistência social é, portanto, direito da pessoa que dela necessita pela tutela de sua existência digna, conforme o que se entenda por existência digna a partir dos parâmetros nacionais e das diretrizes internacionais.

Para que os direitos sociais preconizado nas diversas legislações sociais fossem efetivados foram previstos em diversos equipamento sociais, dentre eles o Centro de Referência de Assistência Social e o Centro de Referência Especial de Assistência Social.

Nestes centros de proteção social, seja básica ou especial, as ações são pautadas na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na Lei Organiza da Assistência Social – LOAS e na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Importante reforçar que a LOAS, prevê os mínimos sociais, e que as ações devem ser realizadas por um conjunto articulados de ações, o que implica em unir diversos esforços, conhecimentos e políticas públicas para minimizar as questões sociais que afeta a população em situação de vulnerabilidade social

Posto isto, mister se faz destacar os princípios que regem a assistência social de acordo com o artigo 4º da LOAS:

- I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A Assistência social desenvolve serviços, programas e projetos. Todos estão previstos na PNAS, na LOAS – Lei 8.742/08 alterada pela Lei 12.425/11; Tipificação dos serviços Socioassistenciais e demais cadernos de orientação técnica. Todos esses com equipe de referência específica.

O Serviço de Prestação continuada – BPC, está previsto no artigo 20 da LOAS. Este serviço é garantia a todo idoso a partir de 65 anos e, a pessoa com deficiência. A renda para que os idosos e PCD possam acessar esse serviço deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo vigência à época. Este serviço é conhecido por muitos advogados. Além da idade e condição da deficiência, na LOAS, está previsto a forma de concessão, critérios de acesso às pessoas com deficiência, entre outros.

A LOAS prevê ainda, os benefícios eventuais. De acordo com o artigo 22:

Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública

O artigo 23 da LOAS, trata dos serviços socioassistenciais, que são atividades continuada e que visem a melhoria de vida da população; destaca ainda que as atenções devem ser voltadas para as necessidades básicas das famílias. A exemplo de serviços socioassistenciais, destaca-se os Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI

Prevê ainda, no artigo 24, que os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais. A exemplo de programas pode-se destacar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

De acordo com a NOB/SUAS, o financiamento da assistência social é:

Detalhado no processo de planejamento através do orçamento plurianual e anual, que expressa a projeção de receitas e autoriza os limites de gastos nos projetos a atividades propostos pelo órgão gestor e aprovados pelos conselhos, com base na legislação, nos princípios e instrumentos orçamentários e na instituição de fundos de assistência social, na forma preconizada pela LOAS e pela Lei 4320/64.

Ainda define os instrumentos de planejamento orçamentário na administração pública que se desdobram em Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual.

De acordo com a Resolução 109 de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação dos serviços socioassistenciais, expressa no artigo 1º, organiza os serviços socioassistenciais em níveis de complexidade. Por ser uma política pública, a assistência social foi organizada em níveis de proteção social e de forma territorializada, ou seja, todos os serviços por ela prestada deve acontecer em todo território nacional.

2.2 Proteção Social Básica

Como posto acima, a organização da assistência social ocorre por níveis de proteção social, sendo a básica, especial de média complexidade e especial de alta complexidade.

A proteção social básica é a porta de entrada para as demais políticas públicas, por isso a assistência social tem como princípio um conjunto articulado de ações, ou seja, o usuário da assistência social deve ser vista em toda sua totalidade, entretanto, cada política social ou proteção social, irá atendê-lo de acordo com sua necessidade, demanda e especificidade. Por isso também a necessidade de equipe multidisciplinar, que será posto mais adiante.

Então, de acordo com a Resolução 109, que trata da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, expressa que a proteção social básica, deverá acontecer no Centro de Referência de Assistência Social. Os serviços prestados nesses níveis de proteção são Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência.

2.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

Como previsto na tipificação o PAIF;

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF devem utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. (p. 12)

Orienta que são usuários destes serviços:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial:

- a) Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- b) Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- c) Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- d) Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social

Os objetivos deste serviço são:

- a) Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- b) Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- c) Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- d) Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- e) Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- f) Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Espera-se com este serviço, a redução de ocorrência de situações de vulnerabilidade social, redução de risco sociais, bem como seu agravamento, além do acesso aos demais serviços e políticas públicas.

2.2.2 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo - SCFV

O SCFV, deve fazer uma articulação como o PAIF, afim de garantir a matricialidade sociofamiliar, já descrito neste estudo.

O SCFV descrito na tipificação como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

O SCFV acontece de acordo com o desenvolvimento do ciclo de vida do indivíduo, com trabalho em grupos de 0 a 6 anos, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos, 18 a 29 anos, de 30 a 59 anos e acima de 60 anos, que são os idosos.

As ações desenvolvidas neste serviço, busca reduzir as seguintes situações:

- a) Redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social;
- b) Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- c) Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- d) Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;
- e) Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias;
- f) Aumento no número de jovens que conheçam as instâncias de denúncia e recurso em casos de violação de seus direitos;
- g) Aumento no número de jovens autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres;
- h) Reduzir, junto a outras políticas públicas, índices de: violência entre os jovens; uso/abuso de drogas;
- i) doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce;
- j) Melhoria da condição de sociabilidade de idosos;
- k) Redução e Prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

Para o alcance dos objetivos propostos, a execução deste serviço deve haver a articulação com a proteção social especial, com a política de educação, saúde, Sistema de Garantia de Direitos.

2.2.3 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio Para Pessoas com Deficiência e Idosas

Serviço descrito na Tipificação que tem por finalidade:

A prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

Estabelece que são usuários deste serviço:

- a) Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária, em especial;
- b) Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada;
- c) Membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

Busca-se com este serviço:

Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais;
Prevenir confinamento de idosos e/ou pessoas com deficiência;
Identificar situações de dependência;
Colaborar com redes inclusivas no território;
Prevenir o abrigo institucional de pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas com vistas a promover a sua inclusão social;
Sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas com deficiência e pessoas idosas buscando a desconstrução de mitos e preconceitos;
Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos das pessoas com deficiência e pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social;
Oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo a participação cidadã;
Incluir usuários e familiares no sistema de proteção social e serviços públicos, conforme necessidades, inclusive pela indicação de acesso a benefícios e programas de transferência de renda;
Contribuir para resgatar e preservar a integridade e a melhoria de qualidade de vida dos usuários;
Contribuir para a construção de contextos inclusivos.

Este serviço deve manter uma relação estreita com o Sistema de Garantia de Direitos, serviços de proteção especial, serviço de saúde, habilitação e reabilitação, Centro de Convivências, serviços de cultura, esporte e lazer.

É importante ressaltar que os serviços previstos neste nível de complexidade, tem como objetivo de reduzir o agravamento das vulnerabilidades sociais vivenciadas por indivíduos e suas famílias, entretanto, pode ocorrer o agravamento das vulnerabilidades por

diversas situações, e quando isso ocorre, os casos são atendidos pela equipe dos serviços executados na proteção especial.

De acordo com o que fora apresentado, a organização da proteção social básica no município de Birigui, apresenta-se da seguinte forma:

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Nome da Unidade	Número de Famílias Referenciadas	Serviços
CRAS I “Dona Linda Dias de Almeida”	5580	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
CRAS II “Palmira Albani	3694	
CRAS III “Dária Brambila do Nascimento”	3637	
CRAS IV “Orlanda Macarini	2808	

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social, atualizado pelo Órgão Gestor da Assistência Social

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)				
Nome da Unidade	Número de Atendidos (Crianças / Adolescentes / Jovens)	Faixa Etária	Forma de Execução	Território
Arte de Crescer	Serviço reordenado ao Rotary	06 a 15 anos	Direta	Centralizado
Núcleo: Centro de Atendimento à Criança (CAC)	588			CRAS II
Núcleo: Centro Educacional Municipal Rotary	891			Centralizado
Núcleo: Portal da Pérola II	502			CRAS IV
Associação dos Bombeiros Voluntários Mirins e Juvenis de Birigui	967	06 a 15 anos		Centralizado

Associação de Promoção e Assistência Comunitária – APAC	463	06 a 15 anos 15 a 17 anos	Indireta	CRAS I
Associação Sementinhas da Esperança	Não possui inscrição nos conselhos	06 a 15 anos 15 a 17 anos		CRAS I
Casa do Caminho Ave Cristo	396	até 06 anos		CRAS III
Instituto de Promoção e Inclusão Social – IPIS	1400	06 a 15 anos		CRAS I
Instituto Educacional Gumerindo de Paiva Castro Polícia Mirim	1955	06 a 15 anos 15 a 17 anos		Centralizado
Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente – Pró Criança	759	06 a 15 anos		Centralizado

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social, atualizado pelo Órgão Gestor da Assistência Social

2.3 Proteção Especial de Média Complexidade

A proteção social de média complexidade deve ser ofertada no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Neste nível de complexidade os serviços deverão ser ofertados os Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em abordagem social; Serviço de Proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC; Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de rua.

Todos esses serviços tem uma relação estreita com o Sistema de Justiça. São nestes serviços que a inserção do advogado foi uma situação inovadora no campo da Assistência Social. Importante destacar que a inserção deste profissional, está previsto na NOB/SUAS/RH, como será apresentado adiante.

2.3.1 Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

Como expresso na tipificação, este serviço refere-se a:

Orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

São usuários deste serviço, famílias e indivíduos que vivenciam situações de violações de direito em decorrência de violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; - Abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família - PBF e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI em decorrência de violação de direitos.

Importante destacar que apesar de vivenciarem situações de violação de direito, os vínculos familiares ainda estão presentes, porém fragilizados.

Este serviço busca contribuir para o fortalecimento da família no desempenho da sua função protetiva; processar a inclusão no sistema de proteção social, restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia do indivíduo, romper com padrões violadores de direitos na família, reparar o dano e a incidência de violação de direitos e ainda, prevenir a reincidência de violações de direito.

Para o alcance dos objetivos propostos nesse serviço, é necessário a estreita relação com o sistema de segurança pública, sistema de garantia de direitos, políticas de educação e demais políticas setoriais.

2.3.2 Serviço Especializado em abordagem social

O serviço especializado em abordagem social é realizado através de busca ativa, em praças, fronteiras, estradas, terminais rodoviários e outros espaços com circulação de pessoas. Tem como finalidade a identificação de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua.

Esse tipo de abordagem, tem como finalidade, contribuir para o processo de saída das ruas, possibilitar o acesso à rede de serviços e benefícios assistenciais, como o BPC, por exemplo, identificar famílias e indivíduos com direitos violados, entre outros.

Ainda, espera-se com este serviço a redução/reincidência de violação de direitos, redução de pessoas em situação de rua.

2.3.3 Serviço de Proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC

Neste serviço, são realizados o acompanhamento de medidas socioeducativas² em meio aberto, determinadas judicialmente.

De acordo com a tipificação este serviço deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. É necessário enfatizar a responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente -ECA no artigo 90 trata da sobre as entidades de atendimento e do planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados destinado a criança e adolescentes em regime de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida. Essa situação também tem respaldo na Lei 12.594, que institui o SINASE,

A previsão de atendimento, são atendidos adolescente de 12 a 18 anos incompletos e jovens de 18 a 21 anos, e cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade³ e de Liberdade Assistida⁴, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude.

2 As medidas socioeducativas, estão previstas no Capítulo IV Seção I do Estatuto da Criança e adolescente. O artigo 112 expressa que verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – Advertência
- II – Obrigação de reparar o dano
- III – Prestação de serviço à comunidade
- IV – Liberdade Assistida
- V - Inserção em regime de semiliberdade
- VI Inserção em estabelecimento educacional

3 Prestação de Serviço à Comunidade está previsto no artigo 117 do ECA que orienta que a prestação de serviços comunitário consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

4 Liberdade Assistida previsto no artigo 118 do ECA. Expressa que será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. § 1º a autoridade

Mister destacar que no caso de liberdade assistida, quando expresso que a medida poderá ser substituída por outra, a qualquer tempo, neste caso, é extremamente importante a orientação do advogado não só para o adolescente e sua família, como também a equipe técnica.

Busca-se com este serviço a redução da reincidência da prática do ato infracional, bem como a redução do ciclo da violência e da prática do ato infracional.

2.3.4 Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

Este serviço é ofertado para pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, dentre eles o isolamento, confinamento que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento de sua autonomia. Estes indivíduos muitas vezes são vítimas de violência física, abandono.

As ações desenvolvidas são as que possibilitem a inclusão em benefícios que lhes afixam renda, como o BPC, por exemplo.

A intervenção será sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa. (Brasil, 2009, p.89)

Neste serviço é possível o desenvolvimento de práticas de mediação extrajudicial, com previsão na Lei 13.140 que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

No artigo 9º desta mesma lei expressa que os mediadores extrajudiciais, poderá ser qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, entidade de classe ou associação ou nele inscrever-se. Ainda o artigo 10º orienta que as partes poderão ser assistidas por advogado. Silva (2020), em seu texto sobre o papel da mediação no Novo Código de Processo Civil, destaca que:

designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. § 2º A liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo o orientador, o Ministério Público e o defensor.

O que se tem percebido, de acordo com a maneira pela qual os conflitos e essas demandas chegam até o Judiciário é necessária uma nova perspectiva acerca desses litígios. A grande dificuldade e também necessidade do Direito é acompanhar os fatos sociais, para que o sistema jurídico consiga dar uma resposta satisfatória para a sociedade.

Já o artigo 21, trata das medidas extrajudicial, no caput, orienta que o convite para iniciar o procedimento de mediação extrajudicial que poderá ser feito por qualquer meio de comunicação e deverá estipular o escopo proposto para a negociação, a data e o local da primeira reunião.

Dentre os impactos esperados por esse serviço, destaca-se a redução ao isolamento social e abrigo institucional, fortalecimento familiar e, a redução dos agravos decorrentes de situações violadoras de direito.

2.3.5 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de rua

Este serviço é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Busca assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida, conforme a tipificação.

São usuários deste serviço, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Propõe que os usuários tenham a segurança de ser alicerçado a dignidade na prestação de serviços, minimizar os danos sofridos, ainda de preservar sua integridade e história de vida

Para o alcance dos objetivos propostos é necessário a articulação com o sistema de justiça, sistema de garantia de direitos e, demais políticas setoriais

Busca-se então a redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência, a proteção social às famílias e indivíduos, a redução de danos provocados por situações violadoras de direitos e a construção de novos projetos de vida.

2.4 Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade

Na alta complexidade, na política de assistência social, são ofertados serviços à indivíduos cuja violação de direito já está instalada. São indivíduos com graves violações de direito, cujo vínculos familiares e comunitários já estão rompidos. Serviços previstos na tipificação dos serviços socioassistenciais dentre eles o Serviço de Acolhimento Institucional,

Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências

2.4.1 Serviço de Acolhimento Institucional

De acordo com a tipificação dos serviços socioassistenciais, o serviço de acolhimento é destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida; arranjos familiares; raça/etnia, religião; gênero e orientação sexual.

Essa modalidade de serviço é destinada para crianças e adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência; jovens e adultos com deficiência e idosos

2.4.1.1 Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes

Crianças e adolescentes Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes; para

O acolhimento para crianças e adolescente, é medida de proteção, previsto no artigo 98 do ECA, que são aplicáveis quando:

Sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta.

Quando então são constatadas algumas dessas situações acima descrito, aplica-se ao artigo 101 da mesma lei inciso VII, orienta sobre o acolhimento institucional⁵.

O acolhimento deve ser temporário, e atender as famílias ou responsáveis que se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função protetiva. Esta modalidade de atendimento pode ser:

Semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Nessa unidade é indicado que os educadores/ cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. Poderá contar com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários. (BRASIL, 2009)

5 Ver Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009

Trata-se de modalidade cuja relação com o Poder Judiciário é estreita, pois uma vez acolhida, crianças e adolescentes só poderão ser desacolhida com ordem judicial.

2.4.1.2 Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias

O Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias, é previsto para pessoas que vivem em situação de rua e desabrigo, em decorrência de abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de auto sustento.

A oferta deste serviço a adultos e famílias que necessitam de proteção integral, como higienização, alimentação, moradia. São pessoas que se encontram com a relação familiar rompida ou fragilizadas. O acolhimento é provisório, e poderá permanecer por período de até 3 meses.

O serviço tem a finalidade de garantir a proteção integral, possibilitar o acesso as políticas sociais e ao sistema de garantia de direitos; restabelecer os vínculos familiares e sociais e, promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.

2.4.1.3 Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência;

Este serviço de acolhimento para mulheres, tem previsão na tipificação dos serviços socioassistenciais, na Lei 11.340⁶, de 7 de agosto de 2006 e nas Diretrizes Nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de violência doméstica⁷.

No § 1º do artigo da Lei 11.340 expressa que o poder público desenvolverá políticas públicas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com relação a medidas integradas de prevenção à mulheres vítima de violência doméstica, a Lei 11.340, cita a assistência social, quando no artigo 8º expressa que a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher deverá acontecer por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes, com a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas

⁶ A lei 11.340 de 7/08/06, cria mecanismo para coibir a violência contra mulher.

⁷ Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, conforme inciso I deste artigo.

Ainda, o artigo 9º desta mesma lei, garante que:

A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

Para acessar o serviço, as mulheres são encaminhadas pela equipe multidisciplinar do CREAS. Busca-se com este serviço proteger e prevenir a continuidade de situações de violência, propiciar condições de segurança física e psicológica, entre outras.

2.4.1.4 Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência

O referido serviço é destinado a jovens e adultos com deficiência⁸, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados. É previsto para jovens e adultos com deficiência que não dispõem de condições de auto sustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência. Deve ser desenvolvido em Residências Inclusivas, conforme a tipificação dos serviços socioassistenciais.

De acordo com o artigo 39 da Lei 13.146, orienta sobre os serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família, e têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social. No § 1º caput deste artigo, orienta que:

A assistência social à pessoa com deficiência, nos termos do, deve envolver conjunto articulado de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, ofertados pelo Suas, para a garantia de seguranças fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos.

Este serviço tem como objetivos o desenvolvimento das capacidades adaptativas para a vida diária, a promoção da convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência; o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.

8 Ver Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com deficiência.

2.4.1.5 Serviço de Acolhimento Institucional para idosos

O serviço de acolhimento para idosos tem natureza provisória e excepcionalmente de longa permanência, quando esgotados todas as possibilidades de permanência na família.

De acordo com o Estatuto do Idoso⁹, o artigo 43 orienta sobre as medidas de proteção, que serão aplicadas quando os direitos dos idosos forem ameaçados ou violados:

- I – Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – Por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;
- III – em razão de sua condição pessoal.

Quando for constatado qualquer situação de violação de direitos previsto neste artigo, os idosos poderão ser encaminhados para abrigo em entidades ou abrigos temporários, conforme inciso V e VI do artigo 45 da mesma lei.

O serviço em referência deve ser desenvolvido em unidade institucional com característica domiciliar e ainda, assegurar a convivência com familiares, amigos, pessoas de referência do idoso.

3. Benefícios e Programas de assistência Social

3.1 Benefícios Eventuais

De acordo com as orientações técnicas sobre benefícios eventuais no SUAS dispões que os benefícios eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. Compreensão na Lei Orgânica da Assistência Social, com nova redação pela Lei 12. 435 de 2011, expressa em seu art. 22 que entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Concedidos em forma de pecúnia, bens ou serviços, buscando garantir as seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência aos indivíduos e às famílias com impossibilidade temporária de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, desprotegendo e fragilizando a manutenção e o convívio entre as pessoas. (2016, pág.16)

⁹ Ver Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003, institui o Estatuto do Idoso.

O município de Birigui, a concessão de Benefícios eventuais são ofertadas nas modalidades de Cesta Básica, Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Auxílio Gás, Auxílio Transporte e Documentação Civil, e regulamenta por Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social e Decretos municipais. No ano de janeiro de 2017 a novembro de 2020 foram concedidos 8.218 cesta básica, e 3.238 auxílio gás, por exemplo.

3.2 Benefício de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação Continuada está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil no artigo 205, inciso V, que expressa que será garantido um salário mínimo de benefício mensal às pessoas portadores de deficiência e ao idoso que comprovarem não possuir meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Neste contexto, a Lei Orgânica da assistência Social nº 8.742/93 no artigo 20 regulamentou o inciso, que foi publicado em 8.12.1995, por meio do Decreto 1.744. Em seguida a Lei 9.720/98 apresentou alteração e estabeleceu os requisitos para a obtenção do benefício de amparo assistencial, também conhecido por BPC.

De acordo com o Órgão Gestor Municipal de Assistência Social, o município de Birigui, no ano de 2020 foram concedidos 1.885 benefícios tanto idosos, quanto pessoa com deficiência, correspondendo a um valor de R\$ 11.977.140,45 que são disponibilizados para as famílias.

3.3 – Programas Socioassistenciais

Por fim, o município desenvolve ainda, os programas socioassistenciais, que são Renda Cidadã, Ação, Jovem Programa de Aquisição de Alimentos e Viva Leite. Todos, para que as famílias possam acessá-los é necessário que tenham o Cadastro Único. Cadastro único é o instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. No quadro abaixo, apresenta-se os programas desenvolvidos pelo município de Birigui. Os dados foram extraídos do Plano Municipal de Assistência Social e atualizado pelo Órgão gestor na elaboração deste.

Programa	O que é?	Número de atendidos em 2020
Renda Cidadã	Programa de transferência de renda e tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza, mediante ações	39

	complementares com condicionalidades e transferência direta de renda. Visa a autossustentação e a melhoria de vida das famílias. Público alvo: Prioritariamente famílias com renda mensal percapita até ¼ do salário mínimo. Valor: R\$ 80,00 por família/mês. Período: Até 36 parcelas.	
Programa Ação Jovem	Programa com objetivo de promover a inclusão social de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, mediante ações complementares de apoio a iniciação profissional, condicionalidades e transferência de renda direta. Público alvo: Estudantes de 15 a 24, com prioridade para aqueles com renda familiar de até ¼ per capita. Valor: R\$ 80,00 jovem/mês.	37
Programa Viva Leite	Destinado as famílias com renda per capita até ½ salário mínimo, que tenham crianças com idade de 06 a 5 anos e 11 meses. E idosos acima de 60 anos. As ações do programa devem estar vinculadas aos serviços de Proteção Social Básica dos CRAS. O programa estabelece parceria com órgãos das áreas de assistência social, saúde e segurança alimentar e visa articulações em conjunto focadas nas famílias a serem vinculadas e beneficiarias. O Programa também possui condicionalidades	39

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social -

Considerações Finais

Com o desenvolvimento deste artigo, buscou-se demonstrar como o município de Birigui materializou a organização da Política Municipal de Assistência Social.

Com todas as ações previstas nas diversas normativas que orientam a assistência social, de fato tem alcançado a redução da desigualdade social, bem como da pobreza. Importante destacar que no momento da Pandemia devido o COVID 19, o município se organizou para realizar a cobertura de todo o município para população referenciada na proteção social básica.

Se faz mister ressaltar que para que ocorra o desenvolvimento de todos programas, serviços, projetos e benefícios, o município possui um quadro de recursos humanos capacitado e habilidade e, ainda cumpre o previsto na NOB/SUAS/RH, pois todos os trabalhadores dos Centros de Referência de Assistência Social, bem como do CREAS são servidores contratados por meio de concurso público, assim como muitos dos demais trabalhadores são efetivados por meio de concurso público. O que significa a garantia da prestação de serviço de qualidade e de referência.

Referências bibliográficas

BRASIL, Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 16 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.906 de 04 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 4 de julho de 1994.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 7 de dezembro de 1993.

BRASIL, Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003, Dispõe sobre o Estatuto do Idoso). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 1 de outubro de 2003.

BRASIL. Lei 11.340 (Maria da Penha), de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 7 de julho de 2015.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília –DF, 2005

_____, Resolução nº 33. **Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social** – NOB/SUAS. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília 12 de dezembro de 2012.

Disponível https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf
acessado em 30 de abril de 2020

_____, **Resolução nº 109. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 11 de novembro de 2009.

Disponível
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
df acessado em 30 de abril de 2020

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, NOB – RH/SUAS.** Brasília – DF, 2006

_____, MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de assistência social : CREAS. Brasília: Gráfica e Editora Bras, 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social e Trabalho social:** desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.

MIZUTANI, Larissa. **Assistência social como direito:** aspectos nacionais e internacionais. Brasília: Fio Cruz, 2015.

ODS 02: AGROFLORESTA URBANA: COMBATE A FOME, GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM PROMOÇÃO DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.

Jefferson Rabal – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Birigui - SP

Resumo

O presente artigo pretende discutir a implantação de uma das políticas públicas para o enfrentamento da fome no município de Birigui, por meio da segurança alimentar e melhoria na nutrição, além de promover a agricultura de baixo impacto, com diversidade, integração do homem com a natureza e geração de renda. A ação a ser apresentada tem grande potencial de ser socializado com outros municípios pela simplicidade, baixo custo e grande potencial transformador da realidade local, com ganhos ambientais, sociais e econômicos. Mais do que apresentar a ação o artigo promove o resgate histórico da relação do homem com a terra, estimulando a memória afetiva e transformadora.

Palavras-chave: Agenda 2030/ONU. Agrofloresta Urbana. ODS, ONU, ODS 2, Birigui – SP.

Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável trazem como Objetivo 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Desafios consolidados ao longo dos anos pela relação direta do crescimento econômico e devastação do meio ambiente. Historicamente, a exploração (sem precedentes) dos recursos naturais gera riqueza para uma pequena parcela da humanidade. Já uma grande maioria, não tendo acesso às riquezas, trabalham para suprir as necessidades básicas e, por vezes, vivem às margens da sociedade, com fome, acesso a alimentos pouco nutritivos e ultra processados.

Em relatório publicado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO em 2019, indica que mais de 820 milhões de pessoas no mundo ainda passam fome. O número de pessoas com fome no mundo tem aumentado por três anos seguidos, e está de volta aos níveis de 2010-2011.

O relatório apresenta que o tema recessão econômica, falta de crescimento nos países em desenvolvimento é a grande causa da fome. De acordo com o relatório, na maioria dos países, as rendas dos produtores de alimentos em pequena escala são menos da metade das dos maiores produtores de alimentos. Diferenças na produtividade de pequenos produtores de alimentos em comparação com os maiores produtores também são perceptíveis, embora menos acentuadas do que os ganhos.

O relatório da FAO (2019) apresenta uma série de recomendações destinadas a reverter essas tendências de agravamento. Destacamos, dentre elas, a promoção do crescimento da produtividade e o fortalecimento da resiliência e capacidade de adaptação dos pequenos produtores de alimentos, que é fundamental para reverter a tendência de aumento da fome e reduzir o número de pessoas vivendo em extrema pobreza.

No município de Birigui, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, a Prefeitura Municipal desenvolve o Projeto de Agrofloresta Urbana, com a proposta de desenvolver ações de enfrentamento à fome, garantir uma melhor nutrição da população com a produção de alimentos livre de agrotóxicos e com valores nutricionais superiores aos convencionais.

O Projeto Agrofloresta Urbana ainda resgata a relação do homem com a terra no ato de lavar e cultivar alimentos saudáveis. Proporciona a convivência harmônica e respeitosa

entre as famílias, por além de criar uma sala de aula, ao ar livre, para produção de conhecimentos e práticas agrárias, ambientais e sociais.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 2

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos

Ainda que pareça utópico o Objetivo 2, é recheado de metas cruciais para a vida da espécie humana, já que a alimentação saudável é o que garante a capacidade de pensar, trabalhar e desenvolver a sociedade. Sem alimento de qualidade, a humanidade perece e as famílias mais pobres já sentem, hoje, esta realidade que, no futuro, pode atingir todas as classes sociais.

O Projeto de Agrofloresta Urbana contempla as cinco metas contidas no Objetivo 2, com muita simplicidade e inteligência, demandando pouco investimento para grandes transformações.

Projeto Agrofloresta Urbana – Birigui – SP

Iniciado no ano de 2018, o Projeto de Agrofloresta Urbana incentiva à adoção de técnicas agrícolas de baixo impacto ambiental, por meio da agroecologia, para promover a segurança alimentar, aumentar a geração de renda das famílias e ao mesmo tempo disciplinar o uso do solo de maneira adequada à preservação, recuperação e conservação de mananciais do município de Birigui.

Por além de produzir alimentos nutritivos e saudáveis como abóbora, mandioca, milho, banana, mamão, feijão, berinjela, pimenta, jiló, cheiro-verde, alface, rúcula dentre tantas outras, as ações protagoniza o uso coletivo dos espaços públicos, por meio de Sistema Agroflorestal, com o cumprimento das funções ecológicas, ambientais, sociais, estética e de lazer.

As metas previstas no Projeto de Agrofloresta Urbana estão diretamente relacionadas ao ODS – Objetivo 2, conforme observamos:

5.1 Reflorestamento das áreas verdes dos bairros: Chácaras Gran Ville, Colinas, Teresa Maria Barbieri, Vista Alegre, Bosque da Saúde;

5.2 Promover discussões sobre os temas socioambientais: segurança alimentar, produção agroflorestal, alimentos orgânicos, arborização, consumo consciente, agroecologia,

comércio justo, economia solidária, cidadania, saúde pública, entre outros de convivência harmônica com áreas públicas;

5.3 Produzir alimentos orgânicos, por meio de sistema agroflorestal, para 20 famílias de baixa renda, moradores no entorno das áreas verdes;

5.4 Transformar as áreas verdes degradadas em áreas produtivas, de lazer e espaço de convivência;

5.5 Minimizar os impactos negativos do rápido crescimento populacional e da expansão urbana desordenada;

5.6 Disponibilizar as famílias de baixa rendas alternativas para produção agroecológica, com tecnologias sustentáveis e diversificação alimentar;

5.7 Estimular a adoção de boas práticas ambientais e de convivência;

5.8 Incentivar o associativismo e cooperativismo;

5.9 Promover a geração alternativa de renda por meio do acesso a mercados especializados.



Foto Jefferson Rabal, em 23/04/2020 – **Agrofloresta Urbana Gran Ville, comida sendo produzida junto com plantio de árvores nativas em área verde do município de Birigui.**

As famílias atendidas no Projeto de Agrofloresta Urbana são de baixa renda, inscritas no CAD Único, assistidas pela Secretaria de Assistência Social, com aptidão para trabalhos agrícolas. A prioridade do projeto são famílias em vulnerabilidade social ou necessidades especiais médicas/saúde, que tenham pessoas desempregadas, com quatro ou mais membros, idosos e crianças que estejam frequentando unidades escolares regularmente.

A Secretaria de Meio Ambiente oferece apoio técnico tanto na produção, quanto na integração entre as famílias, com atividades periódicas.

Os Sistemas Agroflorestais – SAF reúnem as culturas de importância agrônômica em consórcios complexos com as florestas, assim, dentro de um SAF é perfeitamente viável o plantio de alimentos sustentáveis e ainda fazer a recuperação de uma floresta.

O incentivo às técnicas agrícolas de baixo impacto ambiental para recuperar áreas públicas que não cumprem as funções para as quais são destinadas é um mecanismo inovador, aumenta a renda de famílias em vulnerabilidade social, disciplina o uso do solo de maneira adequada à preservação e conservação dos recursos naturais.

A produção de alimentos sem agrotóxicos em harmonia com os processos de recuperação florestal promove a segurança alimentar, gera recursos para complementação de renda familiar e, principalmente, recupera o meio ambiente com diversidade de espécies florestais nativas e exóticas. Neste processo além do resgate histórico de plantas alimentícias não convencionais – PANCs fortalece a biodiversidade e o ecossistema por além de criar espaços de trocas e o resgate de vida em comunidade.

Breves considerações

O Projeto Agrofloresta Urbana ainda que se propõe a produzir mudanças transformadoras na relação com a terra e a alimentação trata-se de uma mudança cultural e comportamental. Demanda de investimentos públicos, ainda que baixos, para produzir resultados mais significativos e abrangentes.

Os resultados prévios de produção e alimentação saudável são animadores quanto a garantia de combate a fome junto as famílias atendidas no projeto.



Foto Jefferson Rabal, em 17/01/2020 – **Moradores do bairro Portal da Pérola II e Candeias participam do Projeto de Agrofloresta Urbana.**

O desafio consiste ainda no resgate cultural do trato com a terra. Transformar solos degradados e erodidos em solos saudáveis e férteis é o lento tanto quanto a transformação interior do ser humano no resgate ao respeito, carinho e diversidade – no mais completo sentido da palavra.

Referências

FAO. 2019 – The State of Food Security and Nutrition in the World – Safeguarding against economic slowdowns and downturns (O Estado da Segurança e Nutrição Alimentar no Mundo 2019: Salvaguarda contra desacelerações e contracções económicas). Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em 13/10/2020

ONU NEWS. Mundo está longe de cumprir metas dos ODSs relacionadas a alimentos e agricultura. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1680491>. Acesso em 13/10/2020

BIRIGUI. Decreto N.º 6.165, de 3 de setembro de 2018. Dispõe sobre permissão de uso de 8.000 m² da área verde localizada nas Chácaras Gran Ville, desta cidade, para implantação do Projeto Agrofloresta Urbana. Diário Oficial. 03/09/2018.

ODS 3 – ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM ESTAR PARA TODAS AS PESSOAS, EM TODAS AS IDADES.

Evelise Pires Cogo Simão – Secretaria de Saúde – Birigui SP

Resumo

O objetivo é contextualizar o ODS 3 – Saúde e Bem-estar correlacionando-a ao alcance de suas metas no município de Birigui-SP e/ou os caminhos trilhados para se alcançar este objetivo, bem como o desafio abraçado por uma administração pública municipal para implementar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta contratualização comumente vista no cenário privado, vem como a nível idealismo municipal, em que nesta seção dedica-se a cobertura universal de saúde e o acesso a cuidados de saúde de qualidade, tendo como mecanismo prioritário a promoção da saúde e prevenção de agravos, com olhar voltado para a Atenção Primária à Saúde, visando reverter as falhas assistenciais existentes e renovar compromissos com a saúde pública.

Palavras-chave:

Saúde Pública, Planejamento em Saúde, Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

Uma chamada universal para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade, alavancaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se tratam de uma agenda mundial adotada, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030 (OPAS, S/D).

A busca pelo desenvolvimento sustentável dos ODS ocorre de forma integrada e inseparável a novas áreas como mudanças climáticas, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades, o que proporcionam o equilíbrio entre as três dimensões econômica, social e ambiental, bem como em áreas de importância fundamental para a humanidade e para o planeta, abrangendo um conjunto mais amplo de temas no que diz respeito à saúde (OPAS, S/D).

O primeiro relatório de acompanhamento dos objetivos sustentáveis mostra que o Estado de São Paulo está no bom caminho no que se refere a alguns dos indicadores, em que podemos citar como exemplo, a forte queda da taxa de mortalidade infantil (ODS 3 – Saúde e Bem-estar); a melhoria do atendimento escolar no nível da pré-escola (ODS 4 – Educação de Qualidade); na área de energia acessível e limpa (ODS 7), o estado consome 76,8% de energia renovável, o que já supera as metas fixadas para 2030; na área ambiental (ODS 14 e ODS 15), progressos foram atingidos na cobertura florestal e na proteção ambiental marinha; na área social (ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes), as taxas de criminalidade caíram substancialmente (FAPESP, 2019).

A cobertura universal de saúde e o acesso a cuidados de saúde de qualidade, são desafios alcançados por meio da promoção da saúde física e mental e o bem-estar, conceito assistencial em que “ninguém deve ser deixado para trás”. Os compromissos assumidos com o ODS 3, são no sentido de acelerar os progressos alcançados até o momento na redução da mortalidade neonatal, infantil e materna, dando um fim a todas as mortes evitáveis antes de 2030 (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015).

No que tange a saúde o ODS 3 volta-se a garantir uma vida saudável, por meio da promoção do bem-estar para todos, de forma a abranger todas as faixas etárias, aumentando a expectativa de vida, por meio da abordagem de temáticas específicas e relevantes para a área como: saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças crônicas não-transmissíveis, saúde mental, acidentes de trânsito, cobertura universal de saúde, saúde ambiental e fortalecimento dos sistemas de saúde (OPAS, S/D).

Primando pela saúde e qualidade de vida das pessoas é que o ODS 3, visando a concretização deste objeto, foram estipuladas metas enumeradas de 3.1 a 3.9, apresentadas a sequencialmente (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015):

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos

12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.

3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

Estas metas foram almejadas com o intuito de que cada município aperfeiçoe seu processo de registro dos dados de saúde e se aproprie das estatísticas, de forma a promover melhorias substanciais no bem-estar e na prevenção de doenças, não indo na lógica de mera reprodução de informações e apresentação de indicadores de saúde (ESTRATÉGIA ODS, S/D).

Os Cuidados de Saúde Primários (CSP) constituem a espinha dorsal de um sistema de saúde que pode melhorar a saúde das pessoas, reduzir a despesa e diminuir as desigualdades e na promoção da justiça social, impactando assim diretamente na qualidade desses indicadores de saúde municipais mensurados (MONTEIRO, 2020).

Revisão Bibliográfica

A agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em setembro de 2015, é composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030, sendo um plano de ação para o desenvolvimento sustentável do planeta, adotado pelos chefes de Estado e de Governo dos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) (Quental *et al.*, 2019) (OPAS, S/D).

Considerando uma das principais Conferências Internacionais da Organização Mundial da Saúde – OMS, sobre população e seu desenvolvimento, destaca-se a Conferência Global sobre Atenção Primária à Saúde ocorrida em Astana em outubro de 2018, em que trouxe a abordagem da Atenção Primária à Saúde como fundamental para alcançar os objetivos globais compartilhados na Cobertura Universal de Saúde (UHC) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020a)

A apresentação do desenvolvimento do “Plano de ação global para a vida saudável e bem-estar para todos”, marca o início de um esforço para apoiar a implementação da agenda 2030 por meio de Alinhar ações, Acelerar a implementação e Prestar contas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020b): Alinhar: alinhar e coordenar para reduzir duplicidades e ineficiências; Acelerar: abordar as áreas transversais, nas quais esforços mais inovadores e sinérgicos podem acelerar significativamente o progresso na saúde global; Prestar contas: desenvolver um esquema para avaliar os resultados e vincular os investimentos e os resultados.

Frente a demonstração de êxito no alcance da maioria dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (IPEA, 2014), a melhoria dos indicadores de desenvolvimento sustentável e a redução de desigualdades entre as regiões e os municípios no país (OPAS, 1991 a 2010), ficou evidente que por meio da consolidação das Políticas Públicas de Saúde no Brasil será possível cumprir as metas estabelecidas no ODS 3 no prazo estabelecido.

O ODS em Birigui e Recomendações

Nesta seção estaremos perpassando e correlacionando a ODS 3 e suas metas aos êxitos municipais, entretanto as metas suprimidas tratam-se de itens prejudicados, ou seja, nenhuma relevância ou ação que merecesse destaque.

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

Com relação a mortalidade materna, ao analisar a série histórica municipal de óbitos maternos (de acordo com quadro ilustrado a seguir), destaca-se a qualidade dos serviços de saúde durante o Pré-Natal, Parto e Puerpério. Entretanto, para evitar tal fatalidade foi instituído o Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materno-Infantil, tendo sua constituição atualizada por meio do decreto nº 6.735, de 01/09/2020, que além, de ações preventivas compete ao mesmo investigar e agir frente a constatação de algum óbito.

Recomendação: Ampliar cobertura de Atenção Primária à Saúde por meio da implantação de novas Equipes de Estratégia Saúde da Família.

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

Com relação aos óbitos neonatais, a série histórica tem se mostrado privilegiada. Entretanto, apesar dos avanços conquistados, elucidados por meio dos indicadores de saúde elencados do quadro sequencialmente, os investimentos neste segmento não podem cessar, para que esses índices diminuam cada vez mais.

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

O município foi premiado por busca de casos de Tuberculose durante a primeira fase da campanha de 2017 e a segunda fase da campanha de 2018. E por Qualidade nas ações de controle da Tuberculose em 2018, o que é demonstrado pelo acompanhamento e tratamento

das pessoas que são acometidas pela doença, em que todas obtiveram a cura, conforme quadro abaixo. A partir do ano de 2017 mais uma Campanha de Prevenção foi incorporada ao calendário municipal – a campanha “JULHO AMARELO”, que oferece testagem rápida de hepatites B e C para a população, em 2017, 2018, 2019 e 2020 houve grande participação da população nessa campanha.

Por meio da Coordenação do Programa Municipal de IST/Aids e Hepatites virais foi realizada a 1ª Capacitação para Combate da Epidemia de Sífilis 17/12/2020, voltada para médicos e enfermeiros da rede pública e privada em parceria com o Departamento de Vigilância Epidemiológica do município, melhorando assim as condutas frente a sífilis no momento do pré-natal.

Os trabalhos da equipe do Programa Municipal de IST/AIDS e Hepatites Virais em seu Serviço de Assistência Especializado (SAE), articulado com a Atenção Primária À Saúde e as maternidades municipais, por meio de capacitações, apoio técnico e implantação do Projeto Sífilis Online, demonstrou eficácia na diminuição dos casos de sífilis congênita e por isso o município foi premiado em 2018 pelo Programa Estadual de IST/Aids da Secretaria Estadual de Saúde com o Prêmio Luiza Matida, conforme demonstram os indicadores de saúde municipais ao longo dos anos infra apresentados.

Em 2019 foi implantada projeto Sífilis Online, idealizado pelo coordenador do programa, em que todos os casos de sífilis em gestantes e sífilis congênita podem ser acompanhados em tempo real por todas as unidades de saúde pública do município, isso tem o objetivo de criar um banco de dados de pacientes já tratados para sífilis evitando retratamentos desnecessários e acompanhamento mais ágil e facilitando o acompanhamento pelas equipes de saúde responsáveis.

Birigui também recebeu em 2018 do Programa Estadual de IST/Aids, Menção Honrosa Brenda Lee pelo trabalho realizado no enfrentamento da epidemia de HIV/Aids, destacando-se principalmente na queda de taxa de mortalidade por AIDS e pela diminuição da taxa de incidência da AIDS.

Em março de 2019 o Programa de IST/AIDS e Hepatites Virais com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, realizou Capacitação sobre o Fluxograma de Atendimento às Crianças e Adolescente Vítimas de Violências Sexual, no auditório do SESI, contando com a participação de 124 profissionais da Rede Municipal.

Recomendação: Intensificar ações de promoção e prevenção à saúde neste segmento, bem como estreita interlocução entre Atenção Primária à Saúde e Serviço de Assistência Especializado (SAE).

1ª etapa do projeto-piloto na área leste do município de 06 a 10/05/2019: “Semana da Prevenção – Todos Contra o Aedes” em parceria com: ESF, CCVZ, Núcleo de Estratégia do Gabinete, Gabinete, Educação, Serviços Públicos, CENAIC, ITB, VRA Gráfica, ACIB, Monte Trípoli Empreenda. Imob, Laboratório Bio Análise e COOPERTRABI, recolhidos aproximadamente cerca de 20 toneladas de materiais inservíveis de criadouros potenciais do Aedes, diminuindo significativamente os números dos novos casos prováveis de dengue no município, na área de abrangência do projeto, através de parcerias de empresas da iniciativa privada com sorteio de 07 bicicletas, 05 caixinhas de som portáteis, a custo zero pelo município.

2ª etapa do projeto-piloto na área norte do município de 24 a 28/06 de 2019: “Semana da Prevenção – Todos Contra o Aedes” em parceria com: ESF, CCVZ, Núcleo de Estratégia do Gabinete, Gabinete, Educação, Serviços Públicos, Meio Ambiente, UNICESUMAR, Churrascaria Querência, Guaraná Paulistinha, CENAIC, ITB, VRA Gráfica, ACIB, Restaurante Belo Sabor, Monte Trípoli Empreend. Imob, Laboratório Bio Análise e COOPERTRABI, recolhidos aproximadamente cerca de 11 toneladas de materiais inservíveis de criadouros potenciais do Aedes, diminuindo significativamente os números dos novos casos prováveis de dengue no município, na área de abrangência do projeto, através de parcerias de empresas da iniciativa privada com sorteio de 05 bicicletas, 03 caixinhas de som portáteis, a custo zero pelo município;

Dia D 23/11/2019– Combate ao Aedes realizado no CEU das Artes, vários brindes sorteados, entre eles duas bicicletas, além da oferta de jogos ludo pedagógicos associado a orientações sobre as arboviroses, pintura facial, bexiga palito, dança circular, testes de glicemia, aferição de pressão arterial, orientações sobre higiene bucal, massagens relaxante, barra de acces, corte de cabelo, designer de sobancelhas exposição de árvores nativas, oficina de compostagem, exposição de karts, bem como distribuição gratuita de pipoca, refrigerante e algodão-doce, em parceria com: ESF, CCVZ, Gabinete, Serviços Públicos, Meio Ambiente, UNICESUMAR, Guaraná Paulistinha, CENAIC, ITB, ACIB, Monte Trípoli Empreend. Imob, SESI na busca de criadouros de mosquitos transmissores e orientações, UAU-FI, Stefanie Embalagens, UNIP e COOPERTRABI. No local, foi montada exposição de com a demonstração de criadouros para orientações específicas, nas dependências do teatro do CEU das Artes.

Foi instituída a Semana Municipal de Controle e Combate à Leishmaniose, por meio da Lei nº 6.526/2010, em que rotineiramente em meados da segunda semana do mês agosto de todos os anos, são desenvolvidas ações impactantes junto à comunidade relacionadas a temática. Como exemplo, nos 2018, 2019 e 2020 foram desenvolvidas palestras, rodas de conversas em parcerias aos CRAS/CREAS, exposições do mosquito, distribuição e afixação de material informativo impresso, inquérito para averiguar o nível de conhecimento populacional sobre a temática com posterior realização de ação educativa em saúde e confecção pela equipe de educadores em saúde com posterior exposição de vídeos temáticos.

Recomendação: Intensificar ações de promoção e prevenção à saúde neste segmento, bem como estreita interlocução entre Atenção Primária à Saúde e Departamento Municipal de Biossegurança.

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

Parceria firmada com a Editora Mundial e Supermercado Tonin para o custeio da vinda da Carreta de Mamografia do Hospital de Amor de Barretos a custo zero para o município, realizadas cerca de 726 mamografias, bem como parceria com: Bolo D’Boa, Farmácia Multidrogas, Santa Lolla Araçatuba, Guaraná Paulistinha, Laboratório Sabin e Bio Análise (ofertaram brindes para presentearmos a equipe presente na carreta) 10 a 19 de julho de 2019.

Projeto: Setembro Amarelo – “D” Valorização à vida (Prevenção ao Suicídio), parceria com profissionais liberais (terapeutas de barras de access), Vicente Fisioterapia, Vigilância Epidemiológica, Departamento Médico e Enfermagem, Gabinete, NASF, CENAIC, Secretaria de Cultura e Secretaria de Esportes para atendimento gratuito na Praça Dr. Gama.

Realização de 50 mamografias por dia do dia 06 a 22/08/2019 por meio da Carreta do Estado de São Paulo do Programa Mulheres de Peito.

Recomendação: Intensificar ações de promoção e prevenção à saúde neste segmento, bem como estreita interlocução entre Atenção Primária à Saúde e Iniciativa Público-privada, para o alcance de um maior público-alvo.

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.

A ação neste segmento que merece destaque no âmbito municipal, foi a promulgação da Lei Nº 6.575, de 21 de junho de 2018, que dispõe sobre a proibição de permanência de

animais de grande porte soltos no município e o controle e cadastramento de animais, em que o animal apreendido, mesmo quando registrado junto à Inspetoria de Defesa Agropecuária local, recebe um “CHIP” e é cadastrado junto ao sistema de Guarda Civil Municipal.

O monitoramento de animais de grande porte e o controle de sua circulação por vias públicas implica na ocorrência de acidentes de trânsito, já que no ano de 2019 tivemos o registro de dois óbitos de acidentes de trânsito envolvendo motos e cavalos soltos em vias públicas. A aplicação do “CHIP” começou no final de setembro de 2018 e até o momento, esta é a série histórica de animais rastreados/cadastrados (parceria estabelecida entre a Guarda Civil e Secretaria Municipal de Saúde):

2018: 19 animais;

2019: 127;

2020: 73 (até o mês de setembro).

Recomendação: Ampliar parcerias intersetoriais.

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

O Planejamento Familiar é realizado pelo Ambulatório Municipal de Saúde da Mulher, que possui equipe multidisciplinar capacitada para desempenhar tal função.

Aproveitamos o ensejo para demonstrar a série histórica dos procedimentos de vasectomia, laqueadura e planejamento familiar realizados, no período compreendido entre os anos de 2017 a 2019:

Tabela 1. Realização de planejamento familiar e vasectomias, Birigui/SP 2020.

Procedimento/Consulta	Quantitativo realizado
Planejamento Familiar	543
Vasectomia	233
Laqueaduras	62

Fonte: Produção do Ambulatório Municipal de Saúde da Mulher, 2017 a 2019 e emissões de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade /Autorizações de Internação Hospitalar.

Apesar do número de procedimentos realizados, hoje possuímos 60 homens com processo concluído de Planejamento Familiar, que estão aptos para a realização do procedimento de vasectomia.

Recomendação: Ampliar a oferta planejamento familiar.

Outro fato a ser destacado é que foi implantado em julho de 2017 o atendimento/acompanhamento para o Pré-Natal de gestantes de médio a alto risco no Ambulatório de Saúde da Mulher, no qual estas mulheres são acompanhadas simultaneamente às equipes de Atenção Primária à Saúde.

Recomendação: Capacitar equipes de Atenção Primária à Saúde na identificação de qualquer risco obstétrico para intervenção precoce e consequentemente morte evitáveis maternas e fetais.

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

Centralização do atendimento de Prótese Dentária (LPDR), juntamente ao Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, antes situado em um estabelecimento alugado, em 30/10/2017 instalado em prédio público reformado e adequado para funcionamento de tais equipamentos de saúde.

Efetivação do Via Rápida Empresas - VRE em 2018 sendo o mesmo atrelado ao Sistema de Informação em Vigilância Sanitária - SIVISA, para estabelecimentos de baixo risco de Pessoa Jurídica, sendo a liberação do funcionamento inteiramente on-line, sem haver necessidade de protocolo presencial no balcão, ficando o estabelecimento liberado para funcionamento a partir da disponibilização do Certificado de Licenciamento Integrado (CLI), que integra Alvará de Funcionamento da Prefeitura, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária e Licença da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), tudo informatizado, conferindo agilidade e economia na renovação das licenças e principalmente para os novos empreendimentos.

Aquisições de novos veículos:

02 ônibus semileito de 42 lugares.

10 veículos leves para 5 passageiros.

01 veículo Caminhonete cabine dupla.

01 Van Executiva de 21 lugares.

01 Van Executiva de 19 lugares.

02 Ambulâncias Tipo A para simples remoção com capacidade para 7 pessoas.

01 Micro-ônibus adaptado com elevador para PCD com 25 lugares.

01 Micro-ônibus rodoviário adaptado com elevador para PCD com 26 lugares.

02 Ambulâncias Tipo A para simples remoção com capacidade para 4 pessoas.

02 Ambulâncias Semi-UTI com capacidade para 5 pessoas.

1 castra móvel.

Implantado sistema de rastreamento/monitoramento de frota veicular em agosto de 2020 por meio de satélite, permitindo o controle em tempo real de locomoção dos mesmos, bem como o consumo de combustível e manutenção veicular. Implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento Básico nas dependências da UBS 01 Maria Augusta Passarelli Cidade Jardim, o “Corujão” 05/07/2017.

Inauguração da UBS 10 Manoel Sanches Graneiro Colinas e adequações na infraestrutura recém-construída em 01/09/2017.

Credenciamento de laboratórios da iniciativa privada para execução de exames tabela SUS em dezembro de 2017.

Implantação de um Centro Oftalmológico Municipal em 15/12/2017 e consequente diminuição da demanda reprimida.

Inauguração do Ambulatório de Pediatria 03/10/2018.

Reforma e ampliação da UBS 01 Maria Augusta Passarelli Cidade Jardim inaugurada em 09/04/2019.

Aquisição de imóvel e adaptação para instalação da UBS 08 Santo Bertaglia Jandaia concluído em 12/07/2019.

Construção da UBS 11 Sérgio Augusto Clark Xavier Soares Portal da Pérola II inaugurada em 08/12/2019.

Construção da UBS 09 Álvaro Pegoraro Santana inaugurada em 30/04/2020.

Reforma e ampliação da UBS 06 Ângelo Mastelaro Tijuca inauguram em 25/07/2020.

Parceria estabelecida com a ITB com a contemplação de R\$ 600.000,00 para a construção da UBS 05 Luiz Salmeron Lopes Santo Antônio inaugurada em 05/08/2020.

Reforma da UBS 04 Esperanças Rodrigues de Oliveira Costa Rica inaugurada em 17/08/2020.

Recomendação: Implantar equipamentos de saúde de Atenção Primária de Saúde em

territórios ainda descobertos, com a implantação de novas equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF.

3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.

Capacitação de 20 profissionais da Atenção Básica e Ambulatório de Saúde Mental em agosto de 2019, para ampliação de equipes de atendimento do Programa de Atenção Intensiva ao Tabagista no município 05 e 06/06/2019, por meio do CRATOD.

Implantação do Programa Tabagismo em 04 UBSs (2,4,5, e 6), inserindo o tratamento do tabagista na Atenção Primária à Saúde do município, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, descentralizando-o do Ambulatório de Saúde Mental, local em que anteriormente o serviço era ofertado.

Recomendação: Abrir novos grupos do Programa de Tabagismo, descentralizando o mesmo para as demais Unidades Básicas de Saúde.

3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Administração de Curso do CEFOR (Centro Formador de Pessoal para a Saúde), para os Agentes Comunitários de Saúde 10/04/2018, iniciando a formação com 108 profissionais.

Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde para o trabalho de conscientização durante o trabalho de visita casa a casa atividades de higienização bucal e prevenção nas creches, escolas, por meio de parceria estabelecida entre o município por meio da Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, Unesp unidade de Araçatuba-SP em 10/08/2018.

Capacitação de Dança Circular Sagrada, dos profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e do Centro Oncológico de Reabilitação (CORE) em 17 e 24/06/2019.

Implantação do Núcleo de Educação Permanente e Humanização, por meio do Decreto nº 6554, de 11 de fevereiro de 2020, voltado ao monitoramento da educação permanente nos vários setores da Secretaria Municipal de Saúde.

Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde no programa de “Arboviroses e Animais Sinatrópicos” 16 a 20 de setembro de 2019 e 17 a 21 de fevereiro.

Recomendação: Instituir Programa de Educação em Saúde Municipal.

Considerações Finais

Birigui está trilhando por caminhos para alcançar os Objetivos Sustentáveis (ODS) e no que tange a saúde, os desafios são muitos, entretanto os esforços são evidentes, não podendo deixar de exaltar as conquistas, em que o produto final é a qualidade dos serviços de saúde ofertados e a satisfação dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Portanto implementar a Agenda 2030 representa aos municípios a oportunidade para renovar compromissos com a saúde pública, buscar parcerias intersetoriais e porque não estreitar e estabelecer parcerias público-privadas, para que então possa-se implementar prioridades em saúde, buscando garantir “que ninguém será deixado para trás”.

Referências

ESTRATEGIA ODS. 3 Boa saúde e bem estar. União Européia. Projeto de Fortalecimento da ODS. Disponível em: <<http://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods3/>> Acesso em 07 set. 2020.

FAPESP. 1º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS DE SÃO PAULO NO PPA 2016-2019. Governo do Estado de São Paulo: 2019. Disponível em:< <https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/odssp.pdf>> Acesso em 07 set. 2020.

QUENTAL et al., 2019. A saúde na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável na América Latina: quem está publicando? Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. 2019 out.-dez.;13(4):922-34.

MONTEIRO B.R. Indicadores de monitorização e desempenho nas unidades de saúde familiar e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na saúde (ODS 3): uma análise comparada em Portugal no período de 2013-2018. Ciência & Saúde Coletiva, 25(4):1221-1232, 2020.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em 07 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: OPAS Brasil, s/d. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5849:objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel&Itemid=875> Acessado em 07 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS. Atlas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde. Brasil: 1991 a 2010. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4897:atlas-de-desenvolvimento-sustentavel-e-saude-brasil-1991-a-2010&Itemid=877>. Acesso em 07 set. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Conferência Global sobre Cuidados de Saúde Primários, 2018. Ministério da Saúde do Cazaquistão: 2020a. Disponível em: <<https://www.who.int/primary-health/conference-phc/>> Acesso em 07 set. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Colaboração mais forte, Melhor saúde:** Plano de ação global para uma vida saudável e bem estar para todos. WHO:2020b. Disponível em: <<https://www.who.int/initiatives/sdg3-global-action-plan>> Acesso em 07 set. 2020.

A TERRITORIALIZAÇÃO DO ODS 04 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI - SP

Andréia de Alcântara Cerizza -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP Campus Birigui

Resumo

O presente artigo descreve a territorialização do ODS 4 na cidade de Birigui- SP, valorizando as iniciativas nas escolas da rede municipal, e também nas escolas de línguas, escolas particulares de educação básica, de educação profissional e tecnológica, ou organizações não governamentais que promovem educação no contraturno das crianças, que interagem com a Comissão ODS/ONU municipal.

A partir de uma pesquisa secundária, denotando uma revisão teórica acerca da Agenda 2030/ONU, e coletando dados da comissão municipal da Agenda 2030/ONU, foram

observadas ações efetivas de territorialização do ODS 04, de modo a fortalecer o laço entre educação formal e sustentabilidade planetária, no tripé - social, econômico e ambiental.

Palavras-chave: Agenda 2030/ONU. ODS/ONU, ODS 4, Birigui – SP.

Introdução

A Agenda 2030/ONU valoriza no ODS 4 - educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, com metas e indicadores relacionados. A partir de 2017, com o decreto municipal 5.768, que dispõe sobre a institucionalização da Agenda 2030 com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas, o apoio e divulgação, no âmbito do município, e em 2019, com a Comissão dos ODS/ONU, o tema tomou corpo em várias esferas em Birigui.

A ONU já havia estabelecido nos ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), o objetivo 2 - atingir o ensino básico universal, e nos ODS, amplia então metas a serem alcançadas, embasadas nos 5 P's da Sustentabilidade (**peçoas, prosperidade, planeta, parcerias e paz**, ou seja, cinco áreas de importância crucial a humanidade e ao planeta), propriamente em **peçoas** – de modo que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

Segundo a Unesco (2020) estima-se que 258 milhões de crianças, adolescentes e jovens, ou 17% do total global, não estão na escola. Na América Latina, o Brasil, está em último lugar no *ranking* do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), índice que avalia o nível da educação básica no mundo, realizado pela OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em 2019. Outro dado que reforça a situação da educação formal em âmbito nacional é que 85% dos dispositivos de metas do Plano Nacional de Educação não devem ser cumpridos no prazo. Mas, no artigo em questão, vislumbramos as metas e indicadores que tiveram êxito, na perspectiva dos ODS/ONU, e que podem dinamizar várias modalidades da educação.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 04

Promover a educação formal é um trabalho alicerçado em políticas públicas, e realizado por toda uma sociedade, de forma a efetivar um desenvolvimento territorial condizente com os valores do bem viver, bem comum, ou seja, uma sociedade inclusiva, que tenha como base a equidade, e os direitos fundamentais garantidos.

O objetivo 04 - educação de qualidade -, segundo a ONU (2015, p.18) dispõe sobre “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”.

De acordo com a ONU (2015, p. 23 e 24), as 7 metas a serem contempladas são:

Quadro 01. Metas do ODS 04

Metas
4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário
4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição

da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Fonte: ONU (2015)

No Relatório Delors (1996), os 4 pilares da educação valorizam o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos. O GEM - Global Education Monitoring Report (2020), preconiza que até 2030, é necessário aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, incluindo habilidades técnicas e vocacionais, para empregos, empregos decentes e empreendedorismo, familiarizados com as tecnologias da informação e comunicação (TICs), por tipo de habilidade, pelo menos um nível mínimo de proficiência em alfabetização digital. São muitos desafios que podem ser superados, inclusive pela perspectiva dos ODS/ONU.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade - no município de Birigui – SP – experiências exitosas

Nas escolas do município, segundo dados compilados pela Comissão da Agenda 2030/ONU municipal (dados relativos a 2019), explicitados no capítulo 19, os indicadores conferem a cidade um trabalho de excelência no âmbito educacional.

Na meta 4.1, a faixa etária de 6 a 10 anos, a taxa de escolarização compreende 100%. Já na taxa de adequação da idade para a série, o índice é de 99,68%. Com relação a escolarização bruta e líquida da população de 4 a 5 anos na pré-escola, a taxa é de 100%. Outro ponto a valorizar é a proporção de alunos com aprendizado adequado à sua etapa escolar, que chega a 99,68%. Na meta 4.7, o percentual de escolas da rede pública que atingiram ou ultrapassaram a meta do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - 92,85% atingiram a meta, segundo o Boletim de Resultados do IDEB (2017).

São índices extremamente exitosos, e contam agora com uma agenda de nível global, que dinamizará quantitativo-qualitativo a educação formal do município. Importante destacar que os objetivos não estão fragmentados e fazem parte de uma visão de sustentabilidade holística, sistêmica. Portanto, é importante verificar os índices compreendidos como sociais, e mensurados pela Comissão municipal, e que apontam melhorias gerais, e não estanques, o que traz manutenção e possível melhoria nos índices relativos à educação, a partir dos outros indicadores.

Na mensuração do desempenho municipal – social, cuja metodologia utilizada pela Comissão municipal abrange os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 16, os indicadores selecionados foram: proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza; taxa de mortalidade infantil; baixo peso ao nascer; índice de aprendizado adequado em matemática e português; taxa de abandono escolar; índice de mortes por abuso de álcool e drogas; taxa de homicídios por 100 mil habitantes; taxa de homicídios de mulheres; taxa de óbitos maternos. Utilizaram o sistema verde-amarelo-vermelho para cada indicador citado, e o que ficou evidenciado é que grande parte se encontra em verde, ou seja, satisfatório.

No decorrer do relatório demonstrado pela Comissão municipal, são relatados também vários momentos formativos com os agentes educacionais locais, o que denota a constante intervenção pedagógica da Comissão, ensinando os ODS/ONU, de modo que se torne uma agenda comum a todos os segmentos educacionais no território. OS ODS/ONU compõem temas riquíssimos, que podem ser trabalhados na integração curricular junto ao alunado, e em projetos entre escolas e modalidades educacionais, enriquecendo o ensino-aprendizagem, e criando um ambiente propício para o exercício pleno da cidadania e senso do bem comum.

A educação pode ser um importante meio de comunicação dos ODS e de estímulo à compreensão crítica entre os jovens no nível local. Iniciativas de educação devem dar ênfase

à educação formal e informal. Alguns exemplos de ações possíveis incluem na educação formal desenvolvimento curricular, formação de professores, programas de educação dos ODS nas escolas e trabalho direto com as associações de pais e mestres; e informal: grupos de jovens, conferências, atividades em museus ou bibliotecas e ferramentas de aprendizagem online.

As atividades de educação formal devem ser aprovadas pelas autoridades educacionais do governo onde forem realizadas. Segundo a CNM (2020), é importante também, para o cumprimento das metas do ODS 4, que os municípios fortaleçam as parcerias com os demais setores, especialmente com o setor privado, com a sociedade civil e com as instituições de pesquisa e de ensino, articulando e potencializando os esforços.

Nesse sentido, a Comissão dos ODS/ONU municipal também estabeleceu muitas parcerias com outras escolas no território (escolas de línguas, escolas particulares de educação básica, de educação profissional e tecnológica, ou organizações não governamentais que promovem educação no contraturno das crianças), e a adesão e interação com a Comissão foram efetivadas a partir de 2019.

Muitas aderiram ao Pacto Global, outras desenvolveram projetos em conjunto, como exemplo, o projeto de Economia Solidária e Agenda 2030/ONU, com o IFSP Câmpus Birigui. São realizados trabalhos no tripé ensino-pesquisa-extensão, com projetos de em sala de aula, iniciações científicas entre outras ações, contidas no projeto de extensão guarda-chuva.

Considerações Finais

O espaço escolar como promotor da Agenda 2030/ONU, depende de alianças, de políticas públicas eficazes, eficientes e efetivas; e o município tem estabelecido uma política de valorização dos ODS, a partir das Leis e formação da Comissão municipal para tratar da Agenda, o que estabelecem premissas de planejamento, implantação, correção e melhoria das metas e indicadores a serem alcançados.

A Comissão municipal, juntamente com os agentes educacionais que estão na localidade, aderiram ao processo de territorialização dos ODS/ONU junto ao município de Birigui, de forma a trabalharem em conjunto para protagonizar a mudança que o mundo precisa, pensando globalmente e agindo localmente.

Referências

CNM. Disponível em <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS->

Objetivos_de_Desenvolvimento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf. Acesso em 20/09/2020.

DECRETO 5.768/2017. (dispõe sobre a institucionalização da agenda 2030 com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas, o apoio e divulgação, no âmbito do município de Birigui). Disponível em http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/legislacao/legislacao_detalhes.php?id_lei=1114 . Acesso em 11/01/2020.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir. Paris, UNESCO; São Paulo: Cortez, 1996.

Municipality of Birigui (SP. Brazil) Communication on Engagement Report (2016-2018). Disponível em <https://citiesprogramme.org/wp-content/uploads/2018/03/birigui-coe-2018.pdf>. Acesso em 01/03/2020.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015.

PISA/OCDE. Disponível em http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_PISA_2018_preliminar.pdf. Acesso em 20/09/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI. Decreto coloca Birigui na Agenda 2030 da ONU; meta é gerar mudanças por meio de 17 objetivos. Disponível em http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/noticias/noticias_detalhes.php?id_noticia=3844 . Acesso em 11/06/2020.

Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6957506. Acesso em 20/09/2020.

UNESCO. 2020. Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education: All means all. Paris, UNESCO.

IGUALDADE DE GÊNERO

Maria Alessandra Cenko Hansen – Coordenadora de engajamento ODS's – Prefeitura de Birigui SP

Este artigo propõe elucidar a reflexão sobre igualdade de gênero e as interfaces na sociedade, nas relações de poder, na construção das políticas públicas com vistas a uma sociedade mais equânime.

Você sabe o significado de igualdade de gênero? Podemos pensar em um conceito construído pelas ciências sociais, cujo conceito abrange a ideia da desconstrução do patriarcado em todo o aspecto cultural e social que ainda hoje reflete no comportamento humano.

Gênero refere-se ao macho/fêmea, masculino/feminino, características biológicas para determinar em qual papel seremos inseridos no decorrer da vida, nas relações de produção, assim como nas relações sociais.

As construções e representações sociais, através de signos e símbolos nos direcionam a um comportamento massificado, caracterizando-nos enquanto homens e mulheres. É sabido que os papéis desempenhados na sociedade são muitas vezes determinados pelo gênero o qual cada indivíduo representa.

Nos livros didáticos as famílias são sempre brancas, o pai tem um emprego fora de casa e a mãe aparece sempre de avental, servindo a mesa ou costurando. O menino está sempre brincando de caminhãozinho ou bola e a menina está sempre com uma boneca, olhando o irmãozinho brincar de coisas mais interessantes (FARIA; NOBRE, 1997, p. 26-27).

Historicamente, os papéis de gênero representados pelo feminino/masculino, foram construídos de maneira a perpetuar a ideia de que mulheres são frágeis, dóceis, sensíveis, submissas e que homens são fortes, provedores, racionais, etc.

Em uma construção sócio-histórica podemos afirmar as desigualdades referentes aos gêneros. Os papéis desempenhados em relação ao gênero são reproduzidos através de instituições sociais, tais como; escolas, igrejas, empresas, serviços públicos, além da instituição familiar.

Diante da cultura a qual cada indivíduo está inserido, o comportamento feminino/masculino possui características próprias, podemos afirmar tais características como sendo sociais e não biológicas, já que ao nascer somos construídos e humanizados a medida em que somos ensinados a comer, a falar, vestir-se, ir ao banheiro, etc. Todo esse aprendizado pertence unicamente a espécie humana.

Na infância, meninas e meninos já desempenham papéis pré estabelecidos pelos gêneros, as brincadeiras relacionadas as meninas tais como; boneca, casinha, professora, enquanto meninos brincam de carrinho, futebol, lutas/guerra.

O enfrentamento para com os estigmas em relação ao feminino/masculino vai além da infância, tal engendramento se estabelece na vida adulta, promovendo rótulos, configura-se então o patriarcado como organizador dos papéis relacionados aos agrupamentos sociais, relacionais e de produção. [...] pontuando-se a conjuntura e os eixos de luta decorrentes, traz

uma potencialidade de subversão da ordem patriarcal-capitalista; [...] priorizando a legitimidade desde os movimentos mistos e espaços institucionalizados, transforma a 'política feminista', compreendida como subversão das mulheres, em identidades de horizontes possíveis, dentro dos limites ideológicos da ordem patriarcal-capitalista; 3) [...] identificado em seu duplo caráter de sujeito coletivo: total e tardio, contempla a diversidade de seus interesses e um compartilhamento identitário de subversão [...] (SILVA, 2004, p. 24).

Araújo (2000, p.70) afirma que um dos desafios para o marxismo tem sido o de incorporar a complexidade e as dimensões de conflitos que foram surgindo com a modernidade, gerando diversidade de sujeitos políticos e conformando manifestações variadas de subjetividade e interesses, com dimensões políticas específicas

Para as mulheres no âmbito familiar as tarefas correspondem a cuidar da casa, dos filhos, sob a exigência do casamento monogâmico.

As formas de opressão e de violação de direitos vivenciadas pelas mulheres se efetivam, também, no âmbito afetivo-sexual. São inúmeras as modalidades de violência que se desenvolvem no universo da vida privada como também os problemas decorrentes da violação pelo Estado dos direitos sexuais e reprodutivos. Segundo Saffioti (2004, p.106).

A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas, mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. São seis áreas prioritárias de atuação:

- Liderança e participação política das mulheres;
- Empoderamento econômico;
- Fim da violência contra mulheres e meninas;
- Paz e segurança e emergências humanitárias;
- Governança e planejamento;
- Normas globais e regionais.

Por meio de parcerias com a sociedade civil, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, universidades, empresas e o sistema das Nações Unidas, a ONU Mulheres defende os compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros da ONU com os direitos humanos das mulheres, tais como:

Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979): considerada a carta de direitos humanos das mulheres, com força de lei no marco legal brasileiro.

Declaração e Programa de Ação da 2ª Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993): destacada pelo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e meninas como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais.

Declaração e Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994): importante pela definição do conceito de saúde reprodutiva, incluindo metas de redução de morte materna e infantil.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará, 1994): determina a violência contra as mulheres como violação de direitos humanos e manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995): define o conceito de gênero para a agenda internacional e representa um consenso dos Estados-Membros da ONU com um compromisso mínimo com os direitos humanos das mulheres.

Declaração e Plano de Ação de Durban (2001): instrumento internacional voltado ao enfrentamento ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e intolerâncias correlatas.

Declaração dos Povos Indígenas (2007): documento sobre os direitos dos povos originários, com reconhecimento à diversidade étnica e à riqueza das civilizações e culturas indígenas.

O Brasil é membro da ONU, desde fevereiro de 1945, A Organização das Nações Unidas tem representação fixa no Brasil desde 1948. As demandas de cada país-membro da ONU, são variadas, visto que as ações e objetivos são direcionadas de acordo com a realidade e necessidade de cada país.

Conforme o Pacto Global e Agenda 2030, cujo Brasil é signatário, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são desenvolvidos através de indicadores. Com a participação de estados e municípios para que o compromisso com a Agenda 2030 seja alcançado , contribuindo para uma sociedade mais equânime, igualitária, sustentável.

A desconstrução em relação aos papéis desempenhados pelos gêneros, torna-se um grande desafio a ser enfrentado, visto que culturalmente reproduzimos aquilo que nos foi apreendido, dessa forma nos apropriamos de ideias pré estabelecidas nos tornando indivíduos conscientes, porém sem consciência crítica para promover uma possível reflexão sobre os papéis sociais os quais representamos.

Em relação ao mercado de trabalho, há muitos desafios a serem enfrentados, apesar dos avanços referentes a inserção da mulher nas grandes corporações, no setor público, e cargos de liderança, existe ainda o preconceito e estigmas relacionados a competência profissional da mulher.

O processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte: a isso se segue também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares da expansão anteriores (ANTUNES, 1999, p. 31).

Segundo dados do Ministério do Trabalho, em 2007 a presença feminina representava 40,8% do mercado formal. Já em 2016, esse número subiu para 44%, entretanto, apesar desse aumento, a maioria das mulheres realizam jornadas duplas, referentes ao trabalho doméstico, aos cuidados com os filhos e com a casa. A defasagem relacionada a remuneração dos salários das mulheres ainda é bastante significativa, já que recebem em média 30% a menos do salário que os homens ganham para executar as mesmas tarefas, nos mesmos cargos.

Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) Dá direitos aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...]; 3) Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) Tem uma base material; 5) Corporifica-se; 6) Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

O município de Birigui fica situado no estado de São Paulo, localizado no Noroeste paulista. Sua população, conforme estimativas do Instituto de Geografia e Estatística (2019), era de 123.638 habitantes. A população masculina é de 53.075, enquanto a população feminina é de 55.653 habitantes (CENSO/2010).

Visto que a maior parte dos habitantes são mulheres, segundo dados do IBGE, entretanto a diferença da renda salarial, é um aspecto ainda bastante distante perante o objetivo 05 da Agenda Global 2030 da ONU. É fundamental que o ODS 5 seja fortalecido por meio de ações concretas. O município tem desenvolvido estratégias através de indicadores, para efetivar o compromisso com a Agenda Global, considerando os ODS, como fundamentais para o pleno desenvolvimento do município.

Em relação especificamente ao ODS 5, têm-se aprimorado estudos e levantamentos referentes a realidade vivida pelas mulheres residentes no município de Birigui. Tais

levantamentos são essenciais para promover políticas necessárias referentes aos direitos humanos das mulheres.

As ações a serem desenvolvidas no município de Birigui para a promoção da igualdade de gênero, requer dos atores sociais a reflexão e ressignificação dos papéis desenvolvidos em relação aos paradigmas construídos ao longo dos séculos.

Observa-se avanços relacionados a igualdade de gêneros tais como a implantação da delegacia da mulher, o crime de assédio sexual, Disque denúncia, lei Maria da Penha, Ambulatório da Saúde da Mulher, campanhas de saúde direcionadas a prevenção do câncer de colo de útero e câncer de mama; ações necessárias para que a lógica estrutural do machismo desconstrua-se enquanto lógica cultural contudo, é necessário a educação continuada e permanente em espaços públicos e privados, trazendo à tona a realidade da disparidade em torno das desigualdades frente aos gêneros, é fundamental desvelar as questões envolvendo tabus e crenças religiosas construídas através dos tempos.

O engendramento o qual estamos inseridos, causa estagnação e passividade perante as diversas formas de opressão, porém os movimentos sociais e lutas encabeçadas por mulheres deram origem a primeira onda feminista culminando no movimento sufragista ocorrido no início do século XX. A importância de chegarmos até a atualidade, cujo o Movimento Feminista vem ocupando espaços historicamente masculinos, colaborando para a emancipação e empoderamento das mulheres na sociedade.

O Feminismo militante no Brasil, que começou aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar politicamente essa derrota (SARTI, 2004, p. 37).

Referencias:

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO. C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, n.11, p. 65-70. São Paulo: Boitempo, 2000.

FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.). Gênero e desigualdade. *Cadernos Sempreviva*: Texto para ação feminista, São Paulo, SOF, p. 11-14, 1997.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. *In*: OLIVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma

trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/UFSC, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SILVA, T. G. da. *Feminismo e liberdade: seu sujeito total e tardio na América Latina*. 166 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPB, João Pessoa, 2004.

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO – URBANO\RURAL E SUAS RELAÇÕES. AS RELAÇÕES ENTRE MEIO URBANO E RURAL PARA A MANUTENÇÃO DE ÁGUA TRATADA EM 100% DO MUNICÍPIO.

Juliano Salomão Guimarães – Secretário Municipal de Meio Ambiente – Birigui - SP

Resumo

Este artigo tem como objetivo apontar as políticas públicas adotadas pelo município de Birigui, para promover a sustentabilidade na produção e distribuição de água potável, fortalecendo a participação da população como parte importante dos desafios da urbanização e sua correlação com a preservação dos ambientes naturais.

Palavras-chave: Agenda 2030/ONU. Saneamento básico, água potável. ODS, ONU, ODS 6, Birigui – SP.

Introdução

Os objetivos das ODS 06, **Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos**. Nesse sentido, a água é o mais crítico e importante elemento para os seres vivos do planeta, dessa forma é fundamental a gestão inteligente dos recursos hídricos, pois, além de garantir a vida, também contribui para a saúde e economia, pois quanto maior o desenvolvimento econômico, seja de uma cidade, estado ou país, maior o uso dos recursos hídricos.

Na América Latina e na África, a ameaça ainda é o lançamento de esgoto sem tratamento nos rios, isso inclui o Brasil, onde 43% da população possui esgoto coletado e tratado e 12% utilizam-se de fossa séptica (solução individual), ou seja, 55% possuem tratamento considerado adequado; 18% têm seu esgoto coletado e não tratado, o que pode ser considerado como um atendimento precário; e 27% não possuem coleta nem tratamento, isto é, sem atendimento por serviço de coleta sanitário (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>).

Birigui tem feito um trabalho para alcançar números relevantes para a universalização do saneamento na cidade, sendo um dos grandes avanços a obtenção das licenças de operação emitidas pela CETSB para o aterro sanitário, aterro de inertes e estação de tratamento de esgotos (ETE), obtidas no ano de 2017, no caso da ETE é a primeira certificação de operação emitida pela CETESB ao município, indicando o comprometimento com o saneamento básico, também importante destacar a aprovação em 2017 do plano de saneamento básico, plano municipal de perdas (água), importantes para a melhoria do saneamento básico em Birigui.

Podemos constatar os avanços do município através de levantamentos realizados pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental “ABES”, em sua quarta edição, O Ranking ABES da Universalização do Saneamento se consolidou como um importante instrumento de análise do setor no Brasil. A partir de indicadores de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação adequada de resíduos sólidos, o ranking identifica o quão próximo os municípios estão da universalização do saneamento. O ranking edição 2020 reúne 1857 municípios, representando cerca de 70% da população do país e mais de 33% dos municípios brasileiros que forneceram ao SNIS1 – Sistema Nacional de Informações de Saneamento – as informações para o cálculo de cada um dos cinco indicadores utilizados no estudo. As 27 capitais brasileiras estão presentes no ranking (Fonte <http://abes-dn.org.br/>).

INDICADORES

O quadro a seguir apresenta os indicadores:

Indicador	Descrição	Fonte SNIS	Fórmula do indicador
Abastecimento de água	Índice de atendimento da população total com rede de água	SNIS, IN055_AE	$(\text{População total atendida com abastecimento de água} / \text{População total residente do(s) município(s) com abastecimento de água, segundo o IBGE}) \times 100$
Coleta de esgoto	Índice de atendimento da população total com rede de esgotos	SNIS, IN056_AE	$(\text{População total atendida com esgotamento sanitário} / \text{População total residente do(s) município(s) com abastecimento de água, segundo o IBGE}) \times 100$
Tratamento de esgoto	Índice de esgoto tratado referido à água consumida	SNIS, IN046_AE	$(((((\text{Volume de esgotos tratado} + \text{Volume de esgoto bruto exportado tratado nas instalações do importador}) / (\text{Volume de água consumido} - \text{Volume de água tratada exportado})) \times 100) / 80) \times 100$
Coleta de resíduos sólidos	Taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares em relação à população total do município	SNIS, IN015_RS	$(\text{População total atendida no município} / \text{População total do município} - \text{Segundo IBGE}) \times 100$
Destinação adequada de resíduos sólidos	Percentual de resíduos sólidos gerados pelo município destinados adequadamente	SNIS, UP080; UP025; UP003	$(\text{Total de resíduos sólidos destinados para unidades de processamento consideradas adequadas} / \text{Total de resíduos sólidos produzidos pelo município de origem}) \times 100$

A justificativa para a ausência dos 3713 municípios do país (66,66% do total), é, portanto, a falta de um ou mais indicadores. Nesta edição, aqueles que mais impactaram nesta

ausência foram a coleta e o tratamento de esgoto. O quadro a seguir sintetiza esse cenário, mostrando a quantidade de municípios sem dados informados em um ou mais indicadores, em relação à quantidade de municípios brasileiros (5.570).

Municípios que não informaram um ou mais indicadores									
Abastecimento de água (%)		Coleta de esgoto (%)		Tratamento de esgoto (%)		Coleta de resíduos sólidos (%)		Destinação adequada de resíduos sólidos (%)	
Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
434	7,8%	3052	54,8%	3056	54,9%	2102	37,7%	1859	33,4%

Vale destacar que o mesmo município pode aparecer em mais de uma categoria no quadro acima.

O quadro abaixo, mostra parcialmente o ranking ABES 2019, ilustrando a classificação de Birigui em 14º lugar das cidades pesquisadas no Brasil, apontando os esforços municipais em relação a universalização do saneamento básico.

GRANDE PORTE - RUMO À UNIVERSALIZAÇÃO

Município	UF	Região	Abastecimento de água	Coleta de esgoto	Tratamento de esgoto	Coleta de resíduos sólidos	Destinação adequada de resíduos	Pontuação total	Taxa de interações	Plano de Saneamento
São Caetano do Sul	SP	Sudeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00	37,4	Sim
Rio Claro	SP	Sudeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00	12,7	Sim
Piracicaba	SP	Sudeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00	17,7	Sim
Curitiba	PR	Sul	100,00	99,99	100,00	100,00	100,00	499,99	25,8	Sim
Umuarama	PR	Sul	99,99	99,99	100,00	100,00	100,00	499,98	76,9	Não
Hortolândia	SP	Sudeste	100,00	99,97	100,00	100,00	100,00	499,97	12,3	Não
Santos	SP	Sudeste	100,00	99,93	100,00	100,00	100,00	499,93	9,5	Sim
Paulínia	SP	Sudeste	100,00	99,91	100,00	99,91	100,00	499,82	16,9	Sim
Taubaté	SP	Sudeste	100,00	99,72	100,00	100,00	100,00	499,72	3,5	Sim
Salto	SP	Sudeste	100,00	99,30	100,00	100,00	100,00	499,30	9,4	Sim
Cascavel	PR	Sul	99,99	99,99	100,00	99,00	100,00	498,98	13,3	Sim
Pindamonhangaba	SP	Sudeste	100,00	98,95	100,00	100,00	100,00	498,95	20,4	Sim
Sertãozinho	SP	Sudeste	99,64	99,64	100,00	98,82	100,00	498,10	22,5	Sim
Birigui	SP	Sudeste	100,00	100,00	100,00	98,07	100,00	498,07	19,6	Sim
Franca	SP	Sudeste	100,00	99,62	100,00	98,24	100,00	497,86	11,1	Não
Botucatu	SP	Sudeste	100,00	97,76	100,00	100,00	100,00	497,76	13,1	Sim
Londrina	PR	Sul	99,99	99,98	100,00	97,40	100,00	497,37	62,1	Sim

Atualmente o grande desafio do município de Birigui, é aumentar o volume de água captada do Ribeirão Baixotes e tratamento na estação de tratamento de água do município, para atender a crescente demanda em virtude do acelerado crescimento populacional do município, nesse sentido, importante mencionar duas ações importantes, a LEI 6766\2019 e DEDRETO 6430\2019 ambos para regulamentar o PROGRAMA PSA - PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS e o PLANO DIRETOR DE PERDAS (água).

Objetivo do desenvolvimento sustentável

Água potável e saneamento – ODS

Objetivo – Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado

6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos

6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

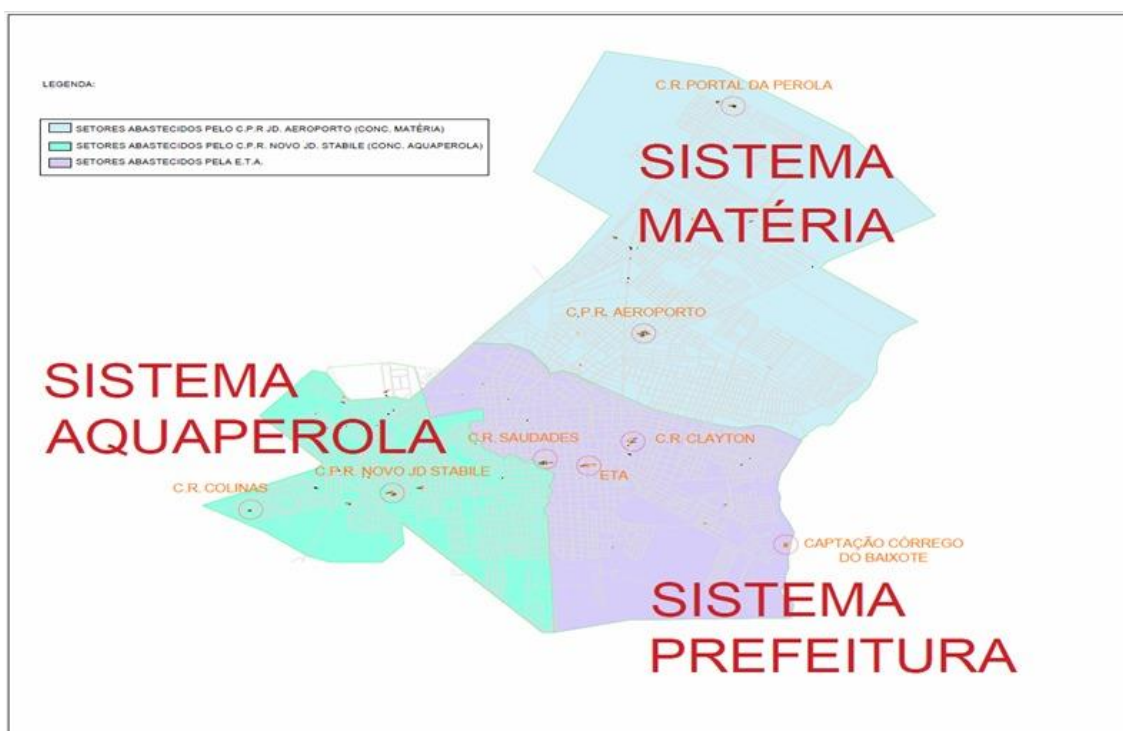
PROGRAMA PSA - PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

O programa tem como objetivo promover a recuperação de afluentes e subafluentes do Ribeirão Baixotes, Córrego Goulart, Ribeirão Bagaçu e tem como prioridade as áreas que estão a montante da captação de água municipal, bem como suas nascentes.

Antes de ilustrar o funcionamento do PROGRAMA PSA, se faz importante entender como funciona o abastecimento público municipal e a importância da parceria com os produtores rurais como processo fundamental para aumentar a captação e tratamento de água superficial do Ribeirão Baixotes, garantindo o abastecimento de água tratada das futuras gerações.

Sistema de abastecimento público de água em Birigui.

- 1- Abastecimento pela Prefeitura Municipal com água superficial oriunda do Ribeirão Baixotes e tratada na ETA, correspondendo a 52% do abastecimento público.
- 2- Captação de água do aquífero Guarani através de poço profundo, explorado pela concessionária Aquaperola, correspondendo a 20% do abastecimento público.
- 3- Captação de água do aquífero Guarani através de poço profundo, explorado pela concessionária Matéria, correspondendo a 25% do abastecimento público.
- 4- Poços semi-artesianos correspondendo a 5% do abastecimento público.



Atualmente os sistemas de captação e distribuição de água são interligados, diariamente, a ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) envia água tratada para os reservatórios dos Sistemas Aquaperola e Matéria com o objetivo de misturar as águas dos sistemas, melhorando a qualidade das águas captadas do Aquífero Guarani, conforme *Resolução Ss Nº 250, de 15-08-1995*, onde Define Teores de Concentração do Íon Fluoreto Nas Águas Para Consumo Humano.

Atualmente a ETA está no seu limite de produção 1.100m³/hora, dessa forma o município antes de construir uma nova ETA, se faz necessário aumentar o volume captado no Ribeirão Baixotes, o que mostra a importância da parceria com os produtores rurais através do PSA.

AGRICULTURA

Estima-se que cerca de 70% da comida que chega às mesas das nossas casas é proveniente da agricultura familiar. Essa modalidade de agricultura tem relação direta com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Além disso, impulsiona economias locais e contribui para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação íntima e vínculos duradouros da família com seu ambiente de moradia e produção (Embrapa).

Um dos grandes desafios para estes pequenos produtores são a falta de máquinas agrícolas e insumos, pensando nestes desafios, o Programa PSA visa ofertar máquinas, insumos e mão de obra, aos produtores que preservam as APPs e nascentes conforme descrito na tabela abaixo, regulamentada pela LEI 6766\2019 e DEDRETO 6430\2019

TABELA PARA PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS										
App cercada e livre de criação de animais										
Área da APP	APP até 750m2	APP até 1500m2	APP até 4500m2	APP até 7500m2	APP até 11000 m2	APP até 14000 m2	APP até 17000 m2	APP até 22000 m2	APP até 28000 m2	Acima de 28000 m2
% Arboriz. da APP	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Pag. Hora máquina	15	16	17	18	20	22	24	26	28	30
% Arboriz. da APP	5% a 10%	5% a 10%	5% a 10%	5% a 10%	5% a 10%	5% a 10%	5% a 10%	5% a 10%	5% a 10%	5% a 10%
Pag. Hora máquina	16	17	18	19	22	24	26	28	30	32
% Arboriz. da APP	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%
Pag. Hora máquina	17	18	19	20	24	26	28	30	32	34
% Arboriz. da APP	20% a 30%	20% a 30%	20% a 30%	20% a 30%	20% a 30%	20% a 30%	20% a 30%	20% a 30%	20% a 30%	20% a 30%
Pag. Hora máquina	18	19	20	21	26	28	30	32	34	36
% Arboriz. da APP	30% a 40%	30% a 40%	30% a 40%	30% a 40%	30% a 40%	30% a 40%	30% a 40%	30% a 40%	30% a 40%	30% a 40%
Pag. Hora máquina	19	20	21	22	28	30	32	34	36	38

% Arboriz. da APP	40% a 50%	40% a 50%	40% a 50%	40% a 50%	40% a 50%	40% a 50%	40% a 50%	40% a 50%	40% a 50%	40% a 50%
Pag. Hora máquina	20	21	22	23	30	32	34	36	38	40
% Arboriz. da APP	50% a 60%	50% a 60%	50% a 60%	50% a 60%	50% a 60%	50% a 60%	50% a 60%	50% a 60%	50% a 60%	50% a 60%
Pag. Hora máquina	21	22	23	24	32	34	36	38	40	42
% Arboriz. da APP	60% a 70%	60% a 70%	60% a 70%	60% a 70%	60% a 70%	60% a 70%	60% a 70%	60% a 70%	60% a 70%	60% a 70%
Pag. Hora máquina	22	23	24	25	34	36	38	40	42	44
% Arboriz. da APP	70% a 80%	70% a 80%	70% a 80%	70% a 80%	70% a 80%	70% a 80%	70% a 80%	70% a 80%	70% a 80%	70% a 80%
Pag. Hora máquina	23	24	25	26	36	38	40	42	44	46
% Arboriz. da APP	80% a 90%	80% a 90%	80% a 90%	80% a 90%	80% a 90%	80% a 90%	80% a 90%	80% a 90%	80% a 90%	80% a 90%
Pag. Hora máquina	24	25	26	27	38	40	42	44	46	48
% Arboriz. da APP	90% a 100%	90% a 100%	90% a 100%	90% a 100%	90% a 100%	90% a 100%	90% a 100%	90% a 100%	90% a 100%	90% a 100%
Pag. Hora máquina	25	26	27	28	40	42	44	46	48	50

Além do pagamento ambiental, os produtores recebem capacitação para a melhor eficiência no campo através de parcerias com o SENAR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas sobre a necessidade de preservação ambiental dos córregos e nascentes para a manutenção do abastecimento público de água para as futuras gerações, neste contexto a parceria com os produtores rurais é fundamental.

Neste sentido, o PSA visa fomentar a parceria entre Prefeitura Municipal e Produtores Rurais, atendendo as necessidades dos produtores rurais, principalmente a agricultura familiar, consequentemente, melhorando a vazão de água do Ribeirão Baixotes, fundamental para o abastecimento público de água em Birigui.

Obviamente o município de Birigui possui vários desafios em relação a ODS 06, porem como já foi mencionado, temos um dos melhores índices de saneamento básico do país, sendo atualmente nosso maior desafio o aumento da captação de água superficial do RIBEIRÃO BAIXOTES.

Referências

ABES 2020 - 4ª edição - Ranking ABES da Universalização do Saneamento.
http://abes-dn.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Ranking_2020_V4_.pdf

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).
(<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>)

EMBRAPA 2018 - Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação.
<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>

LEI 6766\2019 e DEDRETO 6430\2019

Resolução SS Nº 250, de 15-08-1995

ODS 7 - ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL – GARANTIR ACESSO À ENERGIA BARATA, CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL E RENOVÁVEL PARA TODOS

Aletea Cristina Avila Madacki - Mestre em Sustentabilidade

André Luiz Gomes Filho - Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de São Paulo

1. Resumo

O objetivo desse artigo é contextualizar o ODS 7 – Energia limpa e acessível e traçar um panorama de sua importância no desenvolvimento sustentável e seus potenciais resultados.

A crescente demanda por energia é um dos principais drivers para o aumento do uso de combustíveis fósseis, que além de problemas de saúde pública locais são responsáveis por 25% dos gases de efeito estufa (GEE) lançados na atmosfera pelas atividades antrópicas. Por ser um elemento intrínseco do modo de produção da sociedade moderna, o uso da energia merece atenção especial ao planejamento de geração e distribuição, garantindo acesso de todos de forma equilibrada e socialmente justa.

Dessa forma, a elaboração de políticas públicas se transforma em circunstância ímpar de proporcional bem estar e justiça social, promovendo a inclusão democrática de todos os agentes na plataforma do desenvolvimento sustentável. O artigo é finalizado com a apresentação de recomendações para fortalecer o posicionamento municipal no atingimento do ODS 7, com propostas de ampliar o engajamento público-privado das parcerias já estabelecidas, aproveitando as sinergias.

Palavras-chave:

Energia, Sustentabilidade, Desenvolvimento urbano.

2. Introdução

Em 1987, a Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o Relatório Brundtland. Com o título “Nosso Futuro Comum”, o documento se destacou por discutir de forma conjunta tanto a proteção ao meio ambiente quanto o desenvolvimento, tratando-os como um único problema e alcunhando o termo de desenvolvimento sustentável.

O entendimento de que a trajetória de evolução dos modos de produção da sociedade e o desenvolvimento econômico são intrinsecamente relacionados com a degradação ambiental experienciada na sociedade tem sido trazida pelos especialistas do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) em seus contínuos Relatórios de Avaliação.

Röckstrom et al. (2009) nomeou como “limites planetários” os espaços de operação segura para a sociedade continuar desenvolvendo e prosperando. Steffen et al. (2015) publicaram uma atualização dos limites que envolvem perspectivas como perda da biodiversidade, ciclos biogeoquímicos do nitrogênio e fósforo, alteração do clima no planeta, uso de água doce, acidificação dos oceanos, depleção da camada de ozônio, poluição química e mudança no uso do solo.

Essas publicações deixam claro que a capacidade do planeta em se recuperar tem sido reduzida de forma crítica e para que as consequências sejam menos danosas, a comunidade internacional chegou ao Acordo de Paris (2015) durante a 21ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas.

O acordo estabelece que devemos manter o aumento da temperatura média global a menos de 2°C acima dos níveis industriais e promover esforços para limitar o aumento da temperatura da Terra em até 1,5°C até 2100. Segundo o Relatório Especial do IPCC (2018), o cenário de aumento entre 1,5° e 2°C exibe piores resultados para todas as características

analisadas: redução das geleiras e aumento no nível do mar, perda de ecossistemas, biodiversidade (plantas, insetos e animais vertebrados) e recifes de corais, redução de áreas agricultáveis e produção pesqueira e aumento da população exposta ao calor extremo.

Para que a concentração de GEE na atmosfera seja mantida em um nível seguro e o aquecimento global médio de 1,5°C, restam apenas 420 GtCO₂ para serem emitidos até 2100 (MEINSHAUSEN et al; 2009; IPCC, 2018). Com a taxa média mundial na ordem de 54 Gt de GEE/ ano, a solução é alcançar a neutralidade de carbono em 20 anos, com forte descarbonização de nossos modos de produção, repensando essencialmente nossa produção e consumo de energia.

O Brasil se destaca no contexto internacional de transição energética, com uma posição confortável de deter uma matriz energética considerada uma das mais limpas do mundo: composta atualmente por 47% de energia renovável, com capacidade instalada de geração de eletricidade da ordem de 80% renovável. Mas o Brasil se comprometeu em melhorar essas porcentagens, assumida pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris (EPE, 2020).

Além do desafio de deixar a matriz energética mais renovável, o Brasil também precisará equilibrar a expansão da oferta de energia de modo a sustentar a retomada do crescimento econômico nacional.

O Plano Decenal de Energia é um dos instrumentos de planejamento energético que permite otimizar a ampliação da oferta de energia de maneira sustentável, tanto do ponto de vista de atender ao crescimento da economia brasileira com competitividade, quanto do ponto de vista ambiental. O mais recente PDE 2029 aponta que serão necessários investimentos expressivos da ordem de R\$ 2,3 trilhões nos próximos 10 anos no setor de energia, divididos entre petróleo, gás natural, biocombustíveis e geração e transmissão de energia elétrica (EPE, 2020).

Espera-se que a população brasileira continue crescendo a taxas decrescentes nos próximos anos, mantendo a tendência observada no passado recente. Sendo assim, a contribuição demográfica no PIB será menor na próxima década. No horizonte decenal estima-se que a população brasileira cresça a uma taxa média de 0,6% e, em termos regionais, não há perspectiva de uma alteração significativa da distribuição da população.

No que diz respeito ao número de domicílios particulares permanentes, espera-se que estes continuem apresentando trajetória crescente até 2029, em linha com as premissas de aumento de renda da população e de redução de déficit habitacional. A expectativa é de que haja cerca de 81,6 milhões de domicílios no País em 2029, um acréscimo de cerca de 13

milhões em relação a 2018. Como resultado de um crescimento superior dos domicílios em relação ao aumento da população, espera-se que o número de habitantes por domicílios caia de 3,1 em 2018 para 2,7 em 2029.

A EPE (2020) projeta que o PIB deve apresentar um crescimento médio de 2,9% a.a. Já o PIB per capita, crescerá, em média, 2,2% a.a., saindo de US\$ 13,9 mil em 2018 e alcançando em 2029 o patamar de cerca de US\$ 18 mil (em moeda de 2018).

O Brasil se destacou no cenário mundial ao longo das últimas décadas como um grande produtor de commodities na agropecuária, posicionando-se entre os principais exportadores de soja, milho, café, carnes, entre outros produtos.

O mercado externo deve continuar contando com grande participação dos setores primários e no horizonte do PDE, se considera que a competitividade do agronegócio se manterá e que haverá demanda por alimentos e bioenergéticos em função do crescimento populacional, do aumento da renda e da evolução de políticas energéticas no mundo. Nesse sentido, projeta-se um crescimento médio de 2,9% a.a. entre 2020 e 2029, com benefícios diretos ao desenvolvimento do município de Birigui que possui vocação à agricultura, sendo pólo agrícola da região com produção de milho, arroz, soja, sorgo entre outras.

As expectativas traçadas pelos cenários do PDE é que o consumo final de energia cresça na primeira metade da década a taxas mais modestas (2,3% a.a.), que se aceleram no segundo quinquênio (2,7% a.a.). Dessa forma, o consumo cresce à taxa média de 2,5% anuais entre 2019 e 2029. Entretanto, ao longo da década, projeta-se redução gradual da intensidade energética, pela incidência de ganhos de eficiência energética bem como pela mudança na participação dos setores no consumo de energia.

A partir do exposto, é possível traçar a importância do planejamento municipal no setor energético para acompanhar os cenários desenhados pela EPE. Para tanto, um caminho viável é se basear nos ODS para garantir que o desenvolvimento seja de qualidade e de inclusão.

Desdobramento dos Objetivos do Milênio, os ODS se apresentam como uma lista de ações para a humanidade, reforçando a interdependência da sociedade e do meio ambiente e dos objetivos entre si. São 17 objetivos universais, de relevância para toda humanidade, integrados e indivisíveis. Para lograr sucesso, no entanto, todos os objetivos precisarão ser atingidos. Seu papel é de impulsionar a mudança de percurso, rumo à economia de baixo carbono que seja compatível com os interesses de desenvolvimento econômico e de proteção ao meio ambiente.

Quando a urbanização não é planejada, caso, sobretudo, das nações em desenvolvimento, há várias externalidades negativas no processo de acomodação da população tanto em termos de moradia, infraestruturas, educação, saúde, acesso à energia e saneamento. Entretanto, sabe-se que o crescimento das áreas urbanas impulsiona melhorias nessas infraestruturas ao mesmo tempo que determina uma racionalização no zoneamento e um maior planejamento do uso do solo nas cidades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Para um planejamento urbano sadio e sustentável, é imprescindível um diagnóstico das potenciais ações a serem intensificadas e elaboradas para o atingimento dos ODS, criando um território e comunidade local mais resilientes.

O sétimo Objetivo do Desenvolvimento Sustentável é garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos (UNITED NATIONS, 2015). Para guiar seu atingimento, algumas metas mais detalhadas dentro desse contexto foram desenhadas:

7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, realizou em 2018 uma ampla avaliação das metas dos ODS e propôs alguns ajustes técnicos e indicadores para o monitoramento dos ODS e suas metas para o contexto brasileiro.

Nesta seção, propomos ajustes baseados na proposta do IPEA, mas agora com abrangência municipal para que Birigui realize esse monitoramento e fortaleça as ações já vigentes para o atingimento desse ODS.

ODS 07: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos

Dadas as tendências de aumento e expansão das atividades agrícolas até 2029 somadas ao ligeiro crescimento da população, é crucial que o poder público desenhe políticas públicas e parcerias público-privadas que garantam condições de democratizar o acesso à energia e todas as infraestruturas que tal energia pode proporcionar, como saúde, educação, alimentação, trabalho, transporte, entre outras.

Meta 7.1: Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

Indicadores nacionais propostos pelo IPEA	Indicadores e ações propostas para Birigui
Porcentagem da população com acesso à eletricidade	<p>A partir do cruzamento de informações entre áreas públicas estratégicas da gestão pública, como Serviço Social, é possível criar um indicador correlato ao indicador nacional.</p> <p>Assim, o município consegue acompanhar a porcentagem de habitantes com acesso à eletricidade e mapear as regiões de maior vulnerabilidade social e criar estratégias de desenvolvimento local.</p> <p>Uma medida adicional que pode contribuir com a melhoria desse indicador é criar parceria com a concessionária de energia que atende o município para o cadastramento da população de baixa renda na Tarifa Social, aproveitando as sinergias das ações.</p>
Porcentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpos.	<p>É possível subdividir a demanda energética a partir das populações e setores atendidos. O acompanhamento desse indicador de forma desagregada permite a identificação de grupos sociais com maiores dificuldades de acesso à energia e, conseqüentemente, abre caminhos para a elaboração de políticas específicas voltadas para</p>

	a universalização de acesso à energia e aos benefícios a ela atrelados.
--	---

Meta 7.2: Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

Indicadores nacionais propostos pelo IPEA	Indicadores e ações propostas para Birigui
Participação das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE)	<p>Incentivar a geração distribuída é uma ação importante para garantir que parte da demanda energética do município seja atendido por geração renovável.</p> <p>Nesse contexto é possível até mesmo encorajar a instalação de parques solares no Parque Tecnológico para uma matriz elétrica municipal renovável.</p> <p>Outra ação interessante é garantir que os prédios municipais tenham um alto grau de eficiência no uso da energia. Isso resulta na substituição de lâmpadas por iluminação LED ou natural, instalação de sensores de movimento, e ações de manutenções e correções dos equipamentos. Parcerias público-privadas podem facilitar esse processo de efficientização.</p>

Meta 7.3: Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

Indicadores nacionais propostos pelo IPEA	Indicadores e ações propostas para Birigui
Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB	<p>Recomenda-se a elaboração e monitoramento do indicador de intensidade energética medida em relação ao PIB do município.</p> <p>Esse indicador tem papel de acavalar outros indicadores relacionados à qualidade de vida da população, IDH, entre outros, retroalimentando o ecossistema local para o desenvolvimento sustentável.</p>

Meta 7.a: Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

Indicadores nacionais propostos pelo IPEA	Indicadores e ações propostas para Birigui
Fluxos financeiros internacionais para países em desenvolvimento para apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável, incluindo sistemas híbridos	<p>Construção de políticas públicas que fomentem Projetos de Pesquisa & Desenvolvimento no tema de energias renováveis, traçando alianças com os setores industriais, Academia, 3º setor e a concessionária de energia que atende a cidade para participação dos Editais da ANEEL, por exemplo.</p> <p>Idealmente, garantir a inclusão da atribuição de acompanhamento dos indicadores no Comitê de Meio Ambiente ou no Observatório de Clima (ver capítulo do ODS 13).</p> <p>Fomentar Congressos, Simpósios no tema, tecendo uma articulação regional que aproveite as sinergias entre os municípios vizinhos e as vocações econômicas.</p>

Meta 7.b: Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.

Indicadores nacionais propostos pelo IPEA	Indicadores e ações propostas para Birigui
Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita)	Embora a quantidade de energia gerada não seja significativa para o município, esse indicador pode ser monitorado a partir da demanda de energia por região da cidade, setores, com os dados de MWh consumido per capita.

	Esse indicador tem grande potencial de direcionar políticas públicas para determinados setores e/ ou públicos na medida em que os pontos de melhoria forem identificados.
--	---

4. Considerações Finais

Ao analisar os desempenhos do município de Birigui em relação ao uso e incentivo de energia renovável é possível observar evolução, como reflexo de outros índices e resultados alcançados, como o índice de desenvolvimento humano municipal.

Entretanto, ações mais direcionadas para a temática e a construção de parcerias público-privadas tem grande potencial de lapidar o de desenvolvimento municipal voltado à energia limpa e acessível.

A implementação da Agenda 2030, em um eixo de forte incentivo à geração, uso e acessibilidade de energia renovável pode proporcionar ganhos financeiros, de qualidade de vida social e de reputação, aproveitando a sinergia de sua vocação de articulação regional para construir um pólo renovável no interior do Estado de São Paulo.

Referências:

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Plano Decenal de Energia 2029. Brasília, 2020. Disponível em: < <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202029.pdf>>. Acesso em agosto, 2020.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Caderno ODS. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>>. Acesso em agosto, 2020.

CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA - UNFCCC. The Paris Agreement. 2015. Disponível em: <<https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>>. Acesso em agosto, 2020.

MCCOLLUM, D. L. Energy investment needs for fulfilling the Paris Agreement and achieving the Sustainable Development Goals. Nature Energy, v 3(7), 2018. DOI: 10.1038/s41560-018-0179-z. Acesso em agosto, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. World Cities Report. 2016. Disponível em: <<http://wcr.unhabitat.org/>>. Acesso em agosto, 2020.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA – IPCC. Fifth Assessment Report: AR5. 2014. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar5/>>. Acesso em agosto, 2020.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA – IPCC. Special Report of 1.5 °C. 2018. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/sr15/>>. Acesso em agosto, 2020.

ROCKSTRÖM, J. et al. A safe operating space for humanity. Nature, v. 461, n. 7263, p. 472, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/461472a>>. Acesso em agosto, 2020.

STEFFEN, W. et al. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. Science, v. 347, n. 6223, p. 376, 2015. DOI 10.1126/science.1259855. Acesso em agosto, 2020.

ODS 8: TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Marco Aurélio Barbosa de Souza – Secretaria de desenvolvimento econômico – Birigui SP

Introdução

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentado (ODS) 8: trabalho decente e crescimento econômico, enfoca a dimensão econômica do desenvolvimento sustentado, cuja finalidade é promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

Dessa forma, as metas do ODS 8 têm vários objetivos:

A alavancagem do crescimento econômico;

A geração de empregos;

O aumento da produtividade;

A diversificação da estrutura produtiva;

A incorporação de inovações;

O empreendedorismo;

O desenvolvimento das micro e pequenas empresas;

O trabalho decente para homens, mulheres, jovens e pessoas com deficiência;

O combate ao trabalho escravo e infantil;

A ampliação do acesso ao sistema financeiro.

Para promover esse conjunto de objetivos e alcançar o pleno êxito da “Agenda 2030” a estratégia de desenvolvimento deve articular as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), as instituições locais, as empresas (setor privado) e as Organizações da Sociedade Civil (OSC).

No âmbito municipal o alinhamento institucional deve buscar o chamado Desenvolvimento Econômico Local (DEL). Para Swinburn, Goga e Murphy (2006, p. 9):

O propósito do desenvolvimento econômico local (DEL) é construir a capacidade econômica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos. Este é um processo pelo qual os parceiros públicos, o setor empresarial e os não governamentais trabalham coletivamente para criar condições melhores ao crescimento econômico e geração de emprego.

Para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados foram definidos alguns indicadores para cada meta. Através desses indicadores é possível diagnosticar a situação inicial estabelecendo o marco zero para o acompanhamento e avaliação do alcance das metas ao longo do tempo no horizonte da Agenda, ou seja, o ano de 2030.

Neste contexto, o artigo tem por objetivo apresentar as metas do ODS 8, algumas das práticas realizadas pela administração municipal e também prescrever, como sugestão, um conjunto de recomendações de políticas públicas.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em três seções. A primeira tem por objetivo apresentar o diagnóstico elaborado pela Prefeitura Municipal de Birigui para facilitar o conhecimento da realidade local. A Prefeitura instituiu uma comissão para trabalhar os ODS na cidade. Esse grupo de trabalho levantou para as metas da ONU os valores dos últimos indicadores do município para servir de base para reflexão, discussão e também para o desenvolvimento de políticas públicas. A segunda seção do artigo descreve algumas das práticas realizadas pela gestão local e apresenta recomendações de políticas públicas. A última, traz as considerações finais da pesquisa.

ODS 8 na cidade: diagnóstico, dimensão local e macroeconômica

As primeiras metas do ODS 8 (meta 8.1 e 8.2), apresentadas na tabela 1, trazem um conjunto de indicadores relacionados ao Produto Interno Bruto (PIB).

O PIB é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um dado período de tempo (MANKIW, 2001). É considerado um dos principais indicadores macroeconômicos, pois representa o crescimento econômico resultante da ampliação quantitativa da produção. O PIB pode também ser calculado para uma região ou município.

Além do PIB, há também o chamado PIB per capita, que é a produção dividida pelo número de habitantes do país ou cidade.

Apesar da disponibilidade de dados do PIB para os municípios, o PIB é uma variável macroeconômica, ou seja, está relacionado a economia do país em seu conjunto. É um indicador cuja alteração (aumento ou queda) impacta o país em sua totalidade.

Dessa forma, o crescimento desta variável depende, em especial, do desempenho macroeconômico, que por sua vez, é decorrente de uma série de fatores internos e externos, entre os quais: a conjuntura econômica nacional e internacional; as políticas econômicas do governo (política fiscal, monetária, cambial, comercial e de renda); a situação das contas públicas; os investimentos e outras variáveis econômicas.

Nota-se, portanto, que todas as variáveis descritas anteriormente, são incontroláveis ao âmbito municipal, são exógenas.

TABELA 1: Meta 8.1 e 8.2, indicadores selecionados e último valor apurado na cidade de Birigui

META	INDICADOR	ÚLTIMO VALOR APURADO
Meta 8.1 – Sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do Produto Interno Bruto nos países de menor desenvolvimento relativo.	Produto Interno Bruto dos Municípios.	R\$ 3.146.638,00 (2017) Fonte: IBGE
Meta 8.1	Taxa de crescimento do PIB (comparação entre PIB do ano em curso com o do ano anterior).	3.043,544 bi (2016) R\$ 3.146.638.418 bi (2017) = Aumento de 3,39%. Fonte: IBGE
Meta 8.1	Produto Interno Bruto dos Municípios per capita.	R\$ 25.461,32 (2016) R\$ 26.713,00 (2017) = aumento de 4,92% Fonte: IBGE
Meta 8.2 – Atingir níveis mais elevados de produtividades da economia, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra.	Valor adicionado bruto (total e por setor econômico).	Valor adicionado = R\$ 2.836.678 bi Agropecuária = R\$ 67.652 (2,4%); Indústria = R\$ 557.229 (19,6%); Serviços = R\$ 2.211.769 (78%). Fonte: IBGE

Fonte: Prefeitura Municipal de Birigui

Há outro problema também: a defasagem de aproximadamente dois anos na divulgação dos dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, no ano de 2020, será divulgado o PIB municipal de 2018.

Após essas breves observações, conforme tabela 1, constatou-se que o PIB de Birigui, em 2017, foi de R\$ 3.146.638,00 (três bilhões cento e quarenta e seis mil seiscentos e trinta e oito reais). O indicador apresentou crescimento de 3,39% entre 2016 e 2017. Já o PIB per

capita cresceu 4,92% entre 2016 e 2017 alcançando o valor de R\$ 26.713,00 (vinte e seis mil setecentos e treze reais).

O crescimento registrado na cidade ficou abaixo da meta da ONU. Todavia, a meta 8.1 apresenta fixa o crescimento em 7% ao ano para países de menor desenvolvimento relativo, que não é o caso do Brasil, considerado de alto desenvolvimento analisando seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em relação ao PIB, outro aspecto a considerar, é sua composição pela ótica dos grandes setores produtivos, também chamado de valor adicionado: agropecuária, indústria, comércio e serviços. Desse modo, investigar a participação de cada setor na agregação de valor é importante para o conhecimento da dinâmica econômica e avaliação de políticas de desenvolvimento local.

Dessa forma, constatou-se que o valor adicionado total no ano de 2017, excluindo os impostos, foi de R\$ 2.836.678 (dois bilhões oitocentos e trinta e seis mil seiscentos e setenta e oito reais). Por outro lado, a participação dos setores produtivos teve como destaque o setor de serviço que engloba o comércio representando 78% do valor adicionado, seguido pela indústria com 19,6% e o setor da agropecuária com 2,4%.

Ressalte-se que uma análise mais detalhada do valor adicionado demandaria o aprofundamento da pesquisa esmiuçando a composição dos subsetores, as características das empresas, o tipo de produto e serviço produzido e o grau de intensidade tecnológica ou de trabalho da estrutura produtiva local.

Em continuidade a apresentação dos resultados do diagnóstico local, a tabela 2 exhibe a meta 8.3 e dois indicadores relacionados a quantidade de empresas na cidade. O primeiro, procura identificar o percentual de micro e pequenas empresas formalizadas em relação ao total. O resultado aponta um número expressivo de microempresas que apresentam faturamento de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) por ano. São 12.819 no total, correspondendo a 90,2% do conjunto de empresas da cidade, segundo dados do Ministério da Economia, publicados no documento intitulado “Mapa de Empresas” de junho de 2020.

TABELA 2: Meta 8.3, indicadores selecionados e último valor apurado na cidade de Birigui.

META	INDICADOR	ÚLTIMO VALOR APURADO
------	-----------	----------------------

Meta 8.3 – Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.	Percentual de micro e pequenos empreendedores formalizados em relação ao total	12.819 microempresas (90,2%) 622 empresas de pequeno porte (4,66). Total de empresas = 14.214 Fonte: Mapa de empresas (junho 2020)
Meta 8.3	Número de empresas atuantes	Total de empresas = 14.214 Fonte: Mapa de empresas (junho de 2020)

Fonte: Prefeitura Municipal de Birigui

O segundo indicador procura mensurar o número de empresas atuantes na cidade que em junho totalizava 14.214 empresas. Destaca-se em relação ao levantamento quantitativo a necessidade de estudos complementares e de pesquisas qualitativas para visualizar e esmiuçar dados das empresas locais como produtividade, gestão, incorporação de inovações e outras características para aferir seu grau de competitividade em um cenário empresarial de profundas transformações e de elevada disputa concorrencial e mercados competitivos.

A meta 8.4 enfoca o volume de água distribuído por dia e o consumo mensal de energia. Para o caso de Birigui, os resultados apurados apontam para 17.499 metros cúbicos, de acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (2019), enquanto que o consumo mensal de energia foi de 10.579.679,33 Kwh, segundo o Anuário Energético do Estado de São Paulo (2019).

TABELA 3: Meta 8.4, indicadores selecionados e último valor apurado na cidade de Birigui

META	INDICADOR	ÚLTIMO VALOR APURADO
Meta 8.4 - Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentável, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.	Volume de água tratada e distribuída por dia.	17.499 metros cúbicos, ou 17.499.000 litros. Fonte: SNIS (2019)

Meta 8.4	Consumo mensal de energia	126.956.152 kwh em 2018 (Total). 12 meses Consumo mensal de 10.579.679,33 Kwh Fonte: Anuário de Energéticos por Município (2019) publicado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
-----------------	---------------------------	---

Fonte: Prefeitura Municipal de Birigui.

As metas de 8.5 a 8.10 estão apresentadas na tabela 4. Os indicadores estão relacionados a três temas: pessoal ocupado e emprego, trabalho infantil e movimentação bancária.

TABELA 4: Meta 8.4, indicadores selecionados e último valor apurado na cidade de Birigui

META	INDICADOR	ÚLTIMO VALOR APURADO
Meta 8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	Pessoal ocupado assalariado.	30.115 (janeiro de 2020) Fonte: Ministério da Economia.
Meta 8.5	Pessoal ocupado total	37.831 (2017). Fonte: IBGE
Meta 8.6 – Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.	Taxa de desemprego entre jovens.	Participação de empregados na faixa etária de 14 a 24 anos no emprego total. 2018 = 5.094 : 31.978 = 15,9%. Fonte: Ministério da Economia. Participação do primeiro emprego no emprego total 2016 = 744 : 15.412 = 4,83% 2019 = 880 : 12.969 = 6,8%. Fonte: Ministério da Economia.
Meta 8.7 – Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.	Nº de crianças e adolescentes afastados de situação irregular de trabalho infantil.	11 crianças e adolescentes. Fonte: CREAS (2019)

<p>Meta 8.10 – Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros e de seguros para todos.</p>	<p>Depósitos a prazo. Depósitos a vista – privado. Operações de Crédito. Poupança.</p>	<p>Estoque de financiamento imobiliários: R\$ 621 milhões; Estoque de operações de crédito = R\$ 1.252 bilhões; Estoque de poupança = R\$ 558 milhões. Fonte: Banco Central (outubro de 2019).</p>
--	--	---

Fonte: Prefeitura Municipal de Birigui

O primeiro indicador, pessoal assalariado total, contava na cidade com 30.115 pessoas com carteira de trabalho registrada. Já o pessoal ocupado representava 37.831 pessoas segundo o IBGE.

Nota-se para o caso dos trabalhadores com registro em carteira que apesar do aumento populacional há uma queda ao longo do tempo do estoque de pessoas registradas. É um aspecto que precisa ser avaliado com atenção pelo governo e instituições locais.

Outro indicador sugerido pela ONU foi a taxa de desemprego entre jovens. O problema é a ausência de metodologia para seu acompanhamento. Como sugestão para substituir o indicador foi apresentado dois indicadores: a) participação de empregados da faixa etária de 14 a 24 anos no emprego total que em 2018 representava 15,9% (5.094 trabalhadores) da mão de obra registrada na cidade; b) participação do primeiro emprego no emprego total gerado no município. Para esse indicador constatou-se aumento de 4,83% (744 empregos) para 6,8% (880 empregos) entre 2016 e 2019.

Finalizando, apurou-se para o ano de 2019, segundo o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 11 crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho infantil.

E, do ponto de vista da movimentação bancária, os dados do Banco Central de outubro de 2019, apontam para um estoque de financiamentos imobiliários no valor de R\$ 621 (seiscentos e vinte e um milhão de reais); estoque de operações de crédito totalizando R\$ 1.252 (um bilhão duzentos e cinquenta e dois milhões de reais) e um estoque de poupança de R\$ 558 (quinhentos e cinquenta e oito milhões de reais).

Práticas de desenvolvimento econômico local e recomendações de políticas públicas:

Conforme apresentado na introdução da pesquisa, o conjunto das metas e indicadores tem por objetivo promover no município o crescimento econômico e a geração de empregos.

Em relação a esse objetivo, nesta última gestão (2017-2020), várias iniciativas foram realizadas pela administração municipal, em especial, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Algumas ações e projetos são citados em seguida. Porém, não esgotam o tema em virtude de sua complexidade e da dificuldade de apresentação completa e

detalhada das ações realizadas nos últimos quatro anos. Há também de se considerar a necessidade de continuidade e aprofundamento do trabalho realizado através da recomendação de um conjunto de políticas públicas.

TABELA 5: Meta, práticas e recomendações

ME TA	PRÁTICAS REALIZADAS	RECOMENDAÇÕES
Met a 8.1	<p>Inauguração do novo distrito industrial (Distrito Industrial II) para instalação de 54 empresas;</p> <p>Implantação do Observatório de Inteligência Econômica;</p> <p>Aperfeiçoamento do Via Rápida Empresa (VRE), sistema unificação de abertura, alteração e fechamento de empresas na cidade;</p> <p>Ações em conjunto com as instituições locais (Sistema S, ACIB, SINBI, entre outras);</p> <p>Lançamento do Portal do Desenvolvimento Econômico (<i>site</i>: da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE);</p> <p>Trabalho realizado pelos Conselhos Municipais da área do desenvolvimento econômico (COMDE – Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e CONSCIENTI – Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação);</p> <p>Lançamento do Guia do Investidor 2018;</p> <p>Apoio para as empresas do APL Calçadista para participação em feiras nacionais (Franal);</p> <p>Inserção de informações econômicas no Portal do Desenvolve SP;</p>	<p>Implantação de mini-distritos industriais;</p> <p>Manutenção e aperfeiçoamento do projeto do Observatório de Inteligência Econômica;</p> <p>Aprofundamento das parcerias e articulações com as instituições locais e os Conselhos Gestores que abordem temas ligados ao desenvolvimento local;</p> <p>Implementação de uma incubadora tecnológica e de um espaço “maker”.</p>
Met a 8.2	<p>Atração de novas empresas para cidade de diversos setores produtivos;</p> <p>Criação do Fórum da Cadeia Produtiva Aeroespacial;</p>	<p>Incentivo para a instalação de empresas que possam fortalecer as cadeias produtivas presentes na cidade, em especial, do APL calçadista, para ampliação da competitividade do sistema produtivo.</p>
Met a 8.3	<p>Aperfeiçoamento do Via Rápida Empresa (VRE), sistema unificação de abertura, alteração e fechamento de empresas na cidade;</p>	<p>Amplio trabalho de formalização das empresas e disponibilização de suporte e ferramentas para seu desenvolvimento.</p>
Met a 8.4	<p>Interligação entre os sistemas de abastecimento de água</p>	<p>Investimentos em novo poço profundo e intensificação da interligação entre os sistemas.</p>
Met a 8.5 e 8.6	<p>As práticas realizadas são basicamente as mesmas para da meta 8.1;</p> <p>Foi criada uma Diretoria Específica na estrutura da SDE na reforma administrativa para atuar no campo do “Trabalho, Renda e Qualificação”;</p> <p>Oferecimento de vários cursos gratuitos para jovens para inserção no mercado de trabalho, como exemplo, o Time do Emprego.</p>	<p>Intensificação dos cursos e treinamentos para jovens, em especial, no uso de ferramentas tecnológicas;</p> <p>Implantação do programa “primeiro emprego”.</p>
Met a 8.10	<p>Fortalecimentos dos empréstimos realizados pelo Banco do Povo;</p> <p>Intermediação no período de pandemia de conversas entre as empresas, instituições representantes do setor empresarial e os bancos da</p>	<p>Ampliação dos empréstimos do Banco do Povo para pessoas físicas e jurídicas.</p>

cidade, em especial, os bancos públicos e o BNDES;

Considerações Finais

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentado (ODS) 8 aborda a temática do crescimento econômico e do emprego. São temas essenciais e desafiantes para os municípios, em especial, na atual conjuntura em que o país foi mergulhado em uma profunda crise econômica com reflexos no curto, médio e longo prazo.

A geração de empregos depende da capacidade de crescimento econômico local, que por sua vez, está atrelada ao desempenho macroeconômico do país.

Neste contexto, a busca pelo desenvolvimento econômico endógeno, ou seja, aquele que é impulsionado e desencadeado pelas forças produtivas locais é necessário para contrapor o cenário de baixo crescimento econômico e a necessidade de geração de empregos.

E, para promover o desenvolvimento local, se faz necessário a articulação das instituições locais, sob a liderança do setor público e o envolvimento do setor privado e do terceiro setor.

As metas e os indicadores propostos para o ODS 8 são desafiantes, haja vista, inclusive, que para muitos deles, não há metodologias disponíveis para sua mensuração no nível municipal, enquanto que outros, como o PIB, apresentam defasagem temporal, ou seja, seu resultado consolidado demora para ser disponibilizado pelos órgãos oficiais de pesquisa.

A cidade de Birigui, dentro de suas restrições e possibilidades, tem realizado um conjunto de ações e projetos para alcançar as metas do ODS 8.

Todavia, como toda e qualquer política pública, há necessidade de ajustes e aperfeiçoamentos e da criação de métricas para aferir seus resultados ao longo do tempo.

Nesse contexto, a tabela 5, apresenta algumas recomendações para o município para o enfrentamento dos desafios e para que os novos gestores avancem nas estratégias de desenvolvimento local a partir de 2021.

Referências

MANKIW, N. GREGORY. Introdução à Economia: principais de micro e macroeconomia. 2. ed. Campus: Rio de Janeiro: 2001.

SWINBURN, Gwen; GOGA, Soraya; MURPHY, Fergus. Desenvolvimento econômico local: um manual para implantação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação. Banco Mundial. Jan. 2006. Disponível

em:<<http://documents1.worldbank.org/curated/en/344811468163476288/pdf/337690PORTUGUESE0Primer01PUBLIC1.pdf>>. Acesso em: 01. Jul. 2020.

ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Marco Aurélio Barbosa de Souza – Secretaria de desenvolvimento econômico – Birigui SP

Introdução

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentado (ODS) 9: indústria, inovação e infraestrutura, enfoca a dimensão econômica do desenvolvimento sustentado e tem a finalidade de construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

São temas abordados pelas metas do ODS 9:

Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente;

Promover a industrialização inclusiva e sustentável;

Aumentar o acesso de pequenas indústrias aos serviços financeiros;

Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas e a inovação.

Para a Confederação Nacional dos Municípios (CMN, 2016, p. 76-77):

O ODS 9 consiste em garantir que todos os locais disponham das infraestruturas necessárias para conectar-se ao resto do mundo. A industrialização inclusiva e sustentável refere-se ao conceito de que a industrialização pode ser uma estratégia efetiva de redução da pobreza. O desenvolvimento tecnológico e a diversificação industrial têm também papel central nesse objetivo, uma vez que possibilitam o ganho de eficiência na produção.

Nota-se, portanto, grandes desafios em relação ao ODS 9, que para seu pleno êxito demanda a articulação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), das instituições locais, das empresas (setor privado) e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) através da estratégia de desenvolvimento local.

Para Swinburn, Goga e Murphy (2006, p. 9):

O propósito do desenvolvimento econômico local (DEL) é construir a capacidade econômica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos. Este é um processo pelo qual os parceiros públicos, o setor empresarial e os não governamentais trabalham coletivamente para criar condições melhores ao crescimento econômico e geração de emprego.

Para avaliar se os objetivos estão sendo alcançados foram definidos alguns indicadores para cada meta. Através desses indicadores é possível diagnosticar a situação

inicial estabelecendo o marco zero para o acompanhamento e avaliação do alcance das metas ao longo do horizonte da Agenda, ou seja, o ano de 2030.

Neste contexto, o artigo tem por objetivo apresentar as metas do ODS 9, algumas das práticas realizadas pela administração municipal e também prescrever, como sugestão, um conjunto de recomendações de políticas públicas.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em três seções. A primeira tem por objetivo apresentar o diagnóstico elaborado pela Prefeitura Municipal de Birigui para facilitar o conhecimento da realidade local. A Prefeitura instituiu comissão para trabalhar os ODS na cidade. Esse grupo de trabalho levantou para as metas da ONU os valores dos últimos indicadores do município para servir de base para reflexão, discussão e também para o desenvolvimento de políticas públicas. A segunda seção do artigo descreve algumas das práticas realizadas pela gestão local e apresenta recomendações de políticas públicas. A última, traz as considerações finais da pesquisa.

ODS 9 na cidade: diagnóstico

A meta 9.1, apresentada na tabela 1, traz dois indicadores: a) a duração equivalente de interrupção dos serviços de energia elétrica por unidade consumidora e b) a frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora.

TABELA 1: Meta 9.1, indicadores selecionados e último valor apurado na cidade de Birigui

META	INDICADOR	ÚLTIMO VALOR APURADO
Meta 9.1 – Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo a preços acessíveis para todos.	Duração equivalente de interrupção dos serviços de energia elétrica por unidade consumidora.	6,72. Fonte: CPFL Paulista. Ano de 2019
	Frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora.	4,38 vezes. Fonte: CPFL Paulista. Ano de 2019

Prefeitura Municipal de Birigui

Em consulta a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) o resultado encontrado para o primeiro indicador foi de 6,72 e para o segundo 4,38.

Na sequência, a tabela 2, apresenta a meta 9.2 que tem três indicadores: a) evolução do PIB *per capita*; b) evolução do PIB do setor agropecuário e c) evolução do PIB do setor industrial[1].

TABELA 2: Meta 9.2, indicadores selecionados e último valor apurado na cidade de Birigui

META	INDICADOR	ÚLTIMO VALOR APURADO
Meta 9.2 – Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no Produto Interno Bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.	Evolução do PIB <i>per capita</i> dos Municípios	R\$ 25.461,32 (2016) para R\$ 26.713,00 (2017), aumento de 4,92%. Fonte: IBGE
Meta 9.2	Evolução do PIB do setor agropecuário por Município.	2015: 45.668 milhões 2014: 39.846 milhões 2015: 45.668 milhões 2016: 65.731 milhões 2017: 67.652 milhões Crescimento de 2,92% entre 2016/2017. Fonte: IBGE
Meta 9.2	Evolução do PIB do setor industrial por Município	2014: R\$ 621.499 milhões 2015: R\$ 869.994 milhões 2016: R\$ 609.818 milhões 2017: R\$ 557.229 milhões Queda de 8,62% entre 2016/2017. Fonte: IBGE

Prefeitura Municipal de Birigui.

O último dado disponível do PIB *per capita* é do ano de 2017. Comparado com 2016, observa-se crescimento de 4,92% na cidade.

Já o PIB do setor agropecuário cresceu 2,92% entre 2016 e 2017, alcançando o valor de R\$ 67.652.000,00 (sessenta e sete milhões quinhentos e cinquenta e dois mil reais).

O terceiro indicador da meta 9.2 é a evolução do PIB industrial, que apresentou redução de 8,62% entre 2016 e 2017.

Em relação a queda do PIB industrial uma das hipóteses é que esse setor foi impactado pela crise econômica brasileira de 2015 e 2016 em decorrência de dois fatores: a) as características da economia de Birigui que apresenta significativa base industrial e b) a participação do setor calçadista na indústria local (vide tabela 3).

TABELA 3: Estrutura produtiva industrial em 2020

META	INDICADOR	ÚLTIMO VALOR APURADO
Confecção de artigos de vestuário e acessórios	402	15,65%
Fabricação de bebidas	1	0,04%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	73	2,84%
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2	0,08%
Fabricação de máquinas e equipamentos	44	1,71%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	7	0,27%
Fabricação de móveis	110	3,89%
Fabricação de outros equipamentos de transportes, exceto veículos automotores	5	0,19%
Fabricação de produtos alimentícios	163	6,34%

Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	57	2,22%
Fabricação de produtos de madeira	20	0,78%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	189	7,36%
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	46	1,79%
Fabricação de produtos diversos	73	2,82%
Fabricação de produtos químicos	12	0,47%
Fabricação de produtos têxteis	129	5,02%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	7	0,27%
Impressão e reprodução de gravações	73	2,84%
Metalurgia	3	0,12%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	1.125 3	44,88%
TOTAL	2.569	100%

Ministério da Economia.

Nota-se pelos dados da tabela que o setor industrial é formado atualmente por 2.569 empresas. E, entre os segmentos industriais, o mais representativo é o setor calçadista, que é especializado na produção de calçados infantis e forma um dos mais importantes e representativos Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Brasil, recebendo a denominação de “Capital Brasileira do Calçado Infantil”.

Desagregando os dados do segmento de “preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados” constata-se que o polo calçadista contava com 1.125 empresas, representando 43,79% das empresas industriais de Birigui.

Entre as 1.125 unidades produtivas do setor, 956 eram microempresas, 110 empresas de pequeno porte e 59 demais categorias (vide tabela 4).

Destaca-se ainda que os Microempreendedores Individuais (MEIS) representam 39,82% (448 empresas) e os demais portes 60,18% com 677 unidades produtivas.

TABELA 4: Empresas de calçados de Birigui em 2020

PORTE DAS EMPRESAS	QUANTIDADE
Microempresas	956
Empresas de pequeno porte	110
Demais	59
Total	1.125

Fonte: Ministério da Economia.

Para a avaliação do impacto da crise econômica no setor calçadista local, a tabela 5 apresenta a produção de calçados e o saldo de empregos do setor entre 2014 e 2019. Percebe-se redução na produção e saldos negativos na empregabilidade durante o período.

TABELA 5: Saldo do emprego e produção de calçados de Birigui entre 2014 e 2019

ANO	SALDO DE EMPREGOS	PRODUÇÃO
2014	- 411	58.201 milhões
2015	- 2.145	51.880 milhões
2016	- 252	47.059 milhões
2017	- 813	45.917 milhões
2018	- 830	42 milhões
2019	- 1.335	-

Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui (SINBI) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Ministério da Economia.

Segundo o Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui (SINBI) a produção anual de calçados foi reduzida de 58.201 milhões de pares em 2014 para 42 milhões de pares em 2018, queda de 27,84%[2].

Em continuidade a apresentação dos resultados do diagnóstico local, a tabela 6 exibe a meta 9.3 e a 9.5, cada uma tem um único indicador. O primeiro da meta 9.3 é a quantidade, valor total e valor médio de contratos de microcrédito que, levando-se em consideração os empréstimos do Banco do Povo, para o ano de 2019, foi de R\$ 255.458,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e oito reais) e o segundo indicador (meta 9.5) é o percentual das escolas com acesso à internet, cujo resultado foi 100% para o caso das escolas municipais.

TABELA 6: Meta 9.3, indicadores selecionados e último valor apurado na cidade de Birigui

META	INDICADOR	ÚLTIMO VALOR APURADO
Meta 9.3 – Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.	Quantidade, valor total e valor médio de contratos de microcrédito.	Valor financiado pelo Banco do Povo (2019) = R\$ 255.458,00.
Meta 9.5 – Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, até 2030, incentivando a inovação aumentando substancialmente número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.	Percentual de escolas com acesso à internet	100% das escolas municipais. Fonte: Sec. Educação (2019)

Fonte: Prefeitura Municipal de Birigui.

Práticas de desenvolvimento econômico local e recomendações de políticas públicas.

Conforme apresentado na introdução da pesquisa, o conjunto das metas e indicadores do ODS 9 tem por objetivo construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Em relação ao ODS 9, nesta última gestão (2017-2020), várias iniciativas foram realizadas pela administração municipal, em especial, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE). Algumas ações e projetos são citados em seguida. Porém, não esgotam o tema em virtude de sua complexidade e da dificuldade de apresentação completa e detalhada das ações realizadas nos últimos quatro anos. Há também de se considerar a necessidade de continuidade e aprofundamento do trabalho realizado através da recomendação de um conjunto de políticas públicas.

TABELA 7: Meta, práticas e recomendações

	Não houver ação em relação aos indicadores	Acompanhamento mensal dos indicadores e contato frequente com a CPFL.
--	--	---

	<p>Inauguração do novo distrito industrial (Distrito Industrial II) para instalação de 54 empresas;</p> <p>Implantação do Observatório de Inteligência Econômica;</p> <p>Aperfeiçoamento do Via Rápida Empresa (VRE), sistema unificação de abertura, alteração e fechamento de empresas na cidade;</p> <p>Ações em conjunto com as instituições locais (Sistema S, ACIB, SINBI, Instituto Federal, entre outras);</p> <p>Lançamento do Portal do Desenvolvimento Econômico (<i>site</i>: da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE);</p> <p>Trabalho realizado pelos Conselhos Municipais da área do desenvolvimento econômico (COMDE – Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e CONSCIENTI – Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação);</p> <p>Lançamento do Guia do Investidor 2018;</p> <p>Apoio para as empresas do APL Calçadista para participação em feiras nacionais (Franal);</p> <p>Inserção de informações econômicas no Portal do Desenvolve SP;</p> <p>Atração de novas empresas para cidade de diversos setores produtivos;</p> <p>Criação do Fórum da Cadeia Produtiva Aeroespacial;</p> <p>Apoio aos empreendedores através do SEBRAE AQUI.</p>	<p>Implantação de mini distritos industriais;</p> <p>Manutenção e aperfeiçoamento do projeto do Observatório de Inteligência Econômica;</p> <p>Aprofundamento das parcerias e articulações com as instituições locais e os Conselhos Gestores que abordem temas ligados ao desenvolvimento local;</p> <p>Implementação de uma incubadora tecnológica e de um espaço “<i>maker</i>”.</p> <p>Incentivo para a instalação de empresas que possam fortalecer as cadeias produtivas presentes na cidade, em especial, do APL calçadista, para ampliação da competitividade do sistema produtivo.</p> <p>Amplio trabalho de formalização das empresas e disponibilização de suporte e ferramentas para seu desenvolvimento.</p>
	<p>Fortalecimentos dos empréstimos realizados pelo Banco do Povo;</p> <p>Intermediação no período de pandemia de conversas entre as empresas, instituições representantes do setor empresarial e os bancos da cidade, em especial, os bancos públicos e o BNDES;</p>	<p>Ampliação dos empréstimos do Banco do Povo para pessoas físicas e jurídicas.</p>
	<p>Investimentos na aquisição de computadores e melhoria da velocidade da <i>internet</i></p>	<p>Continuidade dos investimentos e integração dos sistemas de informação da educação e das demais Secretarias</p>

		– Projeto de Cidade Inteligente.
--	--	----------------------------------

Prefeitura Municipal de Birigui

Considerações Finais

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentado (ODS) 9 aborda a temática das infraestruturas resilientes, da promoção da industrialização inclusiva e sustentável e do fomento da inovação.

São temas essenciais e desafiantes para os municípios, em especial, na atual conjuntura em que o país atravessa uma profunda crise econômica com reflexos no curto, médio e longo prazo.

Conforme apresentação realizada, a cidade de Birigui conta com importante parque industrial, cujo destaque é a indústria de calçados. Esse segmento tem enfrentando dificuldades nos últimos anos em decorrência das crises recorrentes na economia brasileira, com destaque para a recessão de 2015 e 2016, que gerou impacto negativo nas empresas locais.

Por outro lado, o fomento a inovação e sua incorporação ao sistema produtivo em um contexto de quarta revolução industrial é fundamental para ampliar a capacidade competitiva das empresas biriguienses em um ambiente de acirramento da concorrência no mercado interno e externo.

Neste contexto, a busca pelo desenvolvimento econômico endógeno, ou seja, aquele que é impulsionado e desencadeado pelas forças produtivas locais é necessário para contrapor o cenário de baixo crescimento econômico e a necessidade de geração de empregos.

E, para promover o desenvolvimento local, é necessário a articulação das instituições locais, sob a liderança do setor público e o envolvimento do setor privado e do terceiro setor.

São desafios para o desenvolvimento da cidade nos próximos anos. Todavia, exemplos positivos de ações e projetos foram realizados pelo município. Entretanto, há necessidade de ajustes e aperfeiçoamento. Nesse sentido, algumas sugestões foram apresentadas no presente artigo.

Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Guia para Localização dos**

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber. Brasília: CMN, 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 10 de ago. 2020.

SWINBURN, Gwen; GOGA, Soraya; MURPHY, Fergus. **Desenvolvimento econômico local:** um manual para implantação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação. Banco Mundial. Jan. 2006. Disponível em: < >. Acesso em 01. Jul. 2020.

ODS 11 – A TRAJETÓRIA DE BIRIGUI NA CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA 2030.

Eliel Robson Lemes Ribeiro – Presidente Comissão Executiva Municipal – Birigui SP

O Município de Birigui firmou o compromisso com os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, em maio de 2016, sendo o segundo município do Estado de São Paulo a se tornar signatário, formalizado através do decreto Municipal nº 5.678/2016, assinado pelo Prefeito Municipal e por todos os Secretários Municipais da época. No mesmo ano também se tornou signatário também do CDP Cities, reforçando seus compromissos e participando deste sistema que resultou em engajamento entre investidores, municípios, estados e regiões do mundo inteiro para as questões ambientais.

No ano de 2017, o atual Prefeito Cristiano Salmeirão, assinou a carta compromisso com o Programa Cidades Sustentáveis, e em continuidade à institucionalização do propósito supramencionado publicou o Decreto Municipal nº 5.768/2017, referente aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também assinado por todos os novos Secretários Municipais, notadamente, o ODS 11 – “Criar cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”.

Devido seus esforços na institucionalização da agenda 2030, no ano de 2017, a Prefeitura de Birigui recebeu do CDP Cities certificação, que reconhece as melhores práticas de sustentabilidade.

Neste mesmo ano, várias ações de sustentabilidade e governança corporativa foram deixadas de legado pela equipe gestora do programa, apoiadas pelo Prefeito. Destacam-se:

Decreto que declara de utilidade pública, para fins de preservação ambiental e cultural, o imóvel (área de 38.179,40 m2) que se localiza na região central de Birigui, onde existe um fragmento de mata atlântica no interior;

Implantação de coleta seletiva no município faz parte do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e, também, do Plano de Governo da Gestão 2017-2020. A primeira fase da

implantação da coleta seletiva foi em 13 bairros de Birigui. Os demais foram incluídos gradativamente. Atualmente, todos os bairros da cidade são atendidos;

Reativação da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável – COOPERTRABI, que estava inativa há mais de 10 anos, e incentivos através do programa Pró Catador;

Implantação e articulação junto ao Governo do Estado de São Paulo visando à colaboração com o fortalecimento da Cooperativa de Leite do Baixo Tietê instalada no Distrito Industrial I da cidade, concluída em julho de 2017;

Implantação do projeto Birigui Sustentável, que é uma parceria inédita na América Latina entre o McDonald's (Arcos Dourados) e a Prefeitura, concebido como piloto a ser replicado em todas as unidades da multinacional na área de sustentabilidade;

Conclusão de fase piloto do projeto ODS na área de educação infantil, que durou 6 meses, concluído e divulgado em junho deste ano. O módulo de Educação infantil para Sustentabilidade, por relacionamento do McDonald's, contou com o programa Impacta ODS, elaborado pela Aldeias Infantis SOS Brasil em parceria com o Instituto Maurício de Sousa, que dissemina os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, por meio de uma série de gibis da Turma da Mônica;

Submissão à 4th RME Research Conference, evento do Capítulo Brasil do PRME e PNUD, realizado em Curitiba/PR, em 13 e 14/09/2017, foi selecionado pelo Comitê Científico e apresentado na conferência internacional;

No dia 5 de fevereiro de 2018 Birigui foi destaque em saneamento no Brasil. O prefeito de Birigui, Cristiano Salmeirão participou do Simpósio Ranking ABES da Universalização do Saneamento, promovido pela ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental). Após as palestras do evento, houve premiação aos 14 municípios do País com melhor saneamento básico.

As metas do ODS 11 são remetidas as ações que as cidades devem internalizar em sua gestão para o alcance das práticas sustentáveis. Para efetivar, Birigui tem realizado as seguintes ações:

Equipe técnica cria estratégias em pilares: sensibilização; situação atual; priorização de necessidades; planejamento; parcerias; governança e monitoramento.

Equipe técnica elabora o diagnóstico municipal dos ODS's com uso da cartilha do CNM, prioriza os ODS's, metas e indicadores, sendo aprovados pelo Prefeito.

Equipe técnica adota como ferramenta de gestão a mandala de desempenho disponibilizada pelo CNM, que traz medições e oportunidades de parâmetros métricos aos gestores públicos, para alcance de melhorias na agenda global.

Equipe técnica prioriza o 11 e inicia juntas várias secretarias municipais ações de ajuste ao cumprimento das metas.

Meta 11.B Erradicação de assentamentos urbanos em seguros busca de parceria junto a política de habitação, para ampliação e oferta de casas populares em consonância com as leis vigentes, elaboração de plano de contingência de riscos ambientais ou desastres naturais e fortalecimento da defesa civil.

Meta 11.A Criação de parques industriais com infraestrutura e consoante a legislação ambiental, ampliação de parcerias com sistema de federação de indústrias estadual / federal para o desenvolvimento local, e compartilhamento de práticas exitosas em fóruns de debate de outros municípios.

Meta 11.7 Implantação e manutenção de espaços adaptados e acessibilidade de deficientes, idosos, crianças e mulheres. Importante as praças públicas estão em programas de ajuste para a instalação de rampas brinquedos adaptados e acessíveis e devidamente sinalizadas para uso da população.

Meta 11.6: Implantação de coleta seletiva, criação da lei do pro catador, incentivo e apoio a cooperativas de coleta seletiva, destinação ao aterro sanitário com licença ambiental de funcionamento, educação continuada com a população para destinação correta de resíduos urbanos.

Meta 11.5 Ampliação do acesso da população de baixa renda a moradia popular através de conjuntos habitacionais devidamente regularizados.

Meta 11.3 Implantação de conselho municipal dos ODS's e do meio ambiente, para paridade de participação da sociedade e do poder público, com controle social efetivo no planejamento, execução de ações, prestação de contas e monitoramento nas políticas habitacionais de Birigui.

Meta 11.2 Ampliação de acesso da população ao serviço de transporte coletivo, com tarifa acessível e meio de transporte urbano com conforto térmico.

Meta 11.1 Erradicação de 100% de moradias construídas com materiais: lonas, madeiras e condição insalubre.

Outras metas incorporadas

Cidade pioneira em elaborar lei de pagamento de passivo ambiental, através de disponibilidade de áreas públicas, para recuperação de áreas degradadas e plantio de árvores nativas, focando a redução de emissão de gases de efeito estufa.

Ampliação da área métrica verde / habitantes em 100%, desde 2017 e resultando em 2019 em 12,69 / habitantes.

Implantação de política ambiental com condicionantes de manejo sustentável, conservação de espécie nativas e do viveiro de mudas municipal, com acesso da população e iniciativa privada.

Redução da taxa de homicídio com a implantação de bases comunitárias de segurança pública em bairros, intensificação de patrulhamento e ampliação do contingente da guarda municipal.

Parceria com a iniciativa privada para recuperação de áreas degradadas públicas. (Não é pagamento de passível ambiental)

Resultados

97% de urbanização;

100% de erradicação de favelas;

100% em participação em política de conservação ambiental;

99% de casas com acesso à energia elétrica;

100% de casas com acesso a água potável e ao esgoto tratado;

Destinação de resíduos correta, coleta seletiva, lixo regularizado.

Desafio

Diminuir a perda de distribuição de água de 31% para 5% até 2022.

Na pandemia COVID 19, garantir que Birigui tenha a continuidade nas metas do ODS 11, houve a internalização da agenda 2030, com matriz de prioridades com foco no ODS 01 (erradicação de pobreza, ODS 02 (fome zero) ODS 03 (saúde e bem-estar) ODS 04 (educação de qualidade) ODS 08 (emprego digno e crescimento econômico), ODS 10 (redução das desigualdades) ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 17 (parcerias e meios de implementação).

Para atender as condicionantes do ODS 01 e ODS 10, foi determinado através da secretaria de assistência social o direcionamento de recursos necessários para atendimento da população de alta vulnerabilidade social, compra de cestas básicas, gêneros de primeira necessidade, acesso aos programas de transferência de renda, distribuição de máscaras através do fundo social de solidariedade a atendimento da população nos CRAS, CREAS e equipamentos sociais de vinculação SUAS (Sistema Único de Assistência Social), garantindo assim a efetivação de direitos preconizados na PNAS 2004 (Política Nacional de Assistência Social).

Para atender as condicionantes do ODS 02, fortaleceu-se o Programa Fome Zero, que consiste na aquisição de hortaliças, legumes e verduras dos pequenos produtores do Município e distribuição, por intermédio dos 4 CRAS (centro de referência da Assistência

Social) aos munícipes que possuem CAD Único e são inseridos nos programas existentes no SUAS. Durante a pandemia foi determinado a secretaria responsável pelo programa, a ampliação do mesmo como forma de garantir o acesso da população a alimentação digna.

Na secretaria de meio ambiente foi determinado a garantia de acesso à água limpa, sem interrupções de fornecimento, e a ampliação do programa de agroflorestas, que consiste no uso de espaços públicos para a produção de alimentos comunitários, assim como garanti as hortas comunitárias para acesso de toda a população.

Para atender as condicionantes do ODS 03, foi criado junto a secretaria de saúde, o comitê do COVID-19, composto por profissionais especializados na área de saúde, e todos os direcionamentos do Município pautaram-se em ciência e em aconselhamento técnico, diante da observância das diretrizes da OMS. Ampliou-se a capacidade de respiradores e leitos hospitalares para o COVID-19, e efetivou-se parceria com a iniciativa privada para equipar a Santa Casa, Pronto Socorro e Unidades Básicas de Saúde.

Durante a pandemia, buscou-se recursos federais e da iniciativa privada e inaugurou uma UBS, sendo reformada e adequada ao atendimento do COVID, mais 2 UBS. Junto a iniciativa privada, conseguiu-se recursos para equipar com EPIS (equipamentos de proteção individual) os profissionais de linha de frente.

A prefeitura elaborou vários decretos sanitários para o Município, realizou-se junto as equipes de vigilância sanitária, trabalho educativo com setores produtivos e comércio. Foi também realizado a adesão a uma plataforma integrativa entre as UBS's, vigilância sanitária, gestão da secretaria de saúde e iniciativa privada para acolhimento, triagem, classificação de riscos e contact tracing de todos os casos positivos do COVID-19.

Para atender as condicionantes do ODS 04, foi disponibilizado as famílias dos alunos o kit merenda, e seguido junto a secretaria de educação municipal as diretrizes da OMS, garantindo o acesso dos alunos em plataformas online e envio de atividades através das escolas.

Para atender o ODS 08, foi direcionado o Plano de Retomada econômica, uma estratégia construída com os setores econômicos de Birigui, garantindo protocolos sanitários rígidos, acesso ao microcrédito para empresas de pequeno porte e interlocução com os envolvidos para garantir o acesso da população ao emprego e renda.

Vale destacar que durante os meses de pandemia, a Prefeitura junto ao Sindicato Patronal tem realizado a educação continuada com a agenda 2030 com 16 empresas signatárias do pacto global, de diversos setores, garantindo assim o cumprimento das metas do ODS 08.

Para atender as condicionantes do ODS 16, determinou-se a equipe de comunicação, a transparência de todos os atos administrativos que relacionem ao COVID 19. No portal da Prefeitura, foi criado de uma aba que congregasse todas as informações pertinentes, de forma clara, objetiva e de fácil acesso. Para elaborar outras estratégias, criou-se mapas online que dispunha de informação acerca do comportamento do vírus em territórios, para intensificação de ações preventivas.

Para atender as condicionantes do ODS 17, foi efetivado parcerias com Empresas, Escolas, Terceiro Setor, grupos organizados pela iniciativa privada, Sindicatos, Associação de bairros, Organizações não governamentais. A interação entre todas as partes interessadas tem proporcionado a Birigui, manter o desenvolvimento sustentável, garantir o acesso dos munícipes a saúde, minimização de impactos sociais e manutenção de empregos nas indústrias do Município.

ODS 12 – CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Adriano Alves Teixeira - UFMS

Talita Borges Teixeira - ITB Equipamentos Elétricos

Introdução

A partir da Revolução Industrial experimentou-se um crescimento econômico exponencial que trouxe no seu bojo diversas externalidades negativas que têm ocasionado danos, muitas vezes, irreversíveis ao meio ambiente.

Dentre os principais problemas atrelados a essa expansão industrial e ao consumo muitas vezes desenfreado, está a geração de resíduos. Esses resíduos, em sua grande maioria, estão sendo despejados no solo e nas águas resultando em consequências ecologicamente desfavoráveis, pois seus componentes possuem materiais e substâncias químicas/tóxicas.

Outro fator relevante é que a grande maioria destes produtos/materiais não foram pensados para serem reutilizados, remanufaturados ou reciclados e isso deveria ser inconcebível e ainda há muito o que se fazer em prol do uso eficiente dos recursos naturais e do desperdício de alimentos.

Neste contexto, os municípios estão sendo considerados atores essenciais para o progresso e o desenvolvimento sustentável, afinal as cidades têm as maiores concentrações de atividades de produção e consumo, representando 80% das emissões globais de dióxido de carbono, portanto, não podemos perder de vista o impacto do consumo das famílias no cumprimento dos ODS. Assim, reduzir os ODS a todos os níveis da sociedade, como indivíduos e comunidade e aos diversos tipos de negócios e indústrias combatendo os

desafios que as cidades enfrentam, certamente proporcionará um salto para a realização dos ODS.

Este capítulo aborda o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 12 (ODS12) intitulados “Consumo e Produção Responsáveis” trazendo em seu cerne alguns conceitos como a Economia Circular e práticas que podem fazer a diferença para esse grande desafio da humanidade.

O ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis no âmbito da Economia Circular

Como mencionado anteriormente, o aumento exponencial dos resíduos provenientes dos processos produtivos das organizações e do consumo desenfreado vem provocando inúmeros entraves à sustentabilidade. A Organização das Nações Unidas (ONU) ciente da importância da gestão dos resíduos institui, em 2015, dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o ODS12 – Consumo e Produção Responsáveis.

O ODS 12 tem por finalidade implementar planos e programas para se alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, reduzir o desperdício de alimentos, garantir o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos reduzindo-se a liberação destes no ar, água e solo, bem como, a redução da geração de resíduos e, ao mesmo tempo, incentivar empresas a adotar práticas sustentáveis e garantir a conscientização para o desenvolvimento sustentável. Visa ainda, fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas, desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável.

Devido à importância deste ODS para o desenvolvimento sustentável inúmeros pesquisadores, governos e a sociedade civil organizada tem procurado implementar estratégias para dar uma solução viável à questão dos resíduos.

Dentre as diversas teorias e práticas desenvolvidas, a partir dos anos 2000, a Economia Circular (EC) está sob à luz dos “holofotes”. A EC é considerada uma nova maneira de “criar valor” e “prosperidade”. Mas antes de falarmos mais sobre a EC vamos entender o atual sistema de produção e consumo.

No sistema atual nós extraímos recursos (matérias-primas) do meio ambiente que são usados/transformados nos processos produtivos das organizações e posteriormente vendidos/consumidos por clientes que os descartam quando não são mais úteis. A essa concepção damos o nome de Economia Linear (EL) – extrair > fabricar > descartar. É um processo linear, pois tem começo e fim o que ocasiona o esgotamento dos recursos e

acumulação de resíduos gerando um passivo ambiental sem precedentes. Além disso, sabemos que a maioria dos processos produtivos nas organizações são ineficientes levando a um círculo vicioso de desperdício de recursos.

A Economia Circular propõe que os produtos devem ter uma vida útil maior e devem ser projetados para serem reutilizados, remanufaturados ou, como último recurso, reciclados em novas matérias-primas que alimentarão novamente os processos produtivos das empresas ou ainda transformados em fontes de energia para esses mesmos processos ou outros na cadeia de suprimentos, assim teremos o uso mais eficiente dos recursos, sendo depositado na natureza apenas o não “aproveitado”. Portanto, a EC prega que devemos “usar os recursos em vez de consumir recursos”.

Esses conceitos proporcionam o prolongamento da vida útil dos recursos/produtos usando-os mais, mas a EC não é só isso. Ela vai muito mais longe ao explorar cinco **conceitos-chave**: design circular de produto, design circular de processo, entradas circulares, fluxos circulares pós-venda e criação de novos modelos de negócios.

No **design circular de produto** a ideia é que os produtos sejam projetados para durarem (utilizando-se materiais mais duráveis), fabricados para serem desmontáveis e reparáveis, usarem menos recursos e menos materiais virgens e serem, em sua essência, menos complexos, livres de produtos tóxicos e com menos componentes o que facilitaria a reciclagem ao final de sua vida útil. Só assim, teríamos aquilo que se considera um produto “perfeito”, ou seja, feito de componentes, projetado para desmontagem e recirculação, ser customizado ou atualizado, trocável, compartilhável, reparável e seguro.

Após conceber o produto é hora de analisar os materiais que podem ser utilizados em sua fabricação. Estamos aqui falando de **entradas (inputs) circulares** ou, em outras palavras, substituir materiais “virgens” por reciclados e trocar materiais finitos por materiais renováveis. Adicionalmente, temos que pensar em materiais seguros capazes de não fazer mal a nós, seres humanos e a outros seres vivos seja durante a fabricação, o consumo ou no descarte final.

O **design circular de processos** aborda o processo onde o produto é fabricado. Basicamente consiste em pensar/projetar/desenvolver como será a produção do produto “perfeito”. Aqui precisamos considerar alguns pontos importantes como: usar menos recursos (reduzindo-se, por exemplo, o uso de alguns tipos de materiais, energia, água, entre outros na confecção do produto) e que as “sobras” destes processos possuem grande valor e devem ser “alimentos” para este mesmo processo ou outros processos dentro da mesma empresa ou em outras empresas na cadeia de suprimentos. Além disso, é preciso repensar como esses

materiais são transformados em produtos. Será que um determinado processo químico utilizado não pode ser substituído por um outro processo mais sustentável?

Após projetar/desenvolver produtos e processos circulares, é necessário garantir **fluxos circulares** para que esses produtos e os materiais utilizados em sua composição, possam retornar aos processos produtivos. É preciso encorajar os usuários a devolverem os produtos e criar um sistema de logística reversa (talvez aqui esteja uma das maiores dificuldades), claro, quando os produtos não puderem ser reparados ou remanufaturados *in loco* pelo próprio fabricante ou pelo cliente.

O quinto conceito-chave da EC prevê que devem ser criados/desenvolvidos **novos modelos de negócios** capazes de atender as demandas que surgirão. Basicamente, são novos modelos de negócios comerciais e operacionais. Nos modelos comerciais, pensem em negócios que irão compartilhar e trocar competências, serviços, coisas, espaços (consumo colaborativo) em vez de vender produtos/serviços como tradicionalmente se faz. Pensem sobre uma ótica de vender desempenho em vez de propriedade. Aqui um exemplo clássico é o *pay-per-lux* da Philips e a “assinatura de benefícios” da Brastemp que são conhecidos como servitização ou sistemas produto-serviço que focam no desempenho/resultados).

Já os novos modelos de negócios operacionais focam nos fluxos circulares e tem por finalidade a revenda, remanufatura, recuperação e reciclagem de produtos e materiais que na verdade não tem nada de novo, pelo menos não com relação ao tipo de atividade executada, ou seja, muitas dessas atividades já existem há um bom tempo.

Assim, os conceitos-chave e os novos modelos de negócios permitirão a “circularidade” dos produtos e proporcionarão implicações em todas as cadeias de suprimentos gerando emprego e renda, por exemplo, a partir da necessidade da criação de cadeias de suprimentos para a manutenção e recuperação de produtos. Outrossim, proporcionarão a colaboração e compartilhamento de conhecimento entre todas as partes interessadas, o que pode criar um ciclo virtuoso em prol da “circularidade”.

Todavia, para o sucesso da implantação de práticas desta natureza, os municípios devem criar mecanismos de comunicação e discussão que sejam adequados e que cheguem aos quatro cantos da cidade, com o intuito de ensinar, conscientizar e transformar a cultura existente. Por exemplo, os cidadãos podem ser conscientizados e sensibilizados quanto a importância de: economizar água e energia, consumir produtos mais naturais, reduzir a geração de resíduos e fazer a separação adequada de seu lixo para que possam ser reciclados, reduzir/evitar a poluição em suas diversas formas, entre outros.

Os municípios podem também, amparados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, criar seu próprio plano de gestão de resíduos, implantar sistemas de coleta seletiva incentivando e envolvendo os catadores de recicláveis e, claro, mobilizar a população com um sistema robusto de educação ambiental em todos os níveis.

Considerações Finais

Como vimos compreender os desafios do consumo familiar e da produção sustentável em nível local é fundamental para a criação de micropolíticas que levem em consideração os fatores socioeconômicos locais em vez do desenvolvimento de macro políticas gerais que certamente não atenderão as necessidades na localidade (cidade).

Vimos também que a Economia circular pode levar a uma produção e consumo mais sustentáveis gerando novas oportunidades para que alcancemos crescimento econômico e desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável indo ao encontro da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, todavia, serão necessárias “parcerias” entre os diversos atores (governos – municipal, estadual e federal, sociedade civil organizada, instituições de ensino, setor privado e a população) para que possamos encontrar e permanecer no caminho certo para promover melhor qualidade de vida, estimular a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos e insumos e fomentar a geração de trabalhos decentes e o comércio justo.

Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Guia para integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios brasileiros, 2017. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Guia_para_Integra%C3%A7%C3%A3o_dos_ODS.2017.pdf. Acesso em: 20/10/2020.

DUBOIS, G. et al. Sauerborn. It starts at home? Climate policies targeting household consumption and behavioural decisions are key to low-carbon futures, Energy Res. Soc. Sci., vol. 52, p. 144-158, 2019.

ELMQVIST, T. et al. Sustainability and resilience for transformation in the urban century, Nat. Sustain., vol. 2, n. 4, p. 267-273, 2019.

FOURIE, W. Aligning South Africa's National Development Plan with the 2030 Agenda's Sustainable Development Goals: Guidelines from the policy coherence for development movement. Sustainable Development, v. 26, n. 6, p. 765-771, 2018.

GEISSDOERFER, M. et al. Business models and supply chains for the circular economy. Journal of cleaner production, v. 190, p. 712-721, 2018.

GOVINDAN, K., HASANAGIC, M. A systematic review on drivers, barriers, and practices towards circular economy: a supply chain perspective. *International Journal of Production Research*, v. 56, n. 1-2, p. 278-311, 2018.

KALMYKOVA, Y., SADAGOPAN, M., ROSADO, . Circular economy–From review of theories and practices to development of implementation tools. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 135, p. 190-201, 2018.

KURUVILLA, S.et al. Business Not as Usual: How Multisectoral Collaboration can Promote Transformative Change for Health and Sustainable Development’ *BMJ*, 363, k4771.<https://doi.org/10.1136/bmj.k4771>, 2018.

LEAL FILHO, W. et al. Reinvigorating the sustainable development research agenda: the role of the sustainable development goals (SDG). *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, vol. 25, n. 2, p.131-142, 2018.

UNITED NATIONS. Sustainable Development Goals. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>. Acessado em 18/07/2020.

UNITED NATIONS - Department of Economic Affairs and UN Social. Transforming our world: the 2030 Agenda four Sustainable Development. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 18/07/2020. 2020.

WANG, Q., KWAN, M., ZHOU, A., FAN, J., WANG, Y., ZHAN, D. Impacts of residential energy consumption on the health burden of household air pollution: evidence from 135 countries, *Energy Policy*, vol. 128, p. 284-295, 2019.

WANG, C. GHADIMI, P., M.K. Lim, M. Tseng. A literature review of sustainable consumption and production: a comparative analysis in developed and developing economies, *J. Clean. Prod.*, vol. 206, p. 741-754, 2019.

WEETMAN, CATHERINE. *Economia Circular: conceitos e estratégias para fazer negócios de forma mais inteligente, sustentável e lucrativa*. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. 1. Ed. São Paulo: Autêntica Business, 2019.

WU, S., Lei, Y., Li, S. CO2 emissions from household consumption at the provincial level and interprovincial transfer in China, *J. Clean. Prod.*, vol. 210, p. 93-104, 2019.

ODS 13 - AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA – ADOTAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SEUS IMPACTOS

Aletea Cristina Avila Madacki - Mestre em Sustentabilidade

André Luiz Gomes Filho - Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e

Matemática da Universidade Federal de São Paulo

1. Resumo

O objetivo desse artigo é contextualizar o ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima e os avanços que foram realizados no município de Birigui (SP) nessa temática durante os últimos anos. As previsões dos cientistas apontam para consequências danosas das alterações climáticas aos ecossistemas e aos sistemas produtivos se nada for feito para reduzir o aquecimento global. Nesse contexto, o papel do planejamento municipal para atingimento dos ODS é motor fundamental para uma ação articulada com os demais atores municipais, como um guia condutor do espaço de construção coletiva para as soluções climáticas da cidade e região.

Por ser um tema chave nas questões de desenvolvimento sustentável que a sociedade moderna enfrenta, as mudanças climáticas são uma oportunidade única de promover a inclusão democrática de todos os agentes, de forma a estabelecer uma plataforma guarda-chuva de ações prioritárias abarcando todos os sistemas produtivos e todas as pessoas, não deixando ninguém para trás. O artigo é finalizado com a apresentação de recomendações para fortalecer o posicionamento municipal no atingimento do ODS 13, com propostas de ampliar o engajamento público-privado das parcerias já estabelecidas, aproveitando as sinergias.

Palavras-chave:

Mitigação, Sustentabilidade, Desenvolvimento urbano, Mudanças climáticas.

2. Introdução

Em 1987, a Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o Relatório Brundtland. Com o título “Nosso Futuro Comum”, o documento apresentava as seguintes metas: o multilateralismo, isto é, a mútua responsabilidade dos países sobre o meio ambiente e a interdependência das nações na busca de um caminho do desenvolvimento sustentável. É válido notar que este termo não havia sido utilizado até então e, como já dito, foi definido como “o desenvolvimento que satisfaz as

necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades inclusive”. O relatório se destacou por discutir de forma conjunta tanto a proteção ao meio ambiente quanto o desenvolvimento, tratando-os como um único problema.

Um ano depois, em 1988, foi criado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) com o intuito de fornecer avaliações regulares da base científica sobre as mudanças climáticas, além de observar seus impactos e riscos futuros, e as opções para adaptação e mitigação. As avaliações do IPCC se transformaram na base científica das negociações internacionais.

O Primeiro Relatório de Avaliação do IPCC (1990) foi divulgado em 1990 e acentuou que o desafio das mudanças climáticas requer a cooperação internacional para conter suas consequências. Estabeleceu-se, dessa forma, a necessidade de um fórum internacional para discussão, nas instâncias governamentais, das questões referentes ao clima e ao meio ambiente. Com isso, surgiram as bases para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC).

Em 1992, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. A Eco 92, como ficou conhecida, consolidou-se como a maior reunião de líderes mundiais da história até então, com a participação de 117 chefes de Estado e representantes de 178 nações. Por meio de tratados e outros documentos assinados na conferência, a maioria das nações do mundo se comprometeu, nominalmente, com a busca do desenvolvimento econômico de maneira que proteja o meio ambiente da Terra e os seus recursos. Essa conferência ficou afamada pela presença e participação de atores não tradicionais como ONG's e sociedade civil, que, até então, não cooperavam em eventos dessa natureza.

Em 2014, o IPCC divulgou o seu Quinto Relatório de Avaliação, cuja importância foi enfatizar a forte relação entre a influência das atividades humanas sobre o sistema climático. Esses resultados foram base para a 21ª Conferência das Partes (COP21), ocorrida em Paris em 2015.

As intensas negociações firmaram um acordo histórico: pela primeira vez quase todos os países do mundo se envolveriam em um esforço para reduzir as emissões de carbono e conter os efeitos do aquecimento global. O Acordo de Paris apresentou como principais objetivos: manter o aumento da temperatura média global a menos de 2°C acima dos níveis industriais e promover esforços para limitar o aumento da temperatura da Terra em até 1,5°C até 2100.

Em 2017 o Brasil criou o Fórum Brasileiro de Mudança Climática, pelo Decreto nº 9.082 e seu objetivo é conscientizar, mobilizar a sociedade e contribuir para a discussão das ações necessárias no enfrentamento às mudanças climáticas.

Ao analisar a evolução das tratativas internacionais em meio ambiente e mudanças climáticas é possível identificar um movimento marcante: à medida em que as questões climáticas amadurecem e mostram sinais de agravamento, os arranjos e marcos regulatórios se potencializam e são tratados com maior seriedade pela sociedade, isso porque conforme observou Beck (1992) os riscos de que tratamos na agenda de mudanças climáticas já estão inseridos em contextos sociais de radicalização da modernidade no qual o surgimento de ameaças não estão apartadas do processo social mas são inerentes à ele, intrínsecos às atividades dos indivíduos, dos grupos sociais e das comunidades no mundo pós-industrial.

As alterações do sistema climático são explícitas e guardam fortes relações com os processos antropogênicos (IPCC, 2014): as atividades humanas estão influenciando e alterando as dinâmicas terrestres, principalmente no que se relaciona ao clima e aos ecossistemas (MEA, 2005; IPCC, 2014).

No Relatório Especial, divulgado pelo IPCC em 2018, foi feita uma comparação dos resultados das modelagens para os cenários de aumento da temperatura até 1,5° C e aumento entre 1,5°C e 2 °C. A diferença de meio grau no aumento da temperatura tem impactos bastante distintos: a população exposta ao calor intenso, dobra no cenário de 2°C; nesta situação também há maior perda de biodiversidade de animais vertebrados, insetos e plantas. Além disso, a área agricultável do globo, a produção pesqueira, os recifes de corais sofrem reduções severas.

O aumento do nível do mar e a alteração de biomas são outros impactos que podem alterar a relação da sociedade humana com a natureza, já que grande parte da população humana vive nas zonas costeiras e os sistemas produtivos mundiais dependem de forma muito íntima dos serviços ecossistêmicos oferecidos pela natureza. Dadas as incertezas de respostas dos sistemas e os impactos já conhecidos e mapeados, esse relatório fortalece as demandas científicas para que as ações de combate às mudanças climáticas sejam mais incisivas e ambiciosas (IPCC, 2018).

Desde o período pré-industrial, as emissões de GEE têm se acumulado na atmosfera: o mundo já emitiu, aproximadamente, 2.900 gigatoneladas de GEE (Gt CO₂e). Para que a concentração de GEE na atmosfera seja mantida em um nível seguro e o aquecimento global médio fique dentro da faixa de 2°C no orçamento global de emissões restam apenas 580 GtCO₂ (MEINSHAUSEN *et al*; 2009; IPCC, 2018). As taxas atuais de emissões mundiais

são da ordem de 54 Gt de GEE/ ano. A implicação do orçamento de carbono para um cenário de aquecimento global de 2°C é que as emissões de CO₂ precisam alcançar a neutralidade de carbono em 30 anos e em 20 anos para o orçamento remanescente de 420 GtCO₂, quando se considera o cenário de aquecimento de 1,5°C (IPCC, 2018), isso dá o caráter de urgência climática no tratamento do tema a nível internacional.

Gardiner (2006) propõe uma Tempestade Moral Perfeita na temática das mudanças climáticas: tempestade intergeracional, tempestade teórica e tempestade da fragmentação de atores. A tempestade intergeracional é o *core* do conceito de desenvolvimento sustentável, em que precisamos agir em prol das gerações futuras e que talvez grande parte de nossas ações gerem resultados em médio prazo.

A variável ética e geracional que se insere na questão do clima toca a importante questão de que ao contrário da concepção de que os riscos são transversalmente distribuídos entre as classes sociais, consideramos que uma das maiores implicações dos riscos e desastres nos diferentes grupos sociais e comunidades é o conflito distributivo.

Quando tratamos de riscos também estamos nos referindo a distribuição de algo tal como a distribuição de riquezas, porém, dado o fato de que riscos envolvem potenciais perdas e danos a discussão se torna crítica quanto à disseminação de males e não de benefícios, levando- nos a compreender que os conflitos sociais e ambientais se assentam também na distribuição desigual dos riscos entre as classes sociais.

Essa distribuição desigual dos ricos produz vulnerabilidades ao destinar maiores malefícios e menores capacidades materiais e simbólicas de proteção e reação a eles às camadas sociais de baixa renda e às minorias políticas em geral, originando aquilo que se define como uma injustiça ambiental (PORTO & PORTO, 2015).

Gardiner (2006) chama atenção ainda para o fato de que é necessário traduzir a incerteza científica de forma passemos a olhar para a questão climática a partir das métricas da vulnerabilidade e do risco. Além disso, reforça que é necessário uma articulação e engajamento de multiagentes para que as ações somadas possam gerar contribuições significativas – importante destacar que o multilateralismo é a característica com maior poder de alavancar os resultados e mitigar a ocorrência de injustiças ambientais derivadas da distribuição desigual dos problemas ambientais na sociedade, tornando urgente o envolvimento da população nessa agenda.

Este aspecto específico da articulação entre atores e causas atualmente tem como pano de fundo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desdobramento dos Objetivos do Milênio, os ODS se apresentam como uma lista de ações para a humanidade,

reforçando a interdependência da sociedade e do meio ambiente e dos objetivos entre si. São 17 objetivos universais, de relevância para toda humanidade, integrados e indivisíveis. Para lograr sucesso, no entanto, todos os objetivos precisarão ser atingidos.

O décimo terceiro Objetivo do Desenvolvimento Sustentável é o combate às mudanças climáticas, que está ancorado em dois eixos principais: a mitigação e a adaptação. Mitigação é o conjunto de ações que reduzem emissões de gases de efeito estufa das atividades que já estão em curso. Alguns caminhos para a redução envolvem a troca de tecnologia, substituição de matérias-primas e aumento de eficiência dos sistemas produtivos. Há pesquisas em desenvolvimento que se debruçam na busca de rupturas tecnológicas que possam acelerar a taxa de redução de emissões de GEE, mas a urgência em agir quebra o encantamento e a ilusão de que exista uma fórmula mágica para proporcionar as reduções dos gases liberados na atmosfera.

Nesse processo, o próximo passo é a adaptação que é definida como a preparação e prevenção de algumas consequências das alterações climáticas. Uma vez que o sistema tem ultrapassado vários limites planetários, os indícios científicos apontam para uma atuação em questões específicas como, por exemplo, a garantia do funcionamento dos sistemas produtivo e social. Trata-se de um papel profilático, em que se preparam as atividades para novas condições climáticas, produtivas, sociais. Embora estejam ganhando fôlego, as medidas de adaptação são planejadas e desenvolvidas para que a sociedade conviva com a causa das mudanças climáticas, o que pode diminuir a efetividade dos resultados.

Um caminho mais seguro para o equacionamento da questão climática é a combinação entre medidas de mitigação e projetos de adaptação, de forma a trabalhar nas vertentes das causas e das consequências das alterações do clima. Tanto um como outro caminho envolvem investimento financeiro.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os centros urbanos atualmente são responsáveis por mais de 70% da emissão global de gases de efeito estufa. Por isso a emergente necessidade dos governos locais traçarem um plano de ação climática para implementar em seus territórios políticas públicas considerem o enfrentamento à mudança do clima. Para um planejamento urbano sadio e sustentável, o estudo de risco e vulnerabilidade é imprescindível por oferecer o diagnóstico dos pontos mais críticos para atuação, criando um território e comunidade local mais resilientes.

A meta do ODS 13 é tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos (UNITED NATIONS, 2015). Para guiar seu atingimento, algumas metas mais detalhadas dentro do contexto climático foram desenhadas:

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível.

13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

3. O ODS em Birigui e Recomendações

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, realizou em 2018 uma ampla avaliação das metas dos ODS e propôs alguns ajustes técnicos e indicadores para o monitoramento dos ODS e suas metas para o contexto brasileiro.

Nesta seção, propomos ajustes baseados na proposta do IPEA, mas agora com abrangência municipal para que Birigui realize esse monitoramento e fortaleça as ações já vigentes para o atingimento desse ODS.

ODS 13: tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos.

Um grande primeiro passo é a elaboração do inventário de emissões de GEE da cidade, a partir da metodologia do IPCC. A partir desses resultados será possível mapear os principais pontos de fontes emissoras no município e criar protocolos de monitoramento e, eventualmente, mecanismos de redução de tais emissões.

Além disso, o município de Birigui pode aproveitar as divulgações das atividades da Semana do Meio Ambiente e outras festividades para intensificar e dar mais visibilidade ao que tem sido realizado no combate às mudanças climáticas que estão sendo desenvolvidas.

A comunicação mais aberta e transparente tem o potencial de engajar demais atores da comunidade para o desenvolvimento de ações conjuntas, aprimorando o multilateralismo que o tema exige.

Meta 13.1: Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

Indicadores nacionais propostos pelo IPEA	Indicadores e ações propostas para Birigui
Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes.	Contabilizar e dar transparência ao número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas por desastres a cada mil habitantes. Esse tipo de medida contribui para o melhor planejamento da gestão pública em atendimento aos mais vulneráveis e maiores riscos, entrelaçando com outras temáticas, como a promoção da Saúde e Saneamento.
Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030.	Manter a atualização da ferramenta do Quadro de Sendai para mapeamento e redução de riscos de desastres em um horizonte temporal que abrange a validade da Agenda 2030 (até 2030).
Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres.	Elaboração de um plano de ação municipal para mapeamento específico dos riscos climáticos e de vulnerabilidades sociais às alterações climáticas. Abranger questões de adaptação às mudanças climáticas de forma a tornar as infraestruturas urbanas mais resilientes e robustas pode servir de modelo para vários municípios brasileiros, engajando outros atores locais para a questão e contribuindo significativamente com a NDC

	<p>brasileira, meta assumida pelo Brasil perante os demais países e a ONU.</p> <p>Uma parceria possível para esse contexto é com o ICLEI, visando a participação no Programa de Cidades Sustentáveis para capacitação dos gestores públicos em ferramentas de mapeamento e análises dos riscos climáticos.</p>
--	--

Meta 13.2: Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

Indicadores nacionais propostos pelo IPEA	Indicadores e ações propostas para Birigui
Número de países que comunicaram o estabelecimento ou a operacionalização de uma política/estratégia/plano integrado que aumente a sua capacidade de adaptação aos impactos adversos das mudanças climáticas e promova a resiliência climática e o desenvolvimento de emissões de gases de efeito estufa baixas de maneira que não ameacem a produção alimentar (incluindo um plano nacional de adaptação, uma contribuição determinada a nível nacional, uma comunicação nacional, um relatório de atualização bienal ou outro).	<p>Estimular o setor privado no desenvolvimento de projetos de mitigação das emissões de GEE, dando visibilidade para as ações que já ocorrem com incentivos positivos (reconhecimento das práticas, incentivos positivos nos processos de licenciamento e liberação e renovação de alvarás de funcionamento). Essa ação tem fortes ligações com a saúde econômica do município, principalmente por fomentar que os processos de exportações para países europeus atendam às demandas internacionais relacionadas à pegada de carbono dos produtos e responsabilidade social.</p> <p>Realizar um acompanhamento mais próximo da Decisão de Diretoria nº 54 da Cetesb sobre o as empresas que precisam enviar os dados de emissões de GEE.</p> <p>Apoiar a criação de uma legislação municipal que complemente a norma da Cetesb, incluindo outros setores do município mapeados a partir do inventário de emissões municipais.</p>

	<p>Apoiar a criação do Observatório Climático na cidade, em paralelo ao Observatório Social, com múltiplos atores da Academia, especialistas, atores do setor privado, de ONGs municipais e da gestão pública presente no município para que possa acompanhar as ações no tema de mudanças climáticas.</p> <p>Dar continuidade e aprimorar as políticas públicas de mobilidade urbana de baixo carbono, como construção de ciclovias, educação dos habitantes para a coexistência com esses modal e investir na melhoria continua dos transportes coletivos.</p> <p>Continuar com as ações de combate ao desmatamento ilegal e aumentar a fiscalização de áreas prioritárias.</p> <p>Ampliar o programa Agrofloresta Urbana com o plantio de árvores que respeitem a arborização urbana pré-determinada pelos órgãos municipais competentes. Essa ação também fortalece as ações do Município Verde e Azul do governo do Estado de São Paulo, promovendo não só a melhoria na biodiversidade da cidade como também contribuindo com a regulação dos microclimas, reduzindo ilhas de calor e melhorando a permeabilidade do solo – o que reduz o escoamento drástico do volume d’água durante eventos climáticos extremos, sendo uma importante medida de adaptação que a cidade pode alavancar.</p>
--	---

Meta 13.3: Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

Indicadores nacionais propostos pelo IPEA	Indicadores e ações propostas para Birigui
<p>Número de países que integraram medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce nos currículos de ensino fundamental, médio e superior.</p>	<p>Continuar a promoção da Educação Ambiental para os ensinos básico e fundamental da rede municipal.</p> <p>Apoiar a criação de uma Escola do Meio Ambiente com aulas teórico-práticas sobre os variados temas com visita obrigatória no planejamento curricular da rede municipal.</p> <p>Botucatu tem um caso de sucesso de um projeto semelhante.</p> <p>Apoiar o desenvolvimento do corpo docente municipal no tema de mudança climática, facilitando as participações em fóruns para troca de experiências.</p> <p>Desenvolver a abordagem da educação para a redução do risco de desastres (ERRD) nos currículos de Ciências e Geografia da educação básica como preveem os marcos de Ação de Hyogo (2005) e Sendai (2015). Conforme publicado pela UNESCO/UNICEF (2012) no relatório Redução de Risco de Desastre no Currículo Escolar, cerca de trinta países já adotam e avaliam essa abordagem curricular.</p>
<p>Número de países que comunicaram o fortalecimento da capacitação institucional, sistêmica e individual para implementar ações de adaptação, mitigação e transferência de tecnologia e desenvolvimento.</p>	<p>Promover debates técnicos para os profissionais da cidade sobre mudanças climáticas e adaptação através do Observatório de Clima e Comissão de Meio Ambiente.</p> <p>Estimular encontros e produção acadêmica na temática, como por exemplo um Congresso municipal ou regional.</p> <p>Facilitar o aprimoramento do corpo técnico da gestão pública a partir de parcerias público-</p>

	privadas, com a Academia e experts nos temas de mudanças climáticas para estimular a troca de experiências e fomentar a construção de um <i>book</i> de práticas contínuas na área.
--	---

Meta 13.a: Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível

Indicadores nacionais propostos pelo IPEA	Indicadores e ações propostas para Birigui
Não aplicável a nível nacional, segundo o IPEA	Embora o IPEA não apresente nenhum indicador para essa meta, uma ação possível é intensificar as ações sociais para proteção da população em maior risco e vulnerabilidade às ações climáticas. Dessa forma, os mais atingidos podem ser assegurar dos acessos garantidos à Saúde, Educação, Saneamento e emprego digno. Fomentar o setor privado nessa jornada de apoio aos mais vulneráveis também é um excelente caminho para garantir o atingimento dessa meta.

Meta 13.b: Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

Indicadores nacionais propostos pelo IPEA	Indicadores e ações propostas para Birigui
Número de países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento que recebem apoio especializado, e	Mapeamento conjunto com a Secretaria de Assistência Social dos grupos sociais mais expostos aos riscos climáticos e mais vulneráveis.

montante de apoios, incluindo financiamento, tecnologia e capacitação, para mecanismos de aumento de capacidade para planejamento e gestão eficazes das mudanças climáticas, incluindo as mulheres, os jovens e as comunidades locais e marginalizadas.	Elaboração de um plano de inclusão social desses grupos a partir da criação de empregos, acesso à rede de saneamento, rede de educação municipal pública e de qualidade. Elaboração de parcerias com o setor educacional regional para cursos profissionalizantes e fomento da absorção dessa mão de obra qualificada para emprego digno.
---	--

4. Considerações Finais

Ao analisar os desempenhos do município de Birigui na temática climática é possível observar certa evolução em ações pautadas pelos eixos do Programa Município Verde-Azul do governo do Estado de São Paulo, como por exemplo a arborização, o cuidado com a crescimento sustentável da cidade e uso do solo e o desempenho em questões estruturais como educação ambiental e o comitê de meio ambiente.

Entretanto, essas questões apenas tangenciam as mudanças climáticas, as ações de mitigação e o potencial de desenvolvimento nas questões de adaptação. O município, com toda sua riqueza humana e econômica pode dar um passo mais ambicioso e estar entre os municípios brasileiros pioneiros na abordagem do tema através de políticas públicas de mitigação e adaptação, engajando o setor privado, a Academia e o 3º setor.

A implementação da Agenda 2030, em especial pelo fio condutor da temática de mudanças climáticas, é a oportunidade de inspirar o desenvolvimento urbano de qualidade, respeitando as necessidades das gerações futuras e garantindo ganhos para todos os setores da sociedade.

Referências:

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Caderno ODS. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>>. Acesso em agosto, 2020.

BECK, Ulrich. Risk society: towards a new modernity, Sage, 1992.

GARDINER, STEPHEN M. A Perfect Moral Storm: Climate Change, Intergenerational Ethics and the Problem of Moral Corruption. Environmental Values 15 (2006): 397–413. 35p

MCCOLLUM, D. L. Energy investment needs for fulfilling the Paris Agreement and achieving the Sustainable Development Goals. *Nature Energy*, v 3(7), 2018. DOI: 10.1038/s41560-018-0179-z. Acesso em agosto, 2020.

MEINSHAUSEN, Malte et al. Greenhouse-gas emission targets for limiting global warming to 2 °C. *Nature*. v 58, p 1158–1162. 2009. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/nature08017>>. Acesso em agosto, 2020.

MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. *Ecosystems and Human Well-Being: Biodiversity Synthesis*. Washington, DC: World Resources Institute, 2005. Acesso em agosto, 2020.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA – IPCC. Fifth Assessment Report: AR5. 2014. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar5/>>. Acesso em agosto, 2020.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA – IPCC. Special Report of 1.5 °C. 2018. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/sr15/>>. Acesso em agosto, 2020.

PORTO, P. S. S.; Porto, Marcelo Firpo. Desastres, crise e justiça ambiental: reflexões a partir do contexto brasileiro. *O Social em Questão*, v. 18, p. 153-176, 2015.

SELBY, David; KAGAWA, Fumiyo. Redução do Risco de Desastres no currículo escolar: estudo de casos de trinta países. Genebra: UNICEF, 2012.

UNITED NATIONS. *Sustainable Development Goals*. 2015. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/climate-change/>>. Acesso em agosto, 2020.

ODS 14 – ÁGUAS DE BIRIGUI – A PRESERVAÇÃO QUE TRANSPÕE OS LIMITES TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO.

Jefferson Rabal – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Birigui – SP

Resumo

Discutir as dimensões da preservação ambiental no contexto do território municipal é o desafio deste artigo. Birigui tem desenvolvido políticas públicas que visam conservar os recursos hídricos que permeia o território da “Cidade Pérola”, reduzir a poluição dos córregos e rios, preservar as espécies da ictiofauna, aves aquáticas e répteis. Faz uma breve associação dos usos das águas doces na conservação e uso dos oceanos, mares e recursos marinhos em uma perspectiva do planeta enquanto organismo vivo e único.

Palavras-chave: Agenda 2030/ONU. Águas urbanas. ODS, ONU, ODS 14, Birigui – SP.

Introdução

Sendo o Objetivo 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, é minimamente estranho um município que tenha todo o seu território no interior do continente desenvolver ações que diretamente estejam associadas aos mares e oceanos. Segundo a Teoria de Gaia, o planeta tem uma capacidade de controlar sua temperatura, atmosfera, salinidade e outras características que mantêm o nosso lar, doce lar confortável, com condições ideais para a existência da vida e assim, se comporta como um grande ser vivo, com mecanismos que ajudam a preservar os outros seres vivos que abriga.

Não é difícil compreender as inter-relações naturais quando pensamos o planeta como um ser vivo. Nas atividades de educação ambiental desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente esse despertar é feito de forma simples e natural, utilizando ações concretas e do cotidiano dos participantes. Quando uma tampinha de plástico é jogada na rua, em qualquer lugar da cidade e ninguém a recolhe para colocar no lixo, para onde ela vai? Esse exercício nos leva a compreender como as ações desenvolvidas na cidade de Birigui a mais de 500 km do mar, podem contribuir para a conservação dos oceanos, mares e recursos marinhos.

A pergunta que parece simples leva, num primeiro momento a uma resposta prática: vai para o esgoto! Mas não é bem assim, primeiro porque Birigui conta com um sistema de coleta e tratamento do esgoto da cidade, assim, a tampinha lançada na rua não vai para o esgoto, que tem uma rede de coleta exclusiva. Então, para onde vai a tampinha? Normalmente é levada pelas águas das chuvas para um curso d'água mais próximo. Birigui tem doze córregos urbanos que drenam as águas urbanas e levam a “tampinha” para o Ribeirão Baixotes.

Este por sua vez leva até o Rio Tietê, que leva até o Rio Paraná, na divisa do Estado de São Paulo com o Mato Grosso do Sul, segue fazendo divisa com o Paraguai, entra na Argentina e vai até o Rio da Prata, onde acompanhado de o Rio Uruguai levam suas águas para o Oceano Atlântico na costa da América do Sul.

O exemplo da tampinha serve para os demais resíduos, sólidos ou líquidos, que são jogados na superfície do território municipal e que provocam poluição. O problema de uso

das águas é agravado pela ausência de mata ciliar nas nascentes, córregos e rios, além da caça e pesca predatória.

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a

saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos

14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

14. c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”

Importante conhecer as metas do Objetivo 14, dos ODS da ONU, pois a preservação e conservação das águas salgadas, em especial dos oceanos e mares, dependem de políticas públicas desenvolvidas em todo o continente, não apenas em regiões costeiras.

Birigui é uma cidade privilegiada com recursos naturais e as políticas públicas devem nortear o uso sustentável desses recursos, em especial as águas, para garantir o seu uso para a presente e as futuras gerações, tal qual preconiza o Art. 225 da Constituição Federal:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Águas de Birigui

A hidrografia do município de Birigui é dividida em três sub-bacias: Baguaçu, Goulart-Moinho e Baixotes. A sub-bacia do Baguaçu compreende a região Oeste do limite do município, fazendo divisa com os municípios: Coroados, Bilac e Araçatuba. Os principais afluentes do Baguaçu são os córregos: do Taquari, do Tupi e Água Branca.

Já a sub-bacia do Baixotes, drena as águas da região Leste, desde o município de Coroados até o Brejo Alegre. Em Birigui, o ribeirão Baixotes tem como afluentes diretos: Córrego Grande, Córrego Fundo, Córrego do Veado, Córrego do Veadinho, Córrego do Matadouro, Córrego Biriguizinho, Córrego Moimaz, Córrego da Estiva, Córrego São Luiz, Córrego Água Sumida e Córrego XV de Novembro. As microbacias dos Córregos Goulart e Moinho, pertence a sub-bacia das Palmeiras (município de Buritama), e estão localizadas na região Norte do território. Os principais afluentes do Goulart-Moinho são os córregos: dos Portugueses, do Boato, do Almoço, das Duas Barras e Moinho.

Para atingir as metas do Objetivo 14 o município realiza ações de políticas públicas para combater a poluição das águas urbanas e do meio rural. O programa de coleta itinerante de embalagens vazias de agrotóxicos recolhe mais de 9 mil embalagens que são potencial poluidor de córregos e rios. O município mantém uma Nascente Modelo para visitação e desenvolvimento de ações de educação ambiental quanto a preservação dos recursos hídricos e combate à poluição.

Para mitigar as ações predatórias de pesca, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem - Senar e Sindicato Rural da Alta Noroeste - Siran, o município promove Curso de Piscicultura para a criação comercial de peixes e assim preservar as poucas espécies nativas que resistem nos córregos e rios do município. O objetivo é preservar espécies nativas como Bagre (*Heptapterus brachynema*), Cará (*Gymnogeophagus*), Lambari (*Mimagoniates rheocharis*), Pacu-prata (*Myleus tiete*) dentre outras também importantes e ameaçadas, tanto pelo uso insustentável quanto pela destruição dos habitats naturais e ameaças pela introdução irresponsável das espécies exóticas, como as tilápias.

A produção do conhecimento é fundamental para a preservação dos recursos naturais e sensibilizar para o uso sustentável. O despertar para o turismo ecológico, caminhadas, passeios em ambientes naturais gera riquezas! Atividades de ciclismo (urbano e rural) e caminhadas tem grande potencial de desenvolvimento sustentável e, neste sentido, contribuir para a preservação das matas ciliares e contrapor a pressão imobiliária frente a diminuição das áreas de preservação.

PARQUE NATURAL ECOLÓGICO “VALDEMAR SALMEIRÃO”

O município de Birigui criou a primeira unidade de conservação municipal em 2018, um importante instrumento de política pública para preservar uma área estratégica da cidade, com especial atenção às águas da microbacia do Córrego Biriguizinho no trecho em que suas águas desagüam no Ribeirão Baixotes – manancial de abastecimento público.



Imagem Google Earth, em 07/08/2020 – Imagem de satélite a 1,8km de altitude da região da foz do Córrego Biriguizinho, no encontro com o Ribeirão Baixotes

O Parque foi criado pela Lei Municipal N.º 6.646, de 8 de novembro de 2018, e preserva uma área urbana com 248.943 metros quadrados na foz do Córrego Biriguizinho. Neste trecho a mata ciliar está sendo recomposta com o plantio de 12 mil mudas de árvores nativas e será construído pista de caminhada e ciclofaixa. O parque propõe uma integração com a população a fim de produzir o sentimento de proteção e sustentabilidade nas reações com a natureza. Aves aquáticas, peixes nativos e animais que dependem de água com qualidade vivem neste trecho do parque.

A contemplação da natureza poderá ser exercitada no interior do Parque Natural Ecológico “Valdemar Salmeirão” atraídos pelas aves que tornaram a foz do Córrego Biriguizinho como região dormitório. Além das espécies de peixes nativos que vivem e procriam nos córregos, a existência de animais como Cágados (*Chelidae*), Veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*), Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), Tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*), Cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*) são alguns atrativos naturais para a preservação e valorização dos recursos naturais.

Os corredores ecológicos que estão sendo plantados no acesso ao Parque, somado a mata ciliar, ao fragmento de mata nativa existente na área, as nascentes em recuperação são propostas que estão melhorando, a mais de 2.500 km de distância, a qualidade das águas que chegarão ao Oceano Atlântico, na região do Rio da Prata – Argentina.

Breve considerações

O desafio apontado pelos estudos de preservação de espécies aquática é a manutenção dos seus habitat naturais. Não sendo diferente a garantia da quantidade e qualidade das águas doces, produzidas no interior do continente.

O planejamento urbano, a definição de áreas prioritárias de preservação, conservação das nascentes, das áreas de preservação permanente, fragmentos florestais e áreas alagáveis são fundamentais para a preservação das espécies nativas e da qualidade de vida da população.

A descaracterização causada pela expansão do ambiente urbano é apontada, pelo Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, Volume II - Peixes, como a principal ameaça para as espécies aquáticas. Obras de drenagem de ambientes naturais, canalização de córregos e supressão de vegetação nativa são os verdadeiros dilemas que impedem o desenvolvimento sustentável.

A criação de uma Unidade de Conservação Municipal tem um efeito por além da ressignificação do ordenamento urbano e exerce um papel educador para o crescimento econômico, com responsabilidade social e respeito ao meio ambiente equilibrado. Às águas são soluções e não problemas!

Referências

ARAUJO, Tarso. O planeta Terra é um ser vivo? Super Interessante. Atualizado em 04/07/2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-planeta-terra-e-um-ser-vivo/>

JORNAL O LIBERAL REGIONAL. Nesta quinta-feira tem coleta de embalagens vazias de agrotóxicos. Postado em 09/09/2020. Disponível em: <https://lr1.com.br/cidades/aracatuba/2020/09/09/nesta-quinta-feira-tem-coleta-de-embalagens-vazias-de-agrotoxicos/>

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

TEIXEIRA, Marcelo. Piscicultura em tanque escavado é opção rentável para produtores rurais do Noroeste Paulista. SIRAN. Publicado em 03/10/2020. Disponível em: <http://siran.com.br/Noticias/piscicultura-em-tanque-escavado-e-opcao-rentavel-para-produtores-rurais-do-noroeste-paulista>

BIRIGUI. Lei N.º 6.646, de 8 de novembro de 2018. Adoção do nome do senhor “Valdemar Salmeirão”, para denominar Parque Natural Ecológico em Birigui. Publicado no Diário Oficial em 08/11/2018.

ROSA, Ricardo S.; LIMA, Flávio C. T. Os Peixes Brasileiros Ameaçados de Extinção. Acesso em 16/10/2020. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/livro-vermelho/volumeII/Peixes.pdf>

O DESAFIO DE RECUPERAR ÁREAS VERDES URBANAS. A IMPORTÂNCIA DE PARCERIAS PARA A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS.

Juliano Salomão Guimarães – Secretário Municipal de Meio Ambiente – Birigui - SP

Resumo

Quando se busca uma melhor arborização urbana visando colher os benefícios das árvores dentro da gestão pública, é fundamental realizar um diagnóstico preciso das áreas urbanas do município verificando as oportunidades que as legislações pertinentes a questão ofertam aos gestores públicos e principalmente o diagnóstico da população do entorno das áreas verdes urbanas.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo apontar as políticas públicas adotadas pelo município de Birigui, para recuperar áreas verdes urbanas através de parcerias.

Palavras-chave: Agenda 2030/ONU. vida terrestre, ecossistemas terrestres. ODS, ONU, ODS 15, Birigui – SP.

Introdução

São objetivos da ODS 15, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda. A implantação de políticas públicas visando a recuperação de áreas urbanas constituem importantes ações que contemplam parte dos objetivos da ODS15.

Quando se fala em áreas verdes, importante entender do ponto de vista conceitual a forma como ela é descrita nas legislações pertinentes ao assunto.

Lei Federal nº 12.651, de 25 de Maio de 2012, Art. 3º, inciso XX, considera-se área verde urbana:

“área verde urbana: espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental

urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais”.

Resolução CONAMA nº 369/2006, art. 8.º, §1, considera-se área verde urbana:

“o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”.

Lei Municipal Complementar nº37, de 4 de Agosto de 2011, art. 2.º, inciso XVII, considera-se área verde urbana:

“Áreas Verdes – parcelas de terreno destinada à espaços com funções estéticas, ecológicas e de lazer, abrangendo praças, jardins públicos, parques urbanos e canteiros, em glebas loteáveis, reservas ao Município e que passam ao domínio deste, na data do registro do loteamento”.

Ainda sobre conceito, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em sua página oficial <https://mma.gov.br/> exemplifica as áreas verdes urbanas como:

“Um conjunto de áreas intra urbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificados. Exemplos de áreas verdes urbanas: praças; parques urbanos; parques fluviais; parque balneário e esportivo; jardim botânico; jardim zoológico; alguns tipos de cemitérios; faixas de ligação entre áreas verdes.

ODS15\VIDA TERRESTRE x ODS3\SAÚDE E BEM ESTAR

Continuando sobre arborização urbana, porém traçando um paralelo com a qualidade do ar, podemos entender que recuperar áreas verdes é a melhor política de saúde pública no combate as doenças respiratórias, como demonstram alguns estudos.

AValiação DO IMPACTO DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO SOB A VISÃO DA SAÚDE - Instituto Saúde e Sustentabilidade

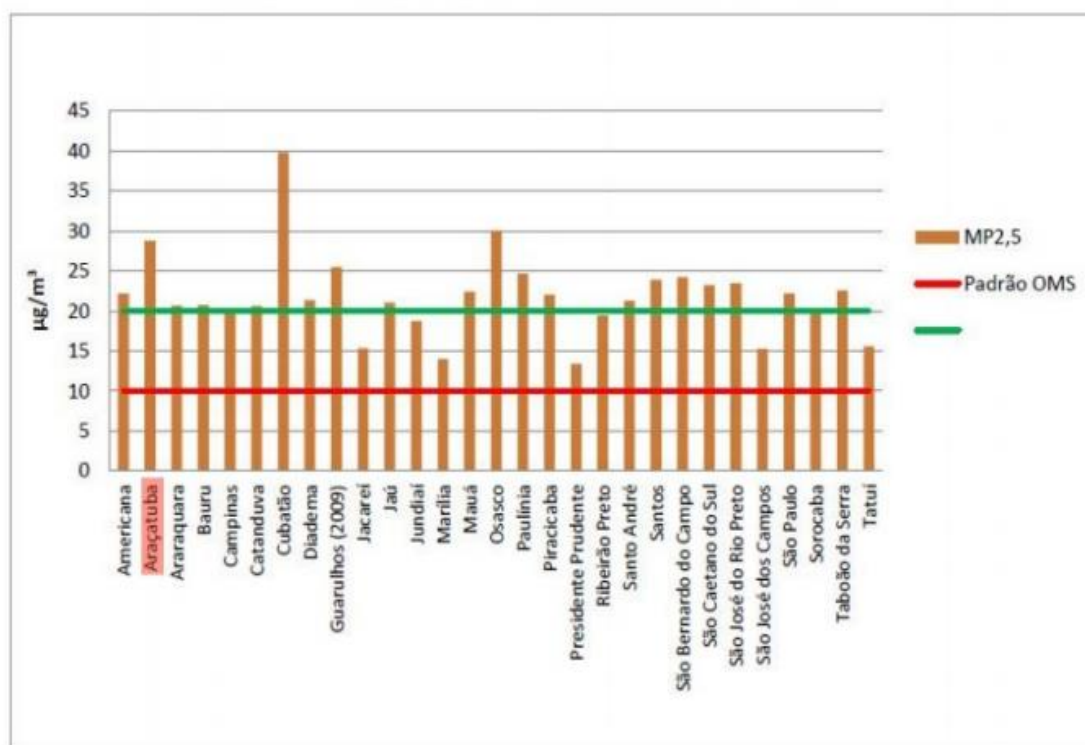
Estudo liderado por Paulo Hilário Nascimento Saldiva Médico, Professor Titular de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde foram estudados, municípios com uma ou mais estações de medição totalizando 29 municípios do estado de

São Paulo, sendo Americana, **ARAÇATUBA**, Araraquara, Bauru, Campinas, Catanduva, Cubatão, Diadema, Guarulhos, Jacareí, Jaú, Jundiaí, Marília, Mauá, Osasco, Paulínia, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Taboão da Serra e Tatuí.

O estudo analisou materiais particulados até $2,5\mu\text{m}$ em suspensão no ar, sendo misturas de partículas líquidas e sólidas. Denominam-se MP_{2,5} as partículas inaláveis finas menores ou iguais a $2,5\mu\text{m}$ que atingem as vias respiratórias inferiores e alcançam os alvéolos, apresentam a importante característica de transportar gases adsorvidos em sua superfície até onde ocorre a troca gasosa nos pulmões.

Todos os 29 municípios com estações de medição, sem exceção, apresentam média anual de MP_{2,5} acima do padrão de $10\mu\text{g}/\text{m}^3$ (representado pelo gráfico abaixo) preconizado pela OMS. Nesse sentido ARAÇATUBA foi classificada como a terceira pior qualidade do ar, entre as cidades participantes do referido estudo.

Figura 13 - Médias anuais de MP_{2,5} por município em 2011



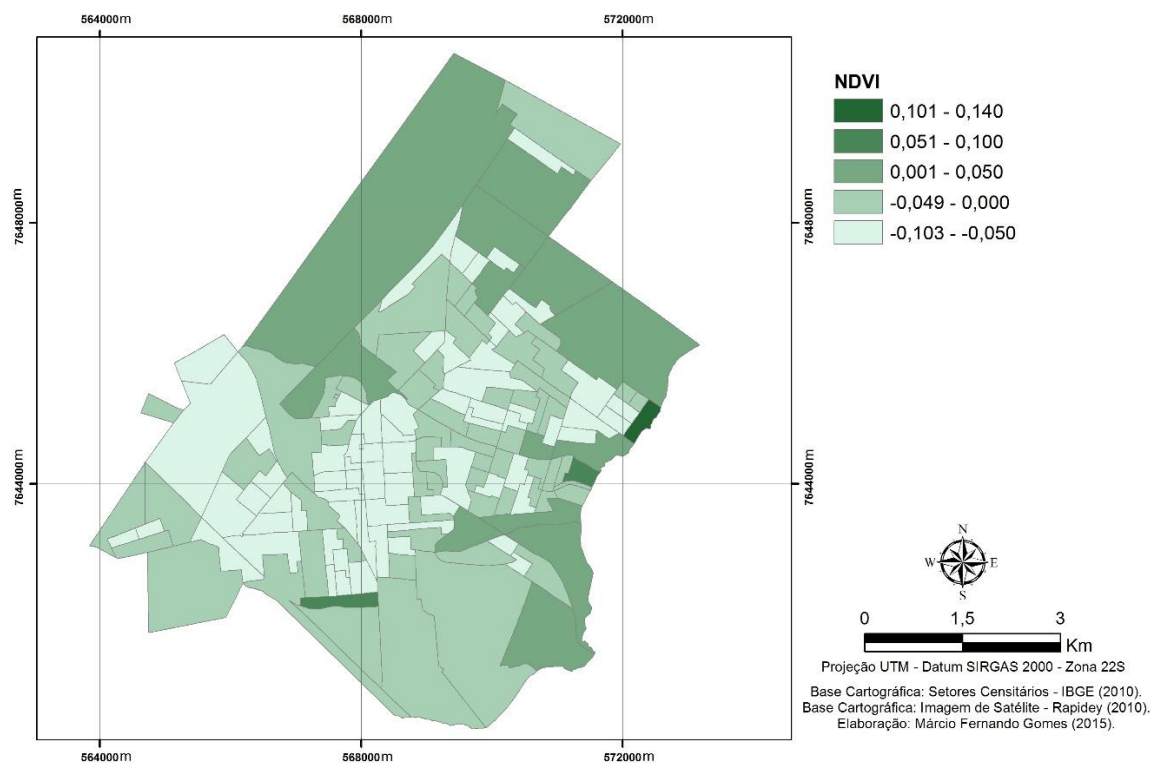
Por fim, ao final do estudo, verificou-se que em 2011, houve em Araçatuba 110 óbitos relacionados ao material particulado inalável e em relação .

Para avaliar a qualidade do ar em Birigui, utilizamos como parâmetro a cidade de Araçatuba, pois estamos a 15km e em alguns pontos, a área urbana de Birigui está muito próxima a de Araçatuba. Em Birigui no ano de 2018, com base no quadro de doenças

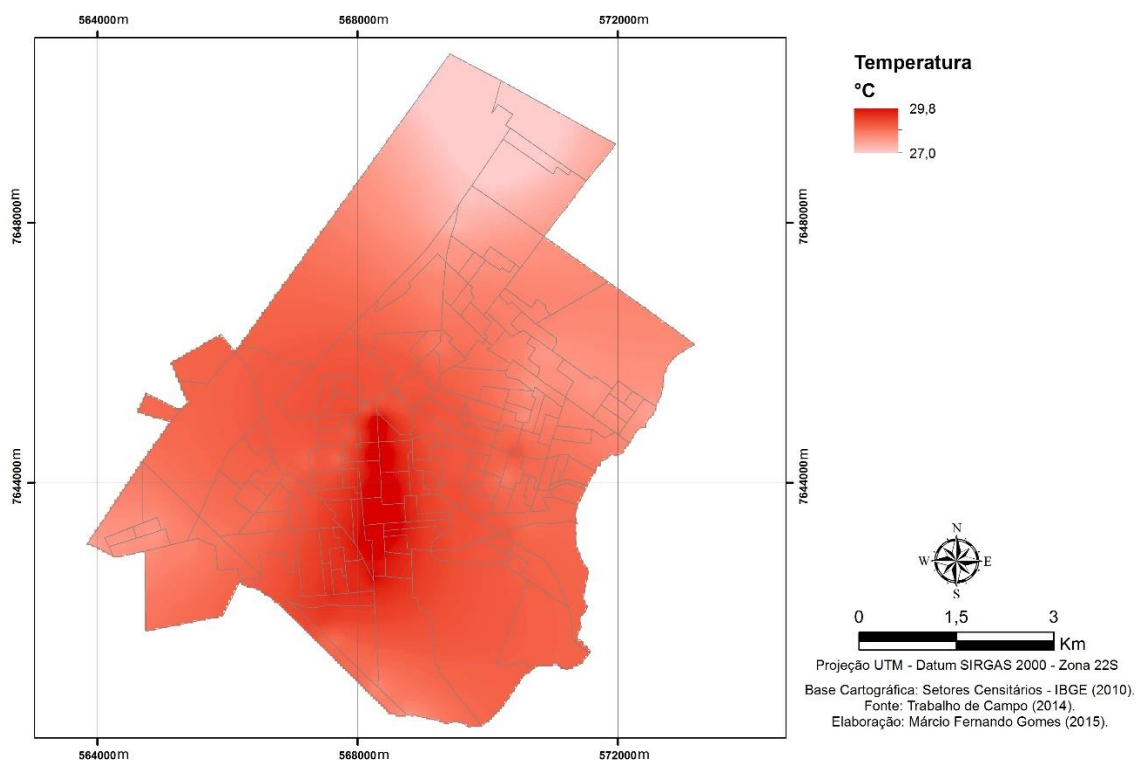
publicado no estudo mencionado, verificou-se que o número de óbitos, vinculado ao material particulado inalável foi de 41 óbitos, em comparação, os acidentes de trânsito ocasionaram 17 óbitos para o mesmo ano.

Quando analisamos os mapas de temperatura, umidade e arborização urbana, verificamos uma diferença de três (03) graus Celsius a menos nas áreas mais arborizadas as 21:00, o que reflete na umidade relativa do ar, que está relacionada diretamente a qualidade do ar em nossa cidade.

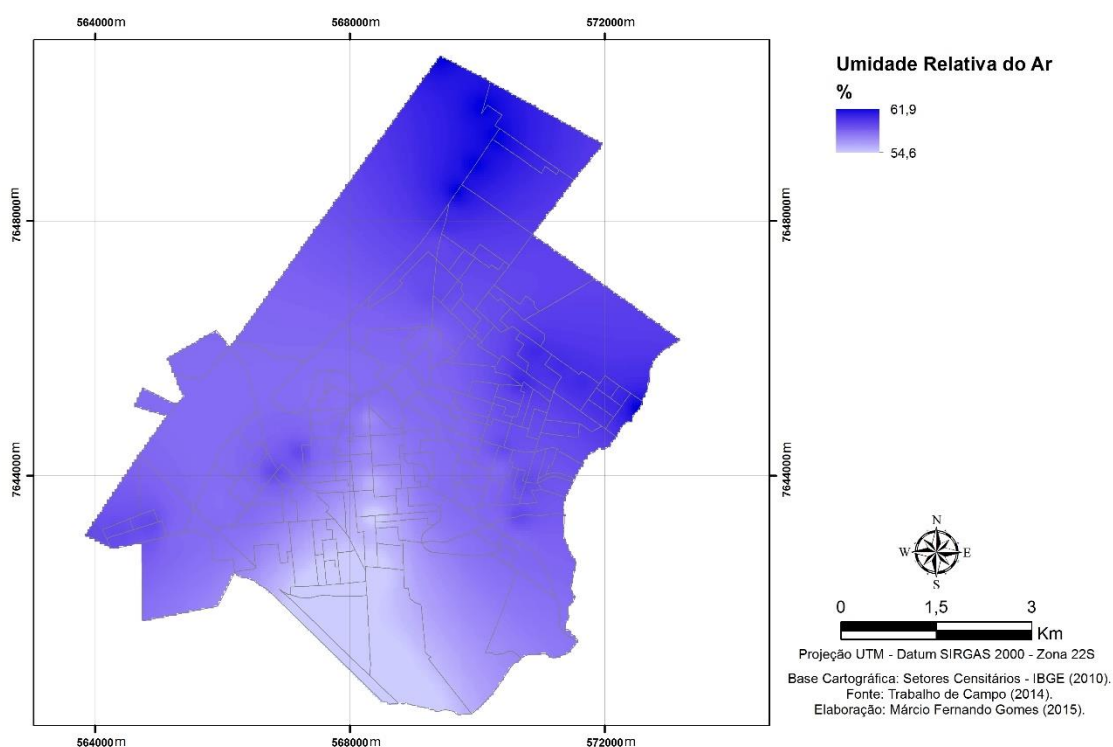
MÉDIA DO ÍNDICE DE VEGETAÇÃO POR DIFERENÇA NORMALIZADA (NDVI) - BIRIGUI/SP



TEMPERATURA DO AR (21:00 - 22/01/2014) - BIRIGUI/SP



UMIDADE RELATIVA DO AR (21:00 - 22/01/2014) - BIRIGUI/SP



O objetivo de evidenciar neste artigo os ganhos na saúde pública através da arborização urbana, é simplesmente de sensibilizar, valorizar o tema arborização urbana para os gestores públicos. Quando se fala em prevenção de doenças respiratórias, é de extrema importância o processo de arborização do espaço urbano, sem mencionar a economia de

recursos financeiros gerados a médio prazo e longo prazo. Dessa forma o tema uso sustentável de ambientes terrestres, ganha mais peso e fortalece o processo dentro da gestão pública municipal.

Voltando ao tema arborização urbana, praticando o uso sustentável de ambientes terrestres, gostaria de mencionar o CHAMAMENTO PÚBLICO 01\2020 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Birigui.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

VIDA TERRESTRE – ODS15

Objetivo – proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda.

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.

15.3 Até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.

15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.

15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas.

15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

15.b Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

MODELOS DE PROJETOS RELACIONADOS COM A ODS15

São várias ações da Gestão Municipal de Birigui no contexto da ODS15, podemos citar a criação do plano municipal de combate a erosão, o pagamento por serviços ambientais PSA abordado na ODS6, plano municipal de mata atlântica, plano municipal de arborização, programa municipal de educação ambiental, programa municipal de agroflorestas abordado na ODS2, a criação de 243.000m2 de parque linear ecológico, dentre todas estas ações iremos citar a área verde do Residencial Tijuca e destacar O CHAMAMENTO PÚBLICO 01 DE 2020 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE .

ÁREA VERDE DO RESIDENCIAL TIJUCA

Na prática, a grande preocupação da população sobre arborização em espaços urbanos, é com a segurança pública, muitas vezes ocasionada pela falta de iluminação e cercamento da área, dessa forma as áreas verdes recuperadas através de parcerias, recebem o cercamento da área e iluminação abaixo de copa.

Nesse sentido, envolver a população é uma importante ação para facilitar o processo de recuperação ambiental de áreas verdes, visando a proteção da recuperação ambiental e ao mesmo tempo gerando benefícios para a população do entorno devido aos benefícios estéticos, sociais, econômicos e ambientais, como exemplo podemos citar a área verde do

residencial Tijuca com 8.000m² de área, uma área que historicamente servia para descarte irregular de resíduos, atualmente está sendo recuperada por 13 famílias do entorno para geração de renda através da AGROECOLOGIA. A Prefeitura Municipal, disponibiliza mudas de árvores nativas, reuniões técnicas sobre cultivo e pontos de irrigação.

Área Verde do Residencial Tijuca, com modelo de iluminação abaixo de copa.



Abaixo é possível identificar a área verde do Residencial Tijuca, já com as 339 árvores plantadas.



CHAMAMENTO PÚBLICO 01\2020 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

Atualmente as áreas verdes não cumprem sua função ecológica, estética e social na maioria dos municípios brasileiros e ainda geram prejuízos financeiros para a gestão pública:

Na coleta de descartes irregulares;

Na poda de vegetação rasteira “mato alto”;

No prejuízo a beleza cênica desvalorizando o entorno economicamente;

Não permitindo espaços importantes para a biodiversidade, enfraquecendo o turismo;

São focos de vetores transmissores de doenças que assolam a sociedade, gerando prejuízos a saúde pública;

Alto custo no tratamento de doenças respiratórias, etc.

Os desafios são enormes, pois a realidade dos municípios brasileiros é de escassez, quando se fala em recursos financeiros para recuperação de áreas verdes, em 2020 esse cenário é agravado pela pandemia gerado pelo Coronavírus **COVID-19**.

Pensando em todos os aspectos positivos e negativos gerados pela falta de arborização em áreas verdes, surge como uma das soluções, um projeto pioneiro, sem custo para o município realizado através do **CHAMAMENTO PÚBLICO 01\2020 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE BIRIGUI**, cujo objetivo seja o reflorestamento de áreas verdes municipais através de parceria entre Prefeitura Municipal e pessoas físicas ou jurídicas que necessitam de áreas para realização de pagamentos ambientais vinculados ao termo de recuperação ambiental “TCRA” do órgão ambiental paulista, CETESB ou órgão ambiental federal.

Uma ação simples, inspirado no programa nascentes do governo paulista, que abre precedente legal para outros municípios, pois é o primeiro projeto aprovado pela AGENCIA CETESB DE ARAÇATUBA.

Importante entender a possibilidade que a legislação brasileira abre para que tal ação possa ser realizada, assim temos:

Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, *novo código florestal*, temos:

Art. 25. O poder público municipal contará, para o estabelecimento de áreas verdes urbanas, com os seguintes instrumentos:

IV - aplicação em áreas verdes de recursos oriundos da compensação ambiental.

RESOLUÇÃO SMA Nº 7, DE 18 DE JANEIRO DE 2017, temos:

Artigo 8º - Poderão ser utilizadas como áreas para compensação:

I - Áreas públicas, desde que não sejam alvo de obrigações judiciais ou administrativas estabelecidas em licenças, Termos de Compromisso Ambiental ou Termos de Ajustamento de Conduta firmados com órgãos do Sistema Ambiental Paulista, bem como não sejam abrangidas por projetos de restauração ecológica executados com recursos públicos e mediante anuência do órgão gestor;

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Art. 154 - O Município providenciará, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento sócio-econômico.

Art. 156 - Ao Município, visando garantir níveis satisfatórios de qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente, e uso adequado dos recursos naturais, compete:

I - adotar medidas, nas diferentes áreas de ação pública e junto ao setor privado, para manter e promover o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental, prevenindo a degradação em todas as suas formas e impedindo ou mitigando impactos ambientais negativos e recuperando o meio ambiente degradado;

DAS ÁREAS VERDES

Para compor as áreas do referido edital, foi realizado um diagnóstico parcial das possíveis áreas verdes a compor o primeiro edital e posteriormente encaminhada a CETESB para verificar se as mesmas possuem vínculos ambientais, conforme aponta a RESOLUÇÃO SMA Nº 7, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Foram selecionadas mais de 450.000m² de áreas verdes urbanas a serem reflorestadas, compreendendo aproximadamente 45 loteamentos. Após encaminhamento a CETESB, a mesma realizou análise parcial de 100.000m² de áreas verdes, sinalizando estarem livres de obrigações judiciais ou administrativas estabelecidas em licenças, Termos de Compromisso Ambiental ou Termos de Ajustamento de Conduta firmados com órgãos do Sistema Ambiental Paulista.

RESULTADOS

Em Outubro de 2020, foi publicado no diário oficial do município o Edital, e no mesmo mês a área verde do Jd. São Conrado foi compromissada para reflorestamento com parceiro e entregue ao órgão ambiental paulista “CETESB” para homologação do processo, tendo 10.000m² de área e outros dois pedidos formalizados compondo 35.000m², totalizando 45.000m² de áreas de interesse ambiental a serem reflorestadas, sem custo para a Prefeitura Municipal de Birigui.

PARQUE LINEAR ECOLÓGICO VALDEMAR SALMEIRÃO

Também fazendo parte do processo de parcerias, estão as áreas do Parque, destacadas como áreas prioritárias para parcerias, em virtude de sua importância ecológica, social e econômica, fazendo parte do corredor ecológico em formação, as margens do córrego Biriguzinho.

Importante mencionar que o corredor ecológico tem início, 1km antes de chegar as delimitações do Parque Natural, no local foram plantadas 1.000 árvores as margens do córrego Biriguzinho.

Imagem ilustrativo demarcada em branco, indicando o início do corredor ecológico as margens do córrego Biriguzinho.



Imagem da área demarcada em vermelho instituindo o Parque Natural Ecológico, sendo reflorestado através de captação de verbas e parcerias mencionadas no Edital de chamamento público 01\2020, indicadas pela cor azul.



ÁREA VERDE DO JD. SÃO CONRADO

Uma área com problemas de descarte irregular de resíduos e que agora receberá plantio de árvores, cercamento e iluminação, havendo possibilidade de integração com a população do entorno na modalidade AGROLFORESTA ou no uso sustentável do espaço.

A área possui 10.000m², atualmente existe um inquérito civil por descarte irregular de entulhos, neste caso a Prefeitura providenciava a limpeza do local, porém voltava a receber entulhos, principalmente os resíduos inertes da construção civil, era um local viciado em relação a descarte irregular, sendo alvo reclamações constantes dos moradores do entorno.

Áreas como a do Jd. São Conrado e outras áreas de interesse ambiental, fizeram parte do primeiro edital, sendo áreas prioritárias para o reflorestamento e que após o atestado de cumprimento do órgão ambiental CETESB, retornam ao município já com o reflorestamento consolidado.

Na imagem abaixo é possível identificar a área verde do Jd. São Conrado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos de recuperação ambiental através de parcerias, sejam através de agroflorestas, adoção de áreas verdes ou como mencionado no Edital 01/2020, são ações simples que geram economias significativas para a saúde pública, na manutenção de áreas

verdes, na beleza cênica e valorização dos espaços públicos, além de ganhos ambientais de extrema importância.

Referências

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO SOB A VISÃO DA SAÚDE - Instituto Saúde e Sustentabilidade.

Lei Federal nº 12.651, de 25 de Maio de 2012

Resolução CONAMA nº 369/2006

Lei Municipal Complementar nº 37

Ministério do Meio Ambiente (MMA) <https://mma.gov.br/>

Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012

RESOLUÇÃO SMA Nº 7, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

Lei Orgânica Municipal

ODS 16 – PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO A JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS.

Francisco Carlos Grancieri, Agente da Fiscalização do TCESP

O desenvolvimento sustentável, inclusivo e igualitário, depende, também, de um processo de combate à corrupção e aos desvios na Administração Pública, a exigir o fortalecimento das instituições e a transparência nas atividades desenvolvidas.

Os recursos desviados e/ou direcionados para a ilegalidade, retratados em constantes escândalos de corrupção, e outros sequer noticiados, em diferentes e extraordinários volumes e proporções, tidos como enraizados na cultura administrativa dos órgãos e entidades públicas, e também em parcela da população, sobretudo daqueles que se relacionam com o Poder Público, deixam de atender necessidades e demandas de interesse coletivo, em prejuízo ainda maior daqueles menos favorecidos.

Sedimenta-se, com isso, uma sociedade desequilibrada, em que muitos não têm acesso a serviços básicos, sequer de qualidade satisfatória, quando prestados, em detrimento de uma mínima parcela, independente do Poder Público, que se autofinancia em suas demandas, além de dispor de maior acesso a bens e a serviços públicos.

Esse panorama favorece a um distanciamento cada vez maior de classes, conduzindo a uma ruptura, sem contar a degradação social que acaba por consumir e a eliminar excessiva e desproporcionalmente, sem qualquer regulamentação ou controle, recursos naturais disponíveis.

Segundo a Transparência Internacional¹, movimento global que estuda e divulga dados para o enfrentamento da corrupção, mediante a utilização de ferramenta de medição de seus níveis de percepção no setor público em 180 países/territórios em todo o mundo, denominado IPC - Índice de Percepção da Corrupção², em 2019 houve um número surpreendente de países que mostraram nenhuma ou pouca melhora no combate à corrupção.

O levantamento indicou que, no Brasil, a corrupção ainda é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico e social. Com 35 pontos, o país segue estagnado, com sua menor pontuação no IPC desde 2012, ocupando a 106ª posição no ranking de 180 países avaliados.

Impressionou o fato de que após a acentuada narrativa anticorrupção nos últimos anos, o Brasil passou por uma série de retrocessos em seu arcabouço legal e institucional anticorrupção, com dificuldades no avanço de reformas abrangentes em seu sistema político, além de constantes e crescentes interferências políticas nos órgãos de controle, e aprovação de legislação que ameaça a independência dos agentes da lei e a *accountability*³ dos partidos políticos.

Reduzir a influência do dinheiro na política e promover um processo decisório político inclusivo são essenciais para coibir a corrupção.

Construir e fortalecer as instituições, em todas as esferas e níveis de atuação, e dar mais transparência aos atos praticados, também é um caminho a ser seguido, inclusive para o pleno alcance de todos os ODS, a fim de se preservar os recursos públicos e sua melhor aplicação, de maneira mais eficiente, eficaz e efetiva.

Propiciam-se, com isso, meios e condições para a erradicação da pobreza e da fome, acesso à educação e à saúde de qualidade e às melhores condições de abastecimento e saneamento, fortalecendo as instituições governamentais para que possam alcançar o desenvolvimento sustentável em todos os seus objetivos e metas.

A Transparência Internacional, na edição de seu IPC/2019, traçou recomendações para se combater a corrupção e restaurar a confiança na política, a seguir sintetizadas:

1 - Administração de conflitos de interesse, reduzindo-se o risco de influência indevida na formulação de políticas através de um controle mais rígido dos interesses financeiros e de outros tipos por parte do funcionalismo, inclusive estabelecendo-se um período de quarentena para funcionários que se desliguem do setor público para trabalhar no setor privado (e vice-versa);

2 - Controle do financiamento da política e a influência nela exercida, mediante o aprimoramento e cumprimento de regras para a destinação de recursos às campanhas eleitorais, a divulgação pelos partidos políticos de suas fontes de receita, bens e empréstimos, e o empoderamento dos órgãos de fiscalização;

3 - Fortalecimento da integridade eleitoral, através da prevenção e sanção de práticas e condutas que atentem contra eleições livres e imparciais;

4 - Regulamentação do *lobby*, mediante a promoção de acesso aberto e substancial ao processo decisório e a consulta de uma gama maior de grupos, expandindo a participação para além dos grupos que detenham poder econômico e influência política, e dar conhecimento, publicidade e acessibilidade a essas atividades;

5 - Combate ao tratamento preferencial, através de mecanismos que garantam a oferta de serviços estatais e a alocação de recursos públicos, sem orientação por conexões pessoais e favorecimento de grupos de interesses especiais em detrimento do bem comum;

6 - Empoderamento dos cidadãos, protegendo-se as liberdades civis e os direitos políticos, incluindo a liberdade de opinião, de expressão e de associação, além do engajamento com a sociedade civil e proteção de cidadãos, ativistas, denunciantes e jornalistas em sua tarefa de fiscalizar e denunciar a corrupção;

7 - Reforço do sistema de freios e contrapesos, promovendo-se a separação dos poderes e o fortalecimento da independência do Judiciário. A contribuir, não só ao combate à corrupção, mas também, a corroborar para o alcance da eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos, direcionados a programas e ações governamentais, que contemplem políticas públicas, relacionadas a objetivos estampados nos ODS e suas metas, em maior ou menor proporção, observada a competência de cada ente público, atuam os Tribunais de Contas.

Tomando-se por diretrizes as previsões insertas na Constituição Federal (artigos 70 e 71), aos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, cabe a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Têm por competência o auxílio ao Poder Legislativo, no exercício do controle externo (apreciação das contas anuais do Executivo), e especificamente, dentro de sua alçada exclusiva:

- 1 - Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos;
- 2 - Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal;
- 3 - Realizar inspeções e auditorias nos órgãos e entidades jurisdicionados;
- 4 - Fiscalizar a aplicação de recursos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;
- 5 - Prestar as informações solicitadas sobre suas fiscalizações e resultados de auditorias e inspeções realizadas;
- 6 - Aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, inclusive de natureza pecuniária;
- 7 - Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
- 8 - Sustar a execução do ato impugnado;
- 9 - Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

Especificamente em relação aos ODS, a atuação levada a efeito, dentro de suas atribuições e competências, permite acompanhar, além da fiel aplicação e destinação dos recursos públicos, também se o processo de planejamento do ente público (PPA, LDO e LOA) contempla ações que objetivem o seu alcance e de suas metas.

Tão importante quanto combater a corrupção e os desvios, é garantir que os recursos públicos, cada vez mais escassos, sejam destinados e aplicados com qualidade, alcançando-se resultados que se revelem consentâneos com as demandas e necessidades da população, e que produzam os efeitos esperados, a um menor custo e volume de dispêndio.

No âmbito do Estado de São Paulo, o Tribunal de Contas do Estado – TCESP adotou o IEG – Índice de Efetividade da Gestão para os Municípios (IEG-M) e o Estado (IEG-E), como ferramenta de medição e avaliação dos resultados das políticas públicas e o seu real impacto na vida dos cidadãos.

O Índice de Efetividade da Gestão tem por objetivo a medição da eficiência das Prefeituras e do Governo do Estado a partir da análise de quesitos sobre educação, saúde, gestão fiscal, defesa civil, planejamento, meio ambiente, tecnologia da informação e segurança pública, na seguinte conformidade:

Educação – i-EDUC: métrica das ações sobre a gestão da educação pública; contempla respostas a uma série de quesitos específicos relativos à educação infantil, creches e pré-escolas e ensino fundamental;

Saúde – i-SAUDE: métrica das ações sobre a gestão da saúde pública; abrange respostas a uma série de quesitos específicos relativos à atenção básica;

Planejamento – i-PLANEJAMENTO: ordena os Municípios em relação ao planejado x realizado em matéria de programas e ações; identifica a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados e os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas;

Gestão Fiscal – i-FISCAL: ordena os Municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), para entendimento do comportamento das decisões tomadas com relação à gestão fiscal;

Meio Ambiente – i-AMB: indicadores com métrica das ações sobre o meio ambiente (p.e. resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental etc.);

Proteção dos Cidadãos – i-CIDADE: indicadores com o grau de envolvimento no planejamento municipal para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres;

Governança da Tecnologia da Informação – i-GOV TI: indicadores com métricas mensuráveis sobre o conhecimento e o uso dos recursos de tecnologia da informação em favor da sociedade.

Assim como os ODS, esses indicadores são ferramentas que podem auxiliar os administradores no planejamento da gestão e instrumentos que refletem a eficiência e a efetividade dos governos.

Por isso, representam também um mecanismo de transformação e de desenvolvimento social.

A convergência entre os índices e os objetivos da Agenda 2030 é enorme. Dos 17 ODS internacionalmente definidos, 9 estão no IEG-M. Além disso, outros 31 quesitos abordam assuntos diretamente ligados às metas estabelecidas pelo pacto. Diante dessa afinidade, o indicador será usado como ferramenta oficial da ONU para o monitoramento da evolução da Agenda 2030 em todo o Estado de São Paulo.

No caso particular do IEG-M, as respostas aos quesitos impactam muitas das metas dos ODS, podendo indicar alguns caminhos para os quais os gestores devem ter maior

atenção ao planejar e executar as suas políticas públicas, a fim de alcançar essas metas até o ano de 2030.

Ressalta-se que alguns quesitos não foram correlacionados com qualquer meta dos ODS. Porém, isso não significa que o assunto ali tratado não contribua para o alcance dos ODS, mas sim que a relação identificada neste momento não é direta, podendo afetá-los indiretamente, pela observância de outras determinações legais.

No entanto, como os quesitos sofrem alterações periódicas e os estudos do TCESP sobre os ODS continuam a avançar, é possível que novas correlações sejam estabelecidas no futuro.

1 <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>

2 O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) agrega dados de diversas fontes que fornecem as percepções do setor privado e de especialistas acerca do nível de corrupção no setor público.

3 Prestação de contas e geração de resultados através de ações proativas em prol de algo maior.

ODS 17 – FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Adriano Alves Teixeira - UFMS

Talita Borges Teixeira - ITB Equipamentos Elétricos

Introdução

Nas últimas décadas os problemas sociais e ambientais aumentaram vertiginosamente fazendo com que o mundo passasse a refletir sobre possíveis caminhos para mitigá-los. É neste contexto que surge um apelo global da Organização das Nações Unidas (ONU) para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas tenham paz e prosperidade.

Este “apelo” nasceu no ano de 2000 quando 191 líderes mundiais, membros da ONU, se reuniram e adotaram o que ficou conhecido como a Declaração do Milênio. Essa declaração instituiu 8 objetivos que deveriam ser alcançados até o ano de 2015.

Apesar dos avanços proporcionados pelas ações desenvolvidas a partir dos 8 Objetivos do Milênio chegou-se à conclusão que muito ainda precisava ser feito, e é neste contexto que em 2015 a ONU lança a “Agenda 2030”, uma espécie de “atualização” dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, composta por 17 objetivos (Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável - ODS) e 169 metas. Essa agenda tem por finalidade orientar governos, setor privado e sociedade civil onde desenvolver ações para proporcionar um mundo mais sustentável.

Dentre os 17 ODS, justamente o de número 17, reconhece que, para se alcançar os 16 objetivos anteriores, é necessário a organização, em forma de parcerias, de múltiplas partes interessadas e isso só é possível com a implementação de alicerçadas ações colaborativas. Assim, o objetivo deste capítulo é compreender a relação destas estruturas e como elas poderiam acontecer o que seria de vital importância para o sucesso da implantação da Agenda 2030.

Gestão, liderança, parcerias e sensibilização para efetividade do ODS17

Com o aumento dos problemas sociais e ambientais diversos desafios institucionais emergiram. Esses desafios, muitas vezes, superam os desafios técnicos de implantação dos ODS e para vencê-los é preciso que haja engajamento e a constituição de parcerias dos setores público e privado, envolvendo governos, sociedade civil e diversos tipos de negócios e indústrias (ou seja, as partes interessadas), até porque os ODS abordam questões que afetam a vida cotidiana dos cidadãos como a pobreza, a educação, a saúde, a mudança do clima, a desigualdade entre sexos, água, energia, habitação e conservação de recursos naturais.

Portanto, envolver grupos de partes interessadas para a discussão e solução desses problemas é um fator crítico de sucesso e o ODS 17 reconhece esses desafios e a importância das parcerias e da governança colaborativa, todavia, a organização de grandes grupos de múltiplas partes interessadas não é uma tarefa simples, seja porque eles possuem expectativas e agendas diferentes, ou ainda porque desempenham papéis bem característicos e diferentes uns dos outros e isso requer estruturas de implementação sofisticadas para garantir a ação colaborativa, desta forma, compreender a relação entre as estruturas de implementação e os resultados é fundamental para a concepção de parcerias de sucesso para a sustentabilidade.

Além disso, considerando a abordagem multidisciplinar dos ODS, a criação de grupos de trabalho e forças-tarefas constitui-se prática imprescindível para conectar as diferentes entidades e órgãos governamentais. Temos que garantir que governos, organizações da sociedade civil, setor privado, academia e cidadãos estejam comprometidos na implementação e no acompanhamento ODS e são os governos locais que devem desempenhar o papel de incentivar a participação de todos nesta importante tarefa, pois estão mais próximos aos cidadãos e, portanto, mais bem posicionados para aumentar a consciência sobre a importância dos ODS e sua relevância para as comunidades locais.

Essas parcerias também são necessárias para mobilizar recursos e conhecimentos por meio da cooperação entre os diversos atores, por exemplo, através de parcerias público-privadas e público-privadas comunidade, além das universidades e centros de pesquisa, uma vez que a implementação dos ODS requerem infraestrutura e equipamentos adequados, acesso à tecnologias e inovação e recursos humanos qualificados e para que isso se concretize e se torne efetiva a implementação dos ODS é necessário o estabelecimento de estratégias, a criação de estruturas adequadas, o estabelecimento de processos de trabalho e conquistar/alocar os recursos necessários.

Nesse sentido, o planejamento e o estabelecimento de estratégias para atingir os objetivos e metas traçados devem ser prioridade nos governos municipais e devem constar do PPA (Plano Plurianual) e outros planos de governo, pois são instrumentos que nortearão as ações e a aplicação dos recursos. Todavia, não é suficiente apenas a definição de objetivos e metas, é preciso implementar as ações e fortalecer as parcerias em nível local. Para tanto, as estruturas de governo (secretarias, por exemplo) devem ter seus papéis e funções definidos em prol dos ODS com o objetivo de fortalecer a implementação de todas as políticas públicas. Também é importante estabelecer mecanismos de liderança e de comunicação entre os níveis hierárquicos e entre as áreas temáticas.

Adicionalmente é preciso desburocratizar a máquina pública com processos capazes de garantir a transparência, monitoramento e avaliação de toda a gestão e, a partir dos processos definidos, os recursos devem ser alocados de forma eficaz e eficiente, sendo constantemente dimensionados e ajustados para que se atinja os objetivos e metas estabelecidos.

Ainda no que tange aos recursos, os governos municipais devem geri-los com responsabilidade aumentando a receita, reduzindo as despesas de custeio e incrementando os investimentos visando ao bem-estar da população e um bom início para isso é gerir o quadro de pessoal de forma a qualificar e incentivar cada vez mais os servidores públicos a proporcionarem o melhor de si no dia a dia operacional para que as metas sejam atingidas e superadas.

Mas não é só isso! Outro assunto muito importante é a sensibilização das partes envolvidas. Campanhas de sensibilização devem ser realizadas tanto no nível nacional quanto local, reunindo todos os setores da sociedade, aumentando a sua participação e assegurando que a adversidade seja respeitada por meio da promoção do conhecimento, legitimidade, participação e garantia da participação efetiva da população local.

Algumas ações de sensibilização poderiam incluir: passeios de bicicleta, feiras, carros de som, eventos apresentando histórias de sucesso, cerimônias de premiação e colaboração com pessoas conhecidas da sociedade ou fundações que podem atuar como “embaixadores” para a promoção dos ODS. Também podem usar os meios de comunicação tradicionais como cursos e atividades, além de usar seus canais de mídias sociais comunicando os ODS diretamente aos cidadãos.

Mas a sensibilização não se limita a comunicar a existência dos ODS. É também sobre empoderar os cidadãos a participar ativamente na concretização dos ODS no dia a dia. Assim, criar mecanismos que permitam a participação cidadã e a responsabilidade institucional são imprescindíveis.

Por fim, mas não esgotando o assunto, é preciso que os governos locais garantam que todo o processo seja “de baixo para cima”, pois as necessidades, prioridades e expectativas locais é que deveriam determinar as estratégias nacionais e não o contrário.

Considerações Finais

Como vimos “ninguém faz nada sozinho”. A municipalização dos ODS exige a articulação com vários atores e instituições para que juntos possam identificar as necessidades e capacidades locais. Munidos desses dados e informações é preciso estabelecer um diagnóstico para a confecção do planejamento estratégico visando a implementação, fortalecimento e desenvolvimento sustentável do município e tudo isso só será possível quando os governos locais desempenharem o papel de liderança que deles se espera entre as partes interessadas, respeitando a independência dos diversos atores. Essa liderança pode vir em forma de: garantia de uma estrutura adequada, estabelecimento de pautas, proposição de temas específicos, distribuição de materiais relevantes, constituição de parcerias, enfim, garantia dos recursos necessários para a implementação dos ODS.

Elaboração e Coordenação de ações Pacto Global e ODS

Andressa Gonçalves Bibiano Caretta

Eliel Robson Lemes Ribeiro

Jéssica Fernanda Basseto Corte

Marcos Aurélio Barbosa

Maria Alessandra Cenko Hansen

Renato José das Neves Cortez

Instância de Validação

Cristiano Salmeirão - Prefeito

Carlito Vendrame – Vice Prefeito

Autores

Adriano Alves Teixeira: é Professor Adjunto Doutor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Câmpus de Três Lagoas. Possui pós-doutorado em Administração de Empresas na Universidade de São Paulo (FEAR-USP) e pós-doutorado em Engenharia de Produção na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp. Tem experiência na área de gestão com ênfase em Administração de Operações e Serviços e na Implantação de Sistemas de Gestão baseados na norma ISO. Possui artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais de relevância, é um dos líderes do grupo de pesquisa GEPAS - Gestão de Pessoas, Gestão Ambiental, Sustentabilidade e Economia Circular - CPAR-UFMS e co-fundador do Grupo de pesquisa Economia Circular - USP. Possui interesse nos seguintes temas de pesquisa: Economia Circular, Green Supply Chain Management, Green Human Resource Management, Gestão Ambiental, Responsabilidade Social Corporativa, Sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e suas interfaces com as áreas de Gestão de Operações e Administração.

Aletea Cristina Avila Madacki (MADACKI, A.C.A): Mestre em Sustentabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), bióloga (UNESP) e gestora ambiental (USP), atua com mudanças climáticas há 10 anos. Trabalhou no Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV no Programa Brasileiro GHG Protocol no engajamento do setor privado para a temática, ministrando treinamentos e apoiando a construção coletiva de métodos de contabilização e reporte das emissões, assim como mobilização para políticas públicas municipais, estaduais e federais que envolvem mecanismos de MRV (mensuração, relato e verificação), precificação de carbono e adaptação às mudanças climáticas.

Ana Silvia Sartori Barraviera Seabra ferreira: Graduada em Comunicação Social, especialista em “Teaching and Learning in Higher Education - Tampere University – Finland”. Mestre em Fisiopatologia Experimental pela Universidade de São Paulo, Doutora em Biologia Geral e Aplicada pela UNESP de Botucatu e Pós-Doutora em Fisiopatologia da Clínica Médica pela Faculdade de Medicina de Botucatu. Coordena o Núcleo de Educação a Distância e Tecnologias da Informação em Saúde – NEAD.TIS – FMB – UNESP.

Andréia de Alcântara Cerizza: Doutora em Ciências Sociais, Mestra em Desenvolvimento Local, Especialista em Educação Ambiental, Especialista em Administração Empresarial, Bacharel em Administração, Licenciada em Formação Especial em Educação Profissional Ensino Médio. Líder do Grupo de Pesquisa em Inovação Tecnológica e Territorial – GPITT IFSP/CNPq. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Coordenadora de Pesquisa do IFSP Câmpus Birigui. E-mail: andreiaac@ifsp.edu.br.

André Luiz Gomes Filho (GOMES FILHO, A.L.): Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (2015) e Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de São Paulo, onde também realiza Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio (UAB/UNIFESP). Atua nas áreas de Geografia, Ensino de Ciências e Educação para o risco, é Professor do Ensino Fundamental de Ciclo II e Ensino Médio ministrando Geografia com foco na utilização de tecnologias educacionais, metodologias ativas e competências socioemocionais. Desenvolve pesquisas socioambientais urbanas relacionadas à mudanças climáticas, vulnerabilidade, riscos, qualidade ambiental urbana e educação para a redução de risco de desastres (ERRD).

Eliel Robson Lemes Ribeiro: Assistente Social e tecnólogo em Logística graduado pela UNIDERP, Pós-Graduado em Apoio Matricial NASF pela Fiocruz. Na iniciativa privada e no poder público é coordenador/presidente de Sustentabilidade com implantação da agenda 2030. Possui experiência com normas ISO de gestão integrada, atuando como integrante de equipe: NBR ISO 9001; 14001 e OHSAS 18001. É líder de equipe da iniciativa privada com a implantação das normas: NBR ISO 16001; 20400; 14067; 14021; 14024; 14064; 19600; 50001, integralização dos 17 ODS's e cumprimento de metas. No poder publico atua na

coordenação da agenda global, ajustes internos junto ao TCESP, projetos compartilhados com o CNM. Email: agenda2030ods@birigui.sp.gov.br

Evelise Pires Cogo Simão: Doutora em Enfermagem pela Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FMB/UNESP), Botucatu, SP, Brasil. Enfermeira da equipe de gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Birigui, SP, Brasil. Docente da Universidade Paulista (UNIP) Araçatuba e Centro Universitário de Adamantina (UNIFAI), SP, Brasil. CURRÍCULO LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/7910768700472066>>. ORCIDID: <<https://orcid.org/0000-0002-7698-7740>>.

Francisco Carlos Grancieri, Agente da Fiscalização do TCESP, Formado em Ciências Contábeis e Direito pela UNIVEM Marília.

Isabella Santos: Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília – UCB e Especialização em Relações Governamentais e Diplomacia Corporativa pela UCB. Atua como Assessora Internacional da Confederação Nacional de Municípios – CNM e como Especialista em Inovação do *Projeto Inova Juntos - Cooperação Triangular para Inovação e Sustentabilidade*, implementado pela CNM em conjunto com a União Europeia no Brasil.

Jefferson Rabal – Formado em Comunicação Social, com habilitação em publicidade e propaganda pela Universidade Paulista em 1996, especialização em Coletivo Educadores Ambientais (Ministério do Meio Ambiente/UniToledo), especialização em Docência no Ensino Superior e Técnico (UniToledo), especialização em Gestão e Políticas Públicas (FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo). Produtor agroecológico, ambientalista, presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente, e Diretor do Departamento de Práticas Ambientais Sustentáveis da Prefeitura Municipal de Birigui – SP.

Juliano Salomão Guimarães: Biólogo, consultor em gestão e projetos na área da educação, foi gestor de contas na Xerox do Brasil filial Avenida Paulista, experiência em gestão e implantação de projetos a mais de 15 anos, eleito delegado regional na primeira conferência de resíduos sólidos da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê SP, titular na câmara técnica de planejamento na bacia hidrográfica do baixo Tietê, foi coordenador da área de meio ambiente e gestor ambiental do Senac Araçatuba, palestrante, produziu dois

documentários socioambientais em parceria com Sesc SP, atual Secretário Municipal de Meio Ambiente em Birigui-SP.

Lorena Cavalcante: Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Participou de projetos de extensão e de trabalhos voluntários na área de Relações Internacionais. Em 2018 foi estagiária na Diretoria de Relações Internacionais da CAPES. Atuou na CNM como estagiária no Projeto Internacional de Cooperação Urbana (IUC-LAC) e também como Consultora no Projeto UniverCidades. Atualmente é Assessora Internacional Jr. do *Projeto InovaJuntos - Cooperação Triangular para Inovação e Sustentabilidade*, implementado pela CNM em conjunto com a União Europeia no Brasil.

Marco Aurélio Barbosa de Souza: Economista e administrador com MBA em Gestão Empresarial pelo Unileto (Araçatuba). Possui Mestrado em Economia pela Unesp de Araraquara. Foi Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente é professor universitário e Diretor de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Birigui. É especialista em pesquisa em economia local e regional, atua como supervisor de indicadores do projeto “Agenda 2030” da cidade de Birigui. É membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Birigui (COMDE) e coordenador do projeto “Observatório de Inteligência Econômica” da cidade. Contato com o autor pelo e-mail: prof. marcoaurelio@yahoo.com.br e telefone (18) 99728-09-73.

Maria Alessandra Cenko Hansen: Psicóloga, graduada na FEA Araçatuba. Possui experiência em psicologia comunitária, é coordenadora de engajamento da agenda global, tem projetos voltados ao empoderamento feminino e busca a efetivação da igualdade de gênero.

Marvelis Farias: Graduada em Geografia e História pela Universidade Pedagógica Experimental Libertador de Maturín, “Antonio Lira Alcalá”. Participou em eventos acadêmicos, incluindo o III Congresso Estudantil de História “América se Reencontra com sua História”, Diálogo Interamericano Estudantil, Conferência Institucional de Ciências Sociais para a Construção Coletiva do Conhecimento e do Projeto de Serviço Comunitário Cartografia Comunitária Socioprodutiva do setor Guaritos VI Maturín. Atua na Assessoria Internacional da CNM desde 2019.

Maurício Zanin: Formado em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista - Unesp e pós graduado com Master of Business Administration-MBA em Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Trabalhou 20 anos na estruturação e consolidação da Confederação Nacional de Municípios - CNM como a maior entidade de representação de municipalista da América Latina e atualmente apresenta o programa Bate Papo com a CNM. Atua como coordenador de Cooperação Internacional da CNM e do *Projeto InovaJuntos - Cooperação Triangular para Inovação e Sustentabilidade*, implementado pela CNM em conjunto com a União Europeia no Brasil.

Rhaellyse Oliveira: Graduanda em relações internacionais na Universidade de Brasília - UnB. Participou de Projetos de extensão, incluindo: AMUN – Americas Model United Nations, como diretora de logística; e DOMANI, empresa júnior de Relações Internacionais, como consultora e gerente de projetos. Atou como estagiária na CNM de 2018 a 2020. Atualmente, é Assessora Internacional Jr. do *Projeto InovaJuntos - Cooperação Triangular para Inovação e Sustentabilidade*, implementado pela CNM em conjunto com a União Europeia no Brasil.

Roseli Cristina Rodrigues: Assistente Social pela Faculdade de Serviço Social de Lins, Mestre em adolescente em conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera, Docente no curso de Direito e Serviço Social na Faculdade de Birigui; Discente em Direito pela Universidade Brasil- Faculdade de Birigui, Servidora pública da Prefeitura Municipal de Birigui, Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – Dona Linda Dias de Almeida, Supervisora Técnica na área da Assistência Social.

Talita Borges Teixeira é aluna de mestrado no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UNESP Câmpus de Bauru. Possui graduação em Administração pela Faculdade de Tecnologia de Birigui e Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano. É coordenadora de qualidade, meio ambiente e saúde e segurança na ITB Equipamentos Elétricos. Tem experiência de mais de 20 anos em implantação e gestão de sistemas de gestão da qualidade baseados na norma ABNT NBR ISO 9001 e mais de 5 anos em sistemas de meio ambiente (ISO 14001) e saúde e segurança (OSHAS 18001). Atua ainda em projetos de implantação e gestão voltados à sustentabilidade, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e Compliance.

1.1 ANEXO 1

Diagnóstico Birigui em cada uma das 169 metas

ODS		METAS	DIMENSÃO VERDE	DIMENSÃO AMARELA	DIMENSÃO VERMELHA
			Identificar práticas e ações que contribuem para o atendimento da meta e como podem ser replicadas de forma objetiva por outros Municípios.	Identificar práticas e ações que contribuem de maneira acessória, trazendo aspectos positivos para que a meta seja alcançada, mas que não tem correlação direta para o seu alcance ou não são suficientes	Identificar pontos que impedem o alcance da meta; que são gargalos que precisam ser resolvidos e vencidos pelo Município em relação a meta
1	1.1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia;	Facilidade de acesso aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família; Fortalecimento do SUAS e da matricidade sócio familiar; Acessibilidade aos equipamentos sócia assistenciais; Criação das equipes técnicas, de acordo com o NOB SUAS; Mapeamento do território onde concentra-se as vulnerabilidades; Regulamentação de benefícios eventuais como Cesta Básica, Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Auxílio Gás, Auxílio Transporte e Documentação Civil, e regulamentada por Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social e Decretos municipais. Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua; Regulamentação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que expressa que será garantido um salário mínimo de benefício mensal às pessoas portadores de deficiência e ao idoso que comprovarem não possuir meios de prover sua própria	Fortalecimento do terceiro setor em parceria com o setor público; Fortalecimento do setor produtivo em políticas públicas e interferência nos conselhos de direito;	Interferência política partidária; Ampliar os equipamentos sócia assistenciais em 50% (CRAS e CREAS); Novas pactuações para o aumento dos referenciamentos de famílias nos programas de transferência de renda; Promover comunicação dos programas e benefícios existentes para a população em vulnerabilidade social

			manutenção ou de tê-la provida por sua família.		
1	1.2	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;	Não há informação	Não há informação	Desagregação do dado para produção do indicador
1	1.3	Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;	Município está em gestão plena do seu Sistema de proteção básica e especial, e a articulação intra e interssetorial das políticas públicas destinadas a esse fim; Políticas de assistência e benefício para idosos e pessoas com deficiência	Fortalecimento do Conselho de Assistência, garantindo a sua autonomia deliberativa	Gestores devem ser técnicos, para não causar possíveis interferências políticas
1	1.4	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;	Articulação com o Banco do Povo e acesso às linhas de crédito com juros abaixo do praticado; Articulação com o Sistema S, incluindo acesso a Indústria 4.0; 100% da população tem acesso a serviços básicos, como saúde, assistência, educação, lazer, saneamento, água limpa, energia, coleta de resíduos	Campanhas de divulgação com as condicionantes de acesso ao Banco do Povo, e aos serviços básicos que o Município oferece;	Ampliação da política de moradia; Desagregação de dados
1	1.5	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade	Consolidação da resiliência através dos grupos operativos, de acordo com a tipificação dos serviços sócio assistenciais, incluindo articulação multissetorial	Não há informação	Não há informação

		destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;			
1	1.a	Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;	Mobilização de recursos da iniciativa privada para o fortalecimento dos conselhos de direitos no controle social das políticas públicas	Planejamento para a Criação de um Fundo Municipal para os ODS	Falta estrutura para captação de recursos, como a criação de um Escritório de Projetos
1	1.b	Criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.	Não há informação	Não há informação	Não há informação
2	2.1	Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças,	Programa Fome Zero, para o estímulo dos agricultores locais e também de mercados parceiros para a montagem de cestas destinadas para população de baixa renda via CRAS; Restaurante Popular, com acompanhamento nutricional e tarifa acessível para a	Não há informação	Não há informação

		a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;	população de baixa renda e moradores de rua;		
2	2.2	Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;	Projeto Agro floresta urbana e Hortas Comunitárias que objetivam produzir alimentos para promover a segurança alimentar e aumentar a geração de renda das famílias; Programa Viva Leite com atendimento de 100% da demanda; Programa NASF-AB consolidado com a participação de nutricionistas para a segurança alimentar de todo o território Interface com as políticas públicas de saúde e acompanhamento de programas, como o Bolsa Família	Não há informação	Ampliação do Agro floresta; Fortalecimento das equipes de saúde e escolares no monitoramento das crianças que estão no CADÚNICO;
2	2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola;	Programa Patrulha Agrícola que fornece equipamentos para os pequenos produtores; 58 agricultores cadastrados no CADÚnico e fazem interface com o Fome Zero para a compra da produção pela Prefeitura e futura distribuição Atendimento veterinário gratuito aos pequenos produtores;	Não há informação	Melhorar políticas de acesso a tecnologia e feiras; Orientação técnica para agricultores;
2	2.4	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas	Chamamento Público 01 que objetiva a recuperação de áreas degradadas, por passível ambiental através da iniciativa privada e sociedade civil, melhorando a qualidade da terra e do solo;	Parcerias com a iniciativa privada para a recuperação de áreas degradadas	Acesso à tecnologia

		robustas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;			
2	2.5	Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente;	Viveiro municipal com árvores nativas, banco de sementes e realiza a distribuição das sementes por meio da Secretaria de Meio Ambiente;	Não há informação	Não há informação
2	2.a	Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas,	Programa Melhor Caminho, em parceria com o Governo Estadual, para melhoria das estradas rurais para escoamento da produção agrícola;	Não há informação	Aumentar a quantidade de km de estrada alcançados pelo Programa Melhor Caminho

		desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo;			
2	2.b	Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
2	2.c	Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
3	3.1	Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos;	Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materno-Infantil, tendo sua constituição atualizada por meio do decreto nº6.735, de 01/092020, que além, de ações preventivas compete ao mesmo investigar e agir frente	Não há informação	Ampliar cobertura de Atenção Primária à Saúde por meio da implantação de novas de Equipes de Estratégia Saúde da Família.

			a constatação de algum óbito.		
3	3.2	3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos;	Não há informação	Não há informação	Com relação aos óbitos neonatais, a série histórica tem se mostrado privilegiada. Entretanto, apesar dos avanços conquistados, elucidados por meio dos indicadores de saúde elencados do quadro sequencialmente, os investimentos neste segmento não podem cessar, para que esses índices diminuam cada vez mais.
3	3.3	3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;	Campanha “JULHO AMARELO”, que oferece testagem rápida de hepatites B e C para a população, em 2017, 2018, 2019 e 2020 houve grande participação da população nessa campanha; Programa Municipal de IST/Aids e Hepatites virais foi realizada a 1ª Capacitação para Combate da Epidemia de Sífilis 17/12/2020, voltada para médicos e enfermeiros da rede pública e privada em parceria com o Departamento de Vigilância Epidemiológica do município, melhorando assim as condutas frente a sífilis no momento do pré-natal; Programa Municipal de IST/AIDS e Hepatites Virais em seu Serviço de Assistência Especializado (SAE), articulado com a Atenção Primária À Saúde e as maternidades municipais, por meio de capacitações, apoio técnico e implantação do Projeto Sífilis Online, demonstrou eficácia na diminuição dos casos de sífilis congênita e por isso o município foi premiado em 2018 pelo Programa Estadual de IST/Aids da Secretaria Estadual de Saúde com o	Não há informação	Intensificar ações de promoção e prevenção à saúde neste segmento, bem como estreita interlocução entre Atenção primária à Saúde e Serviço de Assistência Especializado (SAE); Intensificar ações de promoção e prevenção à saúde neste segmento, bem como estreita interlocução entre Atenção primária à Saúde e Departamento Municipal de Biossegurança.

			<p>Prêmio Luiza Matida; Projeto SÍFILIS Online, idealizado pelo coordenador do programa, em que todos os casos de sífilis em gestantes e sífilis congênita podem ser acompanhados em tempo real por todas as unidades de saúde pública do município, isso tem o objetivo de criar um banco de dados de pacientes já tratados para sífilis evitando retratamentos desnecessários e acompanhamento mais ágil e facilitando o acompanhamento pelas equipes de saúde responsáveis.;</p> <p>Programa de IST/AIDS e Hepatites Virais com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, realizou Capacitação sobre o Fluxograma de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências Sexual</p> <p>Semana Municipal de Controle e Combate à Leishmaniose, por meio da Lei n 6.526/2010, em que rotineiramente em meados da segunda semana do mês agosto de todos os anos, são desenvolvidas ações impactantes junto à comunidade relacionadas a temática;</p> <p>Semanas da Prevenção – Todos Contra o Aedes: recolhidos aproximadamente cerca de 11 toneladas de materiais inservíveis de criadouros potenciais do Aedes, diminuindo significativamente os números dos novos casos prováveis de dengue no município, na área de abrangência do projeto, através de parcerias de empresas da iniciativa privada</p>		
3	3.4	Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças transmissíveis via prevenção e tratamento, e	Parceria firmada com a Editora Mundial e Supermercado Tonin para o custeio da vinda da Carreta de Mamografia do Hospital de Amor de Barretos a custo zero para o município; Projeto: setembro Amarelo – “D” Valorização à vida	Não há informação	Intensificar ações de promoção e prevenção à saúde neste segmento, bem como estreita interlocução entre Atenção primária à Saúde e Iniciativa

		promover a saúde mental e o bem-estar;	(Prevenção ao Suicídio) para atendimento gratuito na Praça Dr. Gama; Realização de 50 mamografias por dia do dia 06 a 22/08/2019 por meio da Carreta do Estado de São Paulo do Programa Mulheres de Peito.		Público-privada, para o alcance de um maior público-alvo.
3	3.5	Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;	Não há informação	Não há informação	Implantar o CAPS-AD no município
3	3.6	Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas;	Promulgação da Lei N° 6.575, de 21 de junho de 2018, que dispõe sobre a proibição de permanência de animais de grande porte soltos no município e o controle e cadastramento de animais, em que o animal apreendido, mesmo quando registrado junto à Inspetoria de Defesa Agropecuária local, recebe um “CHIP” e é cadastrado junto ao sistema de Guarda Civil Municipal.	Campanhas implementadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana	Ampliar parcerias intersetoriais.
3	3.7	Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;	O Planejamento Familiar é realizado pelo Ambulatório Municipal de Saúde da Mulher, que possui equipe multidisciplinar capacitada para desempenhar tal função e realizar também procedimentos de laqueadura e vasectomia; Atendimento/acompanhamento para o Pré-Natal de gestantes de médio a alto risco no Ambulatório de Saúde da Mulher, no qual estas mulheres são acompanhadas simultaneamente às equipes de Atenção Primária à Saúde.	Não há informação	Ampliar a oferta de planejamento familiar; Capacitar equipes de Atenção primária à Saúde na identificação de qualquer risco obstétrico para intervenção precoce e consequentemente morte evitáveis maternas e fetais.
3	3.8	Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde	Centralização do atendimento de Prótese Dentária (LPDR), juntamente ao Centro de Especialidades Odontológicas – CEO; Efetivação do Via Rápida	Não há informação	Implantar equipamentos de saúde de Atenção primária de Saúde em territórios ainda descobertos, com a

		essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;	Empresas - VRE em 2018 sendo o mesmo atrelado ao Sistema de Informação em Vigilância Sanitária - SIVISA, conferindo agilidade e economia na renovação das licenças e principalmente para os novos empreendimentos; Aquisição de frota e implantação de sistema de rastreamento/monitoramento; Implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento Básico nas dependências da UBS 01, Reforma e ampliação da UBS 01 e Inauguração da UBS 10; Aquisição de imóvel e adaptação para instalação da UBS 08; Construção da UBS 09 e 11; Reforma e ampliação da UBS 06; Parceria estabelecida com a ITB com a contemplação de R\$ 600.000,00 para construção da UBS 05; Reforma da UBS 04; Credenciamento de laboratórios da iniciativa privada para execução de exames tabela SUS; Credenciamento de laboratórios da iniciativa privada para execução de exames tabela SUS em dezembro de 2017; Implantação de um Centro Oftalmológico Municipal em 15/12/2017 e consequente diminuição da demanda reprimida; Inauguração do Ambulatório de Pediatria 03/10/2018.		implantação de novas equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF.
3	3.9	Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo;	Não há informação	Não há informação	Não há informação
3	3.a	Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos	Capacitação de 20 profissionais da Atenção Básica e Ambulatório de Saúde Mental em agosto de 2019, para ampliação de	Não há informação	Abrir novos grupos do Programa de Tabagismo, descentralizando o mesmo para as

		os países, conforme apropriado;	equipes de atendimento do Programa de Atenção Intensiva ao Tabagista; Implantação do Programa Tabagismo em 04 UBS (2,4,5, e 6), inserindo o tratamento do tabagista na Atenção primária à Saúde do município, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, descentralizando-o do Ambulatório de Saúde Mental, local em que anteriormente o serviço era ofertado.		demais Unidades Básicas de Saúde.
3	3.b	Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos;	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
3	3.c	Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal	Curso do CEFOR (Centro Formador de Pessoal para a Saúde), para os Agentes Comunitários de Saúde - formação com 108 profissionais; Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde para o	Não há informação	Instituir Programa de Educação em Saúde Municipal

		de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;	trabalho de conscientização durante visita casa a casa para atividades de higienização bucal e prevenção nas creches, escolas, por meio de parceria entre o município por meio da Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, Unesp unidade de Araçatuba-SP; Capacitação de Dança Circular Sagrada, dos profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e do Centro Oncológico de Reabilitação (CORE); Implantação do Núcleo de Educação Permanente e Humanização, por meio do Decreto nº 6554, de 11 de fevereiro de 2020, voltado ao monitoramento da educação permanente nos vários setores da Secretaria Municipal de Saúde; Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde no programa de “Arboviroses e Animais Sinatrópicos”		
3	3.d	Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
4	4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	Oferta do Ensino Primário em tempo integral; Facilidade de acesso a escola: construção de escolas em áreas de vulnerabilidade social, interlocução do conselho tutelar com a política de educação;	As escolas municipais têm como obrigatoriedade trabalhar temas transversais relacionados a Agenda Global (Treinamento e orientações da Comissão Municipal ODS)	Desagregação dos dados
4	4.2	Até 2030, garantir que todos os	Oferta de vagas em Creches sem demanda reprimida;	Programa Saúde na Escola (PSE);	Creches muitas vezes distantes da

		meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário	Convênio com creches particulares;	Saúde bucal na primeira infância, em parceria com a UNESP;	residência dos pais
4	4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade	Programa de bolsas – Acesso ao Sistema S, Instituto Federal; Faculdade municipalizada – FATEB: Prefeitura oferece bolsas de estudo para englobar população de baixa renda;	Parcerias multissetoriais de educação continuada, com a realização de debates e palestras sobre temas variados	Cultura populacional; Demanda maior que a oferta para bolsas de acesso ao ensino superior;
4	4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	Programa Time do Emprego (Governo do Estado com o Município): preparação de jovens para entrar no mercado de trabalho (preparação de currículo, orientações para entrevistas), incentivo ao empreendedorismo; Programa Ação Jovem - Programa com objetivo de promover a inclusão social de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, mediante ações complementares de apoio a iniciação profissional, condicionalidades e transferência de renda direta. (via CRAS)	Interação com instituições do ecossistema empreendedor local para ofertar treinamentos aos jovens com o objetivo de desenvolvê-los tecnicamente	Aumentar o número de jovens participantes no Programa Time do Emprego
4	4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em	Não há informação	Não há informação	Não existem dados desagregados que possibilitem a verificação da existência ou não de disparidade de gênero na educação no Município. Entretanto, as vagas ofertadas e o acesso a educação de maneira geral possuem números elevados, entre 98 a 100% de cobertura

		situação de vulnerabilidade			de acesso a educação
4	4.6	Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática	Acesso a educação básica; Escolas de tempo integral; Integração com outras unidades de Ensino público e particular.	Não há informação	Consolidar parcerias e manter a cobertura e acesso a educação em todos os seus níveis
4	4.7	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável	intervenção pedagógica realizado pela Comissão nas escolas, ensinando os ODS/ONU, de modo que se torne uma agenda comum a todos os segmentos educacionais no território Programa Saúde nas Escolas (PSE) – eixos de intervenção incluem cidadania global, cultura de paz e não violência, direitos humanos (operacionalizado pelo NASF-AB) Escolas da rede municipal realizaram desfiles trabalhando temas de sustentabilidade, como: água, hortas, ODS de maneira transversal	Interação com outras secretarias que trabalham o desenvolvimento sustentável (ex: Abelha sem ferrão) Coleta seletiva Trabalho educativo sobre a Recuperação de nascentes (teoria e prática)	Impacto da pandemia nas ações que vinham sendo implementadas
4	4.a	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, incluídos e eficazes para todos	Reforma de todas as escolas do Município Instalação de rampas de acessibilidade internas e externas nas escolas Instalação de ar-condicionado nas escolas Atuação da guarda municipal nas escolas municipais para coibir violência	Não há informação	Ampliação do monitoramento da guarda municipal nas escolas municipais
4	4.b	Até 2020	Política nacional/internacional	Política	Política

		substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular, os países menos desenvolvidos, SIDS e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação (TIC), técnicos, de engenharia e científicos programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento		nacional/internacional	nacional/internacional
4	4.c	Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e SIDS	Centro do Professorado – estrutura para capacitação do corpo de professores municipais (será inaugurado em dezembro) Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
5	5.1	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte	Política de direitos humanos – trata questões como: abuso de poder, assédio sexual e moral, (aprovada pelo Prefeito, pendente de treinamentos) Reforma administrativa: determinou a não disparidade de salários entre gêneros diferentes para o mesmo cargo Reuniões realizadas pelo CRAS e CREAS sobre violência contra a mulher e discriminação Campanhas de sensibilização	Interlocução com a iniciativa privada, principalmente empresas signatárias do Pacto Global que se comprometeram com a Agenda	Consolidar e ampliar as ações voltadas para sensibilizar e combater a discriminação de mulheres e meninas

			sobre discriminação e todas as formas de assédios		
5	5.2	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos	Reuniões realizadas pelo CRAS e CREAS sobre violência contra a mulher e discriminação Delegacia da Mulher Articulação com a iniciativa privada para ações de sensibilização sobre as diferentes formas de violência contra as mulheres e meninas	Não há informação	Melhoria e humanização no atendimento e resposta da Delegacia da Mulher; Ações de educação permanente sobre o combate a todas as formas de violência contra as mulheres e meninas
5	5.3	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas	Meta não adequada à realidade brasileira	Meta não adequada à realidade brasileira	Meta não adequada à realidade brasileira
5	5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais	Não há informação	Não há informação	Não há informação
5	5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública	Município alcançou 46,79% dos cargos de lideranças ocupados por mulheres: Prefeito assumiu o compromisso de equiparar o número de cargos de lideranças ocupados por homens e mulheres. (Antes era 40%) CRAS e CREAS trabalham empoderamento feminino e políticas e ações voltadas para as mulheres	Não há informação	Falta a estruturação de uma política pública mais ampla para trabalhar questões envolvendo a participação e papel da mulher
5	5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos	Ambulatório de saúde da mulher – acesso universal a saúde sexual e reprodutiva; Programa de Planejamento	Não há informação	Interferência da Câmara Municipal em programas orientativos de saúde

		reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão	Familiar - realizado pelo Ambulatório Municipal de Saúde da Mulher, que possui equipe multidisciplinar capacitada para desempenhar tal função e realizar também procedimentos de laqueadura e vasectomia;		sexual e reprodutiva nas escolas
5	5.a	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais	Mulheres arrimo de família no CADUnico tem prioridade no acesso as moradias populares Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
5	5.b	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres	Utilização de ferramentas online para reuniões, como o Zoom, e ouvidorias para identificar demandas e trabalhar questões que envolvem o empoderamento das mulheres (via CRAS, CREAS, Saúde)	Interlocução com a iniciativa privada	Disponibilização de mais canais de comunicação para alcançar os diferentes grupos de mulheres, principalmente as mulheres em situação de vulnerabilidade. (Canais remotos e físicos)
5	5.c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis	Não há informação	Não há informação	Não há informação
6	6.1	Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água	Birigui já tem 100% de cobertura de água potável (rede pública + poço/nascente)	Convênio com o setor privado para garantir acesso	Fazer revisão do Plano Diretor de Perdas de Água

		potável e segura para todos	+ outros). Estação de tratamento de água pública – ETA Birigui 14 cidade do Estado de São Paulo na universalização de água Município possui Selo verde azul: 100% cobertura de água; 100% cobertura de saneamento; eliminação das fossas, gestão ambiental descentralizada	gratuito a fontes de abastecimento de água para a população (quando os reservatórios baixam para somar com a rede	Grande desafio é aumentar o volume de água captada do Ribeirão Baixotes e tratamento na estação de tratamento de água do município, para atender a crescente demanda em virtude do acelerado crescimento populacional do município, nesse sentido, importante mencionar duas ações importantes, a LEI 6766/2019 e DEDRETO 6430/2019 ambos para regulamentar o PROGRAMA PSA - PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS e o PLANO DIRETOR DE PERDAS (água). Atualmente a ETA está no seu limite de produção 1.100m ³ /hora, dessa forma o município antes de construir uma nova ETA, se faz necessário aumentar o volume captado no Ribeirão Baixotes, o que mostra a importância da parceria com os produtores rurais através do PSA.
6	6.2	Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade	Birigui já tem 100% de cobertura de tratamento de esgoto Estação de tratamento de esgoto regulamentada 14 cidade do Estado de São Paulo na universalização do saneamento	Não há informação	Não há informação

6	6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente	100% da água é potável e 100% do esgoto é tratado	As empresas que são signatárias do Pacto Global liberam a água residual em parâmetros de tratamento aceitável pelos órgãos fiscalizadores	Não existe proteção da captação
6	6.4	Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água	PROGRAMA PSA - PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: O programa tem como objetivo promover a recuperação de afluentes e subafluentes do Ribeirão Baixotes, Córrego Goulart, Ribeirão Baguaçu e tem como prioridade as áreas que estão a montante da captação de água municipal, bem como suas nascentes. Será feita a construção de mais um poço profundo – o terceiro do Município, em uma região que enfrenta problemas de abastecimento	Não há informação	Birigui tem um déficit de 12% na oferta/demanda de água, em razão das perdas Interferência da Câmara Municipal, de modo negativo, na aprovação da construção de mais um poço Atualmente a ETA está no seu limite de produção 1.100m³/hora, dessa forma o município antes de construir uma nova ETA, se faz necessário aumentar o volume captado no Ribeirão Baixotes, o que mostra a importância da parceria com os produtores rurais através do PSA.
6	6.5	Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
6	6.6	Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas	PROGRAMA PSA - PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: O	Não há informação	Consolidação e ampliação dos programas existentes

		relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos	programa tem como objetivo promover a recuperação de afluentes e subafluentes do Ribeirão Baixotes, Córrego Goulart, Ribeirão Baguaçu e tem como prioridade as áreas que estão a montante da captação de água municipal, bem como suas nascentes. Também visa ofertar máquinas, insumos e mão de obra, aos produtores que preservam as APPs e nascentes (LEI 6766\2019 e DEDRETO 6430\2019) Importância da parceria com Produtores rurais para preservação ambiental dos córregos e nascentes Chamamento Público 01 que objetiva a recuperação de áreas degradadas, por passível ambiental através da iniciativa privada e sociedade civil, melhorando a qualidade da terra e do solo; Política da Secretaria de Meio Ambiente para erradicação e poda de arvores		
6	6.a	Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
6	6.b	Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento	Conselho do Meio Ambiente ativo, com paridade de 50% de representação do poder público e 50% de representação de outros setores PSA visa fomentar a parceria entre Prefeitura Municipal e Produtores Rurais, atendendo as necessidades dos	Não há informação	Possível descontinuidade das ações em razão da troca de governo

			produtores rurais, principalmente a agricultura familiar, consequentemente, melhorando a vazão de água do Ribeirão Baixotes, fundamental para o abastecimento público de água em Birigui. Educação continuada nas escolas sobre os ODS, incluindo uso sustentável da água, cuidado com as nascentes, conscientização sobre meio ambiente		
7	7.1	Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia;	100% de cobertura de energia no Município (50.359 residências cobertas, incluindo a zona rural) Tarifa social para as famílias cadastradas no CADÚnico/baixa renda Regulamentação em novos loteamentos para garantir acesso integral a energia elétrica (infraestrutura)	Não há informação	Volta da Agência CPFL presencial no Município Criar parceria com a concessionária de energia que atende o município para o cadastramento da população de baixa renda na Tarifa Social, aproveitando as sinergias das ações. Desagregação da informação para identificação de grupos sociais com maiores dificuldades de acesso à energia e, consequentemente, abre caminhos para a elaboração de políticas específicas voltadas para a universalização de acesso à energia e aos benefícios a ela atrelados.
7	7.2	Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;	Todos os prédios municipais inaugurados recentemente são eco sustentáveis Praça ODS com toda a energia fotovoltaica, com sensor de presença Troca de toda a iluminação pública por LED (Parceria com CPFL)	Empresas signatárias do Pacto Global internalizaram a adoção parcial de uso de energia solar na matriz energética dos prédios e espaços	Não há informação
7	7.3	Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética;	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
7	7.a	Até 2030, reforçar a	Política nacional/internacional	Política	Política

		cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa;		nacional/internacional	nacional/internacional
7	7.b	Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
8	8.1	Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos	Inauguração do novo distrito industrial (Distrito Industrial II) para instalação de 54 empresas; Aperfeiçoamento do Via Rápida Empresa (VRE), sistema unificação de abertura, alteração e fechamento de empresas na cidade; Apoio para as empresas do APL Calçadista para participação em feiras nacionais (Franca);	Implantação do Observatório de Inteligência Econômica; Lançamento do Portal do Desenvolvimento Econômico (site: da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE); Lançamento do Guia do Investidor 2018; Inserção de	Implantação de mini-distritos industriais; Manutenção e aperfeiçoamento do projeto do Observatório de Inteligência Econômica; Aprofundamento das parcerias e articulações com as instituições locais e os Conselhos Gestores que

				informações econômicas no Portal do Desenvolve SP; Ações em conjunto com as instituições locais (Sistema S, ACIB, SINBI, entre outras); Trabalho realizado pelos Conselhos Municipais da área do desenvolvimento econômico (COMDE – Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e CONSCIENTI – Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação);	abordem temas ligados ao desenvolvimento local; Implementação de uma incubadora tecnológica e de um espaço “maker”.
8	8.2	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;	Criação do Fórum da Cadeia Produtiva Aeroespacial	Atração de novas empresas para cidade de diversos setores produtivos;	Incentivo para a instalação de empresas que possam fortalecer as cadeias produtivas presentes na cidade, em especial, do APL calçadista, para ampliação da competitividade do sistema produtivo.
8	8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;	Aperfeiçoamento do Via Rápida Empresa (VRE), sistema unificação de abertura, alteração e fechamento de empresas na cidade; (redução do tempo de abertura de empresas de 6 meses para 17 horas em 02 anos e simplificação do processo) Parceria do Município com Sebrae, SINBI e Instituto Federal para identificar e capacitar as EPPs Projeto Balcão de Oportunidades, gerenciado pelo poder público, para concentrar currículos e pessoas que estão buscando postos de trabalho PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador: concentra informação sobre vagas abertas, fornecimento de	CME - Conselho Municipal do Emprego: promove discussões para qualificação Banco do Povo – financiamento para pessoas que estão começando o negócio ou que já está empreendendo	Ampliar trabalho de formalização das empresas e disponibilização de suporte e ferramentas para seu desenvolvimento.

			carteira de trabalho e entrada no Seguro desemprego Programa Time do Emprego – voltado para preparação de jovens para o mercado de trabalho		
8	8.4	Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;	Interligação entre os sistemas de abastecimento de água (eficiência de recursos naturais) Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Investimentos em novo poço profundo e intensificação da interligação entre os sistemas. Política nacional/internacional
8	8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;	Inauguração do novo distrito industrial (Distrito Industrial II) para instalação de 54 empresas; Aperfeiçoamento do Via Rápida Empresa (VRE), sistema unificação de abertura, alteração e fechamento de empresas na cidade; Apoio para as empresas do APL Calçadista para participação em feiras nacionais (Franca); Foi criada uma Diretoria Específica na estrutura da SDE na reforma administrativa para atuar no campo do “Trabalho, Renda e Qualificação”; Oferecimento de vários cursos gratuitos para jovens para inserção no mercado de trabalho, como exemplo, o Time do Emprego. Projeto Balcão de Oportunidades, gerenciado pelo poder público, para concentrar currículos e pessoas que estão buscando postos de trabalho	Empresas signatárias do Pacto Global implementam políticas de equidade de remuneração igual para trabalho de igual valor; Implantação do Observatório de Inteligência Econômica; Lançamento do Portal do Desenvolvimento Econômico (site: da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE); Lançamento do Guia do Investidor 2018; Inserção de informações econômicas no Portal do Desenvolve SP; Ações em conjunto com as instituições locais (Sistema S, ACIB, SINBI, entre outras);	Intensificação dos cursos e treinamentos para jovens, em especial, no uso de ferramentas tecnológicas; Implantação do programa “primeiro emprego”; Fomento de ações e/ou projetos que promovam a conscientização sobre a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho Fomento de ações e/ou projetos que promovam a conscientização sobre a remuneração igual para trabalho de igual valor e a participação da mulher no mercado de trabalho

			PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador: concentra informação sobre vagas abertas, fornecimento de carteira de trabalho e entrada no Seguro desemprego Programa Time do Emprego – voltado para preparação de jovens para o mercado de trabalho	Trabalho realizado pelos Conselhos Municipais da área do desenvolvimento econômico (COMDE – Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e CONSCIENTI – Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação);	
8	8.6	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;	Projeto Balcão de Oportunidades, gerenciado pelo poder público, para concentrar currículos e pessoas que estão buscando postos de trabalho PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador: concentra informação sobre vagas abertas, fornecimento de carteira de trabalho e entrada no Seguro desemprego Programa Time do Emprego – voltado para preparação de jovens para o mercado de trabalho Parcerias com o Sistema S e o Instituto Federal para gerar formação e capacitação para jovens	Implantação do Observatório de Inteligência Econômica; Trabalho realizado pelos Conselhos Municipais da área do desenvolvimento econômico (COMDE – Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e CONSCIENTI – Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação);	Intensificação dos cursos e treinamentos para jovens, em especial, no uso de ferramentas tecnológicas; Implantação do programa “primeiro emprego”; Falta de dados sobre o emprego e desagregação dos dados por faixa etária
8	8.7	Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;	Estratégia PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, operacionalizada pelo CREAS, para garantir a não utilização da mão de obra infantil e fiscalização das empresas Projeto PRÓ criança focado nas crianças em situação de vulnerabilidade promovendo ações de assistência social e educação	Empresas signatárias do Pacto Global assumiram o compromisso de não utilizar mão de obra infantil ou trabalho análogo a escravidão Selo PRÓ criança, promovida pelo SINBI, reconhece as boas práticas das empresas que não utilizam mão de obra infantil	Intensificação de campanhas da Estratégia PETI
8	8.8	Proteger os direitos trabalhistas e promover	Técnico da Prefeitura para fornecer EPIs e orientações de segurança do trabalho	Todas as empresas do Município com mais de 100	Ampliação do fomento para a diminuição da

		ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários;	Prefeitura possui um SESMIT (Serviço Especializado de Saúde e Segurança do Trabalhador) – equipe para acompanhar a saúde do trabalho dos servidores públicos	funcionários são obrigadas a ter o SESMIT (Serviço Especializado de Saúde e Segurança do Trabalhador)	informalidade e das BANCAS
8	8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;	Secretária de Cultura possui o Conselho de Cultura e Conselho de Turismo que promovem o turismo sustentável Plano Diretor de Turismo, com o objetivo de conseguir o Selo Município de Interesse Turístico Parceira da Prefeitura com o Instituto Federal e o SINBI para obtenção do Selo de Identificação Geográfica para os calçados produzidos no Município Duas celebrações tradicionais do Município para atração de pessoas e promoção da cultura e comércio local anualmente: Festa das Nações e Natal Iluminado	Não há informação	Consolidação do Plano Diretor de Turismo
8	8.10	Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos;	Fortalecimentos dos empréstimos realizados pelo Banco do Povo; Intermediação no período de pandemia de conversas entre as empresas, instituições representantes do setor empresarial e os bancos da cidade, em especial, os bancos públicos e o BNDES;	Não há informação	Ampliação dos empréstimos do Banco do Povo para pessoas físicas e jurídicas.
8	8.a	Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

		do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos;			
8	8.b	Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
9	9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos;	Município atende as demandas da população e internalizou os ODS na gestão; Participação em Consórcio de Bacias Hidrográficas Município possui boa infraestrutura de escoamento da produção local, incluindo rodovias, Aeroporto próximo e ferrovia Os serviços públicos essenciais possuem infraestrutura que garantem sua prestação Infraestrutura de fibra ótica e internet de qualidade	Não há informação	Melhoria na infraestrutura de prestação de água potável para evitar falhas na distribuição Fomentar cooperação regional para fortalecer as ações e proporcionar troca de conhecimento, gerando maior competitividade da região (desenvolvimento regional)
9	9.2	Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos;	Inauguração do novo distrito industrial (Distrito Industrial II) para instalação de 54 empresas; Aperfeiçoamento do Via Rápida Empresa (VRE), sistema unificação de abertura, alteração e fechamento de empresas na cidade; Apoio para as empresas do APL Calçadista para participação em feiras nacionais (Francal); Atração de novas empresas para cidade de diversos setores produtivos; Apoio aos empreendedores através do SEBRAE AQUÍ; Fortalecimentos dos empréstimos realizados pelo Banco do Povo;	Implantação do Observatório de Inteligência Econômica; Ações em conjunto com as instituições locais (Sistema S, ACIB, SINBI, Instituto Federal, entre outras); Lançamento do Portal do Desenvolvimento Econômico (site: da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE); Trabalho realizado pelos Conselhos Municipais da área do desenvolvimento	Implantação de mini distritos industriais; Manutenção e aperfeiçoamento do projeto do Observatório de Inteligência Econômica; Aprofundamento das parcerias e articulações com as instituições locais e os Conselhos Gestores que abordem temas ligados ao desenvolvimento local; Implementação de uma incubadora tecnológica e de um

			PRAEB – Plano Municipal de Retomada das Atividades Econômicas de Birigui, no período de pandemia e pós	econômico (COMDE – Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e CONSCIENTI – Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação); Lançamento do Guia do Investidor 2018; Inserção de informações econômicas no Portal do Desenvolve SP; Criação do Fórum da Cadeia Produtiva Aeroespacial; Intermediação de conversa, durante a pandemia, entre as empresas, instituições representantes do setor empresarial e os bancos da cidade, em especial, os bancos públicos e o BNDES	espaço “maker”. Incentivo para a instalação de empresas que possam fortalecer as cadeias produtivas presentes na cidade, em especial, do APL calçadista, para ampliação da competitividade do sistema produtivo. Ampliar o trabalho de formalização das empresas e disponibilização de suporte e ferramentas para seu desenvolvimento. Ampliação dos empréstimos do Banco do Povo para pessoas físicas e jurídicas.
9	9.3	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados;	Consórcio de Exportação, conduzido pelo SINBI e Sebrae, para dar acesso a empresas de pequeno porte a mercados estrangeiros, que não conseguiriam sem esse apoio; Apoio para as empresas do APL Calçadista para participação em feiras nacionais (Francal); Apoio aos empreendedores através do SEBRAE AQUÍ; Fortalecimentos dos empréstimos realizados pelo Banco do Povo; PRAEB – Plano Municipal de Retomada das Atividades Econômicas de Birigui, no período de pandemia e pós	Não há informação	Incentivo para a instalação de empresas que possam fortalecer as cadeias produtivas presentes na cidade, em especial, do APL calçadista, para ampliação da competitividade do sistema produtivo. Ampliar o trabalho de formalização das empresas e disponibilização de suporte e ferramentas para seu desenvolvimento. Ampliação dos empréstimos do Banco do Povo para pessoas físicas e jurídicas.
9	9.4	Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las	Projeto implementado pelo Município com o setor privado para adesão do setor ao Pacto Global, com o objetivo de promover práticas e compromissos sustentáveis e	Não há informação	Ampliação do Projeto para envolvimento do setor privado no Pacto Global

		sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades;	responsáveis		
9	9.5	Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento;	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
9	9.a	Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

		desenvolvimento;			
9	9.b	Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities;	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
9	9.c	Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.	Investimentos na aquisição de computadores e melhoria da velocidade da internet Município possui infraestrutura e cobertura de internet em todo o território	Não há informação	Continuidade dos investimentos e integração dos sistemas de informação da educação e das demais secretarias – Projeto de Cidade Inteligente
10	10.1	Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional	Facilidade de acesso aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família; Fortalecimento do SUAS e da matricidade sócio familiar; Acessibilidade aos equipamentos sócia assistenciais; Criação das equipes técnicas, de acordo com o NOB SUAS; Mapeamento do território onde concentra-se as vulnerabilidades; Projeto Balcão de Oportunidades, gerenciado pelo poder público, para concentrar currículos e pessoas que estão buscando postos de trabalho; PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador: concentra informação sobre vagas abertas, fornecimento de carteira de trabalho e entrada no Seguro desemprego; Programa Time do Emprego – voltado para preparação de	Existência do Fundo Municipal, onde as empresas contribuem com o Fundo que é utilizado para financiamento de projetos sócio assistenciais, além disso, conseguem abatimento no Imposto de Renda	Faltam dados desagregados para avaliar e acompanhar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre; Ampliar os equipamentos sócio assistenciais em 50% (CRAS e CREAS); Novas pactuações para o aumento dos referenciamentos de famílias nos programas de transferência de renda; Implantação do programa “primeiro emprego”; Promover comunicação dos programas e benefícios existentes para a população em vulnerabilidade social

			<p>jovens para o mercado de trabalho;</p> <p>Regulamentação de benefícios eventuais como Cesta Básica, Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Auxílio Gás, Auxílio Transporte e Documentação Civil, e regulamentada por Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social e Decretos municipais;</p> <p>Regulamentação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que expressa que será garantido um salário mínimo de benefício mensal às pessoas portadores de deficiência e ao idoso que comprovarem não possuir meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.</p>		
10	10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra	<p>Projeto Balcão de Oportunidades, gerenciado pelo poder público, para concentrar currículos e pessoas que estão buscando postos de trabalho;</p> <p>PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador: concentra informação sobre vagas abertas, fornecimento de carteira de trabalho e entrada no Seguro desemprego;</p> <p>Articulação com o Sistema S, incluindo acesso a Indústria 4.0;</p> <p>Programa de bolsas – Acesso ao Sistema S, Instituto Federal;</p> <p>Faculdade municipalizada – FATEB: Prefeitura oferece bolsas de estudo para englobar população de baixa renda;</p> <p>Programa Time do Emprego (Governo do Estado com o Município): preparação de jovens para entrar no mercado de trabalho (preparação de currículo, orientações para entrevistas), incentivo ao empreendedorismo;</p> <p>Programa Ação Jovem - Programa com objetivo de promover a inclusão social de jovens na faixa etária de 15 a</p>	Não há informação	<p>Para incluir todas as pessoas e saber onde estão, faltam dados desagregados que oferecem informações consistentes com a realidade e possibilitem a tomada de decisão;</p> <p>Ampliar os equipamentos sócio assistenciais em 50% (CRAS e CREAS);</p> <p>Ampliar ações e projetos voltados para a inclusão social, econômica e política da população</p>

			24 anos, mediante ações complementares de apoio a iniciação profissional, condicionalidades e transferência de renda direta. (via CRAS) Equipamentos sócio assistenciais, de acordo com as diferentes faixas e tipificações		
10	10.3	Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito	<p>Projeto Balcão de Oportunidades, gerenciado pelo poder público, para concentrar currículos e pessoas que estão buscando postos de trabalho;</p> <p>PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador: concentra informação sobre vagas abertas, fornecimento de carteira de trabalho e entrada no Seguro desemprego;</p> <p>Articulação com o Sistema S, incluindo acesso a Indústria 4.0;</p> <p>Programa de bolsas – Acesso ao Sistema S, Instituto Federal;</p> <p>Faculdade municipalizada – FATEB: Prefeitura oferece bolsas de estudo para englobar população de baixa renda;</p> <p>Programa Time do Emprego (Governo do Estado com o Município): preparação de jovens para entrar no mercado de trabalho (preparação de currículo, orientações para entrevistas), incentivo ao empreendedorismo;</p> <p>Programa Ação Jovem - Programa com objetivo de promover a inclusão social de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, mediante ações complementares de apoio a iniciação profissional, condicionalidades e transferência de renda direta. (via CRAS);</p> <p>Política de direitos humanos – trata questões como: abuso de poder, assédio sexual e moral, (aprovada pelo Prefeito, pendente de treinamentos)</p> <p>Reforma administrativa: determinou a não disparidade</p>	Empresas signatárias do Pacto Global implementam políticas de eliminação de discriminação e promoção de oportunidades iguais, incluindo equidade de remuneração igual para trabalho de igual valor; (Requisito de COP)	<p>Implantação do programa “primeiro emprego”;</p> <p>Fomento de ações e/ou projetos que promovam a conscientização sobre a participação e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho;</p> <p>Fomento de ações e/ou projetos que promovam a conscientização sobre a remuneração igual para trabalho de igual valor e a participação da mulher no mercado de trabalho;</p> <p>Para incluir todas as pessoas e saber onde estão, faltam dados desagregados que oferecem informações consistentes com a realidade e possibilitem a tomada de decisão;</p>

			de salários entre gêneros diferentes para o mesmo cargo		
10	10.4	Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade	Facilidade de acesso aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família; Fortalecimento do SUAS e da matricidade sócio familiar; Acessibilidade aos equipamentos sócio assistenciais; Criação das equipes técnicas, de acordo com o NOB SUAS; Mapeamento do território onde concentra-se as vulnerabilidades; Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua;	Convenções coletivas entre sindicato patronal e de categoria profissional;	Ampliar os equipamentos sócio assistenciais em 50% (CRAS e CREAS); Novas pactuações para o aumento dos referenciamentos de famílias nos programas de transferência de renda;
10	10.5	Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
10	10.6	Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
10	10.7	Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas	Não há informação	Não há informação	Estruturar políticas públicas para o acolhimento de fluxos migratórios

10	10.a	Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
10	10.b	Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
10	10.c	Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
11	11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas	Erradicação de 100% de moradias construídas com materiais: lonas, madeiras e em condição insalubre.	Não há informação	Ampliar o acesso a moradias populares (Município possui déficit habitacional); Construção de um novo Plano Diretor para o Desenvolvimento – adequado e alinhado a prestação de serviços e abertura de loteamentos
11	11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas	Ampliação de acesso da população ao serviço de transporte coletivo, com tarifa	Não há informação	Falta de política de segurança voltada para pessoas em

		de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos	acessível e meio de transporte urbano com conforto térmico (ar-condicionado). Programa Municipal Passe Livre – voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade, idosos, pessoas com deficiência		situação de vulnerabilidade; Avaliação da expansão do transporte público em horários de pico; Infraestrutura e realidade local incompatível com substituição ou adoção parcial de frota com uso de combustíveis mais limpos, como ônibus elétricos
11	11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países	Implantação de conselho municipal dos ODS's e do meio ambiente, para paridade de participação da sociedade e do poder público, com controle social efetivo no planejamento, execução de ações, prestação de contas e monitoramento nas políticas habitacionais de Birigui;	Não há informação	Pontos identificados que impedem o alcance da meta e que foram identificados como gargalos a serem resolvidos e vencidos pelo município em relação a meta estabelecida; Construção de um novo Plano Diretor para o Desenvolvimento – adequado e alinhado a prestação de serviços e abertura de loteamentos, pensando na infraestrutura disponível
11	11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo	Existem leis que regulamentam a proteção do patrimônio cultural do Município – existência de Conselhos	Não há informação	Implantação e execução das leis e normas existentes sobre a proteção do patrimônio cultural do Município
11	11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas	Ampliação do acesso da população de baixa renda a moradia popular através de conjuntos habitacionais devidamente regularizados.	Não há informação	Construção de uma central de escoamento pós Lago da Raquete (para erradicar e minimizar as enchentes causadas pelas chuvas fortes), incluindo outras ações como

		em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade			aprofundamento da canaleta Falta recursos financeiros para a ação de mitigação dos efeitos das enchentes
11	11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros	Implantação de coleta seletiva; Criação da lei do pro catador; Incentivo e apoio a cooperativas de coleta seletiva; Destinação ao aterro sanitário com licença ambiental de funcionamento; Educação continuada com a população para destinação correta de resíduos urbanos.	Empresas signatárias do Pacto Global realizam a destinação ambientalmente correta de resíduos sólidos; CADRI Coletivo de forma cooperativa – cooperação e rateio de custos para destinação ambientalmente correta de resíduos sólidos (reúne pequenas empresas, mas existe de maneira particular em empresas de grande porte)	Ampliação das cooperativas – maior agilidade no processo de abertura para potencializar a coleta seletiva do Município
11	11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência	Implantação e manutenção de espaços adaptados e acessibilidade de deficientes, idosos, crianças e mulheres; Programas para que as praças públicas se ajustem para a instalação de rampas, brinquedos adaptados e acessíveis e que estejam devidamente sinalizadas para uso da população; Uso de iluminação fotovoltaica garantindo uso de energia limpa e troca de lâmpadas convencionais por lâmpadas de LED, que proporcionam economia de energia elétrica Escolas e prédios públicos da atual gestão foram ajustados para garantir acessibilidade, com a instalação de rampas	Parceria com a iniciativa privada para a implantação de energia fotovoltaica, garantindo a não oneração do poder público – todo o recurso utilizado foi da iniciativa privada	Ampliação das ações de ajustes e melhorias para praças e espaços mais afastados do centro do Município
11	11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas,	Criação de parques industriais com infraestrutura e consoante a legislação Ambiental; Ampliação de parcerias com sistema de federação de	Articulação e atração do Observatório Social para o Município dentro de suas atribuições, com	Falta fomento da relação entre os Municípios próximos para a promoção do desenvolvimento

		periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	indústrias estadual/federal para o desenvolvimento local, e compartilhamento de práticas exitosas em fóruns de debate de outros municípios.	atuação de controle social	regional
11	11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis	Erradicação de assentamentos urbanos inseguros; Busca de parceria junto a política de habitação, para ampliação e oferta de casas populares em consonância com as leis vigentes; Elaboração de plano de contingência de riscos ambientais ou desastres naturais e fortalecimento da defesa civil; Ampliação do Programa Casa Verde Amarela (Antigo Minha Casa, Minha Vida) garantindo habitação e melhores condições de moradia	Não há informação	Construção de um novo Plano Diretor para o Desenvolvimento – adequado e alinhado a prestação de serviços públicos, abertura de loteamentos e limitação das características ambientais e disponibilidade de recursos do Município
11	11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
12	12.1	Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

		países em desenvolvimento			
12	12.2	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais	Município possui Selo verde azul: 100% cobertura de água; 100% cobertura de saneamento; eliminação das fossas, gestão ambiental descentralizada; PROGRAMA PSA - PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: tem como objetivo promover a recuperação de afluentes e subafluentes do Ribeirão Baixotes, Córrego Goulart, Ribeirão Baguaçu e tem como prioridade as áreas que estão a montante da captação de água municipal, bem como suas nascentes; Importância da parceria com Produtores rurais para preservação ambiental dos córregos e nascentes Chamamento Público 01 que objetiva a recuperação de áreas degradadas, por passível ambiental através da iniciativa privada e sociedade civil, melhorando a qualidade da terra e do solo; Política da Secretaria de Meio Ambiente para erradicação e poda de árvores; Educação continuada nas escolas sobre os ODS, incluindo uso sustentável da água, cuidado com as nascentes, conscientização sobre meio ambiente;	Empresas signatárias do Pacto Global assumiram compromissos e implementam ações de responsabilidade socioambiental e uso eficiente de recursos; Atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente;	Criação de programas institucionais na Prefeitura de consumo eficiente de recursos, como por exemplo: uso consciente e responsável de papel, água e combustível; Fazer monitoramento da cadeia de fornecedores do município
12	12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita	Programa Fome Zero, para o estímulo dos agricultores locais e também de mercados parceiros para a montagem de cestas destinadas para população de baixa renda via CRAS; A parceria com os mercados é uma ação para diminuir perdas e desperdício de alimentos e direcioná-los para aqueles que precisam 58 agricultores cadastrados no CADUnico e fazem interface com o Fome Zero para a compra da produção pela Prefeitura e futura distribuição: ação direciona a produção rural familiar para a merenda	Não há informação	Fomentar ações de educação e conscientização sobre uso responsável de alimentos e desperdício nas escolas e com produtores agrícolas locais Fomentar ações de educação e conscientização sobre consumo responsável por parte do consumidor

			escolar		
12	12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente	Não há informação	Não há informação	Não há acompanhamento do manejo dos resíduos produzidos pelas indústrias presentes no Município
12	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	Implantação de coleta seletiva; Criação da lei do pro catador; Incentivo e apoio a cooperativas que trabalham a coleta seletiva e realizam destinação para reciclagem; Educação continuada com a população para destinação correta de resíduos urbanos, incluindo separação e reciclagem;	Empresas signatárias do Pacto Global possuem programas de reciclagem, reuso e redução de resíduos	Facilitar a criação e habilitação de cooperativas que trabalham a coleta seletiva e a reciclagem; Criação de programas institucionais na Prefeitura de consumo eficiente de recursos, como por exemplo: uso consciente e responsável de papel, água e combustível;
12	12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios	16 empresas estabelecidas no Município, de diferentes portes, assinam o Pacto Global da ONU e assumem compromissos para a adoção de práticas sustentáveis e integração de informações de sustentabilidade em relatórios enviados anualmente (COP). No caso de Birigui, esse envolvimento impulsionou a ação do Município alinhada aos ODS.	Criação do Comitê ODS no Município incentiva a discussão e apropriação dos temas relacionados a Agenda 2030 pelas empresas estabelecidas no território	Incentivar a participação de empresas de serviços e varejo no Pacto Global; Ampliar o número de empresas da área da Indústria que são parte do Pacto Global
12	12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as	Não há informação	Não há informação	Construir ação estrutura para garantir adoção de práticas de compras públicas sustentáveis

		políticas prioridades nacionais e			no Município, incluindo o estabelecimento de requisitos para empresas – NBR ISO 20400 (incluir CNM na ação)
12	12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	Ações do Comitê ODS para promover educação voltada para a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável - Educação continuada nas escolas, incluindo uso sustentável da água, cuidado com as nascentes, conscientização sobre meio ambiente; Criação da Praça dos ODS; Importância da parceria com Produtores rurais para preservação ambiental dos córregos e nascentes; Ações dos equipamentos sócio assistenciais voltadas para a educação e conscientização sobre desenvolvimento sustentável	Empresas signatárias do Pacto Global possuem ações de educação continuada, através do ciclo PDCA	Ampliar as ações existentes voltadas para a educação e conscientização para o desenvolvimento sustentável
12	12.a	Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
12	12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	Não há informação	Aproximação com o setor produtivo para a promoção do turismo; Conselho de Turismo Municipal; Plano Diretor de Turismo aprovado;	Não há informação (avaliar existência e potencial do município para o turismo sustentável)
12	12.c	Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

		mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas			
13	13.1	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países	Não há informação	Não há informação	Mapeamento e redução de riscos de desastres; Elaboração de um plano de ação municipal para mapeamento específico dos riscos climáticos e de vulnerabilidades sociais às alterações climáticas; Abranger questões de adaptação às mudanças climáticas de forma a tornar as infraestruturas urbanas mais resilientes e robustas pode servir de modelo para vários municípios brasileiros; Uma parceria possível para esse contexto é com o ICLEI, visando a participação no

					Programa de Cidades Sustentáveis para capacitação dos gestores públicos em ferramentas de mapeamento e análises dos riscos climáticos.
13	13.2	Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais	PROGRAMA PSA - PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: O programa tem como objetivo promover a recuperação de afluentes e subafluentes do Ribeirão Baixotes, Córrego Goulart, Ribeirão Baguaçu e tem como prioridade as áreas que estão a montante da captação de água municipal, bem como suas nascentes; Chamamento Público 01 que objetiva a recuperação de áreas degradadas, por passível ambiental através da iniciativa privada e sociedade civil, melhorando a qualidade da terra e do solo;	As 16 empresas signatárias do Pacto Global, que estão no município, realizam inventário das emissões de GEE	Realização de inventário das emissões de GEE pelo Município, para que a tomada de decisão em relação ao tema seja alinhada aos dados e realidade identificada; Estimular o setor privado no desenvolvimento de projetos de mitigação das emissões de GEE dando visibilidade para as ações que já ocorrem com incentivos positivos (reconhecimento das práticas, incentivos positivos nos processos de licenciamento e liberação e renovação de alvarás de funcionamento).
13	13.3	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	Promoção da Educação Ambiental para os ensinos básico e fundamental da rede municipal; Aulas teórico-práticas sobre os variados temas com visita obrigatória no planejamento curricular da rede municipal; Promoção de debates técnicos para os profissionais da cidade sobre mudanças climáticas e adaptação através do Conselho de Meio Ambiente;	Apoio ao desenvolvimento do corpo docente municipal no tema de mudança climática; Estímulo a encontros e produção acadêmica na temática, por meio do Instituto Federal;	Desenvolver a abordagem da educação Ambiental de maneira transversal, incluindo a temática de redução do risco de desastres (ERRD); Ampliar o desenvolvimento do corpo docente municipal no tema de mudança climática; Facilitar o aprimoramento do corpo técnico da gestão pública a partir de parcerias público-privadas, com a academia e especialistas nos temas de mudanças

					climáticas para estimular a troca de experiências e fomentar a construção de um livro de práticas contínuas na área.
13	13.a	Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
13	13.b	Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas	Plano Municipal de Contingência as Emergências regulamentado no Conselho de Meio Ambiente (Não faz parte da realidade municipal a presença de desastres)	Não há informação	Efetivar as ações do Plano Municipal de Contingência as Emergências
14	14.1	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o	Não se adequa à realidade municipal	Não se adequa à realidade municipal	Não se adequa à realidade municipal

		desenvolvimento sustentável			
14	14.2	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos	O Município não é costeiro, mas possui medidas para a restauração das fontes de águas municipais: Realiza ações de políticas públicas para combater a poluição das águas urbanas e do meio rural; Possui o programa de coleta itinerante de embalagens vazias de agrotóxicos que recolhe mais de 9 mil embalagens que são potencial poluidor de córregos e rios; Mantem uma Nascente Modelo para visitação e desenvolvimento de ações de educação ambiental quanto a preservação dos recursos hídricos e combate à poluição.	Não há informação	Ampliação da coleta itinerante; Continuidade da visitação a Nascente Modelo
14	14.3	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
14	14.4	Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas	Para mitigar as ações predatórias de pesca, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem - Senar e Sindicato Rural da Alta Noroeste - Siran, o município promove Curso de Piscicultura para a criação comercial de peixes e assim preservar as poucas espécies nativas que resistem nos córregos e rios do município. O objetivo é preservar espécies nativas como Bagre (Heptapterus brachynema), Cará (Gymnogeophagus), Lambari (Mimagoniates rheocharis), Pacu-prata (Myleus tiete) dentre outras também importantes e ameaçadas, tanto pelo uso insustentável quanto pela destruição dos habitats naturais e ameaças pela introdução irresponsável das espécies exóticas, como as tilápias;	Município segue o período de Piracema (de reprodução dos peixes); Benefício federal regulamentado para Pescadores profissionais durante o período da Piracema (equivalente a um salário mínimo), via INSS e o cadastro é realizado pelo Ministério da Agricultura (licença para pesca)	Não há informação

14	14.5	Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível	Não se adequa à realidade municipal	Não se adequa à realidade municipal	Não se adequa à realidade municipal
14	14.6	Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
14	14.7	Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

		turismo			
14	14.a	Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos	o	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
14	14.b	Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados		Não se adequa à realidade municipal	Benefício federal regulamentado para Pescadores profissionais durante o período da Piracema (equivalente a um salário mínimo), via INSS e o cadastro é realizado pelo Ministério da Agricultura (licença para pesca)
14	14.c	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que prevê o		Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

		arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”			
15	15.1	Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais	Criação do plano municipal de combate a erosão; Pagamento por serviços ambientais – PSA; Plano municipal de mata atlântica; Plano municipal de arborização; Programa municipal de educação Ambiental; Programa municipal de Agro florestas; Criação de 243.000m2 de Parque Linear Ecológico, destacando a área verde do Residencial Tijuca; Chamamento Público 01 de 2020 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;	Parcerias com a iniciativa privada para efetivar as políticas de conservação e recuperação dos espaços públicos	Garantir a continuidade dos programas e políticas nas próximas gestões; Ampliação das ações para outros espaços e áreas do Município
15	15.2	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente	Criação do plano municipal de combate a erosão; Pagamento por serviços ambientais – PSA; Plano municipal de mata atlântica; Plano municipal de arborização; Programa municipal de educação Ambiental; Programa municipal de Agro florestas; Criação de 243.000m2 de parque linear ecológico, dentre todas estas ações iremos citar a área verde do Residencial Tijuca; Chamamento Público 01 de 2020 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Município possui Selo verde azul, que inclui a gestão ambiental descentralizada; Viveiro municipal com arvores nativas, banco de sementes e realiza a distribuição das sementes por meio da Secretaria de Meio Ambiente;	Parcerias com a iniciativa privada para efetivar as políticas de conservação e recuperação dos espaços públicos	Garantir a continuidade dos programas e políticas nas próximas gestões; Ampliação das ações para outros espaços e áreas do Município
15	15.3	Até 2030, combater	Não se adequa à realidade	Não se adequa à	Não se adequa à

		a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo	municipal	realidade municipal	realidade municipal
15	15.4	Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável	Não se adequa à realidade municipal	Não se adequa à realidade municipal	Não se adequa à realidade municipal
15	15.5	Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas	Viveiro municipal com árvores nativas, banco de sementes e realiza a distribuição das sementes por meio da Secretaria de Meio Ambiente; Criação de 243.000m2 de Parque Linear Ecológico, destacando a área verde do Residencial Tijuca; Criação do plano municipal de combate a erosão; Medidas de recuperação da Mata do Country Club queimada no território do Município	Parcerias com a iniciativa privada para efetivar as políticas	Garantir a continuidade dos programas e políticas nas próximas gestões; Ampliação das ações para outras áreas do Município
15	15.6	Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
15	15.7	Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a	Não há informação	Não há informação	Maior fiscalização da venda da carne originada por caça ilegal no Município (O Município não sofre caça ilegal no território, mas os

		demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem			Municípios próximos sim, o que gera comércio em Birigui)
15	15.8	Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias	Não se adequa à realidade municipal	Não se adequa à realidade municipal	Não se adequa à realidade municipal
15	15.9	Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas	Não há informação	Não há informação	Não há informação
15	15.a	Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas	Parcerias com a iniciativa privada para a mobilização de recursos financeiros para ações para o desenvolvimento sustentável do Município – Destaque para as empresas signatárias do Pacto Global que estão no Município	Não há informação	Mobilizar mais empresas/comércio que assumam compromissos com o Pacto Global e que tenham parcerias com o Município
15	15.b	Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o	Parcerias com a iniciativa privada para a mobilização de recursos financeiros para ações para o desenvolvimento sustentável do Município – Destaque para as empresas signatárias do Pacto Global que estão no Município	Não há informação	Mobilizar mais empresas/comércio que assumam compromissos com o Pacto Global e que tenham parcerias com o Município

		reflorestamento			
15	15.c	Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
16	16.1	Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares	Taxa de homicídio em 2018: 06 pessoas em 1000. // Taxa de mortes no trânsito: 2017(17 pessoas); 2018 (09 pessoas); e 2019 (03 pessoas) Ações e campanhas nas escolas e com a população de conscientização sobre o trânsito (Secretaria de Trânsito e Mobilidade); Trabalho sobre Cultura de Paz através do NASF-AB, por intermédio do Programa Saúde na Escola (PSE); Intensificação do trabalho preventivo do CREAS realizado a violência de gênero; Municipalização do cumprimento de medidas sócio educativas através do CREAS (dentro do SUAS e SINASE)	Parceria com empresas signatárias do Pacto Global tanto nas ações com foco na violência de gênero, quanto nas ações de mortes causadas no trânsito	Continuidade e intensificação das estratégias que estão em andamento
16	16.2	Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças	Ações de conscientização e combate ao trabalho infantil durante todo o mês de junho, através do CREAS; Vigilância sócio assistencial através do Programa PETI; Estruturação e fortalecimento do Conselho Tutelar; Articulação das políticas setoriais objetivando atender integralmente os casos de abuso, exploração, violência e tortura contra crianças	Atuação do Programa PRÓ Criança do setor privado, que coibi o trabalho infantil nas empresas e nas cadeias de fornecedores Empresas signatárias do Pacto Global assumiram compromissos de combate ao tráfico, exploração e violência contra crianças, e também trabalho infantil	Continuidade das ações que estão em andamento da Estratégia PETI
16	16.3	Promover o Estado de Direito, em nível	Política nacional/internacional (Acesso a Defensoria Pública	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

		nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos	para pessoas que ganham até 03 salários mínimos como forma de garantir acesso à justiça para todos – CF)		
16	16.4	Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
16	16.5	Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas	Município pioneiro na construção de Política de Compliance; Portal de Transparência do Município; Utilização de canais para prestação de contas para a população: Rádio Prefeitura (finalista do Prêmio Jatobá 2020), Audiências Públicas realizadas pela Saúde e Finanças, Portal da Transparência, Site Institucional com notícias e uso de redes sociais;	Empresas signatárias do Pacto Global precisam ter Políticas de Compliance em funcionamento	Falta realização de mapeamento de riscos, capacitações e treinamentos, criação do Código de Ética do servidor; Criação de canais de denúncias; Criação do Comitê de Ética, incluindo um Código de Conduta específico para a atuação do Comitê; Apuração e práticas mitigatórias das denúncias; Garantir a ampla defesa do denunciado (Art. 5 da CF); Criar procedimentos necessários para a condução de fechamento de contratos; Melhorar a frequência de atualização do Portal de Transparência
16	16.6	Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis	Birigui foi eleita a 3 melhor prefeitura do Brasil (2019) no índice CFA de Governança Municipal (Conselho Federal de Administração) – em relação a gestão como um todo: gestão, desempenho, finanças, educação, saneamento/meio ambiente e vulnerabilidade social: Ações de internalização da Agenda 2030 no Município,	Empresas signatárias do Pacto Global desenvolvem ações de transparência e responsabilidade, incluindo construção de Relatório COP, o que contribui para a relação com a Prefeitura e o estreitamento e fortalecimento entre o	Garantir a continuidade das ações já implementadas no Município na próxima gestão; Melhorar a frequência de atualização do Portal de Transparência;

			<p>incluindo diagnóstico de todas as ações relacionadas a Agenda e a identificação de indicadores por meio da utilização de ferramentas como a Mandala ODS;</p> <p>Portal da Transparência;</p> <p>Vínculo com o TCE-SP;</p> <p>IEGM (Índice de Efetividade em Gestão Municipal) vinculado aos ODS;</p> <p>Software para comunicação interna entre as secretarias implementado em 2017;</p> <p>Utilização de canais para prestação de contas para a população: Rádio Prefeitura (finalista do Prêmio Jatobá 2020), Audiências Públicas realizadas pela Saúde e Finanças, Portal da Transparência, Site Institucional com notícias e uso de redes sociais;</p>	<p>público e o privado de maneira responsável e transparente</p>	
16	16.7	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	<p>60% Secretarias possuem Conselhos de Direitos com participação da sociedade;</p> <p>Definição do PPA, LOA e LDO é realizada por meio da participação dos Conselhos de Direitos;</p> <p>PPA é apresentação e discutido em Audiência Pública antes de sua aprovação;</p> <p>Associações de Bairro participam das reuniões e conferências dos Conselhos de Direitos;</p>	<p>Parceria com a iniciativa privada para garantir recursos para a manutenção dos Conselhos de Direitos</p>	<p>Fortalecer os Conselhos de Direitos e os espaços de representação;</p> <p>Fomentar ações que promovam a participação e representação da população e de setores da sociedade que não ocupam comumente espaços de tomada de decisão;</p> <p>Fortalecer ações de comunicação e engajamento da população nas ações realizadas pelo Município;</p>
16	16.8	Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
16	16.9	Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento	<p>Município possui cartório;</p> <p>Pessoas em vulnerabilidade social podem realizar o registro via CRAS;</p> <p>Para pessoas em situação de rua que perdem a documentação, o Centro POP faz um encaminhamento ao</p>	Não há informação	<p>Não há informação (política faz parte do SUAS e é implementada plenamente pelo Município)</p>

			Poupa Tempo para gerar nova documentação		
16	16.10	Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	Aprovação da Lei Geral de Acesso e Proteção de Dados (LGAPD)	Não há informação	Monitorar o avanço da finalização da LGAPD e garantir o alinhamento da Prefeitura com a LGAPD
16	16.a	Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
16	16.b	Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável	Município possui Comitê Municipal para os ODS, que acompanha e monitora todas as ações referentes a Agenda e suas metas; Política de Direitos Humanos;	Existência de políticas voltadas aos direitos humanos nas empresas signatárias do Pacto Global	Garantir a continuidade das ações e políticas no tempo, inclusive com troca de gestão
17	17.1	Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas	Programa realizado anualmente pelo Município para renegociação de IPTU – para incentivar o pagamento de impostos em atraso;	Não há informação	Não há informação
17	17.2	Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

		matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos			
17	17.3	Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
17	17.4	Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
17	17.5	Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

		desenvolvidos			
17	17.6	Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
17	17.7	Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado	Não há informação	Não há informação	Não há informação
17	17.8	Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das	Não há informação	Ações do Instituto Federal para disseminação e uso das tecnologias de informação e comunicação	Não há informação

		tecnologias de informação e comunicação			
17	17.9	Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
17	17.10	Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
17	17.11	Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020	SINBI fomenta ações de exportação por meio de programa que promove exportações compartilhadas	Ações de fomento para a produção local, principalmente da indústria calçadista	Ampliar as ações realizadas de fomento e promoção das exportações do Município
17	17.12	Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

		desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado			
17	17.13	Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
17	17.14	Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
17	17.15	Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional
17	17.16	Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do	O Município é empresa mãe dentro do Pacto Global do SINBI, ACIBI e mais 05 empresas O Município possui parcerias com o setor privado para a promoção e implementação dos ODS no território, que inclui desde mobilização de recursos até compartilhamento de conhecimentos, garantindo a continuidade do trabalho alinhado aos ODS e suas metas	Não há informação	Fazer a ampliação das parcerias e do trabalho realizado pelo Município na implementação dos ODS por meio das parcerias multissetoriais

		desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento			
17	17.17	Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias	O Município possui parcerias com o setor privado para a promoção e implementação dos ODS no território, que inclui desde mobilização de recursos até compartilhamento de conhecimentos, garantindo a continuidade do trabalho alinhado aos ODS e suas metas	Não há informação	Fazer a ampliação das parcerias e do trabalho realizado pelo Município na implementação dos ODS por meio das parcerias multissetoriais; Identificar e fomentar parcerias com a sociedade civil;
17	17.18	Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional (Fortalecer a capacidade municipal na coleta e desagregação de dados)
17	17.19	Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional	Política nacional/internacional

	desenvolvimento			
--	-----------------	--	--	--

1.2 ANEXO 2

ODS	METAS	DIMENSÃO VERDE	DIMENSÃO AMARELA	DIMENSÃO VERMELHA
		Identificar práticas e ações que contribuem para o atendimento da meta e como podem ser replicadas de forma objetiva por outros Municípios.	Identificar práticas e ações que contribuem de maneira acessória, trazendo aspectos positivos para que a meta seja alcançada, mas que não tem correlação direta para o seu alcance ou não são suficientes	Identificar pontos que impedem o alcance da meta; que são gargalos que precisam ser resolvidos e vencidos pelo Município em relação a meta
1	1.1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia;		
1	1.2	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;		
1	1.3	Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;		
1	1.4	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;		
1	1.5	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;		
1	1.a	Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em		

		particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;			
1	1.b	Criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.			
2	2.1	Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;			
2	2.2	Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;			
2	2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola;			
2	2.4	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas robustas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;			
2	2.5	Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos			

		benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente;			
2	2.a	Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo;			
2	2.b	Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;			
2	2.c	Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.			
3	3.1	Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos;			
3	3.2	3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos;			
3	3.3	3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;			
3	3.4	Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar;			
3	3.5	Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;			
3	3.6	Até 2020, reduzir pela metade as			

		mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas;			
3	3.7	Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;			
3	3.8	Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;			
3	3.9	Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo;			
3	3.a	Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado;			
3	3.b	Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos;			
3	3.c	Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;			
3	3.d	Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde			
4	4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes			
4	4.2	Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na			

		primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário			
4	4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade			
4	4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo			
4	4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade			
4	4.6	Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática			
4	4.7	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável			
4	4.a	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, incluídos e eficazes para todos			
4	4.b	Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular, os países menos desenvolvidos, SIDS e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação (TIC), técnicos, de engenharia e científicos programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento			

4	4.c	Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e SIDS			
5	5.1	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte			
5	5.2	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos			
5	5.3	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas			
5	5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais			
5	5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública			
5	5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão			
5	5.a	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais			
5	5.b	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres			
5	5.c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis			
6	6.1	Até 2030, alcançar o acesso universal e			

		equitativo a água potável e segura para todos			
6	6.2	Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade			
6	6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente			
6	6.4	Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água			
6	6.5	Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado			
6	6.6	Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos			
6	6.a	Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso			
6	6.b	Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento			
7	7.1	Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia;			
7	7.2	Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;			
7	7.3	Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética;			
7	7.a	Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais			

		limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa;			
7	7.b	Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.			
8	8.1	Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos			
8	8.2	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;			
8	8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;			
8	8.4	Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;			
8	8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;			
8	8.6	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;			
8	8.7	Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-			

		soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;			
8	8.8	Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários;			
8	8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;			
8	8.10	Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos;			
8	8.a	Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos;			
8	8.b	Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].			
9	9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos;			
9	9.2	Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos;			
9	9.3	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados;			
9	9.4	Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais			

		limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades;			
9	9.5	Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento;			
9	9.a	Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;			
9	9.b	Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities;			
9	9.c	Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.			
10	10.1	Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional			
10	10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra			
10	10.3	Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito			
10	10.4	Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade			
10	10.5	Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações			
10	10.6	Assegurar uma representação e voz			

		mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas			
10	10.7	Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas			
10	10.a	Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC			
10	10.b	Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais			
10	10.c	Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%			
11	11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas			
11	11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos			
11	11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países			
11	11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo			
11	11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em			

		proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade			
11	11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros			
11	11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência			
11	11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento			
11	11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis			
11	11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais			
12	12.1	Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento			
12	12.2	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais			
12	12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita			
12	12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o			

		meio ambiente			
12	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso			
12	12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios			
12	12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais			
12	12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza			
12	12.a	Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo			
12	12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais			
12	12.c	Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas			
13	13.1	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países			
13	13.2	Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais			
13	13.3	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima			
13	13.a	Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC]			

		para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível			
13	13.b	Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas			
14	14.1	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável			
14	14.2	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos			
14	14.3	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis			
14	14.4	Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas			
14	14.5	Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível			
14	14.6	Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante			

		da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio			
14	14.7	Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo			
14	14.a	Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos			
14	14.b	Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados			
14	14.c	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”			
15	15.1	Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais			
15	15.2	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente			
15	15.3	Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo			
15	15.4	Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a			

		sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável			
15	15.5	Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas			
15	15.6	Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos			
15	15.7	Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem			
15	15.8	Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias			
15	15.9	Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas			
15	15.a	Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas			
15	15.b	Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento			
15	15.c	Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável			
16	16.1	Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares			
16	16.2	Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças			

16	16.3	Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos			
16	16.4	Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado			
16	16.5	Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas			
16	16.6	Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis			
16	16.7	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis			
16	16.8	Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global			
16	16.9	Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento			
16	16.10	Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais			
16	16.a	Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime			
16	16.b	Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável			
17	17.1	Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas			
17	17.2	Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos			
17	17.3	Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas			

		fontes			
17	17.4	Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento			
17	17.5	Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos			
17	17.6	Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global			
17	17.7	Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado			
17	17.8	Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação			
17	17.9	Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular			
17	17.10	Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha			
17	17.11	Aumentar significativamente as exportações dos países em			

		desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020			
17	17.12	Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado			
17	17.13	Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas			
17	17.14	Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável			
17	17.15	Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável			
17	17.16	Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento			
17	17.17	Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias			
17	17.18	Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais			
17	17.19	Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em			

	desenvolvimento			
--	-----------------	--	--	--